

Prof. Renato Borelli

COMPILADO RODADA DE QUESTÕES NC-UFP

 GRAN CURSOS
ONLINE



Prof. Renato Borelli

1ª RODADA DE QUESTÕES NC-UFR

LEGISLAÇÃO PENAL ESPECIAL
E DIREITO CIVIL

 GRAN CURSOS
ONLINE



**Renato Borelli**

Juiz Federal do TRF1. Foi Juiz Federal do TRF5. Exerceu a advocacia privada e pública. Foi servidor público e assessorou Desembargador Federal (TRF1) e Ministro (STJ). Atuou no CARF/Ministério da Fazenda como Conselheiro (antigo Conselho de Contribuintes). É formado em Direito e Economia, com especialização em Direito Público, Direito Tributário e Sociologia Jurídica.

Disciplinas: Legislação Penal Especial e Direito Civil

Cargo: Delegado de Polícia

Banca organizadora: NC-UFPR

LEGISLAÇÃO PENAL ESPECIAL

1. (DPE-PR/2014/NC-UFPR/DEFENSOR PÚBLICO) A respeito do Estatuto do Desarmamento (Lei n. 10.826/2003), assinale a alternativa correta.
 - a. O delito de disparo de arma de fogo (art. 15) é um crime culposos.
 - b. O crime de omissão de cautela (art. 13) se configura quando o possuidor ou proprietário deixa de observar as cautelas necessárias para impedir que menor de 14 (quatorze) anos se apodere de arma de fogo.
 - c. O porte compartilhado de arma de fogo é circunstância legalmente prevista como agravante da pena.
 - d. Para efeito de tipificação dos crimes do Estatuto do Desarmamento, as réplicas e simulacros de armas de fogo nunca se equiparam às armas de fogo.
 - e. É constitucional a insuscetibilidade de liberdade provisória no delito de posse ou porte ilegal de arma de fogo de uso restrito (art. 16).

2. (DPE-PR/2014/NC-UFPR/DEFENSOR PÚBLICO) A Permissão de Saída do estabelecimento penal (art. 120 da Lei de Execução Penal) é possível para:
 - a. a realização de tratamento médico necessário.
 - b. a visita à família.
 - c. a frequência a curso supletivo profissionalizante, bem como de instrução do 2º grau ou superior, na Comarca do Juízo da Execução.
 - d. a participação em atividades que concorram para o retorno ao convívio social.
 - e. a fruição de indulto.

3. (TJ-PA/2013/NC-UFPR/JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO) Considere as seguintes assertivas:

- 1) O período de suspensão do prazo prescricional é regulado pelo máximo da pena cominada.
- 2) Os condenados que cumprem pena em regime semiaberto poderão obter autorização para saída temporária do estabelecimento, sem vigilância direta, nos seguintes casos: visita à família; frequência a curso supletivo profissionalizante, bem como de instrução do 2º grau ou superior, na Comarca do Juízo da Execução e participação em atividades que concorram para o retorno ao convívio social.
- 3) A autorização para saída temporária será concedida por ato motivado do Juiz da execução, ouvidos o Ministério Público e a administração penitenciária e dependerá da satisfação dos seguintes requisitos: comportamento adequado; cumprimento mínimo de 1/6 (um sexto) da pena, se o condenado for primário, e 1/4 (um quarto), se reincidente, além da compatibilidade do benefício com os objetivos da pena.
- 4) O condenado que cumpre a pena em regime fechado ou semiaberto poderá remir, por trabalho ou por estudo, parte do tempo de execução da pena.

Assinale a alternativa correta.

- a. Somente uma afirmativa é verdadeira.
- b. Somente duas afirmativas são verdadeiras.
- c. Somente três afirmativas são verdadeiras.
- d. As quatro afirmativas são verdadeiras.

4. (DPE-PR/2011/NC-UFPR/ASSESSOR DE ESTABELECIMENTO PENAL) São órgãos da execução penal:

- 1) Ministério Público.
- 2) Conselhos da Comunidade.
- 3) Patronatos.
- 4) Defensoria Pública.

Estão corretos os itens:

- a. 1 e 2 apenas.
- b. 1, 2 e 3 apenas.
- c. 3 e 4 apenas.
- d. 2, 3 e 4 apenas.
- e. 1, 2, 3 e 4.

5. (PC-PR/2007/NC-UFPR/DELEGADO DE POLÍCIA) A Lei n. 7.960/1989 dispõe sobre a prisão temporária. Sobre esse instituto, considere as seguintes afirmativas:
- 1) A prisão temporária será decretada pelo juiz, em face da representação da autoridade policial ou de requerimento do Ministério Público ou do ofendido e seu representante legal.
 - 2) O juiz poderá, de ofício, ou a requerimento do Ministério Público e do advogado, determinar que o preso lhe seja apresentado, solicitar informações e esclarecimentos da autoridade policial e submetê-lo a exame de corpo de delito.
 - 3) A prisão temporária terá o prazo de 15 dias, prorrogável por igual período em caso de extrema e comprovada necessidade.
 - 4) A prisão temporária para os crimes hediondos terá o prazo de 30 dias, prorrogável por igual período em caso de extrema e comprovada necessidade.

Assinale a alternativa correta.

- a. As afirmativas 1, 2, 3 e 4 são verdadeiras.
- b. Somente as afirmativas 2, 3 e 4 são verdadeiras.
- c. Somente as afirmativas 1 e 3 são verdadeiras.
- d. Somente as afirmativas 3 e 4 são verdadeiras.
- e. Somente as afirmativas 2 e 4 são verdadeiras.

DIREITO CIVIL

1. (PREFEITURA DE MATINHOS-PR/2019/NC-UFPR/ADVOGADO) A posse é abordada em alguns dispositivos do Código Civil. Sobre o tema, identifique como verdadeiras (V) ou falsas (F) as seguintes afirmativas:
- () A posse não se transmite aos herdeiros ou aos legatários do possuidor.
 - () O justo título faz presumir de boa-fé a posse, salvo prova em contrário ou quando a lei não admitir tal presunção.
 - () O possuidor de boa-fé não responde pela perda ou deterioração da coisa a que não der causa.
 - () Ao possuidor de má-fé serão ressarcidas as benfeitorias necessárias e úteis, todavia, não lhe assiste o direito de retenção pela importância delas.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta, de cima para baixo.

- a. F – V – V – F.
- b. F – V – F – V.
- c. V – F – V – F.
- d. V – V – F – V.
- e. V – F – V – V.

2. (PREFEITURA DE MATINHOS-PR/2019/NC-UFPR/ADVOGADO) Com relação às diferentes classes de bens elencadas no Código Civil, assinale a alternativa correta.
- São considerados bens imóveis os direitos reais sobre imóveis, as ações que os asseguram e as energias que tenham valor econômico.
 - Não perdem o caráter de bens móveis as edificações que, separadas do solo, mas conservando sua unidade, foram removidas para outro local.
 - Os materiais provenientes da demolição de algum prédio permanecem com a qualidade de bens imóveis.
 - As pertencas se destinam, de modo duradouro, ao uso, ao serviço ou ao aformoseamento de outro bem, sem, contudo, constituírem partes integrantes deste.
 - Os frutos que ainda não foram separados do bem principal não podem ser objeto de negócio jurídico.
3. (PREFEITURA DE MATINHOS-PR/2019/NC-UFPR/ADVOGADO) Tendo em vista as disposições do Código Civil sobre os defeitos dos negócios jurídicos, assinale a alternativa correta.
- São nulos de pleno direito os negócios jurídicos quando as declarações de vontade emanarem de erro substancial.
 - Será considerada coação tanto a ameaça do exercício normal de um direito quanto o temor reverencial.
 - Na apreciação da lesão, que se verifica quando uma pessoa, por premente necessidade, ou por inexperiência, se obriga a prestação manifestamente desproporcional ao valor da prestação oposta, consideram-se os valores vigentes ao tempo da anulação do negócio jurídico.
 - O erro de cálculo não autoriza a retificação da declaração de vontade.
 - Quando alguém, premido da necessidade de salvar a si mesmo ou a pessoa de sua família, assume obrigação excessivamente onerosa, configura-se o estado de perigo.
4. (PREFEITURA DE CURITIBA-PR/2019/NC-UFPR/PROCURADOR) Sobre o instituto da responsabilidade civil e sua correlação com a responsabilidade penal, assinale a alternativa correta.
- Se o ato ilícito ensejador do dever de reparação também configurar uma infração penal, a responsabilidade civil requer o trânsito em julgado da sentença penal condenatória.
 - A responsabilidade civil é independente da criminal, não se podendo questionar mais sobre a existência do fato, ou sobre quem seja o seu autor, quando essas questões se acharem decididas no juízo criminal.
 - A responsabilidade civil é independente da criminal, cabendo ao juiz cível um completo reexame do caso – podendo inclusive divergir da decisão criminal quanto a autoria e materialidade do delito.

- d. A responsabilidade civil depende da criminal, mas o juiz civil poderá divergir da decisão criminal quanto a autoria e materialidade do delito.
- e. Em casos de crimes, só é lícito falar em reparação civil da vítima ou de seus herdeiros nos casos de infrações penais dolosas.

5. (TJ-PR/2019/NC-UFPR/TITULAR DE SERVIÇOS DE NOTAS E DE REGISTROS – REMOÇÃO) Várias são as formas possíveis de reunião de pessoas no Direito brasileiro, sejam com fins econômicos ou apenas sociais. Em particular, as associações e as fundações são regidas pelo Código Civil brasileiro, instituído pela Lei n. 10.406/2002. Em relação ao tema e com base no estudo da legislação civil, assinale a alternativa correta.
- a. Constituem-se as associações pela união de pessoas que se organizem com fins econômicos.
 - b. A exclusão do associado só é admissível havendo justa causa, assim reconhecida em procedimento que assegure direito de defesa e de recurso, nos termos previstos no estatuto da respectiva associação.
 - c. São dispensáveis a forma de gestão administrativa e de aprovação das respectivas contas nas associações que não visam o lucro.
 - d. A criação de uma fundação que vise a defesa, a preservação e a conservação do meio ambiente e promoção do desenvolvimento sustentável é vedada, por se tratar de tema afeto ao direito federal.
 - e. Tornando-se lícita, possível ou útil a finalidade a que visa a fundação, ou vencido o prazo de sua existência, o órgão do Ministério Público, ou qualquer interessado, lhe promoverá a extinção, incorporando-se o seu patrimônio, salvo disposição em contrário no ato constitutivo, ou no estatuto, em outra fundação, designada pelo Juiz, que se proponha a fim igual ou semelhante.

GABARITO

LEGISLAÇÃO PENAL ESPECIAL

1. d
2. a
3. d
4. e
5. e

DIREITO CIVIL

1. a
2. d
3. e
4. b
5. b

GABARITO COMENTADO

LEGISLAÇÃO PENAL ESPECIAL

1. (DPE-PR/2014/NC-UFPR/DEFENSOR PÚBLICO) A respeito do Estatuto do Desarmamento (Lei n. 10.826/2003), assinale a alternativa correta.
- O delito de disparo de arma de fogo (art. 15) é um crime culposo.
 - O crime de omissão de cautela (art. 13) se configura quando o possuidor ou proprietário deixa de observar as cautelas necessárias para impedir que menor de 14 (quatorze) anos se apodere de arma de fogo.
 - O porte compartilhado de arma de fogo é circunstância legalmente prevista como agravante da pena.
 - Para efeito de tipificação dos crimes do Estatuto do Desarmamento, as réplicas e simulacros de armas de fogo nunca se equiparam às armas de fogo.
 - É constitucional a insuscetibilidade de liberdade provisória no delito de posse ou porte ilegal de arma de fogo de uso restrito (art. 16).

Letra d.

a. Errada! O delito de disparo de arma de fogo (art. 15) é um crime **DOLOSO** e evidentemente subsidiário, ou seja, o agente só responderá pelo ilícito na falta da incidência de uma norma penal mais grave. Vejamos a redação do art. 15 da Lei n. 10.826/2003:

Art. 15. Disparar arma de fogo ou acionar munição em lugar habitado ou em suas adjacências, em via pública ou em direção a ela, desde que essa conduta não tenha como finalidade a prática de outro crime:

Pena – reclusão, de 2 (dois) a 4 (quatro) anos, e multa.

Parágrafo único. O crime previsto neste artigo é inafiançável.

Cabe destacar que o parágrafo único, que veda a concessão de fiança, foi declarado inconstitucional pelo STF na ADI n. 3.112 (02/05/2007, Tribunal Pleno).

b. Errada! O crime de omissão de cautela (art. 13) se configura quando o possuidor ou proprietário deixa de observar as cautelas necessárias para impedir que menor de 18 ANOS (e não o menor de 14 anos!) se apodere de arma de fogo.

Art. 13. Deixar de observar as cautelas necessárias para impedir que **menor de 18 (dezoito) anos** ou pessoa portadora de deficiência mental se apodere de arma de fogo que esteja sob sua posse ou que seja de sua propriedade:

Pena – detenção, de 1 (um) a 2 (dois) anos, e multa.

Parágrafo único. Nas mesmas penas incorrem o proprietário ou diretor responsável de empresa de segurança e transporte de valores que deixarem de registrar ocorrência policial e de comunicar à Polícia Federal perda, furto, roubo ou outras formas de extravio de arma de fogo, acessório ou munição que estejam sob sua guarda, nas primeiras 24 (vinte quatro) horas depois de ocorrido o fato.

c. Errada! O porte compartilhado de arma de fogo **NÃO é** circunstância legalmente prevista como agravante da pena.

Em verdade, quando duas ou mais pessoas ilegalmente compartilham uma mesma arma de fogo, há decisões do STJ no sentido de que **se trata de uma modalidade do crime de porte de arma de fogo**. Nesse sentido:

EMENTA: PENAL. *HABEAS CORPUS* SUBSTITUTIVO DE RECURSO PRÓPRIO. INADEQUAÇÃO. PORTE DE ARMA DE FOGO DE USO RESTRITO. ABSOLVIÇÃO. IMPROPRIEDADE NA VIA ELEITA. ÓBICE AO REVOLVIMENTO FÁTICO-PROBATÓRIO. COAUTORIA. POSSIBILIDADE. PORTE COMPARTILHADO. WRIT NÃO CONHECIDO.

(...) 4. As circunstâncias em que a prisão dos acusados foi efetuada evidenciam que o porte da arma de fogo apreendida era compartilhado, razão pela qual resta clara a presença de unidade de desígnios para a prática delituosa, não havendo se falar em absolvição do paciente. **Decerto, ainda que se trate de crime unissubjetivo, admite-se a coautoria quanto ao delito do art. 16 da Lei n. 10.826/2003.**

(HC 352.523/SC, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, QUINTA TURMA, julgado em 20/02/2018, DJe 26/02/2018) (Destacamos)

EMENTA: (...) II. Não se vislumbra constrangimento ilegal na condenação de paciente e corréu pela posse de uma só arma de fogo com numeração raspada, uma vez que ficou evidenciado nos autos o concurso material consubstanciado na unidade de desígnios da sua manutenção e compartilhamento para fins de tráfico ilícito de entorpecentes. (...)

(HC 175.292/RJ, Rel. Ministro GILSON DIPP, QUINTA TURMA, julgado em 05/04/2011, DJe 14/04/2011)

d. CERTA! Não há, na Lei n. 10.826/2003, nenhuma disposição equiparando réplicas e simulacros de armas de fogo às armas de fogo, nem seria razoável admitir essa equiparação, uma vez que a arma de fogo é indicada como o objeto material dos crimes devido à potencialidade lesiva que carrega consigo, o que não ocorre com as réplicas e simulacros, que, apesar de serem dotados de poder intimidatório, não gozam da mesma capacidade lesiva que possui uma arma de fogo verdadeira.

e. Errada! O STF, no julgamento da ADI n. 3.112, declarou **INCONSTITUCIONAIS** todos os dispositivos da Lei n. 10.826/2003 que proibiam a concessão de liberdade provisória com ou sem fiança. Assim, **prevalece a inconstitucionalidade do art. 21**, que determinava a insuscetibilidade de liberdade provisória nos crimes de posse ou porte ilegal de arma de fogo de uso restrito (art. 16), comércio ilegal de arma de fogo (art. 17) e tráfico internacional de arma de fogo (art. 18):

Art. 21. Os crimes previstos nos arts. 16, 17 e 18 são insuscetíveis de liberdade provisória.

2. (DPE-PR/2014/NC-UFPR/DEFENSOR PÚBLICO) A Permissão de Saída do estabelecimento penal (art. 120 da Lei de Execução Penal) é possível para:
- a. a realização de tratamento médico necessário.
 - b. a visita à família.
 - c. a frequência a curso supletivo profissionalizante, bem como de instrução do 2º grau ou superior, na Comarca do Juízo da Execução.
 - d. a participação em atividades que concorram para o retorno ao convívio social.
 - e. a fruição de indulto.

Letra a.

A Permissão de Saída do estabelecimento penal, **nos termos do art. 120 da Lei de Execução Penal**, é possível:

- 1) em razão de falecimento ou doença grave do cônjuge, companheira, ascendente, descendente ou irmão; e
- 2) **para a realização de tratamento médico necessário.**

Correta, portanto, a alternativa “a”.

Art. 120. Os condenados que cumprem pena em regime fechado ou semiaberto e os presos provisórios poderão obter permissão para sair do estabelecimento, mediante escolta, quando ocorrer um dos seguintes fatos:

I – falecimento ou doença grave do cônjuge, companheira, ascendente, descendente ou irmão;
II – necessidade de tratamento médico (parágrafo único do artigo 14).

Parágrafo único. A permissão de saída será concedida pelo diretor do estabelecimento onde se encontra o preso.

Art. 121. A permanência do preso fora do estabelecimento terá a duração necessária à finalidade da saída.

3. (TJ-PA/2013/NC-UFPR/JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO) Considere as seguintes assertivas:
- 1) O período de suspensão do prazo prescricional é regulado pelo máximo da pena cominada.
 - 2) Os condenados que cumprem pena em regime semiaberto poderão obter autorização para saída temporária do estabelecimento, sem vigilância direta, nos seguintes casos: visita à família; frequência a curso supletivo profissionalizante, bem como de instrução do 2º grau ou superior, na Comarca do Juízo da Execução e participação em atividades que concorram para o retorno ao convívio social.
 - 3) A autorização para saída temporária será concedida por ato motivado do Juiz da execução, ouvidos o Ministério Público e a administração penitenciária e dependerá da satisfação dos seguintes requisitos: comportamento adequado; cumprimento mínimo de 1/6 (um sexto) da pena, se o condenado for primário, e 1/4 (um quarto), se reincidente, além da compatibilidade do benefício com os objetivos da pena.

- 4) O condenado que cumpre a pena em regime fechado ou semiaberto poderá remir, por trabalho ou por estudo, parte do tempo de execução da pena.

Assinale a alternativa correta.

- a. Somente uma afirmativa é verdadeira.
- b. Somente duas afirmativas são verdadeiras.
- c. Somente três afirmativas são verdadeiras.
- d. As quatro afirmativas são verdadeiras.

Letra d.

As quatro afirmativas são verdadeiras!

Afirmativa 1: verdadeira! Está de acordo com a Súmula 415 do STJ.

Súmula 415 do STJ: O período de suspensão do prazo prescricional é regulado pelo máximo da pena cominada.

Afirmativas 2 e 3: verdadeiras! Estão de acordo com os artigos 122 e 123 da Lei n. 7.210/1984:

Art. 122. Os condenados que cumprem pena em regime semiaberto poderão obter autorização para saída temporária do estabelecimento, sem vigilância direta, nos seguintes casos:

I – Visita à família;

II – Frequência a curso supletivo profissionalizante, bem como de instrução do 2º grau ou superior, na Comarca do Juízo da Execução;

III – Participação em atividades que concorram para o retorno ao convívio social.

§ 1º A ausência de vigilância direta não impede a utilização de equipamento de monitoração eletrônica pelo condenado, quando assim determinar o Juiz da execução. *(Redação dada pela Lei n. 13.964, de 2019)*

§ 2º Não terá direito à saída temporária a que se refere o *caput* deste artigo o condenado que cumpre pena por praticar crime hediondo com resultado morte. *(Incluído pela Lei n. 13.964, de 2019)*

Art. 123. A autorização será concedida por ato motivado do Juiz da execução, ouvidos o Ministério Público e a administração penitenciária e dependerá da satisfação dos seguintes requisitos:

I – Comportamento adequado;

II – Cumprimento mínimo de 1/6 (um sexto) da pena, se o condenado for primário, e 1/4 (um quarto), se reincidente;

III – Compatibilidade do benefício com os objetivos da pena.

Afirmativa 4: verdadeira! Trata-se da previsão contida no art. 126, *caput*, da Lei n. 7.210/1984:

Art. 126. O condenado que cumpre a pena em regime fechado ou semiaberto poderá remir, por trabalho ou por estudo, parte do tempo de execução da pena.

4. (DPE-PR/2011/NC-UFPR/ASSESSOR DE ESTABELECIMENTO PENAL) São órgãos da execução penal:
- 1) Ministério Público.
 - 2) Conselhos da Comunidade.
 - 3) Patronatos.
 - 4) Defensoria Pública.

Estão corretos os itens:

- a. 1 e 2 apenas.
- b. 1, 2 e 3 apenas.
- c. 3 e 4 apenas.
- d. 2, 3 e 4 apenas.
- e. 1, 2, 3 e 4.

Letra e.

Todas as alternativas elencaram órgão da execução penal, consoante prevê o art. 61, incisos III, VI, VII e VIII, da Lei n. 7.210/1984:

Art. 61. São órgãos da execução penal:

I – o Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária;

II – o Juízo da Execução;

III – o Ministério Público;

IV – o Conselho Penitenciário;

V – os Departamentos Penitenciários;

VI – o Patronato;

VII – o Conselho da Comunidade.

VIII – a Defensoria Pública.

5. (PC-PR/2007/NC-UFPR/DELEGADO DE POLÍCIA) A Lei n. 7.960/1989 dispõe sobre a prisão temporária. Sobre esse instituto, considere as seguintes afirmativas:
- 1) A prisão temporária será decretada pelo juiz, em face da representação da autoridade policial ou de requerimento do Ministério Público ou do ofendido e seu representante legal.
 - 2) O juiz poderá, de ofício, ou a requerimento do Ministério Público e do advogado, determinar que o preso lhe seja apresentado, solicitar informações e esclarecimentos da autoridade policial e submetê-lo a exame de corpo de delito.
 - 3) A prisão temporária terá o prazo de 15 dias, prorrogável por igual período em caso de extrema e comprovada necessidade.
 - 4) A prisão temporária para os crimes hediondos terá o prazo de 30 dias, prorrogável por igual período em caso de extrema e comprovada necessidade.

Assinale a alternativa correta.

- a. As afirmativas 1, 2, 3 e 4 são verdadeiras.
- b. Somente as afirmativas 2, 3 e 4 são verdadeiras.
- c. Somente as afirmativas 1 e 3 são verdadeiras.
- d. Somente as afirmativas 3 e 4 são verdadeiras.
- e. Somente as afirmativas 2 e 4 são verdadeiras.

Letra e.

Somente as afirmativas 2 e 4 são verdadeiras!

Afirmativa 1: falsa! O ofendido e o seu representante legal não possuem legitimidade para requerer prisão temporária ao juiz, mas apenas a autoridade policial e o Ministério Público, nos termos do art. 2º, *caput*, da Lei n. 7.960/1989:

Art. 2º A prisão temporária será decretada pelo Juiz, em face da **representação da autoridade policial** ou de **requerimento do Ministério Público**, e terá o prazo de 5 (cinco) dias, prorrogável por igual período em caso de extrema e comprovada necessidade.

Afirmativa 2: verdadeira! É o que estabelece o § 3º do art. 2º da Lei n. 7.960/1989:

Art. 2º, § 3º O Juiz poderá, de ofício, ou a requerimento do Ministério Público e do Advogado, determinar que o preso lhe seja apresentado, solicitar informações e esclarecimentos da autoridade policial e submetê-lo a exame de corpo de delito.

Afirmativa 3: falsa! Via de regra, a prisão temporária terá o **prazo de CINCO DIAS** (e não de 15 dias!), prorrogável por igual período em caso de extrema e comprovada necessidade. Esse prazo foi expressamente indicado no art. 2º, *caput*, da Lei n. 7.960/1989:

Art. 2º A prisão temporária será decretada pelo Juiz, em face da representação da autoridade policial ou de requerimento do Ministério Público, **e terá o prazo de 5 (cinco) dias, prorrogável por igual período em caso de extrema e comprovada necessidade.**

Afirmativa 4: verdadeira! A Lei n. 8.072/1990, que disciplina os crimes hediondos, indicou, em seu art. 2º, § 4º, que a prisão temporária nesta espécie de delito terá o prazo de 30 dias, prorrogável por igual período em caso de extrema e comprovada necessidade.

Lei n. 8.072/1990, art. 2º, § 4º A prisão temporária, sobre a qual dispõe a Lei n. 7.960, de 21 de dezembro de 1989, nos crimes previstos neste artigo, **terá o prazo de 30 (trinta) dias, prorrogável por igual período em caso de extrema e comprovada necessidade.**

DIREITO CIVIL

1. (PREFEITURA DE MATINHOS-PR/2019/NC-UFPR/ADVOGADO) A posse é abordada em alguns dispositivos do Código Civil. Sobre o tema, identifique como verdadeiras (V) ou falsas (F) as seguintes afirmativas:
- () A posse não se transmite aos herdeiros ou aos legatários do possuidor.
 - () O justo título faz presumir de boa-fé a posse, salvo prova em contrário ou quando a lei não admitir tal presunção.
 - () O possuidor de boa-fé não responde pela perda ou deterioração da coisa a que não der causa.
 - () Ao possuidor de má-fé serão ressarcidas as benfeitorias necessárias e úteis, todavia, não lhe assiste o direito de retenção pela importância delas.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta, de cima para baixo.

- a. F – V – V – F.
- b. F – V – F – V.
- c. V – F – V – F.
- d. V – V – F – V.
- e. V – F – V – V.

Letra a.

A sequência correta, de cima para baixo, é F – V – V – F!

Afirmativa I: falsa! De acordo com o art. 1.206 do CC, a posse **TRANSMITE-SE** aos herdeiros ou aos legatários do possuidor.

Art. 1.206. A posse **transmite-se** aos herdeiros ou legatários do possuidor com os mesmos caracteres.

Afirmativa II: verdadeira! Está de acordo com o parágrafo único do art. 1.201 do CC:

Art. 1.201. É de boa-fé a posse, se o possuidor ignora o vício, ou o obstáculo que impede a aquisição da coisa.

Parágrafo único. O possuidor com justo título tem por si a presunção de boa-fé, salvo prova em contrário, ou quando a lei expressamente não admite esta presunção.

Afirmativa III: verdadeira! Está de acordo com o art. 1.217 do CC:

Art. 1.217. O possuidor de boa-fé não responde pela perda ou deterioração da coisa, a que não der causa.

Afirmativa IV: falsa! Ao possuidor de má-fé serão ressarcidas apenas as benfeitorias necessárias e, de fato, não lhe assiste o direito de retenção pela importância delas, conforme disciplina o art. 1.220 do CC.

Art. 1.220. Ao possuidor de má-fé serão ressarcidas **somente as benfeitorias necessárias**; não lhe assiste o direito de retenção pela importância destas, nem o de levantar as voluptuárias.

2. (PREFEITURA DE MATINHOS-PR/2019/NC-UFPR/ADVOGADO) Com relação às diferentes classes de bens elencadas no Código Civil, assinale a alternativa correta.
- São considerados bens imóveis os direitos reais sobre imóveis, as ações que os asseguram e as energias que tenham valor econômico.
 - Não perdem o caráter de bens móveis as edificações que, separadas do solo, mas conservando sua unidade, foram removidas para outro local.
 - Os materiais provenientes da demolição de algum prédio permanecem com a qualidade de bens imóveis.
 - As pertencas se destinam, de modo duradouro, ao uso, ao serviço ou ao aformoseamento de outro bem, sem, contudo, constituírem partes integrantes deste.
 - Os frutos que ainda não foram separados do bem principal não podem ser objeto de negócio jurídico.

Letra d.

a. Errada! As energias que tenham valor econômico são consideradas bens **MÓVEIS** (e não bens imóveis!). Sobre o tema, vejamos os artigos 80 e 83 do Código Civil:

Art. 80. Consideram-se **imóveis** para os efeitos legais:

I – os direitos reais sobre imóveis e as ações que os asseguram;

II – o direito à sucessão aberta.

Art. 83. Consideram-se **móveis** para os efeitos legais:

I – as energias que tenham valor econômico;

II – os direitos reais sobre objetos móveis e as ações correspondentes;

III – os direitos pessoais de caráter patrimonial e respectivas ações.

b. Errada! Consoante o art. 81, I, do CC, não perdem o caráter de **bens IMÓVEIS** as edificações que, separadas do solo, mas conservando sua unidade, foram removidas para outro local.

Art. 81. Não perdem o caráter de **imóveis**:

I – as edificações que, separadas do solo, mas conservando a sua unidade, forem removidas para outro local;

II – os materiais provisoriamente separados de um prédio, para nele se reempregarem.

c. Errada! Os materiais provenientes da demolição de algum prédio readquirirão a qualidade de de **bens MÓVEIS** (não são bens imóveis!), na forma do art. 84 do CC.

Art. 84. Os materiais destinados a alguma construção, enquanto não forem empregados, conservam sua qualidade de móveis; **readquirem essa qualidade os provenientes da demolição de algum prédio.**

Não confunda!

- Os materiais provisoriamente separados de um prédio, para nele se reempregarem, são bens imóveis (art. 81, II, do CC);
- Os materiais destinados a alguma construção, enquanto não forem empregados, são bens móveis (art. 84 do CC);
- Os materiais provenientes da demolição de algum prédio são bens móveis (art. 84 do CC).

d. CERTA! Está de acordo com o art. 93 do CC:

Art. 93. São pertencas os bens que, não constituindo partes integrantes, se destinam, de modo duradouro, ao uso, ao serviço ou ao aformoseamento de outro.

e. Errada! Os frutos que ainda não foram separados do bem principal **PODEM** ser objeto de negócio jurídico. Nesse sentido, art. 95 do CC:

Art. 95. Apesar de ainda não separados do bem principal, os frutos e produtos podem ser objeto de negócio jurídico.

3. (PREFEITURA DE MATINHOS-PR/2019/NC-UFPR/ADVOGADO) Tendo em vista as disposições do Código Civil sobre os defeitos dos negócios jurídicos, assinale a alternativa correta.

- a. São nulos de pleno direito os negócios jurídicos quando as declarações de vontade emanarem de erro substancial.
- b. Será considerada coação tanto a ameaça do exercício normal de um direito quanto o temor reverencial.
- c. Na apreciação da lesão, que se verifica quando uma pessoa, por premente necessidade, ou por inexperiência, se obriga a prestação manifestamente desproporcional ao valor da prestação oposta, consideram-se os valores vigentes ao tempo da anulação do negócio jurídico.
- d. O erro de cálculo não autoriza a retificação da declaração de vontade.
- e. Quando alguém, premido da necessidade de salvar a si mesmo ou a pessoa de sua família, assume obrigação excessivamente onerosa, configura-se o estado de perigo.

Letra e.

a. Errada! A assertiva encontra amparo no **art. 138 do CC**, que determina que **serão ANULÁVEIS** (e não nulos de pleno direito!) os negócios jurídicos, quando as declarações de vontade emanarem de erro substancial que poderia ser percebido por pessoa de diligência normal, em face das circunstâncias do negócio.

Art. 138. São anuláveis os negócios jurídicos, quando as declarações de vontade emanarem de erro substancial que poderia ser percebido por pessoa de diligência normal, em face das circunstâncias do negócio.

b. Errada! O Código Civil previu expressamente que **NÃO se considera coação** a ameaça do exercício normal de um direito e o simples temor reverencial.

Art. 153. Não se considera coação a ameaça do exercício normal de um direito, nem o simples temor reverencial.

c. Errada! Segundo o art. 157, § 1º, do CC, na apreciação da lesão, consideram-se os valores vigentes **ao tempo da CELEBRAÇÃO do negócio jurídico** (e não os valores vigentes ao tempo da anulação do negócio jurídico!):

Art. 157. Ocorre a lesão quando uma pessoa, sob premente necessidade, ou por inexperiência, se obriga a prestação manifestamente desproporcional ao valor da prestação oposta.

§ 1º Aprecia-se a desproporção das prestações segundo os valores vigentes ao tempo em que foi celebrado o negócio jurídico.

§ 2º Não se decretará a anulação do negócio, se for oferecido suplemento suficiente, ou se a parte favorecida concordar com a redução do proveito.

d. Errada! O erro de cálculo **AUTORIZA** a retificação da declaração de vontade. Nesse sentido, art. 143 do CC:

Art. 143. O erro de cálculo apenas autoriza a retificação da declaração de vontade.

e. CERTA! É o que prescreve o art. 156 do CC:

Art. 156. Configura-se o estado de perigo quando alguém, premido da necessidade de salvar-se, ou a pessoa de sua família, de grave dano conhecido pela outra parte, assume obrigação excessivamente onerosa.

Parágrafo único. Tratando-se de pessoa não pertencente à família do declarante, o juiz decidirá segundo as circunstâncias.

4. (PREFEITURA DE CURITIBA-PR/2019/NC-UFPR/PROCURADOR) Sobre o instituto da responsabilidade civil e sua correlação com a responsabilidade penal, assinale a alternativa correta.
- a. Se o ato ilícito ensejador do dever de reparação também configurar uma infração penal, a responsabilidade civil requer o trânsito em julgado da sentença penal condenatória.
 - b. A responsabilidade civil é independente da criminal, não se podendo questionar mais sobre a existência do fato, ou sobre quem seja o seu autor, quando essas questões se acharem decididas no juízo criminal.
 - c. A responsabilidade civil é independente da criminal, cabendo ao juiz cível um completo reexame do caso – podendo inclusive divergir da decisão criminal quanto a autoria e materialidade do delito.
 - d. A responsabilidade civil depende da criminal, mas o juiz civil poderá divergir da decisão criminal quanto a autoria e materialidade do delito.
 - e. Em casos de crimes, só é lícito falar em reparação civil da vítima ou de seus herdeiros nos casos de infrações penais dolosas.

Letra b.

a. Errada! Prevalece, no sistema jurídico nacional, o princípio da independência das instâncias, o que significa dizer que um mesmo fato poderá ser julgado e sancionado nas diferentes esferas de punição, civil, penal e administrativa, sem que uma interfira na outra, pois são independentes. Assim, via de regra, um fato poderá, simultaneamente, ser considerado um ilícito civil, mas não ser apontado como um ilícito penal.

Logo, temos que a regra é que, se o ato ilícito ensejador do dever de reparação também configurar uma infração penal, a responsabilidade civil **NÃO requer o trânsito em julgado da sentença penal condenatória**.

b. CERTA! O princípio da independência das instâncias não é absoluto, possuindo algumas exceções. Isto é, em determinadas situações, a decisão firmada numa instância vincular-se-á a outra. Tradicionalmente, duas são as exceções apontadas:

- a. absolvição penal que negue a existência do fato ou sua autoria;
- b. condenação na esfera penal.

Assim, se, em âmbito penal, o Juiz absolver o agente com o fundamento de que os fatos imputados não ocorreram ou, se ocorreram, que não foi o agente quem os realizou (não foi o autor), as demais esferas ficarão vinculadas, não podendo chegar a qualquer outra conclusão diversa.

Nesse sentido está o art. 935 do CC:

Art. 935. A responsabilidade civil é independente da criminal, não se podendo questionar mais sobre a existência do fato, ou sobre quem seja o seu autor, quando estas questões se acharem decididas no juízo criminal.

c. Errada! Como visto logo acima, o Juiz cível **NÃO poderá divergir** da decisão criminal quanto à autoria e à materialidade (existência) do delito.

d. Errada! A responsabilidade civil **INDEPENDENTE** da criminal, mas o Juiz civil **NÃO poderá divergir** da decisão criminal quanto à autoria e à materialidade do delito. Novamente, vejamos a redação do art. 935 do CC:

Art. 935. A responsabilidade civil é independente da criminal, não se podendo questionar mais sobre a existência do fato, ou sobre quem seja o seu autor, quando estas questões se acharem decididas no juízo criminal.

e. Errada! É lícito falar em reparação civil da vítima ou de seus herdeiros tanto nos casos de infrações penais dolosas quanto no caso de infrações penais culposas, não tendo a lei estabelecido nenhuma distinção entre as duas modalidades.

O Código Penal, por exemplo, limita-se a apontar que um dos efeitos da condenação é tornar certa a obrigação de indenizar o dano causado pelo crime (art. 91, I, do CP). Igualmente, o Código de Processo Penal, ao disciplinar a ação civil *ex delicto*, não promoveu nenhuma especificação.

Art. 91 do CP. São efeitos da condenação;
I – tornar certa a obrigação de indenizar o dano causado pelo crime;

5. (TJ-PR/2019/NC-UFPR/TITULAR DE SERVIÇOS DE NOTAS E DE REGISTROS – REMOÇÃO) Várias são as formas possíveis de reunião de pessoas no Direito brasileiro, sejam com fins econômicos ou apenas sociais. Em particular, as associações e as fundações são regidas pelo Código Civil brasileiro, instituído pela Lei n. 10.406/2002. Em relação ao tema e com base no estudo da legislação civil, assinale a alternativa correta.

- a. Constituem-se as associações pela união de pessoas que se organizem com fins econômicos.
- b. A exclusão do associado só é admissível havendo justa causa, assim reconhecida em procedimento que assegure direito de defesa e de recurso, nos termos previstos no estatuto da respectiva associação.
- c. São dispensáveis a forma de gestão administrativa e de aprovação das respectivas contas nas associações que não visam o lucro.
- d. A criação de uma fundação que vise a defesa, a preservação e a conservação do meio ambiente e promoção do desenvolvimento sustentável é vedada, por se tratar de tema afeto ao direito federal.
- e. Tornando-se lícita, possível ou útil a finalidade a que visa a fundação, ou vencido o prazo de sua existência, o órgão do Ministério Público, ou qualquer interessado, lhe

promoverá a extinção, incorporando-se o seu patrimônio, salvo disposição em contrário no ato constitutivo, ou no estatuto, em outra fundação, designada pelo Juiz, que se proponha a fim igual ou semelhante.

Letra b.

a. Errada! As associações caracterizam-se pela união de pessoas que se organizam com o objetivo de realizar uma finalidade ideal ou **NÃO econômica**. Observe a previsão contida no art. 53 do CC:

Art. 53. Constituem-se as associações pela união de pessoas que se organizem para **fins não econômicos**.

Parágrafo único. Não há, entre os associados, direitos e obrigações recíprocos.

Em verdade, as associações até podem vir a desenvolver atividade econômica, de modo que o que lhe é de fato vedado é o exercício de atividade com fins lucrativos. **Associações não podem ter finalidade lucrativa!**

Nesse sentido está o enunciado 534 da VI Jornada de Direito Civil promovida pelo CJF:

Enunciado 534, artigo 53. As associações podem desenvolver atividade econômica, desde que não haja finalidade lucrativa.

Destaca-se que as atividades econômicas desenvolvidas pelas associações precisam estar expressamente previstas em seus estatutos, bem como a intenção de reverter integralmente a receita gerada para a realização dos seus objetivos sociais.

b. CERTA! Está de acordo com o art. 57 do CC:

Art. 57. A exclusão do associado só é admissível havendo justa causa, assim reconhecida em procedimento que assegure direito de defesa e de recurso, nos termos previstos no estatuto. *(Redação dada pela Lei n. 11.127, de 2005)*

c. Errada! A forma de gestão administrativa e de aprovação das respectivas contas **DEVEM estar previstas nos estatutos das associações**, segundo o art. 54, VII, do CC. São, portanto, **INDISPENSÁVEIS!**

Art. 54. Sob pena de nulidade, o estatuto das associações conterá:

I – a denominação, os fins e a sede da associação;

II – os requisitos para a admissão, demissão e exclusão dos associados;

III – os direitos e deveres dos associados;

IV – as fontes de recursos para sua manutenção;

V – o modo de constituição e de funcionamento dos órgãos deliberativos; *(Redação dada pela Lei*

n. 11.127, de 2005)

VI – as condições para a alteração das disposições estatutárias e para a dissolução.

VII – a forma de gestão administrativa e de aprovação das respectivas contas. *(Incluído pela Lei n. 11.127, de 2005)*

d. Errada! A criação de uma fundação que vise a defesa, a preservação e a conservação do meio ambiente e promoção do desenvolvimento sustentável **NÃO é vedada**, consistindo em uma das finalidades para as quais as fundações poderão ser constituídas, nos termos do **art. 62, parágrafo único, VI, do CC.**

Art. 62. Para criar uma fundação, o seu instituidor fará, por escritura pública ou testamento, dotação especial de bens livres, especificando o fim a que se destina, e declarando, se quiser, a maneira de administrá-la.

Parágrafo único. A fundação somente poderá constituir-se para fins de: *(Redação dada pela Lei n. 13.151, de 2015)*

I – assistência social; *(Incluído pela Lei n. 13.151, de 2015)*

II – cultura, defesa e conservação do patrimônio histórico e artístico; *(Incluído pela Lei n. 13.151, de 2015)*

III – educação; *(Incluído pela Lei n. 13.151, de 2015)*

IV – saúde; *(Incluído pela Lei n. 13.151, de 2015)*

V – segurança alimentar e nutricional; *(Incluído pela Lei n. 13.151, de 2015)*

VI – defesa, preservação e conservação do meio ambiente e promoção do desenvolvimento sustentável; *(Incluído pela Lei n. 13.151, de 2015)*

VII – pesquisa científica, desenvolvimento de tecnologias alternativas, modernização de sistemas de gestão, produção e divulgação de informações e conhecimentos técnicos e científicos; *(Incluído pela Lei n. 13.151, de 2015)*

VIII – promoção da ética, da cidadania, da democracia e dos direitos humanos; *(Incluído pela Lei n. 13.151, de 2015)*

IX – atividades religiosas; e *(Incluído pela Lei n. 13.151, de 2015)*

X – (VETADO). *(Incluído pela Lei n. 13.151, de 2015)*

e. Errada! O erro está na parte inicial da assertiva, pois a fundação poderá ser extinta quando a finalidade para a qual foi constituída tornar-se **ILÍCITA, IMPOSSÍVEL ou INÚTIL**, e não quando se tornar lícita, possível ou útil, como foi apontado.

Assim prescreve o art. 69 do CC:

Art. 69. Tornando-se **ilícita, impossível ou inútil** a finalidade a que visa a fundação, ou vencido o prazo de sua existência, o órgão do Ministério Público, ou qualquer interessado, lhe promoverá a extinção, incorporando-se o seu patrimônio, salvo disposição em contrário no ato constitutivo, ou no estatuto, em outra fundação, designada pelo juiz, que se proponha a fim igual ou semelhante.

Prof. Renato Borelli

2^a RODADA DE QUESTÕES NC-UFR

**DIREITO ADMINISTRATIVO E
DIREITO CONSTITUCIONAL**

 GRAN CURSOS
ONLINE



**Renato Borelli**

Juiz Federal do TRF1. Foi Juiz Federal do TRF5. Exerceu a advocacia privada e pública. Foi servidor público e assessorou Desembargador Federal (TRF1) e Ministro (STJ). Atuou no CARF/Ministério da Fazenda como Conselheiro (antigo Conselho de Contribuintes). É formado em Direito e Economia, com especialização em Direito Público, Direito Tributário e Sociologia Jurídica.

Disciplinas: Direito Administrativo e Direito Constitucional

Cargo: Delegado de Polícia

Banca organizadora: NC-UFPR

DIREITO ADMINISTRATIVO

1. (TJ-PR/2019/NC-UFPR/TITULAR DE SERVIÇOS DE NOTAS E DE REGISTROS – REMOÇÃO/ADAPTADA) Segundo Cristiana Fortini, “as concessões de serviço público são espécies de contratos administrativos, embora o conceito presente no art. 2º, inciso II, da Lei n. 8.987 assim não diga. Por meio deles, transfere-se a empresa particular ou a consórcio de empresas a execução e a exploração de certo serviço” (FORTINI, 2009).

Com relação ao assunto, julgue como certo ou errado o item abaixo:

Os serviços de notário e registrador não podem ser enquadrados no conceito acima de concessões de serviço público delegadas a particular.

2. (TJ-PR/2019/NC-UFPR/TITULAR DE SERVIÇOS DE NOTAS E DE REGISTROS – REMOÇÃO/ADAPTADA) “De todo modo, mesmo que se discorde da fundamentação normativa expressa (art. 3º, IV, e art. 66, parágrafo 1º, da CF), a inexistência de um dispositivo expresso e específico na Constituição brasileira de 1988 que se refira ao dever da Administração Pública de servir ao “interesse público” jamais poderia significar ausência de amparo normativo ao princípio da supremacia do interesse público” (HACHEM, 2011). Levando em consideração a posição do autor, assinale a alternativa correta.
 - a. A supremacia do interesse público é um princípio da Administração Pública explícito na Constituição da República de 1988, ainda que possa haver discordâncias sobre essa afirmação por parte de intérpretes.
 - b. A supremacia do interesse público é na realidade uma regra implícita no sistema constitucional brasileiro que, por vezes, é considerada regra expressa pelos intérpretes.
 - c. O princípio da supremacia do interesse público é inexoravelmente um princípio expresso da Administração Pública brasileira na Constituição da República.
 - d. O princípio da supremacia do interesse público pode ser considerado ou não um princípio regente do regime jurídico administrativo, dependendo da interpretação dos operadores jurídicos.

e. Não há como saber ao certo no Brasil se o princípio da supremacia do interesse público é um princípio constitucional.

3. (ITAIPU BINACIONAL/2019/NC-UFPR/PROFISSIONAL DE NÍVEL UNIVERSITÁRIO JR – DIREITO) A Lei da Ação Popular dispõe que são nulos os atos lesivos ao patrimônio das entidades públicas nos casos de incompetência, vício de forma, ilegalidade do objeto, inexistência dos motivos e desvio de finalidade. Com relação ao assunto, assinale a alternativa correta.

- a. A incompetência se verifica quando o agente pratica o ato visando a fim diverso daquele previsto, explícita ou implicitamente, na regra de competência.
- b. O vício de forma se verifica quando a matéria de fato ou de direito, em que se fundamenta o ato, é materialmente inexistente ou juridicamente inadequada ao resultado obtido.
- c. A ilegalidade do objeto se verifica quando o resultado do ato importa em violação de lei, regulamento ou outro ato normativo.
- d. A inexistência dos motivos consiste na omissão ou na observância incompleta ou irregular de formalidades indispensáveis à existência ou seriedade do ato.
- e. O desvio de finalidade se verifica quando o ato não se incluir nas atribuições legais do agente que o praticou.

4. (UF-PR/2013/NC-UFPR/ESTATÍSTICO) José é servidor público efetivo da Universidade Federal do Paraná, que possui natureza jurídica de autarquia. Candidatou-se, nas eleições de 2012, para o cargo de vereador do município de Curitiba. Logrou êxito e foi eleito. Em que condições o servidor poderá exercer o mandato de vereador?

- a. José deverá se afastar do cargo na Universidade a partir do dia em que passar a exercer o mandato de vereador, sendo-lhe facultado optar pela sua remuneração.
- b. José deverá se afastar do cargo na Universidade a partir do dia em que passar a exercer o mandato de vereador, e receberá, cumulativamente, as remunerações dos dois cargos, da UFPR e de vereador.
- c. Havendo compatibilidade de horários, perceberá as vantagens de seu cargo, emprego ou função, sem prejuízo da remuneração do cargo eletivo, e, não havendo compatibilidade, será afastado do cargo, emprego ou função, percebendo somente a remuneração do cargo de vereador.
- d. Havendo compatibilidade de horários, perceberá as vantagens de seu cargo, emprego ou função, sem prejuízo da remuneração do cargo eletivo, e, não havendo compatibilidade, ser-lhe-á vedado exercer o cargo de vereador.

e. Havendo compatibilidade de horários, perceberá as vantagens de seu cargo, emprego ou função, sem prejuízo da remuneração do cargo eletivo, e, não havendo compatibilidade, será afastado do cargo, emprego ou função, sendo-lhe facultado optar pela sua remuneração.

5. (UF-PR/2013/NC-UFPR/ESTATÍSTICO) Sobre a responsabilidade civil do Estado, assinale a alternativa correta.

- a. As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa.
- b. O Estado é responsável por danos causados a terceiros por ato praticado por servidor público efetivo; atos praticados por servidor público ocupante de cargo em comissão não resultam responsabilidade do Estado, mas apenas pessoal, do servidor que causou o dano.
- c. As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos não responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros.
- d. O Estado é responsável por danos causados a terceiros, sendo obrigação dos prejudicados pelos atos do Estado comprovar o dolo ou a culpa do agente estatal que deu causa ao dano.
- e. As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado exploradoras de atividade econômica responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável, independentemente da existência de culpa.

DIREITO CONSTITUCIONAL

1. (PREFEITURA DE MATINHOS-PR/2019/NC-UFPR/FISCAL DE TRIBUTOS) No que se refere à Organização dos Poderes, conforme a Constituição Federal, considere as seguintes afirmativas:
- 1) O Poder Legislativo é exercido pelo congresso Nacional, composto pela Câmara dos Deputados e Senado Federal.
 - 2) O Senado Federal compõe-se de quatro representantes de cada Estado e do Distrito Federal.
 - 3) Compete ao Poder Executivo, entre outras atribuições, sancionar, promulgar e fazer publicar as leis, bem como dispor sobre a organização e funcionamento da administração pública.
 - 4) Compete ao Supremo Tribunal Federal, órgão que compõe o Poder Judiciário, precipuamente a guarda da Constituição.

Assinale a alternativa correta.

- a. Somente a afirmativa 1 é verdadeira.
 - b. Somente as afirmativas 2 e 4 são verdadeiras.
 - c. Somente as afirmativas 1, 2 e 3 são verdadeiras.
 - d. Somente as afirmativas 1, 3 e 4 são verdadeiras.
 - e. Somente as afirmativas 2, 3 e 4 são verdadeiras.
2. (PREFEITURA DE MATINHOS-PR/2019/NC-UFPR/ADVOGADO) Com relação ao Supremo Tribunal Federal (STF), responsável precipuamente pela guarda da Constituição da República, assinale a alternativa correta.
- a. O STF é composto de onze Ministros, escolhidos entre cidadãos com mais de trinta e menos de sessenta e cinco anos de idade, de notável saber jurídico e reputação ilibada.
 - b. Compete ao STF processar e julgar, originariamente, o litígio entre Estado estrangeiro e Estado da Federação.
 - c. Compete ao STF julgar, em recurso ordinário, o *habeas corpus* decidido pelos Tribunais de Justiça, se denegatória a decisão.
 - d. As decisões definitivas de mérito, proferidas pelo STF, nas ações diretas de inconstitucionalidade e nas ações declaratórias de constitucionalidade produzirão eficácia contra todos e efeito vinculante, inclusive para o próprio STF, que não poderá rever tais decisões.
 - e. Os Ministros do STF serão nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha pela maioria absoluta do Congresso Nacional.

3. (PREFEITURA DE MATINHOS-PR/2019/NC-UFPR/ADVOGADO) Com relação aos direitos políticos elencados na Constituição da República, identifique como verdadeiras (V) ou falsas (F) as seguintes afirmativas:
- () O plebiscito e o referendo são formas de exercício da soberania popular.
 - () O alistamento e o voto são facultativos para os maiores de sessenta anos.
 - () Não podem se alistar como eleitores os analfabetos, os estrangeiros e, durante o serviço militar obrigatório, os conscritos.
 - () Para concorrerem a outros cargos, o Presidente da República, os Governadores de Estado e do Distrito Federal e os Prefeitos devem renunciar aos respectivos mandatos até seis meses antes do pleito.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta, de cima para baixo.

- a. F – V – V – V.
 - b. V – V – F – F.
 - c. F – F – V – V.
 - d. V – F – F – V.
 - e. V – F – V – F.
4. (PREFEITURA DE MATINHOS-PR/2019/NC-UFPR/ADVOGADO) Pompônio nasceu na Áustria, de pai austríaco e mãe brasileira, a qual lá estava a serviço da República Federativa do Brasil. Quanto à nacionalidade de Pompônio, nos termos da Constituição da República, é correto afirmar que ele:
- a. é brasileiro nato.
 - b. será brasileiro nato se vier a residir no Brasil e optar, após a maioridade, pela nacionalidade brasileira.
 - c. poderá se tornar brasileiro naturalizado, se residir no Brasil por mais de dez anos ininterruptos e possuir idoneidade moral.
 - d. será brasileiro nato se for registrado na repartição competente e vier a residir no Brasil.
 - e. será brasileiro nato se residir no Brasil por um ano ininterrupto e não possuir condenação criminal transitada em julgado.
5. (FPMA/2019/NC-UFPR/ADVOGADO) A organização do Estado brasileiro é tema complexo, tendo em vista que todas as entidades da Federação (União Federal, Estados, Distrito Federal e os Municípios) possuem atribuições e competências legislativas. A respeito do assunto, considere as seguintes afirmativas:
- 1) Compete aos Municípios manter, com a cooperação técnica e financeira da União e do respectivo Estado, programas de educação infantil e de ensino fundamental.

- 2) O Estado poderá intervir em seus Municípios quando não tiver sido aplicado o mínimo exigido da receita municipal na manutenção e desenvolvimento do ensino e nas ações e serviços de saúde, assistência e previdência social.
- 3) É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios fomentar a produção agropecuária e organizar o abastecimento alimentar.
- 4) O Distrito Federal e os Territórios não podem ser divididos em Municípios.

Assinale a alternativa correta.

- a. Somente a afirmativa 2 é verdadeira.
- b. Somente as afirmativas 1 e 3 são verdadeiras.
- c. Somente as afirmativas 1 e 4 são verdadeiras.
- d. Somente as afirmativas 2, 3 e 4 são verdadeiras.
- e. As afirmativas 1, 2, 3 e 4 são verdadeiras.

GABARITO

DIREITO ADMINISTRATIVO

1. C
2. a
3. c
4. e
5. a

DIREITO CONSTITUCIONAL

1. d
2. b
3. d
4. a
5. b

GABARITO COMENTADO

DIREITO ADMINISTRATIVO

1. (TJ-PR/2019/NC-UFPR/TITULAR DE SERVIÇOS DE NOTAS E DE REGISTROS – RE-MOÇÃO/ADAPTADA) Segundo Cristiana Fortini, “as concessões de serviço público são espécies de contratos administrativos, embora o conceito presente no art. 2º, inciso II, da Lei n. 8.987 assim não diga. Por meio deles, transfere-se a empresa particular ou a consórcio de empresas a execução e a exploração de certo serviço” (FORTINI, 2009).

Com relação ao assunto, julgue como certo ou errado o item abaixo:

Os serviços de notário e registrador não podem ser enquadrados no conceito acima de concessões de serviço público delegadas a particular.

Certo.

Os serviços de notário e registrador, por expressa determinação constitucional, serão delegados a um particular. Nesse sentido, art. 236 da CF:

Art. 236. Os serviços notariais e de registro são exercidos em caráter privado, por delegação do Poder Público.

De fato, não podem ser enquadrados no conceito de concessões de serviço público delegadas a particular narrado no enunciado da questão. Isso porque os serviços notariais e de registro submetem-se ao regime jurídico disciplinado na Lei n. 8.935/1994, sendo objeto de uma delegação *sui generis* concedida somente a pessoas naturais, após habilitação em concurso público de provas e títulos. No sentido oposto, a concessão de serviço público é regida pela Lei n. 8.987/1995 e se dá em favor apenas de pessoa jurídica ou consórcio de empresas, mediante prévio e necessário processo licitatório na modalidade concorrência.

Observe:

Lei n. 8.935/1994, art. 14. A delegação para o exercício da atividade notarial e de registro depende dos seguintes requisitos:

- I – habilitação em concurso público de provas e títulos;
- II – nacionalidade brasileira;
- III – capacidade civil;
- IV – quitação com as obrigações eleitorais e militares;
- V – diploma de bacharel em direito;
- VI – verificação de conduta condigna para o exercício da profissão.

Lei n. 8.987/1995, art. 2º. Para os fins do disposto nesta Lei, considera-se:

II – concessão de serviço público: a delegação de sua prestação, feita pelo poder concedente, mediante licitação, na modalidade de concorrência, à pessoa jurídica ou consórcio de empresas que demonstre capacidade para seu desempenho, por sua conta e risco e por prazo determinado;

2. (TJ-PR/2019/NC-UFPR/TITULAR DE SERVIÇOS DE NOTAS E DE REGISTROS – REMOÇÃO/ADAPTADA) “De todo modo, mesmo que se discorde da fundamentação normativa expressa (art. 3º, IV, e art. 66, parágrafo 1º, da CF), a inexistência de um dispositivo exposto e específico na Constituição brasileira de 1988 que se refira ao dever da Administração Pública de servir ao “interesse público” jamais poderia significar ausência de amparo normativo ao princípio da supremacia do interesse público” (HACHEM, 2011). Levando em consideração a posição do autor, assinale a alternativa correta.
- A supremacia do interesse público é um princípio da Administração Pública explícito na Constituição da República de 1988, ainda que possa haver discordâncias sobre essa afirmação por parte de intérpretes.
 - A supremacia do interesse público é na realidade uma regra implícita no sistema constitucional brasileiro que, por vezes, é considerada regra expressa pelos intérpretes.
 - O princípio da supremacia do interesse público é inexoravelmente um princípio exposto da Administração Pública brasileira na Constituição da República.
 - O princípio da supremacia do interesse público pode ser considerado ou não um princípio regente do regime jurídico administrativo, dependendo da interpretação dos operadores jurídicos.
 - Não há como saber ao certo no Brasil se o princípio da supremacia do interesse público é um princípio constitucional.

Letra a.

Tenha bastante cuidado, pois o examinador foi explícito ao indicar que queria saber qual seria a resposta correta “levando em consideração a posição do autor”. Assim, conforme trecho extraído da obra “Princípio constitucional da supremacia do interesse público”, é possível inferir que o autor (Daniel Wunder HACHEM) defende que a supremacia do interesse público é um princípio da Administração Pública explícito na Constituição da República de 1988, ainda que possa haver discordâncias sobre essa afirmação por parte de intérpretes. *Data venia*, é preciso apontar que se trata de um **posicionamento minoritário**, prevalecendo na doutrina que a supremacia do interesse público é princípio implícito na Constituição Federal de 1988.

3. (ITAIPU BINACIONAL/2019/NC-UFPR/PROFISSIONAL DE NÍVEL UNIVERSITÁRIO JR – DIREITO) A Lei da Ação Popular dispõe que são nulos os atos lesivos ao patrimônio das entidades públicas nos casos de incompetência, vício de forma, ilegalidade do objeto, inexistência dos motivos e desvio de finalidade. Com relação ao assunto, assinale a alternativa correta.
- A incompetência se verifica quando o agente pratica o ato visando a fim diverso daquele previsto, explícita ou implicitamente, na regra de competência.
 - O vício de forma se verifica quando a matéria de fato ou de direito, em que se fundamenta o ato, é materialmente inexistente ou juridicamente inadequada ao resultado obtido.
 - A ilegalidade do objeto se verifica quando o resultado do ato importa em violação de lei, regulamento ou outro ato normativo.
 - A inexistência dos motivos consiste na omissão ou na observância incompleta ou irregular de formalidades indispensáveis à existência ou seriedade do ato.
 - O desvio de finalidade se verifica quando o ato não se incluir nas atribuições legais do agente que o praticou.

Letra c.

A questão está fundamentada no art. 2º da Lei da Ação Popular (Lei n. 4.717/1965). Antes de analisarmos as alternativas, é essencial fazer a leitura do dispositivo legal.

Art. 2º São nulos os atos lesivos ao patrimônio das entidades mencionadas no artigo anterior, nos casos de:

- incompetência;
- vício de forma;
- ilegalidade do objeto;
- inexistência dos motivos;
- desvio de finalidade.

Parágrafo único. Para a conceituação dos casos de nulidade observar-se-ão as seguintes normas:

- a **incompetência** fica caracterizada quando o ato não se incluir nas atribuições legais do agente que o praticou;
- o **vício de forma** consiste na omissão ou na observância incompleta ou irregular de formalidades indispensáveis à existência ou seriedade do ato;
- a **ilegalidade do objeto** ocorre quando o resultado do ato importa em violação de lei, regulamento ou outro ato normativo;
- a **inexistência dos motivos** se verifica quando a matéria de fato ou de direito, em que se fundamenta o ato, é materialmente inexistente ou juridicamente inadequada ao resultado obtido;
- o **desvio de finalidade** se verifica quando o agente pratica o ato visando a fim diverso daquele previsto, explícita ou implicitamente, na regra de competência.

a. Errada! Narrou o conceito de **desvio de finalidade**, e não o de incompetência.

b. Errada! Narrou o conceito de **inexistência dos motivos**, e não o de vício de forma.

- c. CERTA!** Está de acordo com o art. 2º, parágrafo único, c.
- d. Errada!** Narrou o conceito de **vício de forma**, e não o de inexistência dos motivos.
- e. Errada!** Narrou o conceito de **incompetência**, e não o de desvio de finalidade.

4. (UF-PR/2013/NC-UFPR/ESTATÍSTICO) José é servidor público efetivo da Universidade Federal do Paraná, que possui natureza jurídica de autarquia. Candidatou-se, nas eleições de 2012, para o cargo de vereador do município de Curitiba. Logrou êxito e foi eleito. Em que condições o servidor poderá exercer o mandato de vereador?
- José deverá se afastar do cargo na Universidade a partir do dia em que passar a exercer o mandato de vereador, sendo-lhe facultado optar pela sua remuneração.
 - José deverá se afastar do cargo na Universidade a partir do dia em que passar a exercer o mandato de vereador, e receberá, cumulativamente, as remunerações dos dois cargos, da UFPR e de vereador.
 - Havendo compatibilidade de horários, perceberá as vantagens de seu cargo, emprego ou função, sem prejuízo da remuneração do cargo eletivo, e, não havendo compatibilidade, será afastado do cargo, emprego ou função, percebendo somente a remuneração do cargo de vereador.
 - Havendo compatibilidade de horários, perceberá as vantagens de seu cargo, emprego ou função, sem prejuízo da remuneração do cargo eletivo, e, não havendo compatibilidade, ser-lhe-á vedado exercer o cargo de vereador.
 - Havendo compatibilidade de horários, perceberá as vantagens de seu cargo, emprego ou função, sem prejuízo da remuneração do cargo eletivo, e, não havendo compatibilidade, será afastado do cargo, emprego ou função, sendo-lhe facultado optar pela sua remuneração.

Letra e.

Segundo o art. 94, III, da Lei n. 8.112/1990, e o art. 38, III, da CF:

- Havendo compatibilidade de horários, José perceberá as vantagens de seu cargo, emprego ou função, sem prejuízo da remuneração do cargo eletivo; e
- Não havendo compatibilidade de horários, José será afastado do cargo, emprego ou função, sendo-lhe facultado optar pela sua remuneração.

Vejamos:

Lei n. 8.112/1990, art. 94. Ao servidor investido em mandato eletivo aplicam-se as seguintes disposições:

III – investido no mandato de **vereador**:

- havendo compatibilidade de horário, perceberá as vantagens de seu cargo, sem prejuízo da remuneração do cargo eletivo;
- não havendo compatibilidade de horário, será afastado do cargo, sendo-lhe facultado optar pela sua remuneração.

Art. 38 da CF. Ao servidor público da administração direta, autárquica e fundacional, no exercício de mandato eletivo, aplicam-se as seguintes disposições:

I – tratando-se de mandato eletivo federal, estadual ou distrital, ficará afastado de seu cargo, emprego ou função;

II – investido no mandato de Prefeito, será afastado do cargo, emprego ou função, sendo-lhe facultado optar pela sua remuneração;

III – investido no mandato de Vereador, havendo compatibilidade de horários, perceberá as vantagens de seu cargo, emprego ou função, sem prejuízo da remuneração do cargo eletivo, e, não havendo compatibilidade, será aplicada a norma do inciso anterior;

IV – em qualquer caso que exija o afastamento para o exercício de mandato eletivo, seu tempo de serviço será contado para todos os efeitos legais, exceto para promoção por merecimento;

V – na hipótese de ser segurado de regime próprio de previdência social, permanecerá filiado a esse regime, no ente federativo de origem. *(Redação dada pela Emenda Constitucional n. 103, de 2019)*

5. (UF-PR/2013/NC-UFPR/ESTATÍSTICO) Sobre a responsabilidade civil do Estado, assinale a alternativa correta.
- a. As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa.
 - b. O Estado é responsável por danos causados a terceiros por ato praticado por servidor público efetivo; atos praticados por servidor público ocupante de cargo em comissão não resultam responsabilidade do Estado, mas apenas pessoal, do servidor que causou o dano.
 - c. As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos não responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros.
 - d. O Estado é responsável por danos causados a terceiros, sendo obrigação dos prejudicados pelos atos do Estado comprovar o dolo ou a culpa do agente estatal que deu causa ao dano.
 - e. As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado exploradoras de atividade econômica responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável, independentemente da existência de culpa.

Letra a.

a. CERTA! Está de acordo com o art. 37, § 6º, da CF:

Art. 37, § 6º As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa.

b. Errada! A expressão “agentes”, utilizada no § 6º do art. 37 da CF, “tem conteúdo abrangente e **engloba toda e qualquer pessoa física no exercício da função pública**: agentes públicos de direito (agentes políticos; servidores públicos estatutários, celetistas e temporários; e particulares em colaboração) e de fato (putativos e necessários).”¹

Logo, o Estado será responsável por danos causados a terceiros por ato praticado por servidor público efetivo, bem como por atos praticados por servidor público ocupante de cargo em comissão.

c. Errada! Como visto na explicação da alternativa “a”, as pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos **RESPONDERÃO** pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros.

d. Errada! O prejudicado pelo ato praticado por agente estatal **NÃO tem a obrigação** de comprovar que a conduta foi realizada a título de dolo ou a culpa, pois **a responsabilidade do Estado é objetiva**, isto é, independe de dolo ou culpa.

No § 6º do art. 37 da CF, duas espécies de responsabilidade foram previstas:

- uma de **natureza objetiva, dirigida ao Estado**, que tem o dever de reparar os danos provocados a terceiros por seus agentes, independentemente do exame de dolo ou culpa; e
- outra de **natureza subjetiva, dirigida ao agente estatal causador do dano**, que somente poderá ser acionado pelo Estado em ação regressiva se tiver atuado com dolo ou culpa.

e. Errada! Observe que o § 6º do art. 37 da CF atribuiu responsabilidade objetiva apenas às pessoas jurídicas de direito público e às pessoas jurídicas de direito privado **prestadoras de serviços públicos**, não citando as que exploram atividade econômica.

Reveja:

Art. 37, § 6º As pessoas jurídicas de direito público e as **de direito privado prestadoras de serviços públicos** responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa.

Deveras, no que tange às **empresas estatais exploradoras de atividade econômica**, a sua responsabilidade, **via de regra, será de natureza subjetiva**, “pois, além de não ser aplicável o art. 37, § 6º, da CRFB, deve ser observado o mesmo regime jurídico aplicável às empresas privadas em geral (art. 173, § 1º, II, da CRFB). Eventualmente, as estatais econômicas poderão responder de maneira objetiva com fundamento na legislação infraconstitucional, por exemplo, quando firmarem relações de consumo (arts. 12 e 14 do CDC)”.²

Destarte, as pessoas jurídicas de direito privado exploradoras de atividade econômica **NÃO responderão** pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros.

¹ OLIVEIRA, Rafael Carvalho Rezende. Curso de Direito. 6. ed. rev., atual. e ampl. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: MÉTODO, 2018.

² OLIVEIRA, Rafael Carvalho Rezende. Curso de Direito. 6. ed. rev., atual. e ampl. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: MÉTODO, 2018.

DIREITO CONSTITUCIONAL

1. (PREFEITURA DE MATINHOS-PR/2019/NC-UFPR/FISCAL DE TRIBUTOS) No que se refere à Organização dos Poderes, conforme a Constituição Federal, considere as seguintes afirmativas:
- 1) O Poder Legislativo é exercido pelo congresso Nacional, composto pela Câmara dos Deputados e Senado Federal.
 - 2) O Senado Federal compõe-se de quatro representantes de cada Estado e do Distrito Federal.
 - 3) Compete ao Poder Executivo, entre outras atribuições, sancionar, promulgar e fazer publicar as leis, bem como dispor sobre a organização e funcionamento da administração pública.
 - 4) Compete ao Supremo Tribunal Federal, órgão que compõe o Poder Judiciário, precipuamente a guarda da Constituição.

Assinale a alternativa correta.

- a. Somente a afirmativa 1 é verdadeira.
- b. Somente as afirmativas 2 e 4 são verdadeiras.
- d. Somente as afirmativas 1, 2 e 3 são verdadeiras.
- d. Somente as afirmativas 1, 3 e 4 são verdadeiras.
- e. Somente as afirmativas 2, 3 e 4 são verdadeiras.

Letra d.

Somente as afirmativas 1, 3 e 4 são verdadeiras!

Afirmativa 1: verdadeira! Está de acordo com o art. 44 da CF:

Art. 44. O Poder Legislativo é exercido pelo Congresso Nacional, que se compõe da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

Parágrafo único. Cada legislatura terá a duração de quatro anos.

Afirmativa 2: falsa! O Senado Federal compõe-se de **TRÊS representantes** de cada estado e do Distrito Federal, e não de quatro representantes, conforme o art. 46, § 1º, da CF.

Art. 46. O Senado Federal compõe-se de representantes dos Estados e do Distrito Federal, eleitos segundo o princípio majoritário.

§ 1º Cada Estado e o Distrito Federal elegerão três Senadores, com mandato de oito anos.

§ 2º A representação de cada Estado e do Distrito Federal será renovada de quatro em quatro anos, alternadamente, por um e dois terços.

§ 3º Cada Senador será eleito com dois suplentes.

Afirmativa 3: verdadeira! A assertiva indicou competências privativas do Presidente da República, que é o Chefe do Poder Executivo Federal. Tais atribuições estão positivadas no art. 84, IV e VI, a, da CF, aplicando-se, por simetria, aos Chefes do Poder Executivo dos estados, dos Municípios e do Distrito Federal.

Art. 76. O Poder Executivo é exercido pelo Presidente da República, auxiliado **pelos Ministros de Estado**.

Art. 84. Compete privativamente ao Presidente da República:

IV – sancionar, promulgar e fazer publicar as leis, bem como expedir decretos e regulamentos para sua fiel execução;

VI – dispor, mediante decreto, sobre:

- a. organização e funcionamento da administração federal, quando não implicar aumento de despesa nem criação ou extinção de órgãos públicos;
- b. extinção de funções ou cargos públicos, quando vagos;

Afirmativa 4: verdadeira! É o que preceitua o art. 102, *caput*, da CF:

Art. 102. Compete ao Supremo Tribunal Federal, precipuamente, **a guarda da Constituição**, cabendo-lhe: (...)

-
- 2.** (PREFEITURA DE MATINHOS-PR/2019/NC-UFPR/ADVOGADO) Com relação ao Supremo Tribunal Federal (STF), responsável precipuamente pela guarda da Constituição da República, assinale a alternativa correta.
- a. O STF é composto de onze Ministros, escolhidos entre cidadãos com mais de trinta e menos de sessenta e cinco anos de idade, de notável saber jurídico e reputação ilibada.
 - b. Compete ao STF processar e julgar, originariamente, o litígio entre Estado estrangeiro e Estado da Federação.
 - c. Compete ao STF julgar, em recurso ordinário, o *habeas corpus* decidido pelos Tribunais de Justiça, se denegatória a decisão.
 - d. As decisões definitivas de mérito, proferidas pelo STF, nas ações diretas de inconstitucionalidade e nas ações declaratórias de constitucionalidade produzirão eficácia contra todos e efeito vinculante, inclusive para o próprio STF, que não poderá rever tais decisões.
 - e. Os Ministros do STF serão nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha pela maioria absoluta do Congresso Nacional.

Letra b.

a. Errada! Para ser Ministro do STF, o cidadão deve ter **mais 35 anos** (e não mais de 30 anos!), conforme o art. 101 da CF.

Art. 101. O Supremo Tribunal Federal compõe-se de onze Ministros, escolhidos dentre cidadãos com mais de trinta e cinco e menos de sessenta e cinco anos de idade, de notável saber jurídico e reputação ilibada.

Parágrafo único. Os Ministros do Supremo Tribunal Federal serão nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha pela maioria absoluta do Senado Federal.

b. CERTA! É o que determina o art. 102, I, e, da CF.

Art. 102. Compete ao Supremo Tribunal Federal, precipuamente, a guarda da Constituição, cabendo-lhe:

I – processar e julgar, originariamente:

e. o **litígio entre Estado estrangeiro** ou organismo **internacional e a União, o Estado, o Distrito Federal ou o Território**;

c. Errada! Compete ao STF julgar, em recurso ordinário, o *habeas corpus* decidido **em única instância pelos Tribunais Superiores**, se denegatória a decisão.

Nesse sentido, art. 102, II, a, da CF:

Art. 102. Compete ao Supremo Tribunal Federal, precipuamente, a guarda da Constituição, cabendo-lhe:

II – julgar, em recurso ordinário:

a. o ***habeas corpus***, o mandado de segurança, o *habeas data* e o mandado de injunção **decididos em única instância pelos Tribunais Superiores, se denegatória a decisão**;

d. Errada! Quanto ao efeito vinculante, ele ocorre apenas em relação ao Poder Executivo e aos demais órgãos do Poder Judiciário, **não atingindo o próprio STF**, que, em determinadas hipóteses, **poderá rever suas decisões**.

É válido apontar que também não atingirá o legislador o qual, em tese, poderá editar uma nova lei com conteúdo material idêntico ao do texto normativo considerado inconstitucional. O tema está tratado no art. 102, § 2º, da CF:

Art. 102, § 2º As decisões definitivas de mérito, proferidas pelo Supremo Tribunal Federal, nas ações diretas de inconstitucionalidade e nas ações declaratórias de constitucionalidade produzirão eficácia contra todos **e efeito vinculante, relativamente aos demais órgãos do Poder Judiciário** e à administração pública direta e indireta, nas esferas federal, estadual e municipal.

e. Errada! Compete ao SENADO FEDERAL (e não ao Congresso Nacional!) aprovar por maioria absoluta o nome indicado pelo Presidente da República para ocupar o posto de Ministro do STF.

Art. 101, parágrafo único. Os Ministros do Supremo Tribunal Federal serão nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha pela maioria absoluta do **Senado Federal**.

3. (PREFEITURA DE MATINHOS-PR/2019/NC-UFPR/ADVOGADO) Com relação aos direitos políticos elencados na Constituição da República, identifique como verdadeiras (V) ou falsas (F) as seguintes afirmativas:
- () O plebiscito e o referendo são formas de exercício da soberania popular.
 - () O alistamento e o voto são facultativos para os maiores de sessenta anos.
 - () Não podem se alistar como eleitores os analfabetos, os estrangeiros e, durante o serviço militar obrigatório, os conscritos.
 - () Para concorrerem a outros cargos, o Presidente da República, os Governadores de Estado e do Distrito Federal e os Prefeitos devem renunciar aos respectivos mandatos até seis meses antes do pleito.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta, de cima para baixo.

- a. F – V – V – V.
- b. V – V – F – F.
- c. F – F – V – V.
- d. V – F – F – V.
- e. V – F – V – F.

Letra d.

A sequência correta, de cima para baixo, é V – F – F – V!

Afirmativa I: verdadeira! De acordo com o art. 14 da CF:

Art. 14. A soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos, e, **nos termos da lei, mediante:**

I – plebiscito;

II – referendo;

III – iniciativa popular.

Afirmativa II: falsa! O alistamento e o voto serão facultativos para os **maiores de 70 anos** (art. 14, § 1º, II, *b*, da CF):

Art. 14, § 1º O alistamento eleitoral e o voto são:

I – obrigatórios para os maiores de dezoito anos;

II – facultativos para:

a. os analfabetos;

b. os maiores de setenta anos;

c. os maiores de dezesseis e menores de dezoito anos.

Afirmativa III: falsa! A Constituição Federal, art. 14, § 2º, dispõe que não podem se alistar como eleitores os estrangeiros e, durante o serviço militar obrigatório, os conscritos. Os **analfabetos**, por seu turno, **podem se alistar como eleitores**, muito embora esse alistamento seja facultativo, de acordo com o art. 14, § 1º, a, da CF.

Art. 14, § 1º O alistamento eleitoral e o voto são:

II – facultativos para:

a. os analfabetos;

§ 2º **Não podem** alistar-se como eleitores os **estrangeiros** e, durante o período do serviço militar obrigatório, os **conscritos**.

Afirmativa IV: verdadeira! Está de acordo com o art. 14, § 6º, da CF:

Art. 14, § 6º Para concorrerem a outros cargos, o Presidente da República, os Governadores de Estado e do Distrito Federal e os Prefeitos devem renunciar aos respectivos mandatos até seis meses antes do pleito.

4. (PREFEITURA DE MATINHOS-PR/2019/NC-UFPR/ADVOGADO) Pompônio nasceu na Áustria, de pai austríaco e mãe brasileira, a qual lá estava a serviço da República Federativa do Brasil. Quanto à nacionalidade de Pompônio, nos termos da Constituição da República, é correto afirmar que ele:
- é brasileiro nato.
 - será brasileiro nato se vier a residir no Brasil e optar, após a maioridade, pela nacionalidade brasileira.
 - poderá se tornar brasileiro naturalizado, se residir no Brasil por mais de dez anos ininterruptos e possuir idoneidade moral.
 - será brasileiro nato se for registrado na repartição competente e vier a residir no Brasil.
 - será brasileiro nato se residir no Brasil por um ano ininterrupto e não possuir condenação criminal transitada em julgado.

Letra a.

Tendo em vista que a **mãe** de Pompônio estava na Áustria **a serviço da República Federativa do Brasil**, ele **deverá ser considerado BRASILEIRO NATO**, enquadrando-se na hipótese contemplada no **art. 12, I, b, da CF**. Vejamos:

Art. 12. São brasileiros:

I – natos:

a. os nascidos na República Federativa do Brasil, ainda que de pais estrangeiros, desde que estes não estejam a serviço de seu país;

- b. os nascidos no estrangeiro, de pai brasileiro ou mãe brasileira, desde que qualquer deles esteja a serviço da República Federativa do Brasil;
- c. os nascidos no estrangeiro de pai brasileiro ou de mãe brasileira, desde que sejam registrados em repartição brasileira competente ou venham a residir na República Federativa do Brasil e optem, em qualquer tempo, depois de atingida a maioridade, pela nacionalidade brasileira;

5. (FPMA/2019/NC-UFPR/ADVOGADO) A organização do Estado brasileiro é tema complexo, tendo em vista que todas as entidades da Federação (União Federal, Estados, Distrito Federal e os Municípios) possuem atribuições e competências legislativas. A respeito do assunto, considere as seguintes afirmativas:
- 1) Compete aos Municípios manter, com a cooperação técnica e financeira da União e do respectivo Estado, programas de educação infantil e de ensino fundamental.
 - 2) O Estado poderá intervir em seus Municípios quando não tiver sido aplicado o mínimo exigido da receita municipal na manutenção e desenvolvimento do ensino e nas ações e serviços de saúde, assistência e previdência social.
 - 3) É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios fomentar a produção agropecuária e organizar o abastecimento alimentar.
 - 4) O Distrito Federal e os Territórios não podem ser divididos em Municípios.

Assinale a alternativa correta.

- a. Somente a afirmativa 2 é verdadeira.
- b. Somente as afirmativas 1 e 3 são verdadeiras.
- c. Somente as afirmativas 1 e 4 são verdadeiras.
- d. Somente as afirmativas 2, 3 e 4 são verdadeiras.
- e. As afirmativas 1, 2, 3 e 4 são verdadeiras.

Letra b.

Somente as afirmativas 1 e 3 são verdadeiras!

Afirmativa 1: verdadeira! Está de acordo com o art. 30, VI, da CF:

Art. 30. Compete aos Municípios:

- I – legislar sobre assuntos de interesse local;
- II – suplementar a legislação federal e a estadual no que couber;
- III – instituir e arrecadar os tributos de sua competência, bem como aplicar suas rendas, sem prejuízo da obrigatoriedade de prestar contas e publicar balancetes nos prazos fixados em lei;
- IV – criar, organizar e suprimir distritos, observada a legislação estadual;
- V – organizar e prestar, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, os serviços públicos de interesse local, incluído o de transporte coletivo, que tem caráter essencial;
- VI – manter, com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado, programas de educação infantil e de ensino fundamental;** (*Redação dada pela Emenda Constitucional n. 53, de 2006*)
- VII – prestar, com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado, serviços de atendimento à saúde da população;

- VIII – promover, no que couber, adequado ordenamento territorial, mediante planejamento e controle do uso, do parcelamento e da ocupação do solo urbano;
- IX – promover a proteção do patrimônio histórico-cultural local, observada a legislação e a ação fiscalizadora federal e estadual.

Afirmativa 2: falsa! É hipótese que autoriza o Estado a intervir em seus Municípios a não aplicação do mínimo exigido da receita municipal na manutenção e desenvolvimento do ensino e nas ações e serviços de saúde, **NÃO englobando a assistência e previdência social**. Trata-se da hipótese de intervenção estadual e federal (quando a União intervir nos Municípios localizados em Territórios Federais) estampada no art. 35, III, da CF.

Vejam os:

Art. 35. O Estado não intervirá em seus Municípios, nem a União nos Municípios localizados em Território Federal, **exceto quando**:

I – deixar de ser paga, sem motivo de força maior, por dois anos consecutivos, a dívida fundada;

II – não forem prestadas contas devidas, na forma da lei;

III – não tiver sido aplicado o mínimo exigido da receita municipal na manutenção e desenvolvimento do ensino e nas ações e serviços públicos de saúde; (Redação dada pela Emenda Constitucional n. 29, de 2000)

IV – o Tribunal de Justiça der provimento a representação para assegurar a observância de princípios indicados na Constituição Estadual, ou para prover a execução de lei, de ordem ou de decisão judicial.

Obs.: o rol consagrado no art. 35 é taxativo!

Afirmativa 3: verdadeira! Está de acordo com o art. 23, VIII, da CF:

Art. 23. É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:

VIII – fomentar a produção agropecuária e organizar o abastecimento alimentar;

Afirmativa 4: falsa! A alternativa está errada porque **os Territórios podem ser divididos em Municípios**, segundo o art. 33, § 1º, da CF.

Art. 33, § 1º Os Territórios poderão ser divididos em Municípios, aos quais se aplicará, no que couber, o disposto no Capítulo IV deste Título.

Quanto ao **Distrito Federal**, é realmente **vedada a sua divisão em Municípios** pelo art. 32 da CF.

Art. 32. O Distrito Federal, vedada sua divisão em Municípios, reger-se-á por lei orgânica, votada em dois turnos com interstício mínimo de dez dias, e aprovada por dois terços da Câmara Legislativa, que a promulgará, atendidos os princípios estabelecidos nesta Constituição.

Prof. Renato Borelli

3^a RODADA DE QUESTÕES NC-UFR

**DIREITO PENAL E
DIREITO PROCESSUAL PENAL**

 GRAN CURSOS
ONLINE



**Renato Borelli**

Juiz Federal do TRF1. Foi Juiz Federal do TRF5. Exerceu a advocacia privada e pública. Foi servidor público e assessorou Desembargador Federal (TRF1) e Ministro (STJ). Atuou no CARF/Ministério da Fazenda como Conselheiro (antigo Conselho de Contribuintes). É formado em Direito e Economia, com especialização em Direito Público, Direito Tributário e Sociologia Jurídica.

Disciplinas: Direito Penal e Direito Processual Penal

Cargo: Delegado de Polícia

Banca organizadora: NC-UFPR

DIREITO PENAL

1. (TJ-PR/2019/NC-UFPR/TITULAR DE SERVIÇOS DE NOTAS E DE REGISTROS – REMOÇÃO/ADAPTADA) Uma mulher que, em razão de acordo verbal com os pais, cuida de uma criança percebe que esta caiu por caso fortuito num poço profundo e, embora esteja viva, precisa ser retirada por adultos. Voluntariamente, a mulher omite dos grupos de busca que tem conhecimento de onde se encontra a criança, que é considerada desaparecida. Passadas algumas horas, a criança morre por falta de alimentação. Assinale a alternativa que identifica o crime praticado pela mulher.
 - a. Homicídio doloso por comissão (tipo comissivo).
 - b. Homicídio doloso por omissão (tipo omissivo impróprio).
 - c. Homicídio doloso por omissão (tipo omissivo próprio).
 - d. Maus-tratos com resultado morte (tipo comissivo ou omissivo preterdoloso).
 - e. Abandono de incapaz com resultado morte (tipo omissivo próprio preterdoloso).

2. (TJ-PR/2019/NC-UFPR/TITULAR DE SERVIÇOS DE NOTAS E DE REGISTROS – REMOÇÃO/ADAPTADA) Relação de causalidade é o liame ou vínculo de causa e efeito entre atos passíveis de serem imputados ao suspeito de determinado delito e seu resultado material. É certo que nosso direito positivo adotou um posicionamento sobre o assunto. A teoria da relação causal adotada pelo Código Penal brasileiro é:
 - a. causalidade adequada.
 - b. relevância jurídica.
 - c. totalidade das condições.
 - d. causa eficaz.
 - e. equivalência das condições.

3. (UFPR/2017/NC-UFPR/TRADUTOR E INTÉRPRETE DE LINGUAGEM DE SINAIS) A ação de “retardar ou deixar de praticar, indevidamente, ato de ofício, ou praticá-lo contra disposição expressa de lei, para satisfazer interesse ou sentimento pessoal” configura crime de:
- corrupção passiva.
 - tráfico de influência.
 - advocacia administrativa.
 - prevaricação.
 - concussão.

4. (UFPR/2017/NC-UFPR/AUXILIAR EM ADMINISTRAÇÃO) Considere as seguintes situações:
- Funcionário público simula viagem para receber dinheiro referente a diárias.
 - Empresário oferece valor em dinheiro a funcionário público para obter velocidade na tramitação de processo administrativo de seu interesse.
 - Secretário de Estado toma conhecimento de desvio funcional de subordinado, mas não determina a apuração dos fatos por se tratar de seu amigo e aliado político.

Tais situações constituem, respectivamente, os crimes contra a Administração Pública de:

- corrupção passiva – corrupção ativa – favorecimento pessoal.
 - peculato – prevaricação – favorecimento pessoal.
 - condescendência criminosa – concussão – prevaricação.
 - peculato – corrupção ativa – prevaricação.
 - condescendência criminosa – peculato – corrupção passiva.
5. (DPE-PR/2014/NC-UFPR/DEFENSOR PÚBLICO) Considera-se vulnerável, para fins de tipificação do crime de estupro de vulnerável (art. 217-A, § 1º, do CP):
- o maior de 60 anos.
 - quem, por deficiência mental, não tem o necessário discernimento para a prática do ato.
 - o menor de 16 anos, ainda que possua o necessário discernimento para a prática do ato.
 - o descendente, menor de 18 anos, ainda que possua o necessário discernimento para a prática do ato.
 - a mulher, no âmbito das relações domésticas.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

1. (TJ-PR/2019/NC-UFPR/TITULAR DE SERVIÇOS DE NOTAS E DE REGISTROS – REMOÇÃO) O Supremo Tribunal Federal (STF) e o Superior Tribunal de Justiça (STJ) têm considerável jurisprudência sumulada em relação à competência jurisdicional em matéria penal. Sobre o tema, identifique como verdadeiras (V) ou falsas (F) as seguintes afirmativas:
- () Caso um deputado estadual do Paraná contrate um indivíduo para matar seu adversário político, consumado o crime durante o exercício do mandato, será processado e julgado pelo Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.
 - () Compete ao foro do local da recusa processar e julgar o crime de estelionato mediante cheque sem provisão de fundos.
 - () Caso a vítima seja indígena, competirá à Justiça Federal o julgamento de crime de furto.
 - () Em caso de tráfico interestadual de entorpecentes, cuja produção da substância ilícita se dá no Mato Grosso do Sul, para distribuição no Paraná, a competência é da Justiça Federal.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta, de cima para baixo.

- a. V – V – F – F.
- b. V – F – V – V.
- c. F – V – F – F.
- d. F – F – V – V.
- e. F – V – F – V.

2. (DPE-PR/2014/NC-UFPR/DEFENSOR PÚBLICO) O promotor de justiça ofereceu denúncia em face de Evandro por suposta prática de crime de furto qualificado, pelo rompimento de obstáculo à subtração da coisa. O juiz rejeitou liminarmente a inicial acusatória fundamentando na falta de justa causa para a ação penal (artigo 395, inciso III, do Código de Processo Penal). Desta decisão o representante do Ministério Público interpôs recurso em sentido estrito e apresentou as razões recursais. De acordo com a situação narrada, assinale a alternativa correta.
- a. Apresentadas as razões recursais, deverá o juiz remeter os autos ao Tribunal competente para julgar o recurso, não sendo necessário intimar Evandro para apresentar contrarrazões recursais, pois a denúncia sequer foi recebida.
 - b. Apresentadas as razões recursais, o juiz deverá remeter os autos à 2ª instância. Ao receber o recurso, o Desembargador relator abrirá vista ao denunciado para oferecer contrarrazões recursais, por se tratar de crime punido com reclusão.
 - c. Apresentadas as razões recursais, o juiz deverá intimar o denunciado para oferecer contrarrazões recursais, pois, caso contrário, a falta de intimação do denunciado acarretará nulidade, não a suprimindo a nomeação de defensor dativo.

- d. Se o Tribunal der provimento ao recurso interposto pelo Ministério Público por entender nula a decisão de 1ª instância, o acórdão valerá pelo recebimento da denúncia.
- e. Se o juiz de 1ª instância se retratar, por simples petição o denunciado pode requer que os autos subam à 2ª instância para julgamento, consequência natural do efeito regressivo do recurso em sentido estrito.

- 3.** (TJ-PR/2013/NC-UFPR/JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO) Assinale a alternativa INCORRETA:
- a. Produzidas as provas, ao final da audiência, o Ministério Público, o querelante e o assistente e, a seguir, o acusado poderão requerer diligências cuja necessidade se origine de circunstâncias ou fatos apurados na instrução.
 - b. O juiz poderá, considerada a complexidade do caso ou o número de acusados, conceder às partes o prazo de 5 (cinco) dias sucessivamente para a apresentação de memoriais. Nesse caso, terá o prazo de 10 (dez) dias para proferir a sentença.
 - c. Na instrução poderão ser inquiridas até 8 (oito) testemunhas arroladas pela acusação e 8 (oito) pela defesa, compreendendo as que não prestem compromisso e as referidas.
 - d. Ao assistente do Ministério Público, após a manifestação desse, serão concedidos 10 (dez) minutos, para apresentação de suas alegações finais orais, prorrogando-se por igual período o tempo de manifestação da defesa.
- 4.** (TJ-PR/2013/NC-UFPR/JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO) Assinale a alternativa INCORRETA:
- a. Quando a infração deixar vestígios, será indispensável o exame de corpo de delito, direto ou indireto, podendo supri-lo a confissão do acusado.
 - b. Não sendo possível o exame de corpo de delito, por haverem desaparecido os vestígios, a prova testemunhal poderá suprir a falta.
 - c. O exame de corpo de delito poderá ser feito em qualquer dia e a qualquer hora.
 - d. O laudo pericial será elaborado no prazo máximo de dez (10) dias, podendo este prazo ser prorrogado, em casos excepcionais, a requerimento dos peritos.
- 5.** (TJ-PR/2013/NC-UFPR/JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO) Assinale a alternativa correta:
- a. Antes de publicada a sentença final, as coisas apreendidas não poderão ser restituídas enquanto interessarem ao processo.
 - b. A restituição, quando cabível, poderá ser ordenada somente pela autoridade judiciária, mediante termo nos autos, desde que não exista dúvida quanto ao direito do reclamante.
 - c. Depois de ordenado o arquivamento do inquérito pela autoridade judiciária, por falta de base para a denúncia, a autoridade policial não mais poderá empreender novas investigações, porque a decisão faz coisa julgada.
 - d. O incidente da insanidade mental processar-se-á em auto apartado, que só depois da apresentação do laudo, será apenso ao processo principal.

GABARITO

DIREITO PENAL

1. b
2. e
3. d
4. d
5. b

DIREITO PROCESSUAL PENAL

1. c
2. c
3. c
4. a
5. d

GABARITO COMENTADO

DIREITO PENAL

1. (TJ-PR/2019/NC-UFPR/TITULAR DE SERVIÇOS DE NOTAS E DE REGISTROS – REMOÇÃO/ADAPTADA) Uma mulher que, em razão de acordo verbal com os pais, cuida de uma criança percebe que esta caiu por caso fortuito num poço profundo e, embora esteja viva, precisa ser retirada por adultos. Voluntariamente, a mulher omite dos grupos de busca que tem conhecimento de onde se encontra a criança, que é considerada desaparecida. Passadas algumas horas, a criança morre por falta de alimentação. Assinale a alternativa que identifica o crime praticado pela mulher.
- Homicídio doloso por comissão (tipo comissivo).
 - Homicídio doloso por omissão (tipo omissivo impróprio).
 - Homicídio doloso por omissão (tipo omissivo próprio).
 - Maus-tratos com resultado morte (tipo comissivo ou omissivo preterdoloso).
 - Abandono de incapaz com resultado morte (tipo omissivo próprio preterdoloso).

Letra b.

Na situação narrada, foi praticado o crime de homicídio doloso por omissão (tipo omissivo impróprio).

Preliminarmente, destaca-se que a mulher, ao comprometer-se a cuidar da criança, colocou-se na posição de garante, assumindo o dever jurídico de zelar pela integridade física do menor. Tal incumbência decorre do disposto no art. 13, § 2º, “b”, do CP, que assim determina:

Art. 13, § 2º A omissão é penalmente relevante quando o omitente devia e podia agir para evitar o resultado. O dever de agir incumbe a quem:

- tenha por lei obrigação de cuidado, proteção ou vigilância;
- de outra forma, assumiu a responsabilidade de impedir o resultado;
- com seu comportamento anterior, criou o risco da ocorrência do resultado.

Quanto aos crimes omissivos impróprios, também chamados de comissivos por omissão ou omissivos qualificados, eles fundamentam-se em um tipo penal possuidor de uma norma de natureza proibitiva, isto é, em tipos penais que preveem um comportamento positivo (comissivo) o qual precisa ser praticado para configurar o ilícito. Ocorre que, nos ilícitos omissivos impróprios, em que se pese o agente não tenha atuado de maneira comissiva, mas omissiva, como gozava do status de garantidor, aplica-se a norma de extensão prevista no § 2º do art. 13 do Código Penal, devendo o agente responder pela sua omissão como se tivesse atuado de maneira comissiva. É por tal motivo que se fala na prática de um crime comissivo por omissão.

Resumindo: nos crimes omissivos impróprios, o tipo penal contempla um comportamento comissivo, a exemplo do previsto no art. 121 do CP, que tipifica o crime de homicídio, o qual será equiparado a omissão do agente em razão da sua posição de garantidor, incidindo a norma de extensão no art. 13, § 2º, do CP.

Assim, a mulher, ao voluntariamente se omitir sobre a localização da criança, deixando-a padecer até a morte, praticou homicídio doloso por omissão.

2. (TJ-PR/2019/NC-UFPR/TITULAR DE SERVIÇOS DE NOTAS E DE REGISTROS – REMOÇÃO/ADAPTADA) Relação de causalidade é o liame ou vínculo de causa e efeito entre atos passíveis de serem imputados ao suspeito de determinado delito e seu resultado material. É certo que nosso direito positivo adotou um posicionamento sobre o assunto. A teoria da relação causal adotada pelo Código Penal brasileiro é:
- causalidade adequada.
 - relevância jurídica.
 - totalidade das condições.
 - causa eficaz.
 - equivalência das condições.

Letra e.

A teoria da relação causal adotada como regra pelo Código Penal brasileiro é a teoria da equivalência dos antecedentes causais (equivalência das condições), consoante indica o art. 13, *caput*, do Código Penal, in verbis:

Art. 13. O resultado, de que depende a existência do crime, somente é imputável a quem lhe deu causa. Considera-se causa a ação ou omissão sem a qual o resultado não teria ocorrido.

Assim, considera-se causa a ação ou a omissão sem a qual o resultado não teria ocorrido. Isso significa que todos os fatos antecedentes ao resultado e sem os quais este não teria ocorrido da forma e no momento em que ocorreu se equivalem, devendo ser considerados causa.

Aponta-se, porém, que o próprio Código Penal previu uma exceção no seu art. 13, § 1º, no qual adotou a teoria da condição qualificada ou individualizadora (teoria da causalidade adequada), que será aplicada as causas relativamente independentes supervenientes que por si só produzem o resultado.

Art. 13, § 1º A superveniência de causa relativamente independente exclui a imputação quando, por si só, produziu o resultado; os fatos anteriores, entretanto, imputam-se a quem os praticou.

3. (UFPR/2017/NC-UFPR/TRADUTOR E INTÉRPRETE DE LINGUAGEM DE SINAIS) A ação de “retardar ou deixar de praticar, indevidamente, ato de ofício, ou praticá-lo contra disposição expressa de lei, para satisfazer interesse ou sentimento pessoal” configura crime de:
- corrupção passiva.
 - tráfico de influência.
 - advocacia administrativa.
 - prevaricação.
 - conculsação.

Letra d.

Configura crime de PREVARICAÇÃO a ação de “retardar ou deixar de praticar, indevidamente, ato de ofício, ou praticá-lo contra disposição expressa de lei, para satisfazer interesse ou sentimento pessoal”, nos termos do art. 319 do Código Penal:

Prevaricação

Art. 319. Retardar ou deixar de praticar, indevidamente, ato de ofício, ou praticá-lo contra disposição expressa de lei, para satisfazer interesse ou sentimento pessoal:

Pena – detenção, de três meses a um ano, e multa.

Art. 319-A. Deixar o Diretor de Penitenciária e/ou agente público, de cumprir seu dever de vedar ao preso o acesso a aparelho telefônico, de rádio ou similar, que permita a comunicação com outros presos ou com o ambiente externo: (Incluído pela Lei n. 11.466, de 2007).

Pena – detenção, de 3 (três) meses a 1 (um) ano.

4. (UFPR/2017/NC-UFPR/AUXILIAR EM ADMINISTRAÇÃO) Considere as seguintes situações:
- Funcionário público simula viagem para receber dinheiro referente a diárias.
 - Empresário oferece valor em dinheiro a funcionário público para obter velocidade na tramitação de processo administrativo de seu interesse.
 - Secretário de Estado toma conhecimento de desvio funcional de subordinado, mas não determina a apuração dos fatos por se tratar de seu amigo e aliado político.

Tais situações constituem, respectivamente, os crimes contra a Administração Pública de:

- corrupção passiva – corrupção ativa – favorecimento pessoal.
- peculato – prevaricação – favorecimento pessoal.
- condescendência criminosa – conculsação – prevaricação.
- peculato – corrupção ativa – prevaricação.
- condescendência criminosa – peculato – corrupção passiva.

Letra d.

As três situações constituem, respectivamente, os crimes de peculato, corrupção ativa e prevaricação.

SITUAÇÃO 1: Retrato o crime de peculato mediante erro de outrem, também chamado pela doutrina de peculato estelionato, consistindo na “captação indevida, por parte do funcionário público, de dinheiro ou qualquer outra utilidade mediante o aproveitamento ou manutenção do erro alheio”.¹

Trata-se do ilícito tipificado no art. 313 do CP.

Peculato mediante erro de outrem

Art. 313. Apropriar-se de dinheiro ou qualquer utilidade que, no exercício do cargo, recebeu por erro de outrem:

Pena – reclusão, de um a quatro anos, e multa.

SITUAÇÃO 2: Retrato o crime de corrupção ativa, em que um particular oferece ou promete vantagem indevida a um funcionário público para determiná-lo a praticar, omitir ou retardar ato de ofício, nos termos do art. 333 do CP:

Art. 333. Oferecer ou prometer vantagem indevida a funcionário público, para determiná-lo a praticar, omitir ou retardar ato de ofício:

Pena – reclusão, de 2 (dois) a 12 (doze) anos, e multa. (Redação dada pela Lei n. 10.763, de 12.11.2003)

Parágrafo único. A pena é aumentada de um terço, se, em razão da vantagem ou promessa, o funcionário retarda ou omite ato de ofício, ou o pratica infringindo dever funcional.

SITUAÇÃO 3: Retrato o crime de PREVARICAÇÃO, caracterizado pela infidelidade do funcionário público ao dever de ofício, à função exercida, consubstanciada através do não cumprimento das obrigações que lhe são inerentes, em razão de ter dado prioridade a interesses ou sentimentos próprios.²

Nesse sentido, art. 319 do Código Penal:

Prevaricação

Art. 319. Retardar ou deixar de praticar, indevidamente, ato de ofício, ou praticá-lo contra disposição expressa de lei, para satisfazer interesse ou sentimento pessoal:

Pena – detenção, de três meses a um ano, e multa.

Na situação narrada, o Secretário de Estado deixou de apurar desvio funcional de subordinado porque este era seu amigo (sentimento pessoal) e seu aliado político (interesse pessoal).

¹ MASSON, Cleber. Direito penal: parte especial arts. 213 a 359-h. 8. ed. São Paulo: Forense, 2018

² MASSON, Cleber. Direito penal: parte especial arts. 213 a 359-h. 8. ed. São Paulo: Forense, 2018

Obs.: Caso o Secretário deixasse de responsabilizar o servidor, por mera indulgência (perdão, clemência, tolerância) teria praticado o crime de condescendência criminosa, de acordo com o art. 320 do CP:

Condescendência criminosa

Art. 320. Deixar o funcionário, por indulgência, de responsabilizar subordinado que cometeu infração no exercício do cargo ou, quando lhe falte competência, não levar o fato ao conhecimento da autoridade competente:

Pena – detenção, de quinze dias a um mês, ou multa.

5. (DPE-PR/2014/NC-UFPR/DEFENSOR PÚBLICO) Considera-se vulnerável, para fins de tipificação do crime de estupro de vulnerável (art. 217-A, § 1º, do CP):
- a. o maior de 60 anos.
 - b. quem, por deficiência mental, não tem o necessário discernimento para a prática do ato.
 - c. o menor de 16 anos, ainda que possua o necessário discernimento para a prática do ato.
 - d. o descendente, menor de 18 anos, ainda que possua o necessário discernimento para a prática do ato.
 - e. a mulher, no âmbito das relações domésticas.

Letra b.

A partir do disposto no Código Penal, temos que se consideram vulneráveis, para fins de tipificação do crime de estupro de vulnerável:

- a. Os menores de 14 anos, conforme o art. 217-A, *caput*, do CP;
- b. Aqueles que, por deficiência mental, não tem o necessário discernimento para a prática do ato, conforme o art. 217-A, § 1º, do CP; e
- c. Aqueles que, por qualquer outra causa, não podem oferecer resistência, conforme o art. 217-A, § 1º, do CP.

Correta, portanto, a alternativa D!

Façamos a leitura do art. 217-A:

Estupro de vulnerável

Art. 217-A. Ter conjunção carnal ou praticar outro ato libidinoso com menor de 14 (catorze) anos: (Incluído pela Lei n. 12.015, de 2009)

Pena – reclusão, de 8 (oito) a 15 (quinze) anos. (Incluído pela Lei n. 12.015, de 2009)

§ 1º Incorre na mesma pena quem pratica as ações descritas no *caput* com alguém que, **por enfermidade ou deficiência mental, não tem o necessário discernimento para a prática do ato, ou que, por qualquer outra causa, não pode oferecer resistência.** (Incluído pela Lei n. 12.015, de 2009)

§ 2º (VETADO) (Incluído pela Lei n. 12.015, de 2009)

§ 3º Se da conduta resulta lesão corporal de natureza grave: (Incluído pela Lei n. 12.015, de 2009)

Pena – reclusão, de 10 (dez) a 20 (vinte) anos. (Incluído pela Lei n. 12.015, de 2009)

§ 4º Se da conduta resulta morte: (Incluído pela Lei n. 12.015, de 2009)

Pena – reclusão, de 12 (doze) a 30 (trinta) anos. (Incluído pela Lei n. 12.015, de 2009)

§ 5º As penas previstas no *caput* e nos §§ 1º, 3º e 4º deste artigo aplicam-se independentemente do consentimento da vítima ou do fato de ela ter mantido relações sexuais anteriormente ao crime. (Incluído pela Lei n. 13.718, de 2018)

DIREITO PROCESSUAL PENAL

1. (TJ-PR/2019/NC-UFPR/TITULAR DE SERVIÇOS DE NOTAS E DE REGISTROS – REMOÇÃO) O Supremo Tribunal Federal (STF) e o Superior Tribunal de Justiça (STJ) têm considerável jurisprudência sumulada em relação à competência jurisdicional em matéria penal. Sobre o tema, identifique como verdadeiras (V) ou falsas (F) as seguintes afirmativas:
- () Caso um deputado estadual do Paraná contrate um indivíduo para matar seu adversário político, consumado o crime durante o exercício do mandato, será processado e julgado pelo Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.
 - () Compete ao foro do local da recusa processar e julgar o crime de estelionato mediante cheque sem provisão de fundos.
 - () Caso a vítima seja indígena, competirá à Justiça Federal o julgamento de crime de furto.
 - () Em caso de tráfico interestadual de entorpecentes, cuja produção da substância ilícita se dá no Mato Grosso do Sul, para distribuição no Paraná, a competência é da Justiça Federal.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta, de cima para baixo.

- a. V – V – F – F.
- b. V – F – V – V.
- c. F – V – F – F.
- d. F – F – V – V.
- e. F – V – F – V.

Letra c.

A sequência correta, de cima para baixo, é F – V – F – F!

Afirmativa 1: falsa! O Deputado Estadual do Paraná deverá ser processado e julgado pelo **TRIBUNAL DO JÚRI** (e não pelo Tribunal de Justiça do Estado do Paraná!).

Isso porque o STF, no julgamento de questão de ordem na Ação Penal n. 934, fixou tese de que o foro por prerrogativa de função aplica-se apenas aos crimes cometidos durante o exercício do cargo e relacionados às funções desempenhadas.

Tendo em vista que o homicídio de um adversário político é ilícito que não guarda pertinência com as funções atribuídas a um Deputado, deverá prevalecer a competência do Tribunal do Júri, que é, via de regra, o órgão responsável pelo julgamento dos crimes dolosos contra a vida, e não o foro privilegiado perante o Tribunal de Justiça do Estado do Pará.

EMENTA: III. Conclusão 6. Resolução da questão de ordem com a fixação das seguintes teses: **(i) O foro por prerrogativa de função aplica-se apenas aos crimes cometidos durante o exercício do cargo e relacionados às funções desempenhadas;** e (ii) Após o final da instrução processual, com a publicação do despacho de intimação para apresentação de alegações finais, a competência para processar e julgar ações penais não será mais afetada em razão de o agente público vir a ocupar cargo ou deixar o cargo que ocupava, qualquer que seja o motivo. (...)
(AP 937 QO, Relator(a): Min. ROBERTO BARROSO, Tribunal Pleno, julgado em 03/05/2018)
(Destacamos)

Afirmativa 2: verdadeira! Está de acordo com a Súmula 521 do STF.

Súmula 521-STF. O foro competente para o processo e julgamento dos crimes de estelionato, sob a modalidade da emissão dolosa de cheque sem provisão de fundos, é o do local onde se deu a recusa do pagamento pelo sacado.

Afirmativa 3: falsa! Caso a vítima seja indígena, competirá à **Justiça ESTADUAL** o julgamento de crime de furto.

Conforme o art. 109, XI, da CF, a competência somente será da Justiça Federal quando a lide envolver direitos indígenas. Não sendo este o caso, deve prevalecer a competência da Justiça Estadual, de acordo com a Súmula 140 do STJ.

CF, art. 109. Aos juízes federais compete processar e julgar:

XI – a disputa sobre direitos indígenas.

Súmula 140-STJ. Compete à Justiça Comum Estadual processar e julgar crime em que o indígena figure como autor ou vítima.

Afirmativa 4: falsa! É da competência da **Justiça ESTADUAL** processar e julgar o crime de tráfico **interestadual** de entorpecentes, ficando reservada a Justiça Federal o julgamento do tráfico internacional de entorpecentes.

O entendimento foi cristalizado na Súmula 522 do STF:

Súmula 522-STF. Salvo ocorrência de tráfico para o exterior, quando, então, a competência será da justiça federal, compete à justiça dos estados o processo e julgamento dos crimes relativos a entorpecentes.

2. (DPE-PR/2014/NC-UFPR/DEFENSOR PÚBLICO) O promotor de justiça ofereceu denúncia em face de Evandro por suposta prática de crime de furto qualificado, pelo rompimento de obstáculo à subtração da coisa. O juiz rejeitou liminarmente a inicial acusatória fundamentando na falta de justa causa para a ação penal (artigo 395, inciso III, do Código de Processo Penal). Desta decisão o representante do Ministério Público interpôs recurso em sentido estrito e apresentou as razões recursais. De acordo com a situação narrada, assinale a alternativa correta.
- Apresentadas as razões recursais, deverá o juiz remeter os autos ao Tribunal competente para julgar o recurso, não sendo necessário intimar Evandro para apresentar contrarrazões recursais, pois a denúncia sequer foi recebida.
 - Apresentadas as razões recursais, o juiz deverá remeter os autos à 2ª instância. Ao receber o recurso, o Desembargador relator abrirá vista ao denunciado para oferecer contrarrazões recursais, por se tratar de crime punido com reclusão.
 - Apresentadas as razões recursais, o juiz deverá intimar o denunciado para oferecer contrarrazões recursais, pois, caso contrário, a falta de intimação do denunciado acarretará nulidade, não a suprimindo a nomeação de defensor dativo.
 - Se o Tribunal der provimento ao recurso interposto pelo Ministério Público por entender nula a decisão de 1ª instância, o acórdão valerá pelo recebimento da denúncia.
 - Se o juiz de 1ª instância se retratar, por simples petição o denunciado pode requer que os autos subam à 2ª instância para julgamento, consequência natural do efeito regressivo do recurso em sentido estrito.

Letra c.

Interposto pelo representante do Ministério Público recurso em sentido estrito contra a decisão a qual liminarmente rejeitou a denúncia e uma vez apresentada as razões recursais, **o Juiz deverá intimar o denunciado para oferecer contrarrazões recursais, pois, caso contrário, a falta de intimação do denunciado acarretará nulidade, não a suprimindo a nomeação de defensor dativo.**

Trata-se de conclusão extraída da Súmula 707 do STF:

Súmula 707-STF. Constitui nulidade a falta de intimação do denunciado para oferecer contra-razões ao recurso interposto da rejeição da denúncia, não a suprimindo a nomeação de defensor dativo.

3. (TJ-PR/2013/NC-UFPR/JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO) Assinale a alternativa INCORRETA:
- Produzidas as provas, ao final da audiência, o Ministério Público, o querelante e o assistente e, a seguir, o acusado poderão requerer diligências cuja necessidade se origine de circunstâncias ou fatos apurados na instrução.
 - O juiz poderá, considerada a complexidade do caso ou o número de acusados, conceder às partes o prazo de 5 (cinco) dias sucessivamente para a apresentação de memoriais. Nesse caso, terá o prazo de 10 (dez) dias para proferir a sentença.
 - Na instrução poderão ser inquiridas até 8 (oito) testemunhas arroladas pela acusação e 8 (oito) pela defesa, compreendendo as que não prestem compromisso e as referidas.
 - Ao assistente do Ministério Público, após a manifestação desse, serão concedidos 10 (dez) minutos, para apresentação de suas alegações finais orais, prorrogando-se por igual período o tempo de manifestação da defesa.

Letra c.

- a. Correta! Está de acordo com o art. 402 do CPP:

Art. 402. Produzidas as provas, ao final da audiência, o Ministério Público, o querelante e o assistente e, a seguir, o acusado poderão requerer diligências cuja necessidade se origine de circunstâncias ou fatos apurados na instrução.

- b. Correta! Está de acordo com o art. 403, § 3º, do CPP:

Art. 403, § 3º O juiz poderá, considerada a complexidade do caso ou o número de acusados, conceder às partes o prazo de 5 (cinco) dias sucessivamente para a apresentação de memoriais. Nesse caso, terá o prazo de 10 (dez) dias para proferir a sentença.

- c. INCORRETA! Realmente, no procedimento comum, acusação e defesa poderão, cada uma dela, arrolar até oito testemunhas. Nesse número, porém, NÃO se compreendem as que não prestem compromisso e as referidas, nos termos do art. 401, § 1º, do CPP, in verbis:

Art. 401. Na instrução poderão ser inquiridas até 8 (oito) testemunhas arroladas pela acusação e 8 (oito) pela defesa.

§ 1º Nesse número não se compreendem as que não prestem compromisso e as referidas.

§ 2º A parte poderá desistir da inquirição de qualquer das testemunhas arroladas, ressalvado o disposto no art. 209 deste Código.

- d. Correta! Está de acordo com o art. 403, § 2º, do CPP:

Art. 403, § 2º Ao assistente do Ministério Público, após a manifestação desse, serão concedidos 10 (dez) minutos, prorrogando-se por igual período o tempo de manifestação da defesa.

4. (TJ-PR/2013/NC-UFPR/JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO) Assinale a alternativa INCORRETA:
- Quando a infração deixar vestígios, será indispensável o exame de corpo de delito, direto ou indireto, podendo supri-lo a confissão do acusado.
 - Não sendo possível o exame de corpo de delito, por haverem desaparecido os vestígios, a prova testemunhal poderá suprir-lhe a falta.
 - O exame de corpo de delito poderá ser feito em qualquer dia e a qualquer hora.
 - O laudo pericial será elaborado no prazo máximo de dez (10) dias, podendo este prazo ser prorrogado, em casos excepcionais, a requerimento dos peritos.

Letra a.

a. INCORRETA! A confissão do acusado NÃO SUPRE a ausência do exame de corpo de delito, conforme preceitua o art. 158, *caput*, do CPP.

Art. 158. Quando a infração deixar vestígios, será indispensável o exame de corpo de delito, direto ou indireto, não podendo supri-lo a confissão do acusado.

b. Correta! Está de acordo com o art. 167 do CPP:

Art. 167. Não sendo possível o exame de corpo de delito, por haverem desaparecido os vestígios, a prova testemunhal poderá suprir-lhe a falta.

c. Correta! Está de acordo com o art. 161 do CPP:

Art. 161. O exame de corpo de delito poderá ser feito em qualquer dia e a qualquer hora.

d. Correta! Está de acordo com o art. 160, parágrafo único, do CPP:

Art. 160. Os peritos elaborarão o laudo pericial, onde descreverão minuciosamente o que examinarem, e responderão aos quesitos formulados.

Parágrafo único. O laudo pericial será elaborado no prazo máximo de 10 dias, podendo este prazo ser prorrogado, em casos excepcionais, a requerimento dos peritos.

-
5. (TJ-PR/2013/NC-UFPR/JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO) Assinale a alternativa correta:
- Antes de publicada a sentença final, as coisas apreendidas não poderão ser restituídas enquanto interessarem ao processo.

- b. A restituição, quando cabível, poderá ser ordenada somente pela autoridade judiciária, mediante termo nos autos, desde que não exista dúvida quanto ao direito do reclamante.
- c. Depois de ordenado o arquivamento do inquérito pela autoridade judiciária, por falta de base para a denúncia, a autoridade policial não mais poderá empreender novas investigações, porque a decisão faz coisa julgada.
- d. O incidente da insanidade mental processar-se-á em auto apartado, que só depois da apresentação do laudo, será apenso ao processo principal.

Letra d.

a. Errada! De acordo com o art. 118 do CPP, antes do TRÂNSITO EM JULGADO da sentença final (e não antes de publicada a sentença final!), as coisas apreendidas não poderão ser restituídas enquanto interessarem ao processo.

Art. 118. Antes de transitar em julgado a sentença final, as coisas apreendidas não poderão ser restituídas enquanto interessarem ao processo.

b. Errada! A restituição, quando cabível, poderá ser ordenada pela AUTORIDADE JUDICIÁRIA (JUIZ) ou pela AUTORIDADE POLICIAL, mediante termo nos autos, desde que não exista dúvida quanto ao direito do reclamante. Nesse sentido, art. 120, *caput*, do CPP:

Art. 120. A restituição, quando cabível, poderá ser ordenada pela autoridade policial ou juiz, mediante termo nos autos, desde que não exista dúvida quanto ao direito do reclamante.

§ 1º Se duvidoso esse direito, o pedido de restituição autuar-se-á em apartado, assinando-se ao requerente o prazo de 5 (cinco) dias para a prova. Em tal caso, só o juiz criminal poderá decidir o incidente.

§ 2º O incidente autuar-se-á também em apartado e só a autoridade judicial o resolverá, se as coisas forem apreendidas em poder de terceiro de boa-fé, que será intimado para alegar e provar o seu direito, em prazo igual e sucessivo ao do reclamante, tendo um e outro dois dias para arrazoar.

§ 3º Sobre o pedido de restituição será sempre ouvido o Ministério Público.

§ 4º Em caso de dúvida sobre quem seja o verdadeiro dono, o juiz remeterá as partes para o juízo cível, ordenando o depósito das coisas em mãos de depositário ou do próprio terceiro que as detinha, se for pessoa idônea.

§ 5º Tratando-se de coisas facilmente deterioráveis, serão avaliadas e levadas a leilão público, depositando-se o dinheiro apurado, ou entregues ao terceiro que as detinha, se este for pessoa idônea e assinar termo de responsabilidade.

c. Errada! O arquivamento do inquérito policial por falta de base para a denúncia NÃO faz coisa julgada, PODENDO a autoridade policial proceder a novas pesquisas se de outras provas tiver notícia. Sobre o tema, art. 18 do CPP:

Art. 18. Depois de ordenado o arquivamento do inquérito pela autoridade judiciária, por falta de base para a denúncia, a autoridade policial poderá proceder a novas pesquisas, se de outras provas tiver notícia.

Obs.: apesar de a redação do art. 18 não ter sofrido alterações em sua escrita, é válido destacar que a Lei n. 13.964/2019 (Lei Anticrime) alterou o art. 28 e a dinâmica do arquivamento do inquérito policial, o qual não mais será ordenado pela autoridade judiciária, mas, sim, pelo próprio Ministério Público.

Art. 28. Ordenado o arquivamento do inquérito policial ou de quaisquer elementos informativos da mesma natureza, o órgão do Ministério Público comunicará à vítima, ao investigado e à autoridade policial e encaminhará os autos para a instância de revisão ministerial para fins de homologação, na forma da lei. (Redação dada pela Lei n. 13.964, de 2019)

§ 1º Se a vítima, ou seu representante legal, não concordar com o arquivamento do inquérito policial, poderá, no prazo de 30 (trinta) dias do recebimento da comunicação, submeter a matéria à revisão da instância competente do órgão ministerial, conforme dispuser a respectiva lei orgânica. (Incluído pela Lei n. 13.964, de 2019)

§ 2º Nas ações penais relativas a crimes praticados em detrimento da União, Estados e Municípios, a revisão do arquivamento do inquérito policial poderá ser provocada pela chefia do órgão a quem couber a sua representação judicial. (Incluído pela Lei n. 13.964, de 2019)

d. CERTA! Está de acordo com o art. 153 do CPP:

Art. 153. O incidente da insanidade mental processar-se-á em auto apartado, que só depois da apresentação do laudo, será apenso ao processo principal.

Prof. Renato Borelli

4^a RODADA DE QUESTÕES NC-UFR

**DIREITO ADMINISTRATIVO
E DIREITO CONSTITUCIONAL**

G GRAN CURSOS
ONLINE



**Renato Borelli**

Juiz Federal do TRF1. Foi Juiz Federal do TRF5. Exerceu a advocacia privada e pública. Foi servidor público e assessorou Desembargador Federal (TRF1) e Ministro (STJ). Atuou no CARF/Ministério da Fazenda como Conselheiro (antigo Conselho de Contribuintes). É formado em Direito e Economia, com especialização em Direito Público, Direito Tributário e Sociologia Jurídica.

Disciplinas: Direito Administrativo e Direito Constitucional

Cargo: Delegado de Polícia

Banca organizadora: NC-UFPR

DIREITO ADMINISTRATIVO

1. (CÂMARA DE QUITANDINHA-PR/2018/NC-UFPR/ADVOGADO) São Princípios Constitucionais da Administração Pública:
 - a. Legalidade, Pessoalidade, Publicidade, Eficiência e Moralidade.
 - b. Eficiência, Fiscalização, Normatização, Impessoalidade e Autonomia Privada.
 - c. Equidade, Publicidade, Moralidade, Pessoalidade e Legalidade.
 - d. Responsabilidade, Equidade, Fiscalização, Moralidade e Pessoalidade.
 - e. Eficiência, Publicidade, Moralidade, Impessoalidade e Legalidade.

2. (TJ-PR/2019/NC-UFPR/TITULAR DE SERVIÇOS DE NOTAS E DE REGISTROS – REMOÇÃO) O Estado brasileiro pode transferir o exercício de certas atividades que lhe são próprias por meio da desconcentração administrativa. Sobre o assunto, assinale a alternativa correta.
 - a. A desconcentração é um instrumento exclusivo previsto para ser utilizado por Estados e Municípios.
 - b. A desconcentração também pode ser denominada de delegação.
 - c. A desconcentração não implica a criação de um novo ente com personalidade jurídica.
 - d. A transferência de atividades para o terceiro setor é um exemplo clássico de desconcentração administrativa.
 - e. A transferência de atividades pela desconcentração administrativa se dá por meio de contratos públicos previstos na legislação de parcerias público-privadas.

3. (TJ-PR/2019/NC-UFPR/TITULAR DE SERVIÇOS DE NOTAS E DE REGISTROS – REMOÇÃO) O Estado pode transferir o exercício de certas atividades que lhe são próprias por meio da descentralização administrativa. Sobre o assunto, assinale a alternativa correta.
 - a. A descentralização é um instrumento vedado para Estados e Municípios, considerando que sua previsão legal é apenas para a União.

- b. A transferência de atividades por meio da descentralização implica a criação de um ente com personalidade jurídica.
 - c. A descentralização destina-se à criação de empresas estatais.
 - d. A descentralização pode ser denominada de desconcentração.
 - e. A descentralização implica a delegação de serviços públicos no interior das próprias entidades administrativas.
4. (UFPR/2018/NC-UFPR/ASSISTENTE EM ADMINISTRAÇÃO) Sobre aspectos gerais do regime jurídico dos servidores públicos civis, assinale a alternativa correta.
- a. O servidor estável só perderá o cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado.
 - b. A gratificação natalina é considerada para cálculo das vantagens pecuniárias.
 - c. Será remunerada a licença para acompanhar cônjuge ou companheiro que foi deslocado para outro ponto do território nacional, para o exterior ou para o exercício de mandato eletivo dos Poderes Executivo e Legislativo.
 - d. Não se admite a acumulação dos adicionais de insalubridade e de periculosidade, devendo o servidor optar por um deles.
 - e. O direito de petição do servidor público prescreve em dois anos quanto a atos de demissão e de cassação de aposentadoria ou disponibilidade, ou que afetem interesse patrimonial e créditos resultantes das relações de trabalho.
5. (TJ-PR/2019/NC-UFPR/TITULAR DE SERVIÇOS DE NOTAS E DE REGISTROS – REMOÇÃO) A doutrina brasileira considera de grande importância o tema dos elementos e requisitos de validade dos atos administrativos. Sobre o assunto, assinale a alternativa correta.
- a. Os elementos dos atos administrativos estão previstos na chamada Lei de Improbidade Administrativa.
 - b. O elemento sujeito refere-se ao reconhecimento de competência para a prática do ato administrativo.
 - c. O objeto refere-se ao motivo ou causa do ato administrativo.
 - d. Segundo a legislação brasileira, a finalidade não é um elemento dos atos administrativos, apesar de seu reconhecimento doutrinário.
 - e. Forma é o modo de exteriorização dos atos administrativos que decorre de decisões discricionárias do administrador vinculadas ao princípio da constitucionalidade.

DIREITO CONSTITUCIONAL

1. (PREFEITURA DE MATINHOS-PR/2019/NC-UFPR/ADVOGADO) Sobre controle de constitucionalidade no Brasil, considere as afirmativas abaixo:
- 1) Há controle de constitucionalidade difuso.
 - 2) Há controle de constitucionalidade concentrado.
 - 3) Juízes de primeiro grau não fazem controle de constitucionalidade.
 - 4) O poder executivo faz controle de constitucionalidade.

Assinale a alternativa correta.

- a. Somente as afirmativas 1 e 2 são verdadeiras.
 - b. Somente as afirmativas 2 e 3 são verdadeiras.
 - c. Somente as afirmativas 3 e 4 são verdadeiras.
 - d. Somente as afirmativas 1, 2 e 4 são verdadeiras.
 - e. Somente as afirmativas 1, 3 e 4 são verdadeiras.
2. (PREFEITURA DE MATINHOS-PR/2019/NC-UFPR/ADVOGADO) Tito Lívio, 30 anos, casado com Cassandra, 35 anos, exerce seu primeiro mandato como prefeito do Município X. O irmão de Tito Lívio, Auspício, com 18 anos, pretende disputar pela primeira vez um cargo eletivo. Com base nessas informações e tendo em vista os dispositivos constitucionais, assinale a alternativa correta.
- a. Tito Lívio poderá concorrer à reeleição e seu irmão Auspício poderá disputar o cargo de vereador do Município X.
 - b. Cassandra não poderá concorrer a cargos eletivos no território de jurisdição de Tito Lívio, salvo se o casal se divorciar, ainda que isso ocorra no curso do mandato.
 - c. Tito Lívio poderá concorrer ao cargo de Senador se renunciar ao mandato de Prefeito até seis meses antes do pleito.
 - d. Auspício poderá concorrer ao cargo de Prefeito do Município Y, situado em Estado da Federação distinto daquele em que se situa o Município X.
 - e. Tito Lívio poderá concorrer à reeleição e Cassandra poderá se candidatar ao cargo de Senadora.
3. (PREFEITURA DE CURITIBA-PR/2019/PROCURADOR) Sabe-se que a Educação é direito fundamental constitucional expreso. Todavia, a sua identificação genérica necessita ser melhor detalhada em direitos subjetivos específicos que possuem diferentes regimes jurídicos. Considerando tais peculiaridades, assinale a alternativa correta.
- a. Segundo a Constituição, o ensino será ministrado, entre outros, com base nos seguintes princípios: diferenciação das condições de acesso, disciplina discente, neutralidade das ideias, gestão centralizada e economia de recursos.

- b. As universidades gozam de plena autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.
 - c. O ensino é livre à iniciativa privada, que está dispensada do cumprimento das normas gerais de educação nacional, devido à existência de regulação legal própria.
 - d. A União aplicará, anualmente, nunca menos que 10%, e os Estados, Distrito Federal e Municípios, nunca menos que 5% da receita resultante de impostos na manutenção e desenvolvimento do ensino.
 - e. Não há previsão constitucional para que o Estado garanta programas suplementares de material didático escolar, transporte e alimentação, mas a Lei de Diretrizes e Bases da Educação obrigatoriamente deve regular a matéria no tocante à Educação Básica.
4. (PREFEITURA DE CURITIBA-PR/2019/PROCURADOR) O Poder Legislativo brasileiro possui um conjunto de regras de organização bastante detalhado na Constituição da República. Considerando tal regime jurídico, assinale a alternativa correta.
- a. O Congresso Nacional é a pessoa jurídica de Direito público ao qual foi atribuída a competência legislativa federal.
 - b. Cada legislatura tem duração anual.
 - c. É da competência exclusiva do Congresso Nacional resolver definitivamente sobre tratados, acordos ou atos internacionais que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.
 - d. É da competência exclusiva da Câmara dos Deputados julgar anualmente as contas da Presidência da República.
 - e. Os deputados e senadores são invioláveis civil e administrativamente por quaisquer de suas opiniões, palavras ou votos, nesses casos podendo apenas ser responsabilizados penalmente.
5. (FPMA/2019/NC-UFPR/ADVOGADO) As Medidas Provisórias são instrumentos normativos mais céleres, utilizados quando há urgência e relevância. Contudo, possuem rígido regramento constitucional, de sorte que sejam evitados abusos por parte do Poder Executivo e ocorra efetivo controle do Congresso Nacional. Com relação ao assunto, identifique como verdadeiras (V) ou falsas (F) as seguintes afirmativas:
- () Cessada a eficácia da Medida Provisória sem que ela tenha sido convertida em lei pelo Congresso Nacional e este Poder não tenha editado decreto legislativo, as relações jurídicas que tenham sido objeto de sua regulação serão desconstituídas.

- () O Prefeito, como Chefe do Poder Executivo municipal, possui o poder de editar medidas provisórias nos casos de relevância e urgência, desde que seguidos os limites previstos no art. 62 da Constituição Federal.
- () As Medidas Provisórias terão sua votação iniciada na Câmara dos Deputados.
- () É vedada edição de Medida Provisória que tenha por objeto instituição ou majoração de impostos.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta, de cima para baixo.

- a. F – F – V – F.
- b. V – F – F – V.
- c. V – V – F – F.
- d. F – V – F – V.
- e. F – V – V – V.

GABARITO

DIREITO ADMINISTRATIVO

1. e
2. c
3. b
4. d
5. b

DIREITO CONSTITUCIONAL

1. d
2. e
3. b
4. c
5. a

GABARITO COMENTADO

DIREITO ADMINISTRATIVO

1. (CÂMARA DE QUITANDINHA-PR/2018/NC-UFPR/ADVOGADO) São Princípios Constitucionais da Administração Pública:
- Legalidade, Pessoalidade, Publicidade, Eficiência e Moralidade.
 - Eficiência, Fiscalização, Normatização, Impessoalidade e Autonomia Privada.
 - Equidade, Publicidade, Moralidade, Pessoalidade e Legalidade.
 - Responsabilidade, Equidade, Fiscalização, Moralidade e Pessoalidade.
 - Eficiência, Publicidade, Moralidade, Impessoalidade e Legalidade.

Letra e.

São princípios constitucionais da Administração Pública: **Eficiência, Publicidade, Moralidade, Impessoalidade e Legalidade.**

Correspondem aos princípios elencados no art. 37, *caput*, da CF, que podem ser decorados a partir do mnemônico LIMPE.

L – legalidade

I – impessoalidade

M – moralidade

P – publicidade

E – eficiência

Vejamos:

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

2. (TJ-PR/2019/NC-UFPR/TITULAR DE SERVIÇOS DE NOTAS E DE REGISTROS – REMOÇÃO) O Estado brasileiro pode transferir o exercício de certas atividades que lhe são próprias por meio da desconcentração administrativa. Sobre o assunto, assinale a alternativa correta.
- a. A desconcentração é um instrumento exclusivo previsto para ser utilizado por Estados e Municípios.
 - b. A desconcentração também pode ser denominada de delegação.
 - c. A desconcentração não implica a criação de um novo ente com personalidade jurídica.
 - d. A transferência de atividades para o terceiro setor é um exemplo clássico de desconcentração administrativa.
 - e. A transferência de atividades pela desconcentração administrativa se dá por meio de contratos públicos previstos na legislação de parcerias público-privadas.

Letra c.

Na **desconcentração** administrativa, ocorre uma distribuição interna de competências, isto é, uma distribuição de competências no âmbito de uma mesma pessoa jurídica cujo resultado é a criação de órgãos públicos destinados à realização de atribuições específicas. Conforme Maria Sylvia Zanella Di Pietro, na desconcentração há:

(...) uma distribuição interna de competências, ou seja, uma distribuição de competências dentro da mesma pessoa jurídica; sabe-se que a Administração Pública é organizada hierarquicamente, como se fosse uma pirâmide em cujo ápice se situa o Chefe do Poder Executivo. As atribuições administrativas são outorgadas aos vários órgãos que compõem a hierarquia, criando-se uma relação de coordenação e subordinação entre uns e outros. Isso é feito para descongestionar, **desconcentrar**, tirar do centro um volume grande de atribuições, para permitir seu mais adequado e racional desempenho. A desconcentração liga-se à hierarquia.¹

Assim, é correto apontar que **a desconcentração não implica a criação de um novo ente com personalidade jurídica**, mas, sim, a criação de órgãos públicos, centros especializados de competência caracterizados pela ausência de personalidade jurídica.

Os órgãos públicos representam “um compartimento ou centro de atribuições que se encontra inserido em determinada pessoa”², esta sim, dotada de personalidade jurídica.

O gabarito, portanto, é a alternativa “c”!

A **alternativa “a” está errada** porque a desconcentração **NÃO** é um instrumento exclusivo previsto para ser utilizado por estados e municípios. Em verdade, por corresponder a uma das formas pela qual se dá a organização administrativa, a desconcentração é um instrumento aplicável tanto à Administração direta quanto à Administração indireta.

¹ PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito administrativo. 32. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2019.

² OLIVEIRA, Rafael Carvalho Rezende. Curso de Direito. 6. ed. rev., atual. e ampl. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: MÉTODO, 2018.

A **alternativa “b”** está errada porque a delegação é uma forma de transferência da execução do serviço público para outra pessoa jurídica, não sendo sinônimo de desconcentração. Ao contrário, é uma das formas pelas quais poderá ocorrer a descentralização administrativa. Explica Vicente Paulo e Marcelo Alexandrino que:

Ocorre a chamada **descentralização** administrativa quando o Estado desempenha algumas de suas atribuições por meio de outras pessoas, e não pela sua administração direta. A descentralização pressupõe duas pessoas distintas: o Estado (a União, o Distrito Federal, um estado ou um município) e a pessoa que executará o serviço, por ter recebido do Estado essa atribuição.

A descentralização pode ocorrer mediante **outorga**, também denominada descentralização por serviços, ou mediante **delegação**, também chamada descentralização por colaboração (alertamos que se trata de termos cunhados pela doutrina; alguns autores propõem outras expressões, tais como "delegação legal", no lugar de "outorga", e "delegação negociai", em vez de simplesmente "delegação"). A descentralização será efetivada mediante **outorga** quando o Estado cria uma entidade (pessoa jurídica) e a ela transfere determinado serviço público. A outorga pressupõe obrigatoriamente a edição de uma lei que institua a entidade, ou autorize a sua criação, e normalmente seu prazo é indeterminado.

É o que ocorre na criação das entidades da administração indireta: o Estado descentraliza a prestação dos serviços, outorgando-os a outras pessoas jurídicas (autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista e fundações públicas). (...)

A descentralização é efetivada mediante **delegação** quando o Estado transfere, **por contrato** (concessão ou permissão de serviços públicos) ou **ato unilateral** (autorização de serviços públicos), unicamente a **execução** do serviço, para que a pessoa delegada o preste à população, em seu próprio nome e por sua conta e risco, sob fiscalização do Estado.³

A **alternativa “d” está errada!** Isso porque a “expressão “terceiro setor” refere-se às entidades da sociedade civil sem fins lucrativos, que desempenham atividades de interesse social mediante vínculo formal de parceria com o Estado.”⁴ São particulares, não integrantes da Administração Pública, que atuam em colaboração com o Estado. Logo, não é hipótese de desmembramento interno no âmbito de uma mesma pessoa jurídica, tal como ocorre na desconcentração, mais se aproximando, certamente, da ideia de descentralização.

A **alternativa “e”** está errada porque a criação e a extinção dos órgãos públicos **ocorrem por meio de LEI**. Logo, a transferência de atividades pela desconcentração administrativa **não se dá por meio de contratos públicos**, até porque a celebração de um contrato pressupõe a existência de duas pessoas distintas.

3. (TJ-PR/2019/NC-UFPR/TITULAR DE SERVIÇOS DE NOTAS E DE REGISTROS – REMOÇÃO) O Estado pode transferir o exercício de certas atividades que lhe são próprias por meio da descentralização administrativa. Sobre o assunto, assinale a alternativa correta.

³ Marcelo Alexandrino. Vicente Paulo. Direito administrativo descomplicado. 25. ed. rev. e atual. - Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: MÉTODO, 2017. p. 27.

⁴ OLIVEIRA, Rafael Carvalho Rezende. Curso de Direito. 6. ed. rev., atual. e ampl. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: MÉTODO, 2018.

- a. A descentralização é um instrumento vedado para Estados e Municípios, considerando que sua previsão legal é apenas para a União.
- b. A transferência de atividades por meio da descentralização implica a criação de um ente com personalidade jurídica.
- c. A descentralização destina-se à criação de empresas estatais.
- d. A descentralização pode ser denominada de desconcentração.
- e. A descentralização implica a delegação de serviços públicos no interior das próprias entidades administrativas.

Letra b.

a. **Errada!** A descentralização administrativa ocorre “quando o Estado desempenha algumas de suas atribuições por meio de outras pessoas, e não pela sua administração direta. A descentralização pressupõe duas pessoas distintas: o Estado (a União, o Distrito Federal, um estado ou um município) e a pessoa que executará o serviço, por ter recebido do Estado essa atribuição.”⁵

A descentralização, portanto, **é um instrumento aplicável a qualquer dos entes federados integrantes da Administração direta** (União, estado, Distrito Federal e municípios), não se restringindo à União.

b. **CERTA!** A descentralização administrativa é um modelo de organização e atuação o qual poderá ser adotado pela Administração Pública para melhor desempenhar as suas atividades, podendo ser efetuado mediante outorga ou delegação, tal como explicado na questão anterior.

Quando realizada mediante outorga, também denominada descentralização por serviços, resultará na criação de autarquias, de fundações públicas e de empresas estatais (empresas públicas e sociedades de economia mista). Logo, a transferência de atividades por meio da descentralização pode, sim, implicar a criação de um ente com personalidade jurídica.

c. **Errada!** Não apenas à criação de empresas estatais, a descentralização administrativa, quando realizada mediante outorga, poderá destinar-se também à criação de autarquias e de fundações públicas.

d. **Errada!** A descentralização **NÃO pode** ser denominada de desconcentração, pois são dois modelos distintos de organização administrativa.

Na **desconcentração**, “há a distribuição interna de atividades dentro de uma mesma pessoa jurídica. O resultado desse fenômeno é a criação de centros de competências, denominados órgãos públicos, dentro da mesma estrutura hierárquica (ex.: criação de Ministérios, Secretarias etc.)”⁶

⁵ Marcelo Alexandrino. Vicente Paulo. Direito administrativo descomplicado. 25. ed. rev. e atual. - Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: MÉTODO, 2017. p. 27.

⁶ OLIVEIRA, Rafael Carvalho Rezende. Curso de Direito. 6. ed. rev., atual. e ampl. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: MÉTODO, 2018.

Já a **descentralização** “representa a transferência da atividade administrativa para outra pessoa, física ou jurídica, integrante ou não do aparelho estatal (ex.: descentralização de atividades para entidades da Administração Indireta – autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista e fundações públicas – e para particulares – concessionários e permissionários de serviços públicos).”⁷

e. **Errada!** Narrou o conceito de **desconcentração**, e não o de descentralização.

4. (UFPR/2018/NC-UFPR/ASSISTENTE EM ADMINISTRAÇÃO) Sobre aspectos gerais do regime jurídico dos servidores públicos civis, assinale a alternativa correta.
- O servidor estável só perderá o cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado.
 - A gratificação natalina é considerada para cálculo das vantagens pecuniárias.
 - Será remunerada a licença para acompanhar cônjuge ou companheiro que foi deslocado para outro ponto do território nacional, para o exterior ou para o exercício de mandato eletivo dos Poderes Executivo e Legislativo.
 - Não se admite a acumulação dos adicionais de insalubridade e de periculosidade, devendo o servidor optar por um deles.
 - O direito de petição do servidor público prescreve em dois anos quanto a atos de demissão e de cassação de aposentadoria ou disponibilidade, ou que afetem interesse patrimonial e créditos resultantes das relações de trabalho.

Letra d.

a. **Errada!** Sentença judicial transitada em julgado **não é a única hipótese** em que o servidor estável poderá perder o cargo. Conforme o art. 22 da Lei n. 8.112/1990 e o art. 41 da Constituição Federal, isso também poderá ocorrer diante de processo administrativo disciplinar no qual lhe seja assegurada ampla defesa e procedimento de avaliação periódica de desempenho.

CF, art. 41. São estáveis após três anos de efetivo exercício os servidores nomeados para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público.

§ 1º O servidor público estável só perderá o cargo:

I – em virtude de sentença judicial transitada em julgado;

II – mediante processo administrativo em que lhe seja assegurada ampla defesa;

III – mediante procedimento de avaliação periódica de desempenho, na forma de lei complementar, assegurada ampla defesa.

Lei n. 8.112/1990, art. 22. O servidor estável só perderá o cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado ou de processo administrativo disciplinar no qual lhe seja assegurada ampla defesa.

⁷ OLIVEIRA, Rafael Carvalho Rezende. Curso de Direito. 6. ed. rev., atual. e ampl. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: MÉTODO, 2018.

b. **Errada!** A gratificação natalina **NÃO é considerada** para cálculo das vantagens pecuniárias, na forma do art. 66 da Lei n. 8.112/1990:

Art. 66. A gratificação natalina não será considerada para cálculo de qualquer vantagem pecuniária.

c. **Errada! NÃO será remunerada** a licença para acompanhar cônjuge ou companheiro deslocado para outro ponto do território nacional, para o exterior ou para o exercício de mandato eletivo dos Poderes Executivo e Legislativo. Nesse sentido, art. 84, § 1º, da Lei n. 8.112/1990:

Art. 84. Poderá ser concedida licença ao servidor para acompanhar cônjuge ou companheiro que foi deslocado para outro ponto do território nacional, para o exterior ou para o exercício de mandato eletivo dos Poderes Executivo e Legislativo.

§ 1º **A licença será por prazo indeterminado e sem remuneração.**

§ 2º No deslocamento de servidor cujo cônjuge ou companheiro também seja servidor público, civil ou militar, de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, poderá haver exercício provisório em órgão ou entidade da Administração Federal direta, autárquica ou fundacional, desde que para o exercício de atividade compatível com o seu cargo.

d. **Certa!** De fato, não se admite a acumulação dos adicionais de insalubridade e de periculosidade, devendo o servidor optar por um deles, consoante o art. 68, § 1º, da Lei n. 8.112/1990.

Art. 68, § 1º O servidor que fizer jus aos adicionais de insalubridade e de periculosidade deverá optar por um deles.

e. **Errada!** O direito de petição do servidor público prescreve em **cinco anos** (e não em dois anos!) quanto a atos de demissão e de cassação de aposentadoria ou disponibilidade, ou que afetem interesse patrimonial e créditos resultantes das relações de trabalho. Trata-se da previsão constante no art. 110, I, da Lei n. 8.112/1990.

Art. 110. O direito de requerer prescreve:

I – em 5 (cinco) anos, quanto aos atos de demissão e de cassação de aposentadoria ou disponibilidade, ou que afetem interesse patrimonial e créditos resultantes das relações de trabalho;

II – em 120 (cento e vinte) dias, nos demais casos, salvo quando outro prazo for fixado em lei.

Parágrafo único. O prazo de prescrição será contado da data da publicação do ato impugnado ou da data da ciência pelo interessado, quando o ato não for publicado.

5. (TJ-PR/2019/NC-UFPR/TITULAR DE SERVIÇOS DE NOTAS E DE REGISTROS – REMOÇÃO) A doutrina brasileira considera de grande importância o tema dos elementos e requisitos de validade dos atos administrativos. Sobre o assunto, assinale a alternativa correta.
- Os elementos dos atos administrativos estão previstos na chamada Lei de Improbidade Administrativa.
 - O elemento sujeito refere-se ao reconhecimento de competência para a prática do ato administrativo.
 - O objeto refere-se ao motivo ou causa do ato administrativo.
 - Segundo a legislação brasileira, a finalidade não é um elemento dos atos administrativos, apesar de seu reconhecimento doutrinário.
 - Forma é o modo de exteriorização dos atos administrativos que decorre de decisões discricionárias do administrador vinculadas ao princípio da constitucionalidade.

Letra b.

a. **Errada!** De acordo com Maria Sylvia Zanella Di Pietro, os elementos do ato administrativo estão previstos na Lei n. 4.717/1965, a chamada **Lei de Ação Popular**, cujo artigo 2º, ao indicar os atos nulos, menciona os cinco elementos dos atos administrativos, quais sejam:

- **Competência**, chamado por alguns autores, a exemplo de Di Pietro, de **sujeito**;
- **Finalidade**;
- **Forma**;
- **Motivo**; e
- **Objetivo**

Sobre o tema, art. 2º da Lei n. 4.717/1965:

Art. 2º São nulos os atos lesivos ao patrimônio das entidades mencionadas no artigo anterior, nos casos de:

- incompetência;
- vício de forma;
- ilegalidade do objeto;
- inexistência dos motivos;
- desvio de finalidade.

b. **CERTA!** Segundo Di Pietro: “**Sujeito** é aquele a quem a lei atribui competência para a prática do ato.”⁸

c. **Errada!** Objeto **é o efeito jurídico** imediato que será produzido pelo ato administrativo, é o **conteúdo** do ato.

⁸ PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito administrativo. 32. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2019.

Obs.: para doutrina majoritária, objeto e conteúdo são expressões sinônimas.

Na lição de Di Pietro:

“Objeto ou conteúdo é o efeito jurídico imediato que o ato produz. Sendo o ato administrativo espécie do gênero ato jurídico, ele só existe quando produz efeito jurídico, ou seja, quando, em decorrência dele, nasce, extingue-se, transforma-se um determinado direito. Esse efeito jurídico é o objeto ou conteúdo do ato.

Para identificar-se esse elemento, basta verificar o que o ato enuncia, prescreve, dispõe.”⁹

d. **Errada!** Tomando por base a Lei n. 4.717/1965, a finalidade é, **sim**, um elemento dos atos administrativos. Destaca-se que:

“**Finalidade** é o resultado que a Administração quer alcançar com a prática do ato. Enquanto o objeto é o efeito jurídico imediato que o ato produz (aquisição, transformação ou extinção de direitos), a finalidade é o efeito mediato.”¹⁰

e. **Errada!** Realmente, a forma é o modo de exteriorização dos atos administrativos, **sendo determinada por lei** (e não por decisões discricionárias do administrador!).

Vigora no Direito Administrativo o **princípio da solenidade das formas**, pelo qual exige-se do agente público a edição de atos administrativos escritos, ainda que não exista previsão legal nesse sentido, e em vernáculo, ou seja, em língua portuguesa, além do respeito a outros critérios que venham a ser previamente definidos na legislação. Isso porque o agente público é o responsável pela gestão de interesses públicos que importam a toda a coletividade, funcionando a solenidade da forma como um instrumento de garantia o qual permite ao administrado efetuar o controle da Administração, o que confere maior segurança jurídica às relações administrativas.

DIREITO CONSTITUCIONAL

1. (PREFEITURA DE MATINHOS-PR/2019/NC-UFPR/ADVOGADO) Sobre controle de constitucionalidade no Brasil, considere as afirmativas abaixo:
- 1) Há controle de constitucionalidade difuso.
 - 2) Há controle de constitucionalidade concentrado.
 - 3) Juízes de primeiro grau não fazem controle de constitucionalidade.
 - 4) O poder executivo faz controle de constitucionalidade.

⁹ PIETRO. Maria Sylvia Zanella. Direito administrativo. 32. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2019.

¹⁰ PIETRO. Maria Sylvia Zanella. Direito administrativo. 32. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2019.

Assinale a alternativa correta.

- a. Somente as afirmativas 1 e 2 são verdadeiras.
- b. Somente as afirmativas 2 e 3 são verdadeiras.
- c. Somente as afirmativas 3 e 4 são verdadeiras.
- d. Somente as afirmativas 1, 2 e 4 são verdadeiras.
- e. Somente as afirmativas 1, 3 e 4 são verdadeiras.

Letra d.

Somente as afirmativas 1, 2 e 4 são verdadeiras!

Afirmativa 1 e 2: verdadeiras! No Brasil, o mais comum é que o controle de constitucionalidade ocorrerá em âmbito judicial, de maneira repressiva, por meios de órgãos do Poder Judiciário, num sistema misto no qual coexistem o controle difuso e o controle concentrado. Assim, correto afirmar que **há no Brasil o controle de constitucionalidade difuso e o controle de constitucionalidade concentrado.**

O primeiro (**difuso**) é aquele que pode ser efetuado por **qualquer Juiz ou tribunal**, inclusive de ofício, dentro de suas respectivas competências. Normalmente, se dá de modo **incidental** (ou por via de exceção ou defesa), no qual o exame da constitucionalidade se coloca como uma questão prejudicial e premissa lógica do pedido principal.

O segundo (**concentrado**) é aquele no qual a competência para realizar o controle é reservada, isto é, **“concentrada” em um único órgão ou em um número limitado de órgãos**, ocorrendo, no geral, pela **via principal** (abstrata ou pela via de “ação”), na qual a análise da constitucionalidade da lei figura como o objeto principal, autônomo e exclusivo da causa. Segundo o ordenamento jurídico brasileiro, a competência para exercer o controle concentrado será do STF, quando o parâmetro violado for norma da Constituição Federal (CF, art. 102, I, “a” e § 1º, e art. 103, § 2º, da CF), ou dos Tribunais de Justiça, quando o parâmetro violado for norma da constituição estadual (CF, art. 125, § 2º, da CF).

Afirmativa 3: falsa! Juízes de primeiro grau **podem, sim**, fazer controle de constitucionalidade. Na explicação das alternativas 1 e 2, isso ficou claro quando apontado que o controle de constitucionalidade difuso pode ser efetuado por qualquer Juiz ou tribunal, inclusive de ofício, desde que no âmbito de suas respectivas competências.

Afirmativa 4: verdadeira! O Chefe do Poder Executivo pode exercer o controle, de maneira preventiva, através da imposição de veto jurídico a projeto de lei considerado inconstitucional, na forma do art. 66, § 1º, da CF.

Art. 66. A Casa na qual tenha sido concluída a votação enviará o projeto de lei ao Presidente da República, que, aquiescendo, o sancionará.

§ 1º Se o Presidente da República considerar o projeto, no todo ou em parte, inconstitucional ou contrário ao interesse público, vetá-lo-á total ou parcialmente, no prazo de quinze dias úteis, contados da data do recebimento, e comunicará, dentro de quarenta e oito horas, ao Presidente do Senado Federal os motivos do veto.

2. (PREFEITURA DE MATINHOS-PR/2019/NC-UFPR/ADVOGADO) Tito Lívio, 30 anos, casado com Cassandra, 35 anos, exerce seu primeiro mandato como prefeito do Município X. O irmão de Tito Lívio, Auspício, com 18 anos, pretende disputar pela primeira vez um cargo eletivo. Com base nessas informações e tendo em vista os dispositivos constitucionais, assinale a alternativa correta.
- Tito Lívio poderá concorrer à reeleição e seu irmão Auspício poderá disputar o cargo de vereador do Município X.
 - Cassandra não poderá concorrer a cargos eletivos no território de jurisdição de Tito Lívio, salvo se o casal se divorciar, ainda que isso ocorra no curso do mandato.
 - Tito Lívio poderá concorrer ao cargo de Senador se renunciar ao mandato de Prefeito até seis meses antes do pleito.
 - Auspício poderá concorrer ao cargo de Prefeito do Município Y, situado em Estado da Federação distinto daquele em que se situa o Município X.
 - Tito Lívio poderá concorrer à reeleição e Cassandra poderá se candidatar ao cargo de Senadora.

Letra e.

Para corretamente responder a questão, é preciso conhecer dois importantes dispositivos da Constituição Federal: o art. 14, § 3º, VI, que versa sobre a idade mínima para ocupar os cargos eletivos, e o art. 14, § 7º, que versa sobre a inelegibilidade em razão do parentesco, denominada de inelegibilidade reflexa ou em ricochete. Façamos a leitura de cada um deles:

Art. 14, § 3º São condições de elegibilidade, na forma da lei:

VI – a idade mínima de:

- trinta e cinco anos para** Presidente e Vice-Presidente da República e Senador;
- trinta anos para Governador e Vice-Governador de Estado e do Distrito Federal;
- vinte e um anos para** Deputado Federal, Deputado Estadual ou Distrital, **Prefeito**, Vice-Prefeito e juiz de paz;
- dezoito anos para Vereador.

(...)

§ 7º São inelegíveis, **no território de jurisdição do titular**, o cônjuge e os parentes consanguíneos ou afins, até o segundo grau ou por adoção, do Presidente da República, de Governador de Estado ou Território, do Distrito Federal, de Prefeito ou de quem os haja substituído dentro dos seis meses anteriores ao pleito, salvo se já titular de mandato eletivo e candidato à reeleição.

Para ficar mais claro, na inelegibilidade em razão do parentesco, o cônjuge e os parentes consanguíneos ou afins, até o segundo grau ou por adoção, de quem ocupa a chefia do Poder Executivo não poderão ser eleitos a cargos no respectivo território, salvo se já detentores de mandato anterior e candidatos à reeleição. Assim:

- Cônjuge e parentes de Prefeito são inelegíveis no mesmo município, podendo disputar cargos em outros municípios ou cargos estaduais e federais;
- Cônjuge e parentes de Governador não podem disputar nenhum cargo vinculado ao mesmo estado, sejam federais (Deputado Federal e Senador), estaduais (Deputado Estadual, Governador, Vice) ou municipais (Prefeito, Vice-Prefeito e Vereador);
- Por fim, cônjuge e parentes do Presidente da República não podem se candidatar a qualquer cargo eletivo do país.

a. **Errada!** Realmente, Tito Lívio, Prefeito do município X, poderá concorrer à reeleição para exercer o segundo mandato, porém, **o seu irmão Auspício NÃO poderá disputar o cargo de Vereador do município X**, pois, na forma do § 7º do art. 14, é inelegível.

b. **Errada!** Ainda que Cassandra e Tito Lívio se divorciassem **no curso do mandato deste**, ela não poderia concorrer a cargos eletivos no território de jurisdição de seu ex-marido, uma vez que prevalece na jurisprudência do STF, Súmula Vinculante 18, que: “A dissolução da sociedade ou do vínculo conjugal, **no curso do mandato, não afasta** a inelegibilidade prevista no § 7º do artigo 14 da Constituição Federal.”.

c. **Errada!** Muito embora no § 6º do art. 14 esteja previsto que “para concorrerem a outros cargos, o Presidente da República, os Governadores de Estado e do Distrito Federal e os Prefeitos devem renunciar aos respectivos mandatos até seis meses antes do pleito”, Tito Lívio **NÃO poderá concorrer** ao cargo de Senador, ainda que seis meses antes do pleito renuncie ao mandato de Prefeito, **pois tem apenas 30 anos e é necessário ter, no mínimo, 35 anos para ser Senador.**

d. **Errada!** Auspício **NÃO poderá concorrer** ao cargo de Prefeito do município Y, mas não em razão da inelegibilidade reflexa, já que o município Y está situado em estado da Federação distinto daquele em que se situa o município X, mas sim **porque tem apenas 18 anos de idade, e a idade mínima para concorrer ao cargo de Prefeito é de 21 anos.**

e. **CERTA!** Realmente, Tito Lívio, que está no exercício do primeiro mandato, poderá concorrer à reeleição, na forma do art. 14, § 5º, da CF, e Cassandra, sua esposa, poderá se candidatar ao cargo de Senadora, pois corresponde a um cargo federal.

Art. 14, § 5º O Presidente da República, os Governadores de Estado e do Distrito Federal, **os Prefeitos** e quem os houver sucedido, ou substituído no curso dos mandatos **podem ser reeleitos para um único período subsequente.**

3. (PREFEITURA DE CURITIBA-PR/2019/PROCURADOR) Sabe-se que a Educação é direito fundamental constitucional expresso. Todavia, a sua identificação genérica necessita ser melhor detalhada em direitos subjetivos específicos que possuem diferentes regimes jurídicos. Considerando tais peculiaridades, assinale a alternativa correta.

- a. Segundo a Constituição, o ensino será ministrado, entre outros, com base nos seguintes princípios: diferenciação das condições de acesso, disciplina discente, neutralidade das ideias, gestão centralizada e economia de recursos.
- b. As universidades gozam de plena autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.
- c. O ensino é livre à iniciativa privada, que está dispensada do cumprimento das normas gerais de educação nacional, devido à existência de regulação legal própria.
- d. A União aplicará, anualmente, nunca menos que 10%, e os Estados, Distrito Federal e Municípios, nunca menos que 5% da receita resultante de impostos na manutenção e desenvolvimento do ensino.
- e. Não há previsão constitucional para que o Estado garanta programas suplementares de material didático escolar, transporte e alimentação, mas a Lei de Diretrizes e Bases da Educação obrigatoriamente deve regular a matéria no tocante à Educação Básica.

Letra b.

a. **Errada!** Segundo a Constituição, art. 206, o ensino será ministrado, entre outros, com base nos seguintes princípios:

- **Igualdade** (e não diferenciação!) das condições de acesso;
- **Pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas** (e não neutralidade das ideias!);
- Gestão democrática (e não gestão centralizada!).

Com efeito, nada fala sobre economia de recursos. Vejamos:

Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

- I – Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- II – Liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;
- III – Pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
- IV – Gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;
- V – Valorização dos profissionais da educação escolar, garantidos, na forma da lei, planos de carreira, com ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, aos das redes públicas;
- VI – Gestão democrática do ensino público, na forma da lei;
- VII – Garantia de padrão de qualidade.
- VIII – Piso salarial profissional nacional para os profissionais da educação escolar pública, nos termos de lei federal.

Parágrafo único. A lei disporá sobre as categorias de trabalhadores considerados profissionais da educação básica e sobre a fixação de prazo para a elaboração ou adequação de seus planos de carreira, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

b. **CERTA!** Está de acordo com o art. 207 da CF:

Art. 207. As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

c. **Errada!** Realmente, a Constituição Federal, art. 209, garante que o ensino é livre à iniciativa privada, porém, será preciso o atendimento de duas condições básicas, a saber:

- 1) **Cumprimento das normas gerais de educação nacional;** e
- 2) **Autorização e avaliação de qualidade pelo Poder Público.**

Nesse sentido:

Art. 209. O ensino é livre à iniciativa privada, atendidas as seguintes condições:

- I – Cumprimento das normas gerais da educação nacional;
- II – Autorização e avaliação de qualidade pelo Poder Público.

d. **Errada!** Segundo o art. 212 da CF:

- A União aplicará, anualmente, nunca menos que 18% da receita resultante de impostos na manutenção e desenvolvimento do ensino;
- Os estados, o Distrito Federal e o municípios aplicarão, anualmente, nunca menos que 25% da receita resultante de impostos na manutenção e desenvolvimento do ensino.

Vejamos:

Art. 212. A **União** aplicará, anualmente, **nunca menos de dezoito, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios vinte e cinco por cento, no mínimo**, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino.

e. **Errada! EXISTE previsão constitucional** para que o Estado garanta programas suplementares de material didático escolar, transporte e alimentação. Sobre o tema, art. 208, VII, da CF:

Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:
VII – atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, **por meio de programas suplementares de material didático escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde.**
(Redação dada pela Emenda Constitucional n. 59, de 2009)

4. (PREFEITURA DE CURITIBA-PR/2019/PROCURADOR) O Poder Legislativo brasileiro possui um conjunto de regras de organização bastante detalhado na Constituição da República. Considerando tal regime jurídico, assinale a alternativa correta.
- a. O Congresso Nacional é a pessoa jurídica de Direito público ao qual foi atribuída a competência legislativa federal.
 - b. Cada legislatura tem duração anual.
 - c. É da competência exclusiva do Congresso Nacional resolver definitivamente sobre tratados, acordos ou atos internacionais que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.
 - d. É da competência exclusiva da Câmara dos Deputados julgar anualmente as contas da Presidência da República.
 - e. Os deputados e senadores são invioláveis civil e administrativamente por quaisquer de suas opiniões, palavras ou votos, nesses casos podendo apenas ser responsabilizados penalmente.

Letra c.

a. **Errada!** O Congresso Nacional **é um órgão público** (e não uma pessoa jurídica de direito público!) e, por meio dele, será exercido o Poder Legislativo Federal, na forma do art. 44 da CF.

Art. 44. O Poder Legislativo é exercido pelo Congresso Nacional, que se compõe da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

Parágrafo único. Cada legislatura terá a duração de quatro anos.

b. **Errada!** Cada legislatura tem duração de **4 anos**, consoante o parágrafo único do art. 44, citado logo acima.

c. **CERTA!** Está de acordo com o art. 49, I, da CF:

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

I – resolver definitivamente sobre tratados, acordos ou atos internacionais que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional;

d. **Errada!** É da competência exclusiva do **CONGRESSO NACIONAL** (e não da Câmara dos Deputados!) julgar anualmente as contas da Presidência da República, segundo o art. 49, IX, da CF.

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

IX – julgar anualmente as contas prestadas pelo Presidente da República e apreciar os relatórios sobre a execução dos planos de governo;

e. **Errada!** A questão versa sobre a denominada imunidade material ou inviolabilidade parlamentar, prevista no art. 53, *caput*, da CF, e que **impede a responsabilização civil, penal e administrativa** dos Deputados e Senadores por quaisquer de suas opiniões, palavras ou votos proferidos no exercício e relacionados ao mandato, isto é, por manifestações que possuam nexo de causalidade com a atividade parlamentar.

De acordo com autores como José Afonso da Silva, Pontes de Miranda e Nelson Hungria, ostenta natureza jurídica de causa excludente de crime. Vejamos:

Art. 53. Os Deputados e Senadores são invioláveis, civil e penalmente, por quaisquer de suas opiniões, palavras e votos.

Explica Pedro Lenza que a imunidade material “impede que o parlamentar seja condenado, já que há ampla descaracterização do tipo penal, **irresponsabilizando-o penal, civil, política e administrativamente (disciplinarmente)**. Trata-se de irresponsabilidade geral, desde que, é claro, tenha ocorrido o fato em razão do exercício do mandato e da função parlamentar.”¹¹

5. (FPMA/2019/NC-UFPR/ADVOGADO) As Medidas Provisórias são instrumentos normativos mais céleres, utilizados quando há urgência e relevância. Contudo, possuem rígido regramento constitucional, de sorte que sejam evitados abusos por parte do Poder Executivo e ocorra efetivo controle do Congresso Nacional. Com relação ao assunto, identifique como verdadeiras (V) ou falsas (F) as seguintes afirmativas:

- () Cessada a eficácia da Medida Provisória sem que ela tenha sido convertida em lei pelo Congresso Nacional e este Poder não tenha editado decreto legislativo, as relações jurídicas que tenham sido objeto de sua regulação serão desconstituídas.
- () O Prefeito, como Chefe do Poder Executivo municipal, possui o poder de editar medidas provisórias nos casos de relevância e urgência, desde que seguidos os limites previstos no art. 62 da Constituição Federal.
- () As Medidas Provisórias terão sua votação iniciada na Câmara dos Deputados.
- () É vedada edição de Medida Provisória que tenha por objeto instituição ou majoração de impostos.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta, de cima para baixo.

- a. F – F – V – F.
- b. V – F – F – V.
- c. V – V – F – F.
- d. F – V – F – V.
- e. F – V – V – V.

¹¹ LENZA, Pedro. Direito constitucional esquematizado. 23. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2019.

Letra a.

A sequência correta, de cima para baixo, é F – F – V – F!

Afirmativa 1: falsa! Cessada a eficácia da medida provisória sem que ela tenha sido convertida em lei pelo Congresso Nacional e esse Poder não tenha editado decreto legislativo, as relações jurídicas as quais tenham sido objeto de sua regulação serão **CONSERVADAS** (e não desconstituídas!), na forma do art. 62, §§ 3º e 4º, da CF.

Art. 62, § 3º As medidas provisórias, ressalvado o disposto nos §§ 11 e 12 perderão eficácia, desde a edição, se não forem convertidas em lei no prazo de sessenta dias, prorrogável, nos termos do § 7º, uma vez por igual período, devendo o Congresso Nacional disciplinar, por decreto legislativo, as relações jurídicas delas decorrentes. (Incluído pela Emenda Constitucional n. 32, de 2001)

(...)

§ 11. Não editado o decreto legislativo a que se refere o § 3º até sessenta dias após a rejeição ou perda de eficácia de medida provisória, as relações jurídicas constituídas e decorrentes de atos praticados durante sua vigência conservar-se-ão por ela regidas. (Incluído pela Emenda Constitucional n. 32, de 2001)

Afirmativa 2: falsa! O STF, no julgamento da ADI n. 425, compreendeu que, desde que exista previsão na Constituição Estadual e, ainda, que ela respeite os parâmetros definidos na Constituição Federal sobre o tema, os Governadores poderão editar medida provisória. Em que pese a Corte Constitucional não tenha se manifestado em relação aos Prefeitos, é ampla a aceitação de que o entendimento também os inclui, desde que satisfeitos os mesmos requisitos exigidos dos estados-membros. Assim, o Prefeito, enquanto chefe do Poder Executivo municipal, possui o poder de editar medidas provisórias nos casos de relevância e urgência, desde que seguidos os limites previstos no art. 62 da Constituição Federal **e exista previsão expressa na Lei Orgânica do Município.**

Afirmativa 3: verdadeira! É o que prevê o art. 62, § 8º, da CF:

Art. 62, § 8º As medidas provisórias terão sua votação iniciada na Câmara dos Deputados.

Afirmativa 4: falsa! Na Constituição Federal, **NÃO existe vedação** quanto à edição de medida provisória a qual tenha por objeto instituir ou majorar impostos. Tanto é que no art. 62, § 1º, está disciplinado que:

Art. 62, § 2º Medida provisória que implique instituição ou majoração de impostos, exceto os previstos nos arts. 153, I, II, IV, V, e 154, II, só produzirá efeitos no exercício financeiro seguinte se houver sido convertida em lei até o último dia daquele em que foi editada.

Prof. Renato Borelli

5^a RODADA DE QUESTÕES NC-UFR

**DIREITO PENAL E
DIREITO PROCESSUAL PENAL**



**Renato Borelli**

Juiz Federal do TRF1. Foi Juiz Federal do TRF5. Exerceu a advocacia privada e pública. Foi servidor público e assessorou Desembargador Federal (TRF1) e Ministro (STJ). Atuou no CARF/Ministério da Fazenda como Conselheiro (antigo Conselho de Contribuintes). É formado em Direito e Economia, com especialização em Direito Público, Direito Tributário e Sociologia Jurídica.

Disciplinas: Direito Penal e Direito Processual Penal

Cargo: Delegado de Polícia

Banca organizadora: NC-UFPR

DIREITO PENAL

1. (TJ-PR/2019/NC-UFPR/TITULAR DE SERVIÇOS DE NOTAS E DE REGISTROS – PROVIMENTO) É muito comum nos dias presentes constatar-se entre acadêmicos e até mesmo entre profissionais a confusão entre “teoria da imputação objetiva, responsabilidade objetiva e imputabilidade”. Entretanto, as três expressões mencionadas são completamente diferentes. Com base na doutrina atual, é correto afirmar que são temas da imputabilidade penal:
 - a. Menoridade, doença mental e embriaguez.
 - b. Coação moral irresistível e obediência hierárquica.
 - c. Erro de proibição direto e indireto.
 - d. Excludentes putativas.
 - e. Excludentes de ilicitude.

2. (TJ-PR/2019/NC-UFPR/TITULAR DE SERVIÇOS DE NOTAS E DE REGISTROS - REMOÇÃO) Segundo esclareceu o mentor da expressão “criminalidade do colarinho branco”, Edwin Sutherland, as teorias sobre o crime falharam porque pretenderam explicá-lo a partir da pobreza ou das doenças mentais, quando na verdade o crime está disseminado em todas as camadas sociais e é praticado por todos os tipos de profissionais, desde os autônomos, empresários, políticos e servidores públicos (SUTHERLAND, 1940). Entretanto, no que se refere aos crimes praticados contra a administração pública, existe um caso ao menos previsto no Código Penal que não é decorrência de vontade de realizar o tipo penal. Assinale a alternativa que apresenta um exemplo de tipo culposo praticado por servidor público contra a administração pública.
 - a. Prevaricação culposa.
 - b. Corrupção passiva culposa.
 - c. Concussão culposa.
 - d. Peculato culposos.
 - e. Destruição de documento por ato culposos.

3. (UFPR/2013/NC-UFPR/ESTATÍSTICO) Com relação aos crimes contra a administração pública previstos no Código Penal, identifique as afirmativas a seguir como verdadeiras (V) ou falsas (F):
- () Comete peculato o funcionário público que se apropria de dinheiro, valor ou qualquer outro bem móvel, público ou particular, de que tem a posse em razão do cargo, ou o desvia em proveito próprio ou alheio.
 - () O peculato requer dolo, não existindo o peculato na forma culposa.
 - () Comete concussão o funcionário público que exige, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida.
 - () Comete prevaricação o funcionário público que, por indulgência, deixar de responsabilizar subordinado que cometeu infração no exercício do cargo ou, quando lhe falte competência, não levar o fato ao conhecimento da autoridade competente.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta, de cima para baixo.

- a. V – F – V – F.
 - b. F – V – V – V.
 - c. V – V – F – F.
 - d. F – V – F – V.
 - e. V – F – F – V.
4. (UFPR/2017/NC-UFPR/MÉDICO/CLÍNICO GERAL) Considere que o Sr. Fulano de Tal, servidor público, que se encontra em férias, pega “emprestado” o veículo de sua repartição para utilizar durante as férias com sua família. Qual é o crime contra a Administração Pública por ele, em tese, cometido?
- a. Peculato.
 - b. Prevaricação.
 - c. Corrupção ativa.
 - d. Condescendência criminosa.
 - e. Tráfico de influência.
5. (UFPR/2017/NC-UFPR/AUXILIAR EM ADMINISTRAÇÃO) Auxiliar autor de crime a fugir configura crime de:
- a. Fraude processual.
 - b. Favorecimento real.
 - c. Favorecimento pessoal.
 - d. Desobediência.
 - e. Condescendência criminosa.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

1. (DPE-PR/2014/NC-UFPR/DEFENSOR PÚBLICO) Assinale a alternativa INCORRETA sobre os recursos no processo penal.
 - a. O Ministério Público tem legitimidade para recorrer de sentença absolutória proferida em ação penal de iniciativa privada (ação privada propriamente dita), pois atua como fiscal da lei.
 - b. Em sede de apelação, postulada a absolvição por inexistência de prova suficiente para a condenação, o Tribunal pode absolver o réu por atipicidade do fato, pois a profundidade do efeito devolutivo deve ser ampla.
 - c. O efeito extensivo, previsto no artigo 580 do Código de Processo Penal, tem por escopo garantir a uniformidade das decisões judiciais no caso de litisconsórcio passivo unitário no processo penal.
 - d. A apelação de sentença absolutória não tem efeito suspensivo, ao passo que, se a sentença for condenatória, a apelação terá efeito suspensivo, preservando-se o princípio da presunção de inocência.
 - e. Da decisão que denegar a apelação cabe recurso em sentido estrito, que nesta hipótese terá efeito suspensivo por expressa disposição legal.

2. (DPE-PR/2011/NC-UFPR/ASSESSOR DE ESTABELECIMENTO PENAL) Sobre a revisão criminal, assinale a alternativa correta.
 - a. A revisão criminal guarda natureza jurídica de recurso e visa a reforma da sentença condenatória ou do acórdão que a confirmou.
 - b. A superveniência de lei mais benigna, relacionada à execução de pena, constitui fundamento para revisão criminal.
 - c. É inadmitida no Brasil a revisão criminal pro societate.
 - d. Não cabe revisão criminal de sentença que aplica medida de segurança.
 - e. Não cabe revisão criminal de sentença cuja pena tenha sido objeto de indulto ou comutação.

3. (DPE-PR/2011/NC-UFPR/ASSESSOR DE ESTABELECIMENTO PENAL) Sobre o *habeas corpus*, considere as seguintes afirmativas:
 - 1) Em determinadas hipóteses, figura como um recurso para impugnação de decisões que restringem ou ameaçam a liberdade de locomoção.
 - 2) Trata-se de ação autônoma de impugnação.
 - 3) Será utilizado apenas para impugnar decisões não transitadas em julgado.
 - 4) Poderá ser utilizado para atacar a dosimetria da pena de multa.

Assinale a alternativa correta.

- a. Somente as afirmativas 1 e 2 são verdadeiras.
- b. Somente as afirmativas 2 e 4 são verdadeiras.
- c. Somente a afirmativa 3 é verdadeira.
- d. Somente as afirmativas 2, 3 e 4 são verdadeiras.
- e. Somente a afirmativa 2 é verdadeira.

4. (DPE-PR/2011/NC-UFPR/ASSESSOR DE ESTABELECIMENTO PENAL) Sobre a revisão criminal, é correto afirmar:

- a. Não poderá propor revisão criminal o condenado que foi beneficiado com indulto.
- b. A revisão criminal poderá ser proposta para beneficiar condenado que faleceu.
- c. O Ministério Público será instado a apresentar resposta à revisão criminal.
- d. A sentença anulada por revisão criminal poderá ser substituída por sentença que torne mais gravosa a situação do acusado.
- e. Não é cabível das decisões do tribunal do júri.

5. (DPE-PR/2007/NC-UFPR/DELEGADO DE POLÍCIA) Sobre a competência jurisdicional, considere as seguintes afirmativas:

- 1) A competência será, de regra, determinada pelo lugar em que se praticou a ação ou omissão, embora possa ser outro o local da produção do resultado.
- 2) Não sendo conhecido o lugar da infração, a competência regular-se-á pelo domicílio ou residência do réu.
- 3) A conexão e a continência importarão unidade de processo e julgamento, salvo no concurso entre a jurisdição comum e a militar.
- 4) No processo por crimes praticados fora do território brasileiro, será competente o juízo da Capital do Estado onde houver por último residido o acusado.

Assinale a alternativa correta.

- a. Somente as afirmativas 2 e 4 são verdadeiras.
- b. Somente as afirmativas 2 e 3 são verdadeiras.
- c. As afirmativas 1, 2, 3 e 4 são verdadeiras.
- d. Somente as afirmativas 1, 3 e 4 são verdadeiras.
- e. Somente as afirmativas 2, 3 e 4 são verdadeiras.

GABARITO

DIREITO PENAL

1. a
2. d
3. a
4. a
5. c

DIREITO PROCESSUAL PENAL

1. a
2. c
3. e
4. b
5. e

GABARITO COMENTADO

DIREITO PENAL

1. (TJ-PR/2019/NC-UFPR/TITULAR DE SERVIÇOS DE NOTAS E DE REGISTROS – PROVIMENTO) É muito comum nos dias presentes constatar-se entre acadêmicos e até mesmo entre profissionais a confusão entre “teoria da imputação objetiva, responsabilidade objetiva e imputabilidade”. Entretanto, as três expressões mencionadas são completamente diferentes. Com base na doutrina atual, é correto afirmar que são temas da imputabilidade penal:
- Menoridade, doença mental e embriaguez.
 - Coação moral irresistível e obediência hierárquica.
 - Erro de proibição direto e indireto.
 - Excludentes putativas.
 - Excludentes de ilicitude.

Letra a.

O crime, num conceito analítico e a partir de um critério tripartite, é composto de três substratos:

- Fato típico;
- Ilícitude (ou antijuridicidade); e
- Culpabilidade.

A **culpabilidade**, por seu turno, é composta por três elementos:

- Imputabilidade**;
- Potencial consciência da ilicitude; e
- Exigibilidade de conduta diversa;

A imputabilidade, conforme Rogério Sanches, “é capacidade de imputação, ou seja, possibilidade de se atribuir a alguém a responsabilidade pela prática de uma infração penal”.¹ Segundo Cezar Roberto Bitencourt, é o elemento sem o qual “entende-se que o sujeito carece de liberdade e de faculdade para comportar-se de outro modo, como o que não é capaz de culpabilidade, sendo, portanto, inculpável”.

Nosso Código Penal não trouxe um conceito exato do que seria imputabilidade, limitando-se a indicar as situações nas quais ela não existirá, isto é, elencou as **hipóteses de inimputabilidade**, que são:

- Menoridade**: são inimputáveis os menores de 18 anos (art. 27 do CP);

¹ CUNHA, Rogério Sanches. Manual de direito penal: parte geral (arts. 1º ao 120). 4. ed. rev., ampl. e atual.- Salvador: JusPODIVM, 2016. p. 287.

- **Doença mental ou anomalia psíquica:** são inimputáveis, conforme o art. 26 do CP, quem “por doença mental ou desenvolvimento mental incompleto ou retardado, era, ao tempo da ação ou da omissão, inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento.”; e
- **Embriguez completa proveniente de caso fortuito ou força maior** (art. 28, § 1º, do CP).

Anomalia psíquica (art. 26, <i>caput</i> , do CP)	Menores de 18 anos (art. 27 do CP)	Embriguez completa proveniente de caso fortuito ou força maior (art. 28, § 1º, do CP)
Art. 26. É isento de pena o agente que, por doença mental ou desenvolvimento mental incompleto ou retardado , era, ao tempo da ação ou da omissão, inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento.	Art. 27. Os menores de 18 (dezoito) anos são penalmente inimputáveis, ficando sujeitos às normas estabelecidas na legislação especial.	Art. 28, § 1º É isento de pena o agente que, por embriguez completa, proveniente de caso fortuito ou força maior , era, ao tempo da ação ou da omissão, inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento.

2. (TJ-PR/2019/NC-UFPR/TITULAR DE SERVIÇOS DE NOTAS E DE REGISTROS - REMOÇÃO) Segundo esclareceu o mentor da expressão “criminalidade do colarinho branco”, Edwin Sutherland, as teorias sobre o crime falharam porque pretenderam explicá-lo a partir da pobreza ou das doenças mentais, quando na verdade o crime está disseminado em todas as camadas sociais e é praticado por todos os tipos de profissionais, desde os autônomos, empresários, políticos e servidores públicos (SUTHERLAND, 1940). Entretanto, no que se refere aos crimes praticados contra a administração pública, existe um caso ao menos previsto no Código Penal que não é decorrência de vontade de realizar o tipo penal. Assinale a alternativa que apresenta um exemplo de tipo culposo praticado por servidor público contra a administração pública.
- Prevaricação culposa.
 - Corrupção passiva culposa.
 - Concussão culposa.
 - Peculato culposos.
 - Destruição de documento por ato culposos.

Letra d.

Os crimes contra a Administração Pública estão contidos no Título XI da Parte Especial do Código Penal, de modo que apenas dois admitem modalidade culposa, a saber:

- 1) **Peculato culposo**, tipificado no § 2º do art. 312; e
- 2) Fuga de pessoa presa ou submetida a medida de segurança, tipificado no art. 350, § 4º:

Peculato

Art. 312. Apropriar-se o funcionário público de dinheiro, valor ou qualquer outro bem móvel, público ou particular, de que tem a posse em razão do cargo, ou desviá-lo, em proveito próprio ou alheio:

Pena – reclusão, de dois a doze anos, e multa.

§ 1º Aplica-se a mesma pena, se o funcionário público, embora não tendo a posse do dinheiro, valor ou bem, o subtrai, ou concorre para que seja subtraído, em proveito próprio ou alheio, valendo-se de facilidade que lhe proporciona a qualidade de funcionário.

Peculato culposo

§ 2º Se o funcionário concorre culposamente para o crime de outrem:

Pena – detenção, de três meses a um ano.

§ 3º No caso do parágrafo anterior, a reparação do dano, se precede à sentença irrecorrível, extingue a punibilidade; se lhe é posterior, reduz de metade a pena imposta.

Fuga de pessoa presa ou submetida a medida de segurança

Art. 351. Promover ou facilitar a fuga de pessoa legalmente presa ou submetida a medida de segurança detentiva:

Pena – detenção, de seis meses a dois anos.

§ 1º Se o crime é praticado a mão armada, ou por mais de uma pessoa, ou mediante arrombamento, a pena é de reclusão, de dois a seis anos.

§ 2º Se há emprego de violência contra pessoa, aplica-se também a pena correspondente à violência.

§ 3º A pena é de reclusão, de um a quatro anos, se o crime é praticado por pessoa sob cuja custódia ou guarda está o preso ou o internado.

§ 4º No caso de culpa do funcionário incumbido da custódia ou guarda, aplica-se a pena de detenção, de três meses a um ano, ou multa.

Obs.: Os crimes contra a Administração Pública estão divididos em cinco capítulos:

- Capítulo I – Dos crimes praticados por funcionário público contra a Administração em geral (aqui está previsto o peculato culposo);
- Capítulo II – Dos crimes praticados por particular contra a Administração em geral;
- Capítulo II–A – Dos crimes praticados por particular contra a Administração Pública estrangeira;
- Capítulo III – Dos crimes contra a Administração da Justiça (**aqui está prevista a fuga de pessoa presa ou submetida a medida de segurança**); e
- Capítulo IV – Dos crimes contra as finanças públicas.

Assim, cuidado com eventuais “pegadinhas” do examinador sobre a admissão de crimes culposos contra a Administração Pública. Caso a questão fale em crime contra a Administração Pública, tanto peculato quanto fuga de pessoa presa ou submetida a medida de segurança estão incluídos como ilícitos que admitem a modalidade culposa.

Por outro lado, caso fale apenas em crimes praticados por funcionário público contra a Administração em Geral, o peculato será o único crime culposos.

3. (UFPR/2013/NC-UFPR/ESTATÍSTICO) Com relação aos crimes contra a administração pública previstos no Código Penal, identifique as afirmativas a seguir como verdadeiras (V) ou falsas (F):
- () Comete peculato o funcionário público que se apropria de dinheiro, valor ou qualquer outro bem móvel, público ou particular, de que tem a posse em razão do cargo, ou o desvia em proveito próprio ou alheio.
 - () O peculato requer dolo, não existindo o peculato na forma culposa.
 - () Comete concussão o funcionário público que exige, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida.
 - () Comete prevaricação o funcionário público que, por indulgência, deixar de responsabilizar subordinado que cometeu infração no exercício do cargo ou, quando lhe falte competência, não levar o fato ao conhecimento da autoridade competente.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta, de cima para baixo.

- a. V – F – V – F.
- b. F – V – V – V.
- c. V – V – F – F.
- d. F – V – F – V.
- e. V – F – F – V.

Letra a.

A sequência correta, de cima para baixo, é: V – F – V – F!

Afirmativa 1: verdadeira! Está de acordo com o art. 312 do Código Penal, que, na sua primeira parte, trata do peculato apropriação e, na parte final, do peculato desvio.

Válido apontar, ainda, que as duas modalidades (apropriação e desvio) são também conhecidas como **peculato próprio**.

Peculato

Art. 312. Apropriar-se o funcionário público de dinheiro, valor ou qualquer outro bem móvel, público ou particular, de que tem a posse em razão do cargo, ou desviá-lo, em proveito próprio ou alheio:
Pena – reclusão, de dois a doze anos, e multa.

Afirmativa 2: falsa! É possível a figura do peculato culposo, na forma do art. 312, § 2º, do CP.

Peculato culposo

§ 2º Se o funcionário concorre culposamente para o crime de outrem:
Pena – detenção, de três meses a um ano.

Conforme Cleber Masson:

O peculato culposo nada mais é do que o concurso não intencional pelo funcionário público, realizado por ação ou omissão – mediante imprudência, negligência ou desídia – para a apropriação, desvio ou subtração de dinheiro, valor ou qualquer outro bem móvel pertencente ao Estado ou sob sua guarda, por uma terceira pessoa, que pode ser funcionário público (intraneus) ou particular (extraneus).

É fácil concluir, em face da análise da redação do tipo penal, pela necessidade **de dois requisitos** para a configuração do crime culposo. Vejamos.

Inicialmente, reclama-se a **conduta culposa do funcionário público**, mediante sua inobservância ao dever objetivo de cuidado da coisa móvel da Administração Pública ou sob sua vigilância. Mas não basta. É fundamental a **prática de um crime doloso por terceira pessoa, aproveitando-se da facilidade culposamente proporcionada pelo funcionário público**.

Como não se admite a participação culposa em crime doloso, não há falar em concurso de pessoas, na forma disciplinada pelo art. 29, *caput*, do Código Penal. Logo, uma vez concretizada a subtração, o funcionário público relapso responde pelo peculato culposo, ao passo que ao terceiro será imputado delito diverso (peculato, se também ostentar a condição funcional, ou, se particular, por crime de outra natureza, notadamente o furto)².

Afirmativa 3: verdadeira! Está de acordo com o art. 316 do Código Penal.

Concussão

Art. 316. Exigir, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida:

Pena – reclusão, de 2 (dois) a 12 (doze) anos, e multa. (Redação dada pela Lei n. 13.964, de 2019)

Afirmativa 4: falsa! A assertiva narrou o crime de condescendência criminosa, tipificado no art. 320 do CP, e não o de prevaricação, previsto no art. 319.

Prevaricação

Art. 319. Retardar ou deixar de praticar, indevidamente, ato de ofício, ou praticá-lo contra disposição expressa de lei, para satisfazer interesse ou sentimento pessoal:

Pena – detenção, de três meses a um ano, e multa.

Condescendência criminosa

Art. 320. Deixar o funcionário, por indulgência, de responsabilizar subordinado que cometeu infração no exercício do cargo ou, quando lhe falte competência, não levar o fato ao conhecimento da autoridade competente:

Pena – detenção, de quinze dias a um mês, ou multa.

² MASSON, Cleber. Direito penal: parte especial arts. 213 a 359-h. 8. ed. São Paulo: Forense, 2018

4. (UFPR/2017/NC-UFPR/MÉDICO/CLÍNICO GERAL) Considere que o Sr. Fulano de Tal, servidor público, que se encontra em férias, pega “emprestado” o veículo de sua repartição para utilizar durante as férias com sua família. Qual é o crime contra a Administração Pública por ele, em tese, cometido?
- Peculato.
 - Prevaricação.
 - Corrupção ativa.
 - Condescendência criminosa.
 - Tráfico de influência.

Letra a.

Sr. Fulano de Tal, servidor público, ao pegar “emprestado” o veículo de sua repartição para utilizar durante as férias com sua família, praticou, em tese, o crime de peculato previsto no art. 312, *caput*, do CP.

Peculato

Art. 312. Apropriar-se o funcionário público de dinheiro, valor ou qualquer outro bem móvel, público ou particular, de que tem a posse em razão do cargo, ou desviá-lo, em proveito próprio ou alheio:
Pena – reclusão, de dois a doze anos, e multa.

5. (UFPR/2017/NC-UFPR/AUXILIAR EM ADMINISTRAÇÃO) Auxiliar autor de crime a fugir configura crime de:
- Fraude processual.
 - Favorecimento real.
 - Favorecimento pessoal.
 - Desobediência.
 - Condescendência criminosa.

Letra c.

Auxiliar autor de crime a fugir configura crime de **FAVORECIMENTO PESSOAL**, estampado no art. 348 do Código Penal.

Favorecimento pessoal

Art. 348. Auxiliar a subtrair-se à ação de autoridade pública autor de crime a que é cominada pena de reclusão:

Pena – detenção, de um a seis meses, e multa.

§ 1º Se ao crime não é cominada pena de reclusão:

Pena – detenção, de quinze dias a três meses, e multa.

§ 2º Se quem presta o auxílio é ascendente, descendente, cônjuge ou irmão do criminoso, fica isento de pena.

No crime do art. 348, também conhecido como **homizio**, pune-se o auxílio prestado para que o autor de crime fuja, se esconda ou de qualquer outro modo não seja alcançado pela autoridade pública.

Trata-se de um **crime acessório, de fusão ou parasitário**, pois depende da prática anterior de um outro crime que poderá ser de qualquer natureza: doloso, culposo ou preterdoloso, consumado ou tentado, de ação penal pública (incondicionada ou condicionada) ou de ação penal privada. No entanto, destaca-se, por oportuno, que, no caso de o crime antecedente ser processado mediante ação penal privada ou ação penal pública condicionada à representação do ofendido ou do Ministro da Justiça, o crime de favorecimento pessoal não será consumado até que tenha havido o ajuizamento da queixa-crime, da representação ou da requisição.

É imprescindível para a configuração do favorecimento pessoal que o delito anterior se **revista de viabilidade jurídica**, isto é, que dele possa decorrer a prolação de uma sentença condenatória em face do agente o qual o praticou. Nesse sentido, não há que se falar favorecimento pessoal quando o fato anterior se encontrar acobertado por alguma das **causas excludentes de ilicitude ou de culpabilidade**, ou, ainda, se o responsável tiver em seu favor uma **causa extintiva da punibilidade** ou uma **escusa absolutória**.

A modalidade da sanção aplicável influenciará na modalidade do ilícito de favorecimento pessoal, que poderá ser:

- a. **Favorecimento pessoal simples**, se ao crime anterior for cominada pena de reclusão (*caput*), quando a sanção será de um a seis meses de detenção, e multa;
- b. **Favorecimento pessoal privilegiado**, se ao crime anterior não for cominada pena de reclusão, podendo ser de detenção ou de natureza diversa, a exemplo do que ocorre no art. 28 da Lei n. 11.343/2006 (Lei de Drogas), quando a pena do favorecimento pessoal consiste em detenção, de quinze dias a três meses, e multa.

- a. **Errada!** O crime de **fraude processual** é o tipificado no art. 347 do Código Penal:

Fraude processual

Art. 347. Inovar artificialmente, na pendência de processo civil ou administrativo, o estado de lugar, de coisa ou de pessoa, com o fim de induzir a erro o juiz ou o perito:

Pena – detenção, de três meses a dois anos, e multa.

Parágrafo único. Se a inovação se destina a produzir efeito em processo penal, ainda que não iniciado, as penas aplicam-se em dobro.

- b. **Errada!** O crime de **favorecimento real** é o tipificado no art. 349 do Código Penal:

Favorecimento real

Art. 349. Prestar a criminoso, fora dos casos de coautoria ou de receptação, auxílio destinado a tornar seguro o proveito do crime:

Pena – detenção, de um a seis meses, e multa.

d. **Errada!** O crime de **desobediência** é o tipificado no art. 330 do Código Penal:

Desobediência

Art. 330. Desobedecer a ordem legal de funcionário público:

Pena – detenção, de quinze dias a seis meses, e multa.

e. **Errada!** O crime de **condescendência criminosa** é o tipificado no art. 320 do Código Penal:

Condescendência criminosa

Art. 320. Deixar o funcionário, por indulgência, de responsabilizar subordinado que cometeu infração no exercício do cargo ou, quando lhe falte competência, não levar o fato ao conhecimento da autoridade competente:

Pena – detenção, de quinze dias a um mês, ou multa.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

1. (DPE-PR/2014/NC-UFPR/DEFENSOR PÚBLICO) Assinale a alternativa INCORRETA sobre os recursos no processo penal.
- O Ministério Público tem legitimidade para recorrer de sentença absolutória proferida em ação penal de iniciativa privada (ação privada propriamente dita), pois atua como fiscal da lei.
 - Em sede de apelação, postulada a absolvição por inexistência de prova suficiente para a condenação, o Tribunal pode absolver o réu por atipicidade do fato, pois a profundidade do efeito devolutivo deve ser ampla.
 - O efeito extensivo, previsto no artigo 580 do Código de Processo Penal, tem por escopo garantir a uniformidade das decisões judiciais no caso de litisconsórcio passivo unitário no processo penal.
 - A apelação de sentença absolutória não tem efeito suspensivo, ao passo que, se a sentença for condenatória, a apelação terá efeito suspensivo, preservando-se o princípio da presunção de inocência.
 - Da decisão que denegar a apelação cabe recurso em sentido estrito, que nesta hipótese terá efeito suspensivo por expressa disposição legal.

Letra a.

a. **INCORRETA!** Tendo em vista que o direito de recurso é extensão do direito de ação, sendo exercido no âmbito da mesma relação jurídico-processual, o Ministério Público **NÃO tem legitimidade** para recorrer de sentença absolutória proferida em **ação penal de iniciativa**

privada (ação privada propriamente dita), muito embora atue como fiscal da lei. Isso porque **o titular das ações penais dessa natureza é o querelante, a vítima**, cabendo a ela decidir sobre a interposição de recursos.

Ademais, não se pode esquecer que os recursos têm como característica a **voluntariedade**, ficando a sua interposição condicionada à manifestação de vontade da parte sucumbente. Fique atento, pois a assertiva deixou claro que está se referindo à **ação penal de iniciativa privada propriamente dita** ou **exclusivamente privada**, aquela cuja titularidade é exclusiva da vítima, podendo o direito de queixa ser exercido por ela ou por seu representante legal e, no caso de morte do ofendido ou quando declarado ausente por decisão judicial, por seu cônjuge, ascendente, descendente ou irmão, consoante os artigos 30 e 31 do CPP.

Art. 30. Ao ofendido ou a quem tenha qualidade para representá-lo caberá intentar a ação privada.

Art. 31. No caso de morte do ofendido ou quando declarado ausente por decisão judicial, o direito de oferecer queixa ou prosseguir na ação passará ao cônjuge, ascendente, descendente ou irmão.

Não confunda com a ação penal privada subsidiária da pública, pois nesta, em que pese a inicial acusatória seja uma queixa-crime, a titularidade da ação penal permanece com o Ministério Público. Em outros termos, a inércia do parquet não altera a natureza do crime, que permanecerá a ser de processamento mediante ação penal pública.

b. **Correta!** O efeito devolutivo, comum a todos os recursos, “consiste na transferência do conhecimento da matéria impugnada ao órgão jurisdicional, objetivando a reforma, a invalidação, a integração ou o esclarecimento da decisão impugnada³”.

Quanto à **extensão (ou dimensão horizontal)**, a devolução será **restrita à matéria impugnada pela parte**. Significa dizer que “o conhecimento do Tribunal encontra-se condicionado, portanto, à matéria impugnada pelo recorrente. Se o recurso for total, todas as questões poderão ser objeto de reexame. Lado outro, se o recurso for parcial, a análise do Tribunal só terá por objeto a matéria impugnada pelo recorrente⁴”.

Noutra via, no que tange à **profundidade (ou dimensão vertical)** do recurso, entende-se que, uma vez delimitada a extensão da devolução (as matérias impugnadas), a devolução **deverá ser ampla**. Assim, “fixada a extensão do recurso, a profundidade do conhecimento do Tribunal é a maior possível: pode levar em consideração tudo que for relevante para a nova decisão⁵”.

Por isso, correto afirmar que, em sede de apelação, postulada a absolvição por inexistência de prova suficiente para a condenação, o Tribunal pode absolver o réu por atipicidade do fato, pois a profundidade do efeito devolutivo deve ser ampla.

³ LIMA, Renato Brasileiro de. Manual de processo penal: volume único. 7. ed. rev., ampl. e atual. – Salvador: Ed. JusPodivm, 2019, p. 1.731.

⁴ LIMA, Renato Brasileiro de. Manual de processo penal: volume único. 7. ed. rev., ampl. e atual. – Salvador: Ed. JusPodivm, 2019, p. 1.731.

⁵ LIMA, Renato Brasileiro de. Manual de processo penal: volume único. 7. ed. rev., ampl. e atual. – Salvador: Ed. JusPodivm, 2019, p. 1.732.

c. **Correta!** Conforme explica Renato Brasileiro:

“Consectário lógico do princípio da isonomia, do qual deriva a óbvia conclusão de que acusados da prática de um mesmo crime devem ser tratados de maneira semelhante, caso se encontrem em idêntica situação jurídica, o efeito extensivo consiste na possibilidade de se estender o resultado favorável do recurso interposto por um dos acusados aos outros que não tenham recorrido.

Por conta desse efeito, a decisão do recurso interposto por um dos acusados no caso de concurso de agentes, desde que fundada em motivos que não sejam de caráter exclusivamente pessoal, aproveitará aos demais (CPP, art. 580). De se ver, portanto, que é possível a extensão benéfica dos efeitos de decisão proferida em recurso de corrêu àqueles que não recorreram, desde que a fundamentação não seja de caráter exclusivamente pessoal. Exemplificando, se o Tribunal reconhecer a atipicidade da conduta delituosa, é evidente que os efeitos dessa decisão se estendem aos demais acusados que não recorreram. Por outro lado, se o juízo ad quem concluir que está provado que o recorrente não concorreu para a infração penal, absolvendo-o, os efeitos dessa decisão não serão extensivos aos demais acusados⁶”.

d. **Correta!** O efeito suspensivo “consiste na impossibilidade de a decisão impugnada produzir seus efeitos regulares enquanto não houver a apreciação do recurso interposto. (...) Por isso, quando se diz que um recurso é “dotado de efeito suspensivo”, significa dizer que a decisão por ele impugnada não pode ser executada de imediato, devendo-se aguardar o transcurso do prazo recursal”.⁷

No que tange ao recurso de apelação, temos, nos arts. 596 e 597 do CPP, que:

Art. 596. A apelação da sentença absolutória não impedirá que o réu seja posto imediatamente em liberdade.

Parágrafo único. A apelação não suspenderá a execução da medida de segurança aplicada provisoriamente.

Temos, no *caput* do art. 596, a previsão de que “a apelação da sentença absolutória **não impedirá** que o réu seja posto **imediatamente** em liberdade”, ou seja, proferida sentença absolutória, ela será executada de pronto, independentemente da interposição de recurso de apelação, que não gozará de efeitos suspensivos.

Art. 597. A apelação de sentença condenatória terá efeito suspensivo, salvo o disposto no art. 393, a aplicação provisória de interdições de direitos e de medidas de segurança (arts. 374 e 378), e o caso de suspensão condicional de pena.

⁶ LIMA, Renato Brasileiro de. Manual de processo penal: volume único. 7. ed. rev., ampl. e atual. – Salvador: Ed. JusPodivm, 2019, p. 1736.

⁷ LIMA, Renato Brasileiro de. Manual de processo penal: volume único. 7. ed. rev., ampl. e atual. – Salvador: Ed. JusPodivm, 2019, p. 1734.

Quanto ao recurso de apelação contra sentença condenatória, ele terá efeito suspensivo, não podendo a decisão ser executada imediatamente, produzindo os seus efeitos típicos, enquanto não for decidido o recurso.

e. **Correta!** Está de acordo com os artigos 581, XV, e 584, *caput*, do Código de Processo Penal. Vejamos:

Art. 581. Caberá recurso, no sentido estrito, da decisão, despacho ou sentença:
XV – que denegar a apelação ou a julgar deserta;

Art. 584. Os recursos terão efeito suspensivo nos casos de perda da fiança, de concessão de livramento condicional e dos ns. XV, XVII e XXIV do art. 581.

2. (DPE-PR/2011/NC-UFPR/ASSESSOR DE ESTABELECIMENTO PENAL) Sobre a revisão criminal, assinale a alternativa correta.
- A revisão criminal guarda natureza jurídica de recurso e visa a reforma da sentença condenatória ou do acórdão que a confirmou.
 - A superveniência de lei mais benigna, relacionada à execução de pena, constitui fundamento para revisão criminal.
 - É inadmitida no Brasil a revisão criminal pro societate.
 - Não cabe revisão criminal de sentença que aplica medida de segurança.
 - Não cabe revisão criminal de sentença cuja pena tenha sido objeto de indulto ou comutação.

Letra c.

a. **Errada!** Em que pese esteja prevista no CPP no capítulo que trata dos recursos em geral, a revisão criminal não tem natureza jurídica de recursos, prevalecendo o entendimento de que é **uma ação autônoma de impugnação**, pelos seguintes motivos, na lição de Renato Brasileiro:

“1) O recurso funciona como instrumento de impugnação de decisões judiciais não definitivas, ao passo que a revisão criminal só pode ser ajuizada após o trânsito em julgado de sentença condenatória ou absolutória imprópria;

2) A interposição de um recurso não faz surgir uma nova relação jurídica processual. Por meio da revisão criminal, instaura-se uma nova relação jurídica processual, diversa daquela de onde provém a decisão impugnada;

3) Dentre vários pressupostos de admissibilidade recursal, deve ser aferida a tempestividade do recurso, sendo certo que, operada a preclusão temporal, tal impugnação não poderá ser conhecida. A revisão criminal pode ser ajuizada a qualquer momento, inclusive depois do cumprimento da pena ou até mesmo após a morte do acusado;

4) Dentre vários pressupostos de admissibilidade recursal, deve ser aferida a legitimidade do recurso, sendo certo que, interposto por parte ilegítima, tal impugnação não poderá ser conhecida. A

revisão criminal, por sua vez, pode ser pedida pelo próprio acusado ou por procurador legalmente habilitado ou, no caso de morte, pelo cônjuge, ascendente, descendente ou irmão (CPP, art. 623). Ademais, se, no curso da revisão, falecer a pessoa, cuja condenação tiver de ser revista, será nomeado curador para a defesa (CPP, art. 631)⁸”.

b. Errada! A superveniência de lei mais benigna, relacionada à execução de pena, **constitui fundamento para AGRAVO EM EXECUÇÃO**, na forma do art. 66, I, da Lei n. 7.210/1984, e não de revisão criminal, cujas hipóteses de cabimento são aquelas positivadas no art. 621 do CPP:

CPP, art. 621. A revisão dos processos findos será admitida:

I – quando a sentença condenatória for contrária ao texto expresso da lei penal ou à evidência dos autos;
II – quando a sentença condenatória se fundar em depoimentos, exames ou documentos comprovadamente falsos;

III – quando, após a sentença, se descobrirem novas provas de inocência do condenado ou de circunstância que determine ou autorize diminuição especial da pena.

Lei n. 7.210/1984, art. 66. Compete ao Juiz da execução:

I – aplicar aos casos julgados lei posterior que de qualquer modo favorecer o condenado;

c. CERTA! No processo penal pátrio, a revisão criminal apenas poderá ser utilizada após o trânsito em julgado de sentença condenatória ou absolutória imprópria, isto é, consiste em **instrumento de uso privativo da defesa, utilizado exclusivamente em favor do acusado**. Correto, portanto, afirmar que é inadmitida no Brasil a revisão criminal pro societate. O principal fundamento para a vedação está na adoção do princípio do ne bis in idem processual, previsto expressamente na Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Decreto n. 678/1992, art. 8º, § 4º), e por meio do qual ninguém poderá ser processado duas vezes pela mesma imputação. Compreende-se que duas ações penais serão idênticas quando figurar, no polo passivo, o mesmo acusado, e quando o fato delituoso atribuído ao agente em ambos os processos criminais for idêntico⁹.

d. Errada! A medida de segurança é imposta por meio de uma sentença absolutória imprópria. **Doutrina majoritária entende pela possibilidade do ajuizamento de revisão criminal em face de sentença absolutória imprópria com trânsito em julgado**, pois “tal decisão, conquanto classificada como absolutória, tem inegável carga condenatória, já que submete o acusado ao cumprimento de medida de segurança (CPP, art. 386, parágrafo único, III), verdadeira espécie de sanção penal¹⁰”.

e. Errada! É cabível revisão criminal de sentença cuja pena tenha sido objeto de indulto ou comutação.

⁸ LIMA, Renato Brasileiro de. Manual de processo penal: volume único. 7. ed. rev., ampl. e atual. – Salvador: Ed. JusPodivm, 2019, p. 1.852.

⁹ LIMA, Renato Brasileiro de. Manual de processo penal: volume único. 7. ed. rev., ampl. e atual. – Salvador: Ed. JusPodivm, 2019, p. 1.857-1.858.

¹⁰ LIMA, Renato Brasileiro de. Manual de processo penal: volume único. 7. ed. rev., ampl. e atual. – Salvador: Ed. JusPodivm, 2019, p. 1.857-1.856.

A revisão criminal tem por efeito a desconstituição da sentença ou acórdão condenatório transitado em julgado, podendo ensejar a absolvição do réu, a anulação do processo, a simples modificação da pena ou alteração da classificação do crime. Destarte, ainda que a pena tenha sido objeto de indulto ou comutação, permanece o interesse do condenado ou de seus familiares em excluir os demais efeitos penais e extrapenais oriundos da condenação, bem como a restauração do *status dignitatis* daquele que se viu condenado de maneira injusta.

3. (DPE-PR/2011/NC-UFPR/ASSESSOR DE ESTABELECIMENTO PENAL) Sobre o *habeas corpus*, considere as seguintes afirmativas:

- 1) Em determinadas hipóteses, figura como um recurso para impugnação de decisões que restringem ou ameaçam a liberdade de locomoção.
- 2) Trata-se de ação autônoma de impugnação.
- 3) Será utilizado apenas para impugnar decisões não transitadas em julgado.
- 4) Poderá ser utilizado para atacar a dosimetria da pena de multa.

Assinale a alternativa correta.

- a. Somente as afirmativas 1 e 2 são verdadeiras.
- b. Somente as afirmativas 2 e 4 são verdadeiras.
- c. Somente a afirmativa 3 é verdadeira.
- d. Somente as afirmativas 2, 3 e 4 são verdadeiras.
- e. Somente a afirmativa 2 é verdadeira.

Letra e.

Somente a afirmativa 2 é verdadeira!

Afirmativa 1: falsa! Acredito que o examinador considerou a assertiva falsa por estar se referindo à possibilidade de o *habeas corpus* ser utilizado em substituição ao recurso indicado em lei como o cabível. É que, de fato, nos tribunais superiores, vem prevalecendo jurisprudência no sentido da inadequação do *habeas corpus* quando há previsão legal de recurso adequado para a impugnação do constrangimento ilegal à liberdade de locomoção. Cada vez mais vem sendo rechaçada a utilização do denominado *habeas corpus* substitutivo, aquele utilizado no lugar dos recursos ordinariamente previstos nas leis processuais. Apesar disso, é preciso destacar que a afirmativa 1 foi mal elaborada, pois seria correto afirmar que o *habeas corpus*, apesar de não ter natureza de recurso, em determinadas hipóteses, exercerá esse papel. Nesse sentido, Renato Brasileiro explica que:

“(...) o *habeas corpus*, por vezes, funciona como verdadeiro instrumento destinado à impugnação de decisões judiciais. É o que ocorre, por exemplo, quando o juiz recebe uma denúncia contra determinada pessoa, a despeito da ausência de lastro probatório suficiente para a instauração do processo.

Nesse caso, diante da ausência de justa causa para a deflagração da persecução penal em juízo, pode o acusado impetrar ordem de *habeas corpus*, com fundamento no art. 648, inciso I, do CPP, objetivando-se o trancamento do processo, hipótese em que o *habeas corpus* exercerá o papel de verdadeiro recurso¹¹.

Afirmativa 2: verdadeira! O *habeas corpus*, assim como a revisão criminal, apesar de estar previsto no CPP no capítulo que trata dos recursos em geral, não tem natureza jurídica de recurso, mas, sim, de **ação autônoma de impugnação**.

Afirmativa 3: falsa! O *habeas corpus* **pode** ser utilizado para impugnar decisões já transitadas em julgado, visando a rescisão da coisa julgada, desde que ainda permaneça o constrangimento ilegal à liberdade de locomoção.

Nesse sentido, citamos HC n. 146.327/RS, julgado pela 2ª Turma do STF no ano de 2018, em que foi admitida a impetração de *habeas corpus* contra decisão condenatória transitada em julgado, por ser mais célere e benéfico ao paciente, além estar em consonância com o art.648, VI, do CPP. (STF, 2ª Turma, HC 146.327/RS, Rei. Min. Gilmar Mendes, j. 27/02/2018)

Art. 648. A coação considerar-se-á ilegal:
VI – quando o processo for manifestamente nulo;

Afirmativa 4: falsa! O *habeas corpus* **NÃO poderá** ser utilizado para atacar a dosimetria da pena de multa.

Nesse sentido, Súmula 693 do STF: “**Não cabe** *habeas corpus* contra decisão condenatória a pena de multa, ou relativo a processo em curso por infração penal a que a pena pecuniária seja a única cominada”, pois a liberdade de locomoção nesses casos, nem mesmo de forma indireta, é ameaçada.

4. (DPE-PR/2011/NC-UFPR/ASSESSOR DE ESTABELECIMENTO PENAL) Sobre a revisão criminal, é correto afirmar:
- Não poderá propor revisão criminal o condenado que foi beneficiado com indulto.
 - A revisão criminal poderá ser proposta para beneficiar condenado que faleceu.
 - O Ministério Público será instado a apresentar resposta à revisão criminal.
 - A sentença anulada por revisão criminal poderá ser substituída por sentença que torne mais gravosa a situação do acusado.
 - Não é cabível das decisões do tribunal do júri.

Letra b.

a. Errada! Poderá propor revisão criminal o condenado beneficiado com indulto.

¹¹ LIMA, Renato Brasileiro de. Manual de processo penal: volume único. 7. ed. rev., ampl. e atual. – Salvador: Ed. JusPodivm, 2019, p. 1.800.

A revisão criminal tem por efeito a desconstituição da sentença ou acórdão condenatório transitado em julgado, podendo ensejar a absolvição do réu, a anulação do processo, a simples modificação da pena ou alteração da classificação do crime. Destarte, ainda que a pena tenha sido objeto de indulto ou comutação, permanece o interesse do condenado ou de seus familiares em excluir os demais efeitos penais e extrapenais oriundos da condenação, bem como a restauração do status dignitatis daquele que se viu condenado de maneira injusta.

b.CERTA! De acordo com o art. 623 do CPP:

Art. 623. A revisão **poderá ser pedida** pelo próprio réu ou por procurador legalmente habilitado ou, **no caso de morte do réu, pelo cônjuge, ascendente, descendente ou irmão.**

No caso de morte do réu, teremos a denominada reabilitação da memória. “Explica-se: os sucessores do condenado também têm interesse na revisão criminal, não só em virtude dos efeitos patrimoniais de uma possível indenização pelo erro judiciário, como também diante do interesse em buscar a restauração do *status dignitatis* do falecido, que se viu condenado de maneira injusta.”¹²

c.Errada! O Ministério Público **NÃO será citado para contestar (apresentar resposta) à revisão criminal.** Em verdade, a sua atuação se dá no papel de fiscal da lei, sendo para essa finalidade a abertura de vistas dos autos para que possa se manifestar, prevista no art. 625, § 5º, do CPP.

Art. 625. O requerimento será distribuído a um relator e a um revisor, devendo funcionar como relator um desembargador que não tenha pronunciado decisão em qualquer fase do processo.

§ 1º O requerimento será instruído com a certidão de haver passado em julgado a sentença condenatória e com as peças necessárias à comprovação dos fatos arguidos.

§ 2º O relator poderá determinar que se apensem os autos originais, se daí não advier dificuldade à execução normal da sentença.

§ 3º Se o relator julgar insuficientemente instruído o pedido e inconveniente ao interesse da justiça que se apensem os autos originais, indeferi-lo-á in limine, dando recurso para as câmaras reunidas ou para o tribunal, conforme o caso (art. 624, parágrafo único).

§ 4º Interposto o recurso por petição e independentemente de termo, o relator apresentará o processo em mesa para o julgamento e o relatará, sem tomar parte na discussão.

§ 5º **Se o requerimento não for indeferido in limine, abrir-se-á vista dos autos ao procurador-geral, que dará parecer no prazo de dez dias.** Em seguida, examinados os autos, sucessivamente, em igual prazo, pelo relator e revisor, julgar-se-á o pedido na sessão que o presidente designar.

d.Errada! A sentença anulada por revisão criminal **NÃO poderá** ser substituída por sentença que torne mais gravosa a situação do acusado.

¹² LIMA, Renato Brasileiro de. Manual de processo penal: volume único. 7. ed. rev., ampl. e atual. – Salvador: Ed. JusPodivm, 2019, p. 1.854.

O art. 626, parágrafo único, do CPP, ao prever que “de qualquer maneira, não poderá ser agravada a pena imposta pela decisão revista”, consagrou o **princípio da non reformatio in pejus**, pelo qual “no caso de recurso exclusivo da defesa, *habeas corpus* ou revisão criminal, não se admite a reforma do julgado impugnado para piorar a situação do acusado, quer do ponto de vista quantitativo, quer sob o ângulo qualitativo, nem mesmo para corrigir eventual erro material. Assim, em tais hipóteses, a situação do acusado jamais poderá ser agravada, sendo vedado ao Tribunal inclusive o conhecimento de matéria cognoscível de ofício que possa prejudicar a Defesa (v.g., nulidades absolutas)”.¹³

Art. 626. Julgando procedente a revisão, o tribunal poderá alterar a classificação da infração, absolver o réu, modificar a pena ou anular o processo.

Parágrafo único. De qualquer maneira, não poderá ser agravada a pena imposta pela decisão revista.

e. Errada! Prevalece na doutrina e na jurisprudência ser **cabível** revisão criminal das decisões do tribunal do júri, uma vez que “a soberania dos veredictos foi instituída como garantia do acusado. Logo, essa soberania pode ceder diante de norma que visa exatamente garantir os direitos de defesa e de liberdade¹⁴”.

5. (DPE-PR/2007/NC-UFPR/DELEGADO DE POLÍCIA) Sobre a competência jurisdicional, considere as seguintes afirmativas:

- 1) A competência será, de regra, determinada pelo lugar em que se praticou a ação ou omissão, embora possa ser outro o local da produção do resultado.
- 2) Não sendo conhecido o lugar da infração, a competência regular-se-á pelo domicílio ou residência do réu.
- 3) A conexão e a continência importarão unidade de processo e julgamento, salvo no concurso entre a jurisdição comum e a militar.
- 4) No processo por crimes praticados fora do território brasileiro, será competente o juízo da Capital do Estado onde houver por último residido o acusado.

Assinale a alternativa correta.

- a. Somente as afirmativas 2 e 4 são verdadeiras.
- b. Somente as afirmativas 2 e 3 são verdadeiras.
- c. As afirmativas 1, 2, 3 e 4 são verdadeiras.
- d. Somente as afirmativas 1, 3 e 4 são verdadeiras.
- e. Somente as afirmativas 2, 3 e 4 são verdadeiras.

¹³ LIMA, Renato Brasileiro de. Manual de processo penal: volume único. 7. ed. rev., ampl. e atual. – Salvador: Ed. JusPodivm, 2019, p. 1.872-1.873.

¹⁴ LIMA, Renato Brasileiro de. Manual de processo penal: volume único. 7. ed. rev., ampl. e atual. – Salvador: Ed. JusPodivm, 2019, p. 1.872-1.858.

Letra e.

Somente as afirmativas 2, 3 e 4 são verdadeiras!

Afirmativa 1: falsa! Define o art. 70 do CPP que a competência será, de regra, determinada pelo **lugar em que se CONSUMOU a ação ou omissão**, ou, no caso de tentativa, pelo lugar em que for praticado o último ato de execução.

Art. 70. A competência será, de regra, determinada pelo lugar em que se consumar a infração, ou, no caso de tentativa, pelo lugar em que for praticado o último ato de execução.

Afirmativa 2: verdadeira! Está de acordo com o art. 72, *caput*, do CPP:

Art. 72. Não sendo conhecido o lugar da infração, a competência regular-se-á pelo domicílio ou residência do réu.

§ 1º Se o réu tiver mais de uma residência, a competência fixar-se-á pela prevenção.

§ 2º Se o réu não tiver residência certa ou for ignorado o seu paradeiro, será competente o juiz que primeiro tomar conhecimento do fato.

Afirmativa 3: verdadeira! Está de acordo com o art. 79, I, do CPP:

Art. 79. A conexão e a continência importarão unidade de processo e julgamento, salvo:

I – no concurso entre a jurisdição comum e a militar;

II – no concurso entre a jurisdição comum e a do juízo de menores.

Afirmativa 4: verdadeira! Está de acordo com o art. 88 do CPP:

Art. 88. No processo por crimes praticados fora do território brasileiro, será competente o juízo da Capital do Estado onde houver por último residido o acusado. Se este nunca tiver residido no Brasil, será competente o juízo da Capital da República.

Prof. Renato Borelli

6^a RODADA DE QUESTÕES NC-UFP

LEGISLAÇÃO PENAL
ESPECIAL E DIREITO CIVIL

 GRAN CURSOS
ONLINE



**Renato Borelli**

Juiz Federal do TRF1. Foi Juiz Federal do TRF5. Exerceu a advocacia privada e pública. Foi servidor público e assessorou Desembargador Federal (TRF1) e Ministro (STJ). Atuou no CARF/Ministério da Fazenda como Conselheiro (antigo Conselho de Contribuintes). É formado em Direito e Economia, com especialização em Direito Público, Direito Tributário e Sociologia Jurídica.

Disciplinas: Legislação Penal Especial e Direito Civil

Cargo: Delegado de Polícia

Banca organizadora: NC-UFPR

LEGISLAÇÃO PENAL ESPECIAL

1. (DPE-PR/2014/NC-UFPR/ASSESSOR DE ESTABELECIMENTO PENAL) Em relação ao direito de defesa na execução, assinale a alternativa correta.
 - a. O direito de defesa nos processos administrativos disciplinares é mitigado por conta de seu caráter não jurisdicionalizado.
 - b. Da decisão de imposição de sanção pelo cometimento de falta grave cabe pedido de revisão e recurso ao juízo de execução, sendo ouvido o Conselho Penitenciário.
 - c. O entendimento sumulado do STF segundo o qual é constitucional a ausência de defesa técnica no processo administrativo disciplinar não se aplica à execução penal.
 - d. O agravo de decisão do juízo de execução pode ser interposto exclusivamente pelo Ministério Público ou pela Defesa do condenado.
 - e. Não há previsão de efeito suspensivo para o agravo em execução.

2. (TJ-PR/2019/NC-UFPR/TITULAR DE SERVIÇOS DE NOTAS E DE REGISTROS - PROVI-MENTO) Um dia antes de completar dezoito anos, Alfonso pratica um latrocínio, um estupro e uma extorsão mediante sequestro. A sentença condenatória do caso é proferida dois anos depois, quando Alfonso já possui quase vinte anos de idade. Nesse caso, aplica-se:
 - a. A pena prevista para os delitos, diminuída em razão da idade precoce.
 - b. A pena prevista para os delitos praticados sem redução.
 - c. Medida socioeducativa com restrição da liberdade de no máximo três anos.
 - d. Nove anos de medida socioeducativa porquanto se trata de três delitos.
 - e. Seis anos de medida socioeducativa.

3. (DPE-PR/2014/NC-UFPR/DEFENSOR PÚBLICO) Nos campos do atendimento dispensado aos adolescentes suspeitos da prática de ato infracional ou submetidos a medida socioeducativa, é papel do Conselho Tutelar, conforme previsto em lei,
- acompanhar a lavratura dos autos de apreensão quando o adolescente apreendido estiver desacompanhado dos pais ou responsável.
 - providenciar a medida de proteção estabelecida pela autoridade judiciária para o adolescente autor de ato infracional.
 - participar diretamente da elaboração do plano individual de atendimento nas medidas socioeducativas de meio aberto.
 - elaborar, como subsídio para decisão judicial de aplicação da medida socioeducativa, estudo social da família do adolescente.
 - promover o acompanhamento dos egressos de medida socioeducativa de internação.
4. (DPE-PR/2011/NC-UFPR/ASSESSOR DE ESTABELECIMENTO PENAL) Sobre as autorizações de saída e suas modalidades, é correto afirmar:
- A concessão de autorizações de saída é atribuição do diretor do estabelecimento prisional.
 - A modalidade “permissão de saída” pode se dar por razões de cunho humanitário e por prazo breve.
 - A modalidade “saída temporária” ocorre com duração de até sete dias e exige escolta armada.
 - Segundo a jurisprudência do STF, a “saída temporária” não é admissível aos condenados em regime aberto que cumprem pena em prisão-albergue.
 - Segundo entendimento sumulado do STJ, para obter o benefício da “saída temporária”, exige-se o cumprimento de fração da pena em regime semiaberto, desprezando-se o tempo de cumprimento de pena no regime fechado.
5. (DPE-PR/2011/NC-UFPR/ASSESSOR DE ESTABELECIMENTO PENAL) Sobre as hipóteses de regressão de regime, assinale a alternativa INCORRETA.
- O inadimplemento do pagamento da multa imposta é causa de regressão de regime do aberto ao semiaberto.
 - A prática de fato definido como crime doloso é causa de regressão de regime, independentemente de condenação transitada em julgado.
 - A frustração dos fins da execução pelo condenado em regime aberto é causa de regressão para o regime semiaberto.
 - Segundo a posição majoritária na jurisprudência dos Tribunais Superiores, é desnecessária a oitiva de Ministério Público e defesa no caso de regressão cautelar.
 - A regressão de regime é limitada pela fixação do regime inicial de cumprimento de pena.

DIREITO CIVIL

1. (COPEL/2015/NC-UFPR/ADVOGADO JÚNIOR) Acerca da disciplina da propriedade no Código Civil, assinale a alternativa INCORRETA.
 - a. O proprietário tem a faculdade de usar, gozar e dispor da coisa, e o direito de reavê-la do poder de quem quer que injustamente a possua ou detenha.
 - b. O direito de propriedade deve ser exercido em consonância com as suas finalidades econômicas e sociais.
 - c. O proprietário pode ser privado da coisa, nos casos de desapropriação, por necessidade ou utilidade pública ou interesse social, bem como no de requisição, em caso de perigo público iminente.
 - d. São defesos os atos de uso, gozo e disposição da coisa que não trazem ao proprietário qualquer comodidade ou utilidade.
 - e. A propriedade presume-se plena e exclusiva, até prova em contrário.

2. (PREFEITURA DE CURITIBA/PR/2015/NC-UFPR/PROCURADOR) Acerca da responsabilidade civil objetiva, é correto afirmar:
 - a. É o perigo que resulta do comportamento do agente o que fundamenta o dever de indenizar.
 - b. Ante a dificuldade da prova da culpa, cabe à vítima apenas fazer prova da ocorrência do dano.
 - c. Só haverá obrigação de reparar o dano independentemente de culpa nos casos especificados em lei.
 - d. A responsabilidade surge como consequência da prática de atividades ilícitas.
 - e. O dever ressarcitório surge pois quem exerce atividade perigosa, independentemente de agir com culpa, tem a obrigação de velar para que dela não resulte prejuízo.

3. (TJ-PR/2019/NC-UFPR/TITULAR DE SERVIÇOS DE NOTAS E DE REGISTROS - PROVIMENTO) Sobre a responsabilidade civil subjetiva e objetiva no Direito Civil brasileiro, identifique como verdadeiras (V) ou falsas (F) as seguintes afirmativas:
 - () Também comete ato ilícito o titular de um direito que, ao exercê-lo, excede manifestamente os limites impostos pelo seu fim econômico ou social, pela boa-fé ou pelos bons costumes.
 - () Somente gera direito a indenização o ato que transgrediu uma norma jurídica, sendo, portanto, o ato ilícito.
 - () Haverá obrigação de reparar o dano, independentemente de culpa, nos casos especificados em lei, ou quando a atividade normalmente desenvolvida pelo autor do dano implicar, por sua natureza, risco para os direitos de outrem.

- () São também responsáveis pela reparação civil o empregador, por seus empregados, serviçais e prepostos, no exercício do trabalho que lhes competir, ou em razão dele, ressalvado o comitente.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta, de cima para baixo.

- a. V – F – F – F.
- b. V – F – V – F.
- c. V – V – V – V.
- d. F – V – F – V.
- e. F – F – V – V.

4. (PC-PR/2007/NC-UFPR/DELEGADO DE POLÍCIA) Para evitar o atropelamento de pedestre que atravessa a rodovia fora da passarela de segurança, um motorista invade a pista contrária em manobra evasiva e acaba abalroando outro veículo que trafegava corretamente, causando danos materiais e morais ao seu condutor. Essa situação caracteriza:
- a. Ato ilícito que gera a obrigação de indenizar os danos materiais e morais causados ao condutor do veículo que trafegava corretamente na outra pista.
 - b. Ato lícito praticado em estado de necessidade, que exclui o dever de indenizar os danos causados ao condutor do outro veículo.
 - c. Ato lícito praticado em estado de necessidade que obriga o motorista à reparação dos danos materiais e morais causados ao condutor do outro veículo, mas que lhe assegura ação regressiva para haver do pedestre a importância que tiver ressarcido ao lesado.
 - d. Ato ilícito praticado em estado de necessidade, acobertado pela excludente de responsabilidade civil.
 - e. Ato lícito praticado em estado de necessidade que obriga o motorista à reparação dos danos materiais e morais causados ao condutor do outro veículo, sem direito de ação regressiva em face do pedestre.
5. (PREFEITURA DE CURITIBA-PR/2015/NC-UFPR/PROCURADOR) Alfredo, por ter desaparecido de seu domicílio há tempos, teve sua ausência declarada judicialmente. Sabe-se que ele tem dois filhos com Joana, com quem tem matrimônio, mas que dela estava separado de fato havia um ano antes da declaração de sua ausência. Os pais de Alfredo estão vivos. Alfredo não deixou representante ou procurador. Levando em consideração os dados apresentados, é correto afirmar:
- a. A legítima curadora de Alfredo deve ser sua cônjuge, Joana.
 - b. Os pais de Alfredo devem ser seus curadores, tendo em vista a separação de fato do casal Alfredo e Joana.

- c. Com a separação de fato do casal Alfredo e Joana, o filho mais velho do casal deve ser o curador de Alfredo.
- d. O juiz pode nomear livremente um curador para Alfredo, pois ele não deixou representante ou procurador.
- e. Os filhos de Alfredo devem ser seus curadores, tendo em vista a separação de fato do casal Alfredo e Joana.

GABARITO

LEGISLAÇÃO PENAL ESPECIAL

1. c
2. c
3. b
4. b
5. a

DIREITO CIVIL

1. d
2. e
3. b
4. c
5. a

GABARITO COMENTADO

LEGISLAÇÃO PENAL ESPECIAL

1. (DPE-PR/2014/NC-UFPR/ASSESSOR DE ESTABELECIMENTO PENAL) Em relação ao direito de defesa na execução, assinale a alternativa correta.
- O direito de defesa nos processos administrativos disciplinares é mitigado por conta de seu caráter não jurisdicionalizado.
 - Da decisão de imposição de sanção pelo cometimento de falta grave cabe pedido de revisão e recurso ao juízo de execução, sendo ouvido o Conselho Penitenciário.
 - O entendimento sumulado do STF segundo o qual é constitucional a ausência de defesa técnica no processo administrativo disciplinar não se aplica à execução penal.
 - O agravo de decisão do juízo de execução pode ser interposto exclusivamente pelo Ministério Público ou pela Defesa do condenado.
 - Não há previsão de efeito suspensivo para o agravo em execução.

Letra c.

a. Errada! A Constituição Federal garante o contraditório e a ampla defesa não apenas nos processos judiciais, como também nos processos administrativos. É nesse sentido a literal redação do inciso LV do art. 5º da Carta Magna, *in verbis*:

LV – aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes;

Aliás, recentemente o Superior Tribunal de Justiça divulgou algumas teses sobre o processo administrativo disciplinar que corroboram a necessidade de se observar a ampla defesa nesse expediente. Dentre as teses, ganham relevo as seguintes:

- No processo administrativo disciplinar o qual apura a prática de falta grave, não há obrigatoriedade de que o interrogatório do sentenciado seja o último ato da instrução, bastando que sejam respeitados o contraditório e a ampla defesa, e que um defensor esteja presente;
- No processo administrativo disciplinar instaurado para apuração de falta grave supostamente praticada no curso da execução penal, a inexistência de defesa técnica por advogado na oitiva de testemunhas viola os princípios do contraditório e da ampla defesa e configura causa de nulidade do PAD;
- A ausência de defesa técnica em procedimento administrativo disciplinar instaurado para apuração de falta grave em execução penal viola os princípios do contraditório e da ampla defesa e enseja nulidade absoluta do PAD;

- É dispensável nova oitiva do apenado antes da homologação judicial da falta grave, se previamente ouvido em procedimento administrativo disciplinar, em que foram assegurados o contraditório e a ampla defesa.

b. **Errada!** As decisões que impõem sanção pelo cometimento de falta grave reclamam manifestação do juízo da execução, cuja decisão enseja agravo em execução, nos termos do art. 197 da Lei de Execução Penal (Lei n. 7.210/1984):

Art. 197. Das decisões proferidas pelo Juiz caberá recurso de agravo, sem efeito suspensivo.

c. **CERTA!** O enunciado sumular vinculante 5, segundo o qual “A falta de defesa técnica por advogado no processo administrativo disciplinar não ofende à Constituição” **não se aplica** ao processo administrativo disciplinar instaurado na execução penal para se apurar a prática de falta grave. Nesse sentido:

A jurisprudência desta Corte é firme no sentido de que a Súmula Vinculante 5 não é aplicável em procedimentos administrativos para apuração de falta grave em estabelecimentos prisionais. (Rcl 9.340 AgR, rel. min. Ricardo Lewandowski, 2ª T, j. 26-08-2014, DJE 172 de 05-09-2014).

Recentemente, o Supremo Tribunal Federal aprovou o texto da Súmula Vinculante 5 (...). Todavia, esse enunciado é aplicável apenas em procedimentos de natureza cível. Em procedimento administrativo disciplinar, instaurado para apurar o cometimento de falta grave por réu condenado, tendo em vista estar em jogo a liberdade de ir e vir, deve ser observado amplamente o princípio do contraditório, com presença de advogado constituído ou defensor público nomeado, devendo ser-lhe apresentada defesa, em observância às regras específicas contidas na LEP/1984 (arts. 1º; 2º; 10; 44, III; 15; 16; 41, VII e IX; 59; 66, V, a, VII e VIII; 194), no CPP/1941 (arts. 3º e 261) e na própria CF/1988 (art. 5º, LIV e LV). (RE 398.269, voto do rel. min. Gilmar Mendes, 2ª T, j. 15-12-2009, DJE 35 de 26-2-2010)

Alinhando-se à orientação do STF, o Superior Tribunal de Justiça editou o verbete sumular 533, em que consignou a imprescindibilidade do defensor técnico no processo administrativo disciplinar em que se apure falta grave no bojo da execução penal:

Súmula 533-STJ. Para o reconhecimento da prática de falta disciplinar no âmbito da execução penal, é imprescindível a instauração de procedimento administrativo pelo diretor do estabelecimento prisional, assegurado o direito de defesa, a ser realizado por advogado constituído ou defensor público nomeado.

d. **Errada!** Os legitimados para interpor o agravo são o **Ministério Público, o acusado, além de seu cônjuge, parente ou descendente, todos na figura do defensor constituído ou nomeado**, conforme os ditames do artigo 195 da Lei de Execução Penal.

Art. 195. O procedimento judicial iniciar-se-á de ofício, a requerimento do Ministério Público, do interessado, de quem o represente, de seu cônjuge, parente ou descendente, mediante proposta do Conselho Penitenciário, ou, ainda, da autoridade administrativa.

e. **Errada!** No tocante ao efeito suspensivo, importante sopesar que a única exceção à regra é o agravo interposto contra decisão de liberação de pessoa sujeita a medida de segurança (artigo 179 da LEP).

2. (TJ-PR/2019/NC-UFPR/TITULAR DE SERVIÇOS DE NOTAS E DE REGISTROS - PROVI-MENTO) Um dia antes de completar dezoito anos, Alfonso pratica um latrocínio, um estupro e uma extorsão mediante sequestro. A sentença condenatória do caso é proferida dois anos depois, quando Alfonso já possui quase vinte anos de idade. Nesse caso, aplica-se:
- A pena prevista para os delitos, diminuída em razão da idade precoce.
 - A pena prevista para os delitos praticados sem redução.
 - Medida socioeducativa com restrição da liberdade de no máximo três anos.
 - Nove anos de medida socioeducativa porquanto se trata de três delitos.
 - Seis anos de medida socioeducativa.

Letra c.

Inicialmente, é preciso salientar que o enquadramento do Alfonso nas normas do Código Penal ou nas normas do Estatuto da Criança do Adolescente dependerá da idade que ele tinha à época da ação, conforme se extrai do art. 4º do Código Penal:

Art. 4º do CP. Considera-se praticado o crime no momento da ação ou omissão, ainda que outro seja o momento do resultado.

Assim, por contar com menos de 18 anos ao tempo da prática do fato, ele deve se subsumir à disciplina do Estatuto da Criança e do Adolescente, que não prevê a aplicação de pena, mas de medida socioeducativa. No mais, há expressa previsão (art. 121, § 3º) de que o período máximo da medida socioeducativa de internação **não poderá exceder a três anos**:

Art. 121, § 3º Em nenhuma hipótese o período máximo de internação excederá a três anos.

3. (DPE-PR/2014/NC-UFPR/DEFENSOR PÚBLICO) Nos campos do atendimento dispensado aos adolescentes suspeitos da prática de ato infracional ou submetidos a medida socioeducativa, é papel do Conselho Tutelar, conforme previsto em lei,
- acompanhar a lavratura dos autos de apreensão quando o adolescente apreendido estiver desacompanhado dos pais ou responsável.
 - providenciar a medida de proteção estabelecida pela autoridade judiciária para o adolescente autor de ato infracional.
 - participar diretamente da elaboração do plano individual de atendimento nas medidas socioeducativas de meio aberto.
 - elaborar, como subsídio para decisão judicial de aplicação da medida socioeducativa, estudo social da família do adolescente.
 - promover o acompanhamento dos egressos de medida socioeducativa de internação.

Letra b.

Dentre as ações mencionadas nas alternativas, a única que representa uma função do Conselho Tutelar, quando dos atendimentos dispensados aos adolescentes suspeitos da prática de ato infracional ou submetidos a medida socioeducativa, é a estampada na alternativa “b”, conforme art. 136 do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Art. 136. São atribuições do Conselho Tutelar:

- atender as crianças e adolescentes nas hipóteses previstas nos arts. 98 e 105, aplicando as medidas previstas no art. 101, I a VII;
- atender e aconselhar os pais ou responsável, aplicando as medidas previstas no art. 129, I a VII;
- promover a execução de suas decisões, podendo para tanto:
 - requisitar serviços públicos nas áreas de saúde, educação, serviço social, previdência, trabalho e segurança;
 - representar junto à autoridade judiciária nos casos de descumprimento injustificado de suas deliberações.
- encaminhar ao Ministério Público notícia de fato que constitua infração administrativa ou penal contra os direitos da criança ou adolescente;
- encaminhar à autoridade judiciária os casos de sua competência;
- providenciar a medida estabelecida pela autoridade judiciária, dentre as previstas no art. 101, de I a VI, para o adolescente autor de ato infracional;**
- expedir notificações;
- requisitar certidões de nascimento e de óbito de criança ou adolescente quando necessário;
- assessorar o Poder Executivo local na elaboração da proposta orçamentária para planos e programas de atendimento dos direitos da criança e do adolescente;
- representar, em nome da pessoa e da família, contra a violação dos direitos previstos no art. 220, § 3º, inciso II, da Constituição Federal;
- representar ao Ministério Público, para efeito das ações de perda ou suspensão do pátrio poder.
- representar ao Ministério Público para efeito das ações de perda ou suspensão do poder fami-

liar, após esgotadas as possibilidades de manutenção da criança ou do adolescente junto à família natural. (Redação dada pela Lei n. 12.010, de 2009) Vigência

XII – promover e incentivar, na comunidade e nos grupos profissionais, ações de divulgação e treinamento para o reconhecimento de sintomas de maus-tratos em crianças e adolescentes. (Incluído pela Lei n. 13.046, de 2014)

4. (DPE-PR/2011/NC-UFPR/ASSESSOR DE ESTABELECIMENTO PENAL) Sobre as autorizações de saída e suas modalidades, é correto afirmar:
- A concessão de autorizações de saída é atribuição do diretor do estabelecimento prisional.
 - A modalidade “permissão de saída” pode se dar por razões de cunho humanitário e por prazo breve.
 - A modalidade “saída temporária” ocorre com duração de até sete dias e exige escolta armada.
 - Segundo a jurisprudência do STF, a “saída temporária” não é admissível aos condenados em regime aberto que cumprem pena em prisão-albergue.
 - Segundo entendimento sumulado do STJ, para obter o benefício da “saída temporária”, exige-se o cumprimento de fração da pena em regime semiaberto, desprezando-se o tempo de cumprimento de pena no regime fechado.

Letra b.

a. Errada! A autorização de saída a que se refere o enunciado diz respeito à saída temporária. A saída temporária é o direito garantido ao preso que cumpre pena em regime semiaberto, observadas certas condições, para sair do estabelecimento penal, sem vigilância direta, nos seguintes casos: a) visita à família; b) frequência a curso supletivo profissionalizante, bem como de instrução do 2º grau ou superior, na Comarca do Juízo da Execução; ou c) participação em atividades que concorram para o retorno ao convívio social.

A autorização de saída será concedida por ato motivado do Juiz da Execução, ouvidos o Ministério Público e a administração penitenciária, segundo estabelece o art. 123 da Lei de Execução Penal:

Art. 123. A autorização será concedida por ato motivado do Juiz da execução, ouvidos o Ministério Público e a administração penitenciária e dependerá da satisfação dos seguintes requisitos:

I – comportamento adequado;

II – cumprimento mínimo de 1/6 (um sexto) da pena, se o condenado for primário, e 1/4 (um quarto), se reincidente;

III – compatibilidade do benefício com os objetivos da pena.

b. CERTA! A permissão de saída, regulada nos arts. 120 e 121 da Lei de Execução Penal, funda-se basicamente em razões humanitárias e tem por finalidade permitir aos condenados que cumprem pena em regime fechado ou semiaberto e aos presos provisórios sair do estabelecimento, mediante escolta, em caso de falecimento ou doença grave do cônjuge, companheira ou companheiro, ascendente, descendente, irmão ou irmã, ou em caso de necessidade de tratamento médico.

Art. 120. Os condenados que cumprem pena em regime fechado ou semiaberto e os presos provisórios poderão obter permissão para sair do estabelecimento, mediante escolta, quando ocorrer um dos seguintes fatos:

I – falecimento ou doença grave do cônjuge, companheira, ascendente, descendente ou irmão;

II – necessidade de tratamento médico (parágrafo único do artigo 14).

Parágrafo único. A permissão de saída será concedida pelo diretor do estabelecimento onde se encontra o preso.

Art. 121. A permanência do preso fora do estabelecimento terá a duração necessária à finalidade da saída.

Pela própria natureza do instituto, reafirmada pelas hipóteses autorizadoras, vê-se que a permissão de saída destina-se a breves ausências do estabelecimento penal, nas situações taxativamente previstas, sempre mediante escolta.

c. Errada! De fato, a saída temporária pode ser concedida por prazo de até sete dias, podendo ser renovada por mais quatro vezes durante o ano. É esse o teor do art. 124 da LEP:

Art. 124. A autorização será concedida por prazo não superior a 7 (sete) dias, podendo ser renovada por mais 4 (quatro) vezes durante o ano.

No entanto, o erro da assertiva está em afirmar que a saída temporária exige escolta armada, já que a saída do preso ocorre sem vigilância direta, nos termos do *caput* do art. 122 da LEP:

Art. 122. Os condenados que cumprem pena em regime semiaberto poderão obter autorização para saída temporária do estabelecimento, sem vigilância direta, nos seguintes casos: (...)

d. Errada! *A priori*, os presos condenados que cumprem a pena em regime semiaberto poderão, à luz do art. 122 da LEP, obter autorização para a saída temporária do estabelecimento, sem vigilância, nos casos estabelecidos em lei. Os destinatários da previsão legal são, em princípio, somente os presos que se encontram em regime semiaberto.

Entretanto, apesar da especificidade legal se referir somente aos sentenciados em regime semiaberto, importante citar o entendimento do Ministro Celso de Melo:

“(…) as saídas temporárias – não obstante as peculiaridades do regime penal aberto – revelam-se acessíveis aos condenados que se acham cumprindo a pena em prisão-albergue, pois o instituto da autorização de saída constitui instrumento essencial, enquanto estágio necessário que é, do sistema progressivo de execução das penas privativas de liberdade. Mais do que isso, impõe-se não desconsiderar o fato de que a recusa desse benefício ao preso albergado constituiria verdadeira *contradictio in terminis*, pois conduziria a uma absurda situação paradoxal, eis que o que cumpre pena em regime mais grave (semiaberto) teria direito a um benefício legal negado ao que, precisamente por estar em regime aberto, demonstrou possuir condições pessoais mais favoráveis de reintegração à vida comunitária”.

e. Errada! O tempo de cumprimento de pena no regime fechado é computado para fins de aferição da fração de pena já cumprida para obtenção do benefício da saída temporária. É nesse sentido, aliás, o enunciado sumular n. 40 do Superior Tribunal de Justiça:

Súmula 40 do STJ. Para obtenção dos benefícios de saída temporária e trabalho externo, considera-se o tempo de cumprimento da pena no regime fechado.

5. (DPE-PR/2011/NC-UFPR/ASSESSOR DE ESTABELECIMENTO PENAL) Sobre as hipóteses de regressão de regime, assinale a alternativa INCORRETA.
- O inadimplemento do pagamento da multa imposta é causa de regressão de regime do aberto ao semiaberto.
 - A prática de fato definido como crime doloso é causa de regressão de regime, independentemente de condenação transitada em julgado.
 - A frustração dos fins da execução pelo condenado em regime aberto é causa de regressão para o regime semiaberto.
 - Segundo a posição majoritária na jurisprudência dos Tribunais Superiores, é desnecessária a oitiva de Ministério Público e defesa no caso de regressão cautelar.
 - A regressão de regime é limitada pela fixação do regime inicial de cumprimento de pena.

Letra a.

a. Errada! O inadimplemento da multa só ensejará a regressão de regime **se o preso, podendo pagá-la, não o fizer**. Nesse sentido, é o § 1º do art. 118 da LEP:

Art. 118, § 1º O condenado será transferido do regime aberto se, além das hipóteses referidas nos incisos anteriores, frustrar os fins da execução ou não pagar, podendo, a multa cumulativamente imposta.

b. Certa! De fato, a mera prática de fato definido como crime doloso ou falta grave enseja a regressão de regime, a teor do inciso I do art. 118 da LEP:

Art. 118. A execução da pena privativa de liberdade ficará sujeita à forma regressiva, com a transferência para qualquer dos regimes mais rigorosos, quando o condenado:

I – praticar fato definido como crime doloso ou falta grave;

É esse, inclusive, o entendimento consolidado no enunciado n. 526 do STJ, que dispõe: “O reconhecimento de falta grave decorrente do cometimento de fato definido como crime doloso no cumprimento da pena prescinde do trânsito em julgado de sentença penal condenatória no processo penal instaurado para apuração do fato”.

c. **Certa!** É essa a previsão inserta no § 1º do art. 118 da LEP:

Art. 118, § 1º O condenado será transferido do regime aberto se, além das hipóteses referidas nos incisos anteriores, **frustrar os fins da execução** ou não pagar, podendo, a multa cumulativamente imposta.

d. **Certa!** De fato, os Tribunais Superiores têm se manifestado pela desnecessidade de prévia oitiva do condenado ou do Ministério Público no caso de regressão cautelar de regime. A título exemplificativo, podemos listar o seguinte julgado:

REGRESSÃO CAUTELAR SEM A PRÉVIA OITIVA DO CONDENADO. POSSIBILIDADE. PRESUNÇÃO DE INOCÊNCIA. VIOLAÇÃO NÃO CARACTERIZADA. AUSÊNCIA DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL. ORDEM DENEGADA. I. Não ofende o princípio da presunção de inocência o retorno cautelar ao regime anterior imposto ao condenado, quando ocorre descumprimento das condições impostas na progressão do regime, sendo-lhe garantida a prévia oitiva apenas por ocasião da decisão definitiva a respeito da regressão. Precedentes. II. Ordem denegada. (HC n. 213273 SP, Ministro Gilson Dipp, Quinta Turma, j. 26/06/2012, DJe 01/08/12).

e. **ATENÇÃO!** Esta alternativa foi dada como correta pela banca, no entanto ela não reflete o atual posicionamento da jurisprudência, a qual entende ser possível a regressão a regime mais gravoso que aquele definido como regime inicial no édito condenatório. Confira, pois, o seguinte julgado do Superior Tribunal de Justiça:

AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO PENAL. FALTA DISCIPLINAR DE NATUREZA GRAVE. PRÁTICA DE FATO DEFINIDO COMO CRIME DOLOSO. REGRESSÃO PARA REGIME MAIS GRAVOSO QUE O FIXADO NA SENTENÇA CONDENATÓRIA.

1. De acordo com entendimento predominante deste Superior Tribunal de Justiça, é possível a regressão do réu a regime mais gravoso do que o fixado na sentença condenatória no caso de prática de fato definido como crime doloso ou falta grave no curso da execução da pena.

2. Agravo regimental improvido.

DIREITO CIVIL

1. (COPEL/2015/NC-UFPR/ADVOGADO JÚNIOR) Acerca da disciplina da propriedade no Código Civil, assinale a alternativa INCORRETA.
- a. O proprietário tem a faculdade de usar, gozar e dispor da coisa, e o direito de reavê-la do poder de quem quer que injustamente a possua ou detenha.
 - b. O direito de propriedade deve ser exercido em consonância com as suas finalidades econômicas e sociais.
 - c. O proprietário pode ser privado da coisa, nos casos de desapropriação, por necessidade ou utilidade pública ou interesse social, bem como no de requisição, em caso de perigo público iminente.
 - d. São defesos os atos de uso, gozo e disposição da coisa que não trazem ao proprietário qualquer comodidade ou utilidade.
 - e. A propriedade presume-se plena e exclusiva, até prova em contrário.

Letra d.

a. Correta! A assertiva reproduz a literal redação do art. 1.228 do Código Civil:

Art. 1.228. O proprietário tem a faculdade de usar, gozar e dispor da coisa, e o direito de reavê-la do poder de quem quer que injustamente a possua ou detenha.

b. Correta! Novamente, há reprodução literal de dispositivo do Código Civil, especificamente do § 1º do art. 1228:

§ 1º O direito de propriedade deve ser exercido em consonância com as suas finalidades econômicas e sociais e de modo que sejam preservados, de conformidade com o estabelecido em lei especial, a flora, a fauna, as belezas naturais, o equilíbrio ecológico e o patrimônio histórico e artístico, bem como evitada a poluição do ar e das águas.

c. Correta! É o que diz exatamente o § 3º do art. 1.228 do Código Civil:

§ 3º O proprietário pode ser privado da coisa, nos casos de desapropriação, por necessidade ou utilidade pública ou interesse social, bem como no de requisição, em caso de perigo público iminente.

d. INCORRETA! Só são proibidos os atos que não tragam ao proprietário qualquer comodidade, ou utilidade, e, além disso, sejam destinados a prejudicar outrem. É o que diz o § 2º do art. 118 do CC:

§ 2º São defesos os atos que não trazem ao proprietário qualquer comodidade, ou utilidade, e sejam animados pela intenção de prejudicar outrem.

e. Correta! É o que diz o art. 1.231 do Código Civil:

Art. 1.231. A propriedade presume-se plena e exclusiva, até prova em contrário.

2. (PREFEITURA DE CURITIBA/PR/2015/NC-UFPR/PROCURADOR) Acerca da responsabilidade civil objetiva, é correto afirmar:

- a. É o perigo que resulta do comportamento do agente o que fundamenta o dever de indenizar.
- b. Ante a dificuldade da prova da culpa, cabe à vítima apenas fazer prova da ocorrência do dano.
- c. Só haverá obrigação de reparar o dano independentemente de culpa nos casos especificados em lei.
- d. A responsabilidade surge como consequência da prática de atividades ilícitas.
- e. O dever ressarcitório surge pois quem exerce atividade perigosa, independentemente de agir com culpa, tem a obrigação de velar para que dela não resulte prejuízo.

Letra e.

a. Errada! A responsabilidade civil não resulta do perigo do comportamento do agente, mas do ato ilícito por ele praticado, a teor dos arts. 186 e 927 do Código Civil. Ressalta-se, no entanto, que também o ato lícito pode ensejar a reparação civil, na hipótese dos incisos I e II do art. 188 do Código Civil, como se vê:

Art. 188. Não constituem atos ilícitos:

I – os praticados em legítima defesa ou no exercício regular de um direito reconhecido;

II – a deterioração ou destruição da coisa alheia, ou a lesão a pessoa, a fim de remover perigo iminente.

Parágrafo único. No caso do inciso II, o ato será legítimo somente quando as circunstâncias o tornarem absolutamente necessário, não excedendo os limites do indispensável para a remoção do perigo.

Art. 929. Se a pessoa lesada, ou o dono da coisa, no caso do inciso II do art. 188, não forem culpados do perigo, assistir-lhes-á direito à indenização do prejuízo que sofreram.

Art. 930. No caso do inciso II do art. 188, se o perigo ocorrer por culpa de terceiro, contra este terá o autor do dano ação regressiva para haver a importância que tiver ressarcido ao lesado.

Parágrafo único. A mesma ação competirá contra aquele em defesa de quem se causou o dano (artigo 188, inciso I).

b. Errada! Ainda que a prova da culpa, por parte da vítima, seja dispensada, especificamente nas hipóteses de responsabilidade objetiva, ainda **subsiste o dever de provar o dano, do ato e do nexo causal**.

c. Errada! Haverá obrigação de reparar o dano, independentemente de culpa, nos casos especificados em lei **OU** quando a atividade desenvolvida pelo autor do ato implicar, por sua natureza, risco para os direitos de outrem (art. 927, parágrafo único, do CC).

d. Errada! Como dito nos comentários da assertiva “a”, o ato lícito também pode gerar a responsabilidade civil, nos casos de atos praticados em legítima defesa ou em estado de necessidade.

e. CERTA! É a hipótese de responsabilidade civil objetiva trazida no bojo do parágrafo único do art. 927 do CC:

Art. 927, parágrafo único. Haverá obrigação de reparar o dano, independentemente de culpa, nos casos especificados em lei, ou quando a atividade normalmente desenvolvida pelo autor do dano implicar, por sua natureza, risco para os direitos de outrem.

3. (TJ-PR/2019/NC-UFPR/TITULAR DE SERVIÇOS DE NOTAS E DE REGISTROS - PROVIMENTO) Sobre a responsabilidade civil subjetiva e objetiva no Direito Civil brasileiro, identifique como verdadeiras (V) ou falsas (F) as seguintes afirmativas:

- () Também comete ato ilícito o titular de um direito que, ao exercê-lo, excede manifestamente os limites impostos pelo seu fim econômico ou social, pela boa-fé ou pelos bons costumes.
- () Somente gera direito a indenização o ato que transgrediu uma norma jurídica, sendo, portanto, o ato ilícito.
- () Haverá obrigação de reparar o dano, independentemente de culpa, nos casos especificados em lei, ou quando a atividade normalmente desenvolvida pelo autor do dano implicar, por sua natureza, risco para os direitos de outrem.
- () São também responsáveis pela reparação civil o empregador, por seus empregados, serviçais e prepostos, no exercício do trabalho que lhes competir, ou em razão dele, ressalvado o comitente.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta, de cima para baixo.

- a. V – F – F – F.
- b. V – F – V – F.
- c. V – V – V – V.
- d. F – V – F – V.
- e. F – F – V – V.

Letra b.

Item I: Verdadeiro. O item é a reprodução literal do art. 187 do Código Civil.

Item II: Falso. Também o ato lícito pode ensejar a reparação civil, na hipótese dos incisos I e II do art. 188 do Código Civil, como se vê:

Art. 188. Não constituem atos ilícitos:

I – os praticados em legítima defesa ou no exercício regular de um direito reconhecido;

II – a deterioração ou destruição da coisa alheia, ou a lesão a pessoa, a fim de remover perigo iminente.

Parágrafo único. No caso do inciso II, o ato será legítimo somente quando as circunstâncias o tornarem absolutamente necessário, não excedendo os limites do indispensável para a remoção do perigo.

Art. 929. Se a pessoa lesada, ou o dono da coisa, no caso do inciso II do artigo 188, não forem culpados do perigo, assiste-lhes o direito à indenização do prejuízo que sofreram.

Art. 930. No caso do inciso II do artigo 188, se o perigo ocorrer por culpa de terceiro, contra este terá o autor do dano ação regressiva para haver a importância que tiver ressarcido ao lesado.

Parágrafo único. A mesma ação competirá contra aquele em defesa de quem se causou o dano (art. 188, inciso I).

Item III: Verdadeiro. A assertiva repetiu a redação do parágrafo único do art. 927 do Código Civil.

Item IV: Falso. O comitente não é ressalvado pelo Código Civil, sendo assim, ele também é responsável.

Art. 932. São também responsáveis pela reparação civil:

III – o empregador ou comitente, por seus empregados, serviçais e prepostos, no exercício do trabalho que lhes competir, ou em razão dele;

-
4. (PC-PR/2007/NC-UFPR/DELEGADO DE POLÍCIA) Para evitar o atropelamento de pedestre que atravessa a rodovia fora da passarela de segurança, um motorista invade a pista contrária em manobra evasiva e acaba abalroando outro veículo que trafegava corretamente, causando danos materiais e morais ao seu condutor. Essa situação caracteriza:
- Ato ilícito que gera a obrigação de indenizar os danos materiais e morais causados ao condutor do veículo que trafegava corretamente na outra pista.
 - Ato lícito praticado em estado de necessidade, que exclui o dever de indenizar os danos causados ao condutor do outro veículo.
 - Ato lícito praticado em estado de necessidade que obriga o motorista à reparação dos danos materiais e morais causados ao condutor do outro veículo, mas que lhe assegura ação regressiva para haver do pedestre a importância que tiver ressarcido ao lesado.

- d. Ato ilícito praticado em estado de necessidade, acobertado pela excludente de responsabilidade civil.
- e. Ato lícito praticado em estado de necessidade que obriga o motorista à reparação dos danos materiais e morais causados ao condutor do outro veículo, sem direito de ação regressiva em face do pedestre.

Letra c.

O ato é lícito, pois se subsume à hipótese elencada no inciso II do art. 188 do Código Civil.

Art. 188. Não constituem atos ilícitos:

II – a deterioração ou destruição da coisa alheia, ou a lesão a pessoa, a fim de remover perigo iminente.

Parágrafo único. No caso do inciso II, o ato será legítimo somente quando as circunstâncias o tornarem absolutamente necessário, não excedendo os limites do indispensável para a remoção do perigo.

No entanto, apesar de lícito, ele não afasta a responsabilidade civil do agente causador do dano, sendo-lhe garantido, todavia, o direito de regresso contra o responsável pelo perigo. Nesse sentido são os arts. 929 e 930 do Código Civil:

Art. 929. Se a pessoa lesada, ou o dono da coisa, no caso do inciso II do art. 188, não forem culpados do perigo, assistir-lhes-á direito à indenização do prejuízo que sofreram.

Art. 930. No caso do inciso II do art. 188, se o perigo ocorrer por culpa de terceiro, contra este terá o autor do dano ação regressiva para haver a importância que tiver ressarcido ao lesado.

5. (PREFEITURA DE CURITIBA-PR/2015/NC-UFPR/PROCURADOR) Alfredo, por ter desaparecido de seu domicílio há tempos, teve sua ausência declarada judicialmente. Sabe-se que ele tem dois filhos com Joana, com quem tem matrimônio, mas que dela estava separado de fato havia um ano antes da declaração de sua ausência. Os pais de Alfredo estão vivos. Alfredo não deixou representante ou procurador. Levando em consideração os dados apresentados, é correto afirmar:
- a. A legítima curadora de Alfredo deve ser sua cônjuge, Joana.
 - b. Os pais de Alfredo devem ser seus curadores, tendo em vista a separação de fato do casal Alfredo e Joana.
 - c. Com a separação de fato do casal Alfredo e Joana, o filho mais velho do casal deve ser o curador de Alfredo.
 - d. O juiz pode nomear livremente um curador para Alfredo, pois ele não deixou representante ou procurador.

e. Os filhos de Alfredo devem ser seus curadores, tendo em vista a separação de fato do casal Alfredo e Joana.

Letra a.

No caso de desaparecimento de seu domicílio sem haver notícias, se não houver deixado representante ou procurador a quem caiba administrar-lhe os bens, o Juiz, a requerimento de qualquer interessado ou do Ministério Público, declarará a ausência, e nomear-lhe-á curador.

Nesse caso, o cônjuge possui preferência na nomeação, porque, conforme artigo 25 do Código Civil, sempre que não esteja separado judicialmente, ou de fato por mais de dois anos antes da declaração de ausência, ele será o legítimo curador.

Art. 25. O cônjuge do ausente, sempre que não esteja separado judicialmente, ou de fato por mais de dois anos antes da declaração da ausência, será o seu legítimo curador.

§ 1º Em falta do cônjuge, a curadoria dos bens do ausente incumbe aos pais ou aos descendentes, nesta ordem, não havendo impedimento que os iniba de exercer o cargo.

§ 2º Entre os descendentes, os mais próximos precedem os mais remotos.

§ 3º Na falta das pessoas mencionadas, compete ao juiz a escolha do curador.

Prof. Renato Borelli

7^a RODADA DE QUESTÕES NC-UFP

**DIREITO PENAL E
DIREITO PROCESSUAL PENAL**



**Renato Borelli**

Juiz Federal do TRF1. Foi Juiz Federal do TRF5. Exerceu a advocacia privada e pública. Foi servidor público e assessorou Desembargador Federal (TRF1) e Ministro (STJ). Atuou no CARF/Ministério da Fazenda como Conselheiro (antigo Conselho de Contribuintes). É formado em Direito e Economia, com especialização em Direito Público, Direito Tributário e Sociologia Jurídica.

Disciplinas: Direito Penal e Direito Processual Penal

Cargo: Delegado de Polícia

Banca organizadora: NC-UFPR

DIREITO PENAL

1. (TJ-PR/2019/NC-UFPR/TITULAR DE SERVIÇOS DE NOTAS E DE REGISTROS – PROVIMENTO) No ano de 1970, o professor alemão Claus Roxin escreveu um artigo em homenagem a Richard Honig. O artigo foi denominado “Reflexões sobre a Problemática da Imputação em Direito Penal”. Com o referido texto, foi estabelecida a base contemporânea da Teoria da Imputação Objetiva. Constituem critérios para análise da imputação objetiva:
 - a. incremento do risco, não diminuição do risco proibido, criação do risco proibido e esfera de proteção da norma.
 - b. dolo, culpa e imputação subjetiva.
 - c. imputabilidade, potencial conhecimento do ilícito e exigibilidade de conduta diversa.
 - d. legítima defesa, estado de necessidade, estrito cumprimento de dever legal e exercício regular de direito.
 - e. ilicitude, culpabilidade e punibilidade.

2. (TJ-PR/2019/NC-UFPR/TITULAR DE SERVIÇOS DE NOTAS E DE REGISTROS – PROVIMENTO) “Mas o que possibilita a ‘visão científica no Direito Penal’? O conceito de crime, mais especificamente um conceito denominado analítico, porquanto ‘analisa’ o crime em partes. É este, na verdade, o conceito mais importante do Direito Penal” (BACILA, 2011). Com base no texto, assinale a alternativa que apresenta o elemento do conceito analítico de crime que descreve a conduta proibida pela norma penal.
 - a. Imputabilidade.
 - b. Culpabilidade.
 - c. Tipo subjetivo.
 - d. Tipo objetivo.
 - e. Potencial conhecimento do ilícito.

3. (TJ-PR/2019/NC-UFPR/TITULAR DE SERVIÇOS DE NOTAS E DE REGISTROS – PROVIMENTO) O Código Penal estabeleceu no artigo 59 diversos critérios para a fixação da pena, tais como culpabilidade, antecedentes, motivos, circunstâncias e consequências do crime. O referido texto legal também deixou claro que adotou uma posição oficial com relação ao fundamento da pena. Quanto ao fundamento da pena adotado no Código Penal, adota-se a teoria:
- a. retributiva como fim da pena.
 - b. eclética ou mista.
 - c. da prevenção especial negativa.
 - d. da prevenção especial positiva.
 - e. da prevenção geral positiva.
4. (DPE-PR/2019/NC-UFPR/DEFENSOR PÚBLICO) Segundo a teoria da tipicidade conglobante, o fato não é típico por falta de lesividade:
- 1) quando se cumpre um dever jurídico.
 - 2) quando, para defender um bem ou valor próprio, o agente sacrifica bem ou valor alheios de menor magnitude.
 - 3) quando se pratica uma ação fomentada pelo direito.
 - 4) quando há o consentimento do titular do bem jurídico.
 - 5) quando o agente pratica a conduta em legítima defesa putativa.

Assinale a alternativa correta.

- a. Somente as afirmativas 1, 2 e 4 são verdadeiras.
 - b. Somente as afirmativas 2 e 3 são verdadeiras.
 - c. Somente as afirmativas 1, 2, 4 e 5 são verdadeiras.
 - d. Somente as afirmativas 1, 3 e 4 são verdadeiras.
 - e. Somente as afirmativas 3 e 5 são verdadeiras.
5. (DPE-PR/2014/NC-UFPR/DEFENSOR PÚBLICO) Assinale a alternativa correta em matéria de prescrição.
- a. Antes de passar em julgado a sentença final, a prescrição não corre durante o tempo em que o condenado está preso por outro motivo.
 - b. Nos crimes contra a dignidade sexual de crianças e adolescentes, previstos no Código Penal ou em legislação especial, a prescrição da pretensão punitiva começa a correr da data em que a vítima completar 21 (vinte e um) anos, salvo se a esse tempo já houver sido proposta a ação penal.
 - c. Aplicam-se às penas restritivas de direito os mesmos prazos prescricionais previstos para as penas privativas de liberdade.

- d. São reduzidos de metade os prazos de prescrição quando o criminoso era, ao tempo do crime, maior de 60 (sessenta) anos.
- e. A prescrição da pena de multa ocorrerá em 3 (três) anos, quando a multa for a única cominada ou aplicada.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

1. (TJ-PR/2019/NC-UFPR/TITULAR DE SERVIÇOS DE NOTAS E DE REGISTROS – PROVIMENTO) Sobre o tema da competência territorial em matéria penal, de acordo com o estabelecido no Código de Processo Penal, assinale a alternativa INCORRETA.
 - a. Tratando-se de crime continuado ou permanente, a competência territorial será determinada pela prevenção.
 - b. Se, ocorrendo duas ou mais infrações, houverem sido praticadas, ao mesmo tempo, por várias pessoas em concurso, embora diverso o tempo e o lugar, a unidade do processo decorrerá da conexão intersubjetiva.
 - c. Em relação aos crimes tentados, a competência territorial é determinada pelo lugar em que for praticado o primeiro ato de execução.
 - d. No caso de concurso de agentes, a unidade do processo decorre da continência por cumulação subjetiva.
 - e. No caso de concurso formal de crimes, a unidade do processo decorre da continência por cumulação objetiva.

2. (DPE-PR/2014/NC-UFPR/DEFENSOR PÚBLICO) Ao oferecer denúncia em face de Benedito, o promotor de justiça narrou que o réu subtraiu sub-repticiamente o telefone celular da vítima Jonas, quando ambos saíam da aula no curso de Jornalismo da UFPR. Seguindo na narrativa fática, o promotor de justiça descreveu que o réu se aproveitou de um momento de distração por parte da vítima, para então subtrair a res. Em audiência concentrada, o magistrado abriu a instrução com a oitiva do ofendido, momento em que este afirmou que o celular fora entregue voluntariamente a Benedito, que havia lhe pedido para fazer uma ligação urgente para a sua mãe que estava internada em um hospital, e que, após a entrega do telefone, o réu saiu correndo, apoderando-se definitivamente do objeto, que não mais foi encontrado. Encerrada a instrução probatória, deverá o magistrado:
 - a. respeitar o princípio da correlação entre acusação e sentença, abrindo os debates orais e em seguida proferir sentença, podendo condenar o réu alterando apenas a classificação jurídica do fato, ainda que tenha de aplicar pena mais grave, por se tratar de hipótese de *emendatio libelli*.
 - b. respeitar o princípio da correlação entre acusação e sentença, aguardando que o Ministério Público faça o aditamento da denúncia, no prazo de 5 (cinco) dias, redu-

zindo a termo o aditamento, caso feito oralmente. Após o aditamento abrirá o prazo de 5 (cinco) dias para a defesa se manifestar, e, uma vez admitido o aditamento, a requerimento das partes, designará dia e hora para a continuação da audiência, com inquirição de testemunhas, novo interrogatório do acusado, realização de debates e julgamento. Isto porque se está diante de hipótese de *mutatio libelli*.

- c. respeitar o princípio da correlação entre acusação e sentença, aguardando que o Ministério Público faça o aditamento da denúncia, no prazo de 5 (cinco) dias, reduzindo a termo o aditamento, caso feito oralmente. Caso não seja feito o aditamento pelo promotor de justiça, ouvirá diretamente a defesa no prazo de 5 (cinco) dias, para preservar a garantia da ampla defesa, e, após, designará dia e hora para a continuação da audiência, com inquirição de testemunhas, novo interrogatório do acusado, realização de debates e julgamento, por se tratar de hipótese de *mutatio libelli*.
- d. respeitar o princípio da correlação entre acusação e sentença, abrindo prazo de 5 (cinco) dias para o Ministério Público aditar a denúncia somente se entender que é caso de aplicação de pena mais grave, por se tratar de hipótese de *mutatio libelli*.
- e. respeitar o princípio da correlação entre acusação e sentença, abrindo prazo de 5 (cinco) dias para o Ministério Público aditar a denúncia, por se tratar de hipótese de *emendatio libelli*.

3. (TJ-PR/2013/NC-UFPR/JUIZ) Assinale a alternativa correta:

- a. Os quesitos serão formulados na seguinte ordem, indagando sobre: a materialidade do fato; a autoria ou participação; se o acusado deve ser absolvido; se existe circunstância qualificadora ou causa de aumento de pena reconhecidas na pronúncia ou em decisões posteriores que julgaram admissível a acusação; se existe causa de diminuição de pena alegada pela defesa.
- b. No procedimento relativo aos crimes contra a propriedade imaterial, no caso de haver o crime deixado vestígio, a queixa ou a denúncia não será recebida se não for instruída com o exame pericial dos objetos que constituam o corpo de delito.
- c. Quando for oferecida a exceção da verdade ou da notoriedade do fato imputado, o querelante poderá contestar a exceção no prazo de dez (10) dias, podendo ser inquiridas as testemunhas arroladas na queixa, ou outras indicadas naquele prazo, em substituição às primeiras, ou para completar o máximo legal.
- d. Ressalvada a possibilidade de se preservar o corpo de delito, o juiz poderá determinar, a requerimento da vítima, a destruição da produção ou reprodução apreendida mesmo quando houver impugnação quanto à sua ilicitude.

4. (TJ-PR/2013/NC-UFPR/JUIZ) No procedimento relativo aos processos da competência do Tribunal do Júri, é correto afirmar:
- Salvo motivo relevante que autorize alteração na ordem dos julgamentos, terão preferência: os acusados presos; dentre os acusados presos, aqueles que estiverem há mais tempo na prisão; em igualdade de condições, observado o prazo de prescrição.
 - O assistente somente será admitido se tiver requerido sua habilitação até 5 (cinco) dias antes da data da sessão na qual pretenda atuar.
 - O juiz presidente reservará datas na reunião periódica subsequente, para a inclusão de processo que tiver o julgamento adiado.
 - O procedimento será concluído no prazo máximo de 81 (oitenta e um) dias.
5. (TJ-PR/2013/NC-UFPR/JUIZ) Assinale a alternativa correta:
- O desaforamento também poderá ser determinado, em razão do comprovado excesso de serviço, independente da oitiva do juiz presidente e da parte contrária, se o julgamento não puder ser realizado no prazo de 6 (seis) meses, contado do trânsito em julgado da decisão de pronúncia.
 - Para a contagem do prazo referido no item anterior, computar-se-á o tempo de adiamentos, diligências ou incidentes de interesse da defesa.
 - Na pendência de recurso contra a decisão de pronúncia ou quando efetivado o julgamento, não se admitirá o pedido de desaforamento, salvo, nesta última hipótese, quanto a fato ocorrido durante ou após a realização de julgamento anulado.
 - O pedido de desaforamento será distribuído imediatamente, mas não terá preferência de julgamento na Câmara ou Turma competente, salvo quando se tratar de réu preso.

GABARITO

DIREITO PENAL

1. a
2. d
3. b
4. d
5. c

DIREITO PROCESSUAL PENAL

1. c
2. b
3. b
4. b
5. c

GABARITO COMENTADO

DIREITO PENAL

1. (TJ-PR/2019/NC-UFPR/TITULAR DE SERVIÇOS DE NOTAS E DE REGISTROS – PROVIMENTO) No ano de 1970, o professor alemão Claus Roxin escreveu um artigo em homenagem a Richard Honig. O artigo foi denominado “Reflexões sobre a Problemática da Imputação em Direito Penal”. Com o referido texto, foi estabelecida a base contemporânea da Teoria da Imputação Objetiva. Constituem critérios para análise da imputação objetiva:
- incremento do risco, não diminuição do risco proibido, criação do risco proibido e esfera de proteção da norma.
 - dolo, culpa e imputação subjetiva.
 - imputabilidade, potencial conhecimento do ilícito e exigibilidade de conduta diversa.
 - legítima defesa, estado de necessidade, estrito cumprimento de dever legal e exercício regular de direito.
 - ilicitude, culpabilidade e punibilidade.

Letra a.

A teoria da imputação objetiva visa restringir a incidência do nexos causal naturalístico para afastar a imputação da conduta e/ou do resultado. Para Claus Roxin, o resultado só pode ser imputado ao agente quando:

- a conduta cria ou incrementa um risco permitido para o objeto da conduta (ação);
- o risco se realiza no resultado concreto;
- o resultado se encontra dentro do alcance do tipo.

Claus Roxin, amparando-se no princípio do risco, idealiza a teoria da imputação objetiva, que exige a análise de quatro critérios. São eles:

- a diminuição do risco:** não há imputação objetiva da conduta ou do resultado quando o sujeito age com o fim de diminuir o risco de maior dano ao bem jurídico;
- a criação de um risco juridicamente relevante:** em todos os casos nos quais a ação não tenha criado um risco juridicamente relevante de lesão para um bem jurídico, não se pode falar em fato típico;
- o aumento do risco permitido:** se a conduta do agente não houver, de alguma forma, aumentado o risco de ocorrência do resultado, este não lhe poderá ser imputado;
- a esfera de proteção da norma como critério de imputação:** somente haverá responsabilidade quando a conduta afrontar a finalidade protetiva da norma.

2. (TJ-PR/2019/NC-UFPR/TITULAR DE SERVIÇOS DE NOTAS E DE REGISTROS – PROVIMENTO) “Mas o que possibilita a ‘visão científica no Direito Penal’? O conceito de crime, mais especificamente um conceito denominado analítico, porquanto ‘analisa’ o crime em partes. É este, na verdade, o conceito mais importante do Direito Penal” (BACILA, 2011). Com base no texto, assinale a alternativa que apresenta o elemento do conceito analítico de crime que descreve a conduta proibida pela norma penal.
- Imputabilidade.
 - Culpabilidade.
 - Tipo subjetivo.
 - Tipo objetivo.
 - Potencial conhecimento do ilícito.

Letra d.

O tipo penal descreve uma conduta (ação ou omissão) proibida por nosso ordenamento jurídico e é composto por elementos objetivos – ligados aos aspectos materiais e normativos – e subjetivos – relacionados à consciência e à vontade do agente.

O tipo objetivo corresponde ao comportamento descrito no preceito primário da norma, porém desconsidera o estado anímico do agente, isto é, não analisa sua intenção. O elemento objetivo pode ser dividido em descritivo e normativo. O elemento descritivo, também chamados de elemento objetivo propriamente dito, descreve os aspectos materiais da conduta perceptíveis pelos sentidos e compreendidos independentemente de qualquer juízo de valor. Ele pode estar relacionado a coisa, a lugar, a tempo, a modo de execução, a objetos etc. Já o elemento objetivo normativo exige do intérprete um juízo de valor. Pode ser jurídico (aquele em que a valoração prévia está na própria norma) ou extrajurídico (relacionado a aspectos subjetivos ou a expressões culturais).

O tipo subjetivo reúne todas as características subjetivas direcionadas à produção de um tipo penal objetivo. Este tem como finalidade investigar o ânimo do sujeito que praticar um tipo penal objetivo, ou seja, sua função é averiguar o ânimo e a vontade do agente.

Dito isto, a alternativa que responde o enunciado é a letra “d”.

3. (TJ-PR/2019/NC-UFPR/TITULAR DE SERVIÇOS DE NOTAS E DE REGISTROS – PROVIMENTO) O Código Penal estabeleceu no artigo 59 diversos critérios para a fixação da pena, tais como culpabilidade, antecedentes, motivos, circunstâncias e consequências do crime. O referido texto legal também deixou claro que adotou uma posição oficial com relação ao fundamento da pena. Quanto ao fundamento da pena adotado no Código Penal, adota-se a teoria:
- retributiva como fim da pena.
 - eclética ou mista.

- c. da prevenção especial negativa.
- d. da prevenção especial positiva.
- e. da prevenção geral positiva.

Letra b.

O Código Penal consignou no *caput* do art. 59 que:

Art. 59. O juiz, atendendo à culpabilidade, aos antecedentes, à conduta social, à personalidade do agente, aos motivos, às circunstâncias e consequências do crime, bem como ao comportamento da vítima, estabelecerá, conforme seja necessário e suficiente para reprovação e prevenção do crime:

Veja-se, pois, que **o Código Penal adotou a teoria eclética ou mista** no que diz respeito ao fundamento da pena. Sendo assim, busca-se, a um só tempo, que a pena seja capaz de retribuir ao condenado o mal por ele praticado (retribuição), sem prejuízo de desestimular a prática de novos ilícitos penais (prevenção) e ressocializar o condenado.

Apenas a título de esclarecimento, teceremos breves considerações a respeito das demais teorias contempladas pelas demais alternativas.

Na teoria retributiva (ou absoluta), a pena seria a imposição de um mal necessário ao agente que cometeu o crime. Na lição de Cezar Roberto Bittencourt, “segundo este esquema retribucionista, é atribuída à pena, exclusivamente, a difícil incumbência de realizar Justiça. A pena tem como fim fazer justiça, nada mais”¹.

A teoria da prevenção especial negativa tem por objeto a segregação do delinquente com o propósito de neutralizá-lo, o que vai ao encontro da doutrina do Direito Penal do inimigo de Günther Jakobs.

A prevenção especial positiva tem por objetivo buscar o melhoramento do infrator; pretende a correção do cidadão delinquente.

Por fim, pela prevenção geral positiva, o Direito Penal tem uma pretensão mais importante, que vai além de resguardar bens jurídicos: garantir os valores éticos-sociais de uma coletividade, de modo que a lei proponha sanções a condutas as quais impliquem desrespeito aos valores fundamentais da respectiva coletividade.

-
4. (DPE-PR/2019/NC-UFPR/DEFENSOR PÚBLICO) Segundo a teoria da tipicidade conglobante, o fato não é típico por falta de lesividade:
- 1) quando se cumpre um dever jurídico.
 - 2) quando, para defender um bem ou valor próprio, o agente sacrifica bem ou valor alheios de menor magnitude.

¹ BITENCOURT, Cezar Roberto. Manual de Direito Penal. São Paulo: Saraiva, 2000; p. 68

- 3) quando se pratica uma ação fomentada pelo direito.
- 4) quando há o consentimento do titular do bem jurídico.
- 5) quando o agente pratica a conduta em legítima defesa putativa.

Assinale a alternativa correta.

- a. Somente as afirmativas 1, 2 e 4 são verdadeiras.
- b. Somente as afirmativas 2 e 3 são verdadeiras.
- c. Somente as afirmativas 1, 2, 4 e 5 são verdadeiras.
- d. Somente as afirmativas 1, 3 e 4 são verdadeiras.
- e. Somente as afirmativas 3 e 5 são verdadeiras.

Letra d.

Tipicidade conglobante é uma teoria jurídica criada pelo autor argentino Eugenio Raúl Zaffaroni, visando explicar a tipicidade (elemento integrante do fato típico) para o direito penal. Essa teoria basicamente entende que não se pode considerar como típica uma conduta fomentada ou tolerada pelo próprio Estado. Em outras palavras, o que é permitido, fomentado ou determinado por uma norma não pode estar proibido por outra. O juízo de tipicidade deve ser concretizado de acordo com o sistema normativo considerado em sua globalidade. Se uma norma permite, fomenta ou determina uma conduta, não pode estar proibida por outra. A tipicidade conglobante, portanto, traz para a análise da tipicidade condutas como o exercício regular de um direito ou o estrito cumprimento de um dever legal, que, antes, seriam valoradas pela ótica da ilicitude. Assim, tais condutas, tidas por ilícitas, porém típicas, tornam-se, segundo essa ótica, atípicas.

5. (DPE-PR/2014/NC-UFPR/DEFENSOR PÚBLICO) Assinale a alternativa correta em matéria de prescrição.
- a. Antes de passar em julgado a sentença final, a prescrição não corre durante o tempo em que o condenado está preso por outro motivo.
 - b. Nos crimes contra a dignidade sexual de crianças e adolescentes, previstos no Código Penal ou em legislação especial, a prescrição da pretensão punitiva começa a correr da data em que a vítima completar 21 (vinte e um) anos, salvo se a esse tempo já houver sido proposta a ação penal.
 - c. Aplicam-se às penas restritivas de direito os mesmos prazos prescricionais previstos para as penas privativas de liberdade.
 - d. São reduzidos de metade os prazos de prescrição quando o criminoso era, ao tempo do crime, maior de 60 (sessenta) anos.
 - e. A prescrição da pena de multa ocorrerá em 3 (três) anos, quando a multa for a única cominada ou aplicada.

Letra c.

a. Errada! A prescrição não correrá quando, **DEPOIS** de passar em julgado a sentença final, o condenado estiver preso por outro motivo. É esse o teor do parágrafo único do art. 116 do Código Penal:

Art. 116, parágrafo único. Depois de passada em julgado a sentença condenatória, a prescrição não corre durante o tempo em que o condenado está preso por outro motivo.

b. Errada! A prescrição da pretensão punitiva começará a correr quando a vítima completar **18 (dezoito) anos**, salvo se, a esse tempo, já houver sido proposta a ação penal, conforme art. 111, inciso V, do Código Penal:

Art. 111. A prescrição, antes de transitar em julgado a sentença final, começa a correr:

(...)

V – nos crimes contra a dignidade sexual de crianças e adolescentes, previstos neste Código ou em legislação especial, da data em que a vítima completar 18 (dezoito) anos, salvo se a esse tempo já houver sido proposta a ação penal.

c. CERTA! A assertiva está de acordo com o parágrafo único do art. 109 do Código Penal:

Art. 109. A prescrição, antes de transitar em julgado a sentença final, salvo o disposto no § 1º do art. 110 deste Código, regula-se pelo máximo da pena privativa de liberdade cominada ao crime, verificando-se:

Parágrafo único. Aplicam-se às penas restritivas de direito os mesmos prazos previstos para as privativas de liberdade.

d. Errada! Os prazos prescricionais são reduzidos pela metade em duas situações:

a. Quando, ao tempo do crime, o agente contava com menos de 21 (vinte e um) anos; ou

b. Quando, na data da sentença, o agente tinha mais de 70 (setenta) anos. É o que firma o art. 115 do Código Penal:

Art. 115. São reduzidos de metade os prazos de prescrição quando o criminoso era, ao tempo do crime, menor de 21 (vinte e um) anos, ou, na data da sentença, maior de 70 (setenta) anos.

e. Errada! A pena de multa, quando for a única aplicada ou cominada, prescreverá em **2 (dois) anos**, nos termos do art. 114, inciso I, do CP:

Art. 114. A prescrição da pena de multa ocorrerá:

I – em 2 (dois) anos, quando a multa for a única cominada ou aplicada;

DIREITO PROCESSUAL PENAL

1. (TJ-PR/2019/NC-UFPR/TITULAR DE SERVIÇOS DE NOTAS E DE REGISTROS – PROVIMENTO) Sobre o tema da competência territorial em matéria penal, de acordo com o estabelecido no Código de Processo Penal, assinale a alternativa INCORRETA.
- a. Tratando-se de crime continuado ou permanente, a competência territorial será determinada pela prevenção.
 - b. Se, ocorrendo duas ou mais infrações, houverem sido praticadas, ao mesmo tempo, por várias pessoas em concurso, embora diverso o tempo e o lugar, a unidade do processo decorrerá da conexão intersubjetiva.
 - c. Em relação aos crimes tentados, a competência territorial é determinada pelo lugar em que for praticado o primeiro ato de execução.
 - d. No caso de concurso de agentes, a unidade do processo decorre da continência por cumulação subjetiva.
 - e. No caso de concurso formal de crimes, a unidade do processo decorre da continência por cumulação objetiva.

Letra c.

- a. Certa! O item está em consonância com o disposto no art. 71 do Código de Processo Penal:

Art. 71. Tratando-se de infração continuada ou permanente, praticada em território de duas ou mais jurisdições, a competência firmar-se-á pela prevenção.

- b. Certa! As hipóteses de conexão estão elencadas no artigo 76 do Código de Processo Penal:

Art. 76. A competência será determinada pela conexão:

I – se, ocorrendo duas ou mais infrações, houverem sido praticadas, ao mesmo tempo, por várias pessoas reunidas, ou por várias pessoas em concurso, embora diverso o tempo e o lugar, ou por várias pessoas, umas contra as outras;

II – se, no mesmo caso, houverem sido umas praticadas para facilitar ou ocultar as outras, ou para conseguir impunidade ou vantagem em relação a qualquer delas;

III – quando a prova de uma infração ou de qualquer de suas circunstâncias elementares influir na prova de outra infração.

A doutrina divide as diferentes hipóteses de conexão em três tipos:

Conexão intersubjetiva por simultaneidade (ou ocasional)	Verifica-se quando, ocorrendo duas ou mais infrações, houverem sido praticadas, ao mesmo tempo, por várias pessoas reunidas (art. 76, inc. I).
Conexão intersubjetiva por concurso	Ocorrendo duas ou mais infrações penais, houverem sido praticadas por várias pessoas em concurso, embora diverso o tempo e o lugar (art. 76, inc. I, 2ª parte).
Conexão intersubjetiva por reciprocidade	Se as infrações forem cometidas por duas ou mais pessoas, umas contra as outras (art. 76, inc. I, última parte).

Vê-se, pois, que a assertiva descreve corretamente a hipótese de conexão intersubjetiva.

c. INCORRETA! No caso de tentativa, a competência se firmará no local em que se praticou o **ÚLTIMO** ato de execução:

Art. 70. A competência será, de regra, determinada pelo lugar em que se consumar a infração, ou, no caso de tentativa, pelo lugar em que for praticado o último ato de execução.

d. Certa! A continência ocorre quando um fato criminoso contém outros, impondo-se o julgamento de todos os fatos em conjunto (simultaneus processus). A continência é prevista no art. 77 do Código de Processo Penal:

Art. 77. A competência será determinada pela continência quando:
I – duas ou mais pessoas forem acusadas pela mesma infração;
II – no caso de infração cometida nas condições previstas nos arts. 51, § 1º, 53, segunda parte, e 54 do Código Penal.

A partir desse dispositivo, a doutrina divide a continência em duas espécies: continência por cumulação subjetiva e continência por cumulação objetiva. Na cumulação subjetiva, duas ou mais pessoas são acusadas da mesma infração, impondo-se a formação de um litis-consórcio passivo (art. 77, I, do CPP). Já a continência por cumulação objetiva contempla infrações cometidas em concurso formal, na aberratio ictus ou na aberratio criminis (art. 77, II, do CPP).

e. Certa! Vide comentários da alternativa anterior.

2. (DPE-PR/2014/NC-UFPR/DEFENSOR PÚBLICO) Ao oferecer denúncia em face de Benedito, o promotor de justiça narrou que o réu subtraiu sub-repticiamente o telefone celular da vítima Jonas, quando ambos saíam da aula no curso de Jornalismo da UFPR. Seguindo na narrativa fática, o promotor de justiça descreveu que o réu se aproveitou de um momento de distração por parte da vítima, para então subtrair a res. Em audiência concentrada, o magistrado abriu a instrução com a oitiva do ofendido, momento em que este afirmou que o celular fora entregue voluntariamente a Benedito, que havia lhe pedido para fazer uma ligação urgente para a sua mãe que estava internada em um hospital, e que, após a entrega do telefone, o réu saiu correndo, apoderando-se definitivamente do objeto, que não mais foi encontrado. Encerrada a instrução probatória, deverá o magistrado:
- respeitar o princípio da correlação entre acusação e sentença, abrindo os debates orais e em seguida proferir sentença, podendo condenar o réu alterando apenas a classificação jurídica do fato, ainda que tenha de aplicar pena mais grave, por se tratar de hipótese de *emendatio libelli*.
 - respeitar o princípio da correlação entre acusação e sentença, aguardando que o Ministério Público faça o aditamento da denúncia, no prazo de 5 (cinco) dias, reduzindo a termo o aditamento, caso feito oralmente. Após o aditamento abrirá o prazo de 5 (cinco) dias para a defesa se manifestar, e, uma vez admitido o aditamento, a requerimento das partes, designará dia e hora para a continuação da audiência, com inquirição de testemunhas, novo interrogatório do acusado, realização de debates e julgamento. Isto porque se está diante de hipótese de *mutatio libelli*.
 - respeitar o princípio da correlação entre acusação e sentença, aguardando que o Ministério Público faça o aditamento da denúncia, no prazo de 5 (cinco) dias, reduzindo a termo o aditamento, caso feito oralmente. Caso não seja feito o aditamento pelo promotor de justiça, ouvirá diretamente a defesa no prazo de 5 (cinco) dias, para preservar a garantia da ampla defesa, e, após, designará dia e hora para a continuação da audiência, com inquirição de testemunhas, novo interrogatório do acusado, realização de debates e julgamento, por se tratar de hipótese de *mutatio libelli*.
 - respeitar o princípio da correlação entre acusação e sentença, abrindo prazo de 5 (cinco) dias para o Ministério Público aditar a denúncia somente se entender que é caso de aplicação de pena mais grave, por se tratar de hipótese de *mutatio libelli*.
 - respeitar o princípio da correlação entre acusação e sentença, abrindo prazo de 5 (cinco) dias para o Ministério Público aditar a denúncia, por se tratar de hipótese de *emendatio libelli*.

Letra b.

A questão exige do candidato conhecimento acerca da distinção entre os institutos da *mutatio* e da *emendatio libelli*.

A **emendatio libelli** trata da possibilidade de emendar/reparar/consertar a acusação quando, na inicial, não houver correspondência entre os fatos narrados e a respectiva classificação do delito. Nessa senda, **na emendatio não há alteração dos fatos imputados, mas da capitulação jurídica da conduta (tipificação)**.

A *emendatio libelli* encontra previsão legal no art. 383 do Código de Processo Penal:

Art. 383. O juiz, sem modificar a descrição do fato contida na denúncia ou queixa, poderá atribuir-lhe definição jurídica diversa, ainda que, em consequência, tenha de aplicar pena mais grave.

§ 1º Se, em consequência de definição jurídica diversa, houver possibilidade de proposta de suspensão condicional do processo, o juiz procederá de acordo com o disposto na lei.

§ 2º Tratando-se de infração da competência de outro juízo, a este serão encaminhados os autos.

Já a **mutatio libelli** trata da hipótese de a denúncia trazer fatos diversos da realidade. Aqui, no curso da instrução processual, percebe-se que a inicial acusatória não descreveu corretamente os fatos ocorridos. Faz-se necessário, então, o aditamento da peça acusatória para a alteração dos fatos narrados inicialmente em virtude de novos elementos conhecidos durante a instrução processual.

A *mutatio libelli* é contemplada no art. 384 do Código de Processo Penal:

Art. 384. Encerrada a instrução probatória, se entender cabível nova definição jurídica do fato, em consequência de prova existente nos autos de elemento ou circunstância da infração penal não contida na acusação, o Ministério Público deverá aditar a denúncia ou queixa, no prazo de 5 (cinco) dias, se em virtude desta houver sido instaurado o processo em crime de ação pública, reduzindo-se a termo o aditamento, quando feito oralmente.

§ 1º Não procedendo o órgão do Ministério Público ao aditamento, aplica-se o art. 28 deste Código.

§ 2º Ouvido o defensor do acusado no prazo de 5 (cinco) dias e admitido o aditamento, o juiz, a requerimento de qualquer das partes, designará dia e hora para continuação da audiência, com inquirição de testemunhas, novo interrogatório do acusado, realização de debates e julgamento.

§ 3º Aplicam-se as disposições dos §§ 1º e 2º do art. 383 ao *caput* deste artigo.

§ 4º Havendo aditamento, cada parte poderá arrolar até 3 (três) testemunhas, no prazo de 5 (cinco) dias, ficando o juiz, na sentença, adstrito aos termos do aditamento.

§ 5º Não recebido o aditamento, o processo prosseguirá.

Dito isso, sem adentrar no mérito quanto ao delito praticado, o enunciado descreve uma situação de *mutatio libelli*, que reclama a alteração dos fatos descritos na denúncia.

3. (TJ-PR/2013/NC-UFPR/JUIZ) Assinale a alternativa correta:
- a. Os quesitos serão formulados na seguinte ordem, indagando sobre: a materialidade do fato; a autoria ou participação; se o acusado deve ser absolvido; se existe circunstância qualificadora ou causa de aumento de pena reconhecidas na pronúncia ou em decisões posteriores que julgaram admissível a acusação; se existe causa de diminuição de pena alegada pela defesa.
 - b. No procedimento relativo aos crimes contra a propriedade imaterial, no caso de haver o crime deixado vestígio, a queixa ou a denúncia não será recebida se não for instruída com o exame pericial dos objetos que constituam o corpo de delito.
 - c. Quando for oferecida a exceção da verdade ou da notoriedade do fato imputado, o querelante poderá contestar a exceção no prazo de dez (10) dias, podendo ser inquiridas as testemunhas arroladas na queixa, ou outras indicadas naquele prazo, em substituição às primeiras, ou para completar o máximo legal.
 - d. Ressalvada a possibilidade de se preservar o corpo de delito, o juiz poderá determinar, a requerimento da vítima, a destruição da produção ou reprodução apreendida mesmo quando houver impugnação quanto à sua ilicitude.

Letra b.

a. Errada! Os dois últimos quesitos foram trocados de ordem, segundo a ordem estabelecida no art. 483 do Código de Processo Penal, como se vê:

Art. 483. Os quesitos serão formulados na seguinte ordem, indagando sobre:

I – a materialidade do fato;

II – a autoria ou participação;

III – se o acusado deve ser absolvido;

IV – se existe causa de diminuição de pena alegada pela defesa;

V – se existe circunstância qualificadora ou causa de aumento de pena reconhecidas na pronúncia ou em decisões posteriores que julgaram admissível a acusação.

b. CERTA! Sempre que o crime deixar vestígio, o exame pericial dos objetos que constituem o corpo de delito **deve** integrar a queixa ou a denúncia, sob pena de não recebimento. É esse o teor do art. 525 do CPP:

Art. 525. No caso de haver o crime deixado vestígio, a queixa ou a denúncia não será recebida se não for instruída com o exame pericial dos objetos que constituam o corpo de delito.

c. Errada! Nos termos do art. 523 do CPP, o prazo para o querelante contestar a exceção da verdade é de **2 (dois) dias**.

Art. 523. Quando for oferecida a exceção da verdade ou da notoriedade do fato imputado, o querelante poderá contestar a exceção no prazo de dois dias, podendo ser inquiridas as testemunhas arroladas na queixa, ou outras indicadas naquele prazo, em substituição às primeiras, ou para completar o máximo legal.

d. Errada! Se houver impugnação da ilicitude, **é vedado ao Juiz** determinar a destruição da produção ou reprodução apreendida. É esse o entendimento que se extrai do art. 530-F do CPP:

Art. 530-F. Ressalvada a possibilidade de se preservar o corpo de delito, o juiz poderá determinar, a requerimento da vítima, a destruição da produção ou reprodução apreendida quando não houver impugnação quanto à sua ilicitude ou quando a ação penal não puder ser iniciada por falta de determinação de quem seja o autor do ilícito.

4. (TJ-PR/2013/NC-UFPR/JUIZ) No procedimento relativo aos processos da competência do Tribunal do Júri, é correto afirmar:

- a. Salvo motivo relevante que autorize alteração na ordem dos julgamentos, terão preferência: os acusados presos; dentre os acusados presos, aqueles que estiverem há mais tempo na prisão; em igualdade de condições, observado o prazo de prescrição.
- b. O assistente somente será admitido se tiver requerido sua habilitação até 5 (cinco) dias antes da data da sessão na qual pretenda atuar.
- c. O juiz presidente reservará datas na reunião periódica subsequente, para a inclusão de processo que tiver o julgamento adiado.
- d. O procedimento será concluído no prazo máximo de 81 (oitenta e um) dias.

Letra b.

a. Errada! A assertiva se equivoca ao enunciar o último critério de desempate para fins de preferência de julgamento. Nos termos do art. 429 do Código de Processo Penal, em igualdade de condições, terão preferência os presos precedentemente pronunciados, sem se averiguar o prazo de prescrição.

Art. 429. Salvo motivo relevante que autorize alteração na ordem dos julgamentos, terão preferência:
I – os acusados presos;
II – dentre os acusados presos, aqueles que estiverem há mais tempo na prisão;
III – em igualdade de condições, os precedentemente pronunciados.

b. CERTA! A assertiva reproduz a literalidade do art. 430 do Diploma Processual Penal, *in verbis*:

Art. 430. O assistente somente será admitido se tiver requerido sua habilitação até 5 (cinco) dias antes da data da sessão na qual pretenda atuar.

c. Errada! O Juiz reservará datas **na mesma reunião periódica**, conforme estabelece o § 2º do art. 429 do CPP:

Art. 429, § 2º O juiz presidente reservará datas na mesma reunião periódica para a inclusão de processo que tiver o julgamento adiado.

d. Errada! O procedimento no Tribunal de Júri deve ser concluído no prazo máximo de **90 (noventa) dias**, a teor do art. 412 do CPP:

Art. 412. O procedimento será concluído no prazo máximo de 90 (noventa) dias.

5. (TJ-PR/2013/NC-UFPR/JUIZ) Assinale a alternativa correta:

- a. O desaforamento também poderá ser determinado, em razão do comprovado excesso de serviço, independente da oitiva do juiz presidente e da parte contrária, se o julgamento não puder ser realizado no prazo de 6 (seis) meses, contado do trânsito em julgado da decisão de pronúncia.
- b. Para a contagem do prazo referido no item anterior, computar-se-á o tempo de adiamentos, diligências ou incidentes de interesse da defesa.
- c. Na pendência de recurso contra a decisão de pronúncia ou quando efetivado o julgamento, não se admitirá o pedido de desaforamento, salvo, nesta última hipótese, quanto a fato ocorrido durante ou após a realização de julgamento anulado.
- d. O pedido de desaforamento será distribuído imediatamente, mas não terá preferência de julgamento na Câmara ou Turma competente, salvo quando se tratar de réu preso.

Letra c.

a. Errada! O desaforamento **reclama a oitiva do Juiz Presidente e da parte contrária**, conforme formula o art. 428 do Código de Processo Penal:

Art. 428. O desaforamento também poderá ser determinado, em razão do comprovado excesso de serviço, **ouvidos o juiz presidente e a parte contrária**, se o julgamento não puder ser realizado no prazo de 6 (seis) meses, contado do trânsito em julgado da decisão de pronúncia.

b. Errada! Ao contrário do afirmado na assertiva, **NÃO** se computará o tempo de adiamentos, diligências ou incidentes de interesse da defesa.

Art. 428, § 1º Para a contagem do prazo referido neste artigo, não se computará o tempo de adiamentos, diligências ou incidentes de interesse da defesa.

c. CERTA! É a literalidade do § 4º do art. 427 do Código de Processo Penal:

Art. 427, § 4º Na pendência de recurso contra a decisão de pronúncia ou quando efetivado o julgamento, não se admitirá o pedido de desaforamento, salvo, nesta última hipótese, quanto a fato ocorrido durante ou após a realização de julgamento anulado.

d. Errada! O pedido de desaforamento **sempre gozará de preferência**, como reza o § 1º do art. 427 do CPP:

Art. 427, § 1º O pedido de desaforamento será distribuído imediatamente e terá preferência de julgamento na Câmara ou Turma competente.

Prof. Renato Borelli

8ª RODADA DE QUESTÕES NC-UFR

**DIREITO ADMINISTRATIVO E
DIREITO CONSTITUCIONAL**

 **GRAN CURSOS
ONLINE**



**Renato Borelli**

Juiz Federal do TRF1. Foi Juiz Federal do TRF5. Exerceu a advocacia privada e pública. Foi servidor público e assessorou Desembargador Federal (TRF1) e Ministro (STJ). Atuou no CARF/Ministério da Fazenda como Conselheiro (antigo Conselho de Contribuintes). É formado em Direito e Economia, com especialização em Direito Público, Direito Tributário e Sociologia Jurídica.

Disciplinas: Direito Administrativo e Direito Constitucional

Cargo: Delegado de Polícia

Banca organizadora: NC-UFPR

DIREITO ADMINISTRATIVO

1. (ITAIPU BINACIONAL/2014/NC-UFPR/ADMINISTRAÇÃO) Com base nas disposições da Lei n. 8.112/1990, identifique como verdadeiras (V) ou falsas (F) as seguintes afirmativas:
- () São requisitos básicos para investidura em cargo público, entre outros, a nacionalidade brasileira, o gozo dos direitos políticos e idade mínima de 16 anos.
 - () São formas de provimento de cargo público: nomeação, promoção, readaptação, reversão, aproveitamento, reintegração e recondução.
 - () É de 30 dias o prazo para o servidor empossado em cargo público entrar em exercício, contados da data da posse.
 - () É de 30 dias o prazo para o ato da posse, contados da publicação do ato de provimento.
 - () O servidor nomeado, ao entrar em exercício para o cargo de provimento efetivo, ficará sujeito ao estágio probatório por período de 18 (dezoito) meses.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta, de cima para baixo.

- a. F – F – V – V – V.
 - b. V – V – F – F – F
 - c. F – V – F – V – F.
 - d. V – F – V – F – V.
 - e. F – V – V – F – F.
2. (UFPR/2013/NC-UFPR/ENGENHEIRO CIVIL) Sobre o estágio probatório a que se submete o servidor público da União nomeado para cargo de provimento efetivo, é correto afirmar:
- a. Ao entrar em exercício, o servidor nomeado para cargo de provimento efetivo ficará sujeito a estágio probatório por período de 48 (quarenta e oito) meses.
 - b. O servidor não aprovado no estágio probatório será demitido.

- c. O servidor em estágio probatório poderá exercer quaisquer cargos de provimento em comissão ou funções de direção, chefia ou assessoramento no órgão ou entidade de lotação.
 - d. O servidor em estágio probatório não possui direito a licenças ou afastamentos.
 - e. A avaliação do desempenho do servidor será promovida pelo superior hierárquico direto ou, na sua falta, por comissão constituída para essa finalidade
- 3.** (UFPR/2017/NC-UFPR/TRADUTOR E INTÉRPRETE DE LINGUAGEM DE SINAIS) São requisitos básicos para investidura em cargo público previstos na Lei n. 8.112/1990, EXCETO:
- a. gozo dos direitos políticos.
 - b. idade mínima de dezoito anos.
 - c. quitação com as obrigações perante o Fisco.
 - d. aptidão física e mental.
 - e. nacionalidade brasileira.
- 4.** (UFPR/2017/NC-UFPR/ADMINISTRADOR) De acordo com a Lei n. 8.112/1990, o exercício efetivo no cargo público dar-se-á:
- a. obrigatoriamente no ato de assinatura do termo de posse.
 - b. no máximo até 5 (cinco) dias contados da data da posse.
 - c. no máximo até 15 (quinze) dias contados da data da posse.
 - d. no máximo até 30 (trinta) dias contados da data da posse.
 - e. no máximo até 45 (quarenta e cinco) dias contados da data da posse.
- 5.** (UFPR/2017/NC-UFPR/TRADUTOR E INTÉRPRETE DE LINGUAGEM DE SINAIS) Assinale a alternativa que indica corretamente exemplo de pessoa jurídica de direito público interno:
- a. Estados estrangeiros.
 - b. Fundações.
 - c. Organizações religiosas.
 - d. Autarquias.
 - e. Partidos políticos.

DIREITO CONSTITUCIONAL

1. (PREFEITURA DE MATINHOS-PR/2019/NC-UFPR/ADVOGADO) O artigo 38 da Constituição da República estipula regras para o exercício de mandato eletivo por parte de servidores públicos da Administração Direta, Autárquica e Fundacional. A respeito desse tema, assinale a alternativa correta.
 - a. Tratando-se de mandato eletivo federal, estadual ou distrital, o servidor eleito ficará afastado de seu cargo, emprego ou função, porém lhe será facultada a escolha da remuneração.
 - b. Investido no mandato de Prefeito, se houver compatibilidade de horários, poderá exercer as duas atribuições, com o recebimento dos vencimentos e vantagens de seu cargo, emprego ou função, sem prejuízo da remuneração do cargo eletivo.
 - c. Investido no mandato de vereador, acumulará as atribuições de seu cargo, emprego ou função com as do mandato eletivo, independentemente da compatibilidade de horários.
 - d. Sempre que houver afastamento do cargo, emprego ou função para o exercício de mandato eletivo, o tempo de serviço será contado para todos os efeitos legais, exceto para promoção por merecimento.
 - e. Investido no mandato de Prefeito, será afastado do cargo, emprego ou função e receberá a remuneração referente ao mandato eletivo, não sendo possível a opção pela remuneração do cargo, emprego ou função.

2. (PREFEITURA DE CURITIBA-PR/2019/NC-UFPR/AUDITOR FISCAL DE TRIBUTOS MUNICIPAIS) Segundo Eneida Desirée Salgado (2010), “a visão contemporânea da separação dos poderes, ou divisão de funções entre os órgãos de soberania do Estado, impõe o reconhecimento do exercício de parcela da função típica de um órgão por outro. Assim, por exemplo, o Poder Legislativo julga o Presidente da República nos crimes de responsabilidade, e o Poder Executivo edita medidas provisórias e elabora leis delegadas”. Sobre o assunto, assinale a alternativa correta.
 - a. Segundo o texto expresso da Constituição da República, o processo legislativo compreende a elaboração de emendas à Constituição, leis complementares, leis ordinárias, leis delegadas, medidas provisórias, decretos, resoluções, portarias e atos normativos do Poder Executivo.
 - b. Por força de diferentes emendas constitucionais editadas na década de 1990, as agências reguladoras de serviços públicos passaram a ser entidades dotadas de poder legislativo atípico, vinculado aos ditames de lei complementar.
 - c. Ao Poder Legislativo federal é conferida competência para dispor, mediante decreto legislativo, sobre a organização e funcionamento da Administração Pública, quando não implicar aumento de despesa.

- d. Compete privativamente ao Presidente da República expedir decretos e regulamentos para a fiel execução de leis, bem como comutar penas e conceder indulto, além de outras atribuições específicas estabelecidas na Constituição da República.
- e. A redação atual da Constituição da República confere ao Poder Judiciário competência legislativa atípica para editar Súmulas Vinculantes, que, assim como as medidas provisórias, têm força de lei, ainda que não sejam consideradas leis em sentido formal.

3. (PREFEITURA DE CURITIBA-PR/2019/NC-UFPR/AUDITOR FISCAL DE TRIBUTOS MUNICIPAIS) Segundo Daniel Wunder Hachem (2012), a “importância dos direitos fundamentais justifica-se pelo fato de representarem o conjunto de valores ou decisões axiológicas básicas de uma sociedade, revestidas da máxima normatividade de que gozam as disposições constitucionais”. Sobre o assunto, assinale a alternativa correta.

- a. A máxima efetividade das normas constitucionais implica uma interpretação sistemática na qual é possível ser flexibilizado um direito em concreto em face de um interesse público predominante, como por exemplo a permissão constitucional expressa para que o Judiciário admita no processo provas obtidas por meios ilícitos quando assim entender oportuno para a obtenção da verdade material.
- b. A lei considerará crimes inafiançáveis e insuscetíveis de graça ou anistia a prática de tortura, exceto se realizada com finalidade pública de obtenção de informações para o combate ao crime organizado ou ao tráfico de drogas, conforme legislação específica.
- c. Conforme redação constitucional expressa, não haverá, no Brasil, juízo ou tribunal de exceção, sendo todavia permitido que o juiz adote medidas excepcionais de tipificação e produção probatória não previstas em lei para aperfeiçoar os mecanismos criminais de combate à corrupção.
- d. Segundo as regras hermenêuticas estabelecidas no Título II da Constituição da República, o Poder Judiciário está autorizado a interpretar a normatividade dos direitos fundamentais a partir de alguns critérios específicos, tais como a opinião pública e as consequências da ação do Estado.
- e. No caso de iminente perigo público, a autoridade competente poderá usar de propriedade particular sem prévia autorização judicial, assegurada ao proprietário indenização ulterior, se houver dano decorrente da ação.

4. (PREFEITURA DE CURITIBA-PR/2019/NC-UFPR/PROCURADOR) Desde a sua promulgação, a Constituição da República de 1988 sofreu uma série de alterações, e o tema da reforma não sai de pauta dos governos que lhe sucederam. Sobre o assunto, assinale a alternativa correta.

- a. Uma das prerrogativas do poder constituinte derivado é o de alteração de cláusulas pétreas.

- b. No regime constitucional brasileiro atual, está expressamente vedada a consideração de limites materiais ao poder de reforma constitucional.
 - c. No Brasil, o poder constituinte originário é aquele que decorre do Título I da Constituição da República, não havendo sentido falar que ele subsiste fora da Constituição.
 - d. O poder constituinte originário pode deliberar pelo reconhecimento ou não de direitos adquiridos segundo a ordem jurídica anterior.
 - e. Poder constituinte derivado é aquele que se destina à correção de inconstitucionalidades.
- 5.** (TJ-PR/2019/NC-UFPR/TITULAR DE SERVIÇOS DE NOTAS E DE REGISTROS – REMOÇÃO) A Constituição da República de 1988 representa um importante marco histórico na democratização do processo penal brasileiro. Em seu art. 5º, há um extenso rol de direitos e garantias individuais relativos ao direito processual cuja aplicabilidade normativa é imediata. Sobre o tema, assinale a alternativa correta.
- a. A investigação criminal defensiva é direito expresso do indiciado em inquérito policial.
 - b. É direito da vítima o exercício da ação penal de iniciativa privada nos casos em que o Ministério Público, ao invés de oferecer a denúncia, requer o arquivamento do inquérito policial.
 - c. As provas ilícitas são inadmissíveis, exceto em relação aos crimes hediondos.
 - d. Nenhum brasileiro será extraditado, salvo o naturalizado, em caso de crime comum, praticado antes ou depois da naturalização, ou de comprovado envolvimento em tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins.
 - e. Em relação ao julgamento dos crimes dolosos contra a vida, pelo Tribunal do Júri, são assegurados a plenitude da defesa, o sigilo das votações e a soberania dos veredictos.

GABARITO

DIREITO ADMINISTRATIVO

1. c
2. c
3. c
4. c
5. d

DIREITO CONSTITUCIONAL

1. d
2. d
3. e
4. d
5. e

GABARITO COMENTADO

DIREITO ADMINISTRATIVO

1. (ITAIPU BINACIONAL/2014/NC-UFPR/ADMINISTRAÇÃO) Com base nas disposições da Lei n. 8.112/1990, identifique como verdadeiras (V) ou falsas (F) as seguintes afirmativas:
- () São requisitos básicos para investidura em cargo público, entre outros, a nacionalidade brasileira, o gozo dos direitos políticos e idade mínima de 16 anos.
 - () São formas de provimento de cargo público: nomeação, promoção, readaptação, reversão, aproveitamento, reintegração e recondução.
 - () É de 30 dias o prazo para o servidor empossado em cargo público entrar em exercício, contados da data da posse.
 - () É de 30 dias o prazo para o ato da posse, contados da publicação do ato de provimento.
 - () O servidor nomeado, ao entrar em exercício para o cargo de provimento efetivo, ficará sujeito ao estágio probatório por período de 18 (dezoito) meses.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta, de cima para baixo.

- a. F – F – V – V – V.
- b. V – V – F – F – F
- c. F – V – F – V – F.
- d. V – F – V – F – V.
- e. F – V – V – F – F.

Letra c.

A sequência correta, de cima para baixo, é F – V – F – V – F!

Afirmativa 1: Falsa! Entre os requisitos básicos para investidura em cargo público, está a **idade mínima de 18 anos** (e não a idade mínima de 16 anos!). Sobre o tema, art. 5º da Lei n. 8.112/1990:

Art. 5º São requisitos básicos para investidura em cargo público:

- I – a nacionalidade brasileira;
- II – o gozo dos direitos políticos;
- III – a quitação com as obrigações militares e eleitorais;
- IV – o nível de escolaridade exigido para o exercício do cargo;
- V – **a idade mínima de dezoito anos**;
- VI – aptidão física e mental.

Afirmativa 2: Verdadeira! Está de acordo com o art. 8º da Lei n. 8.112/1990.

Art. 8º São formas de provimento de cargo público:

- I – nomeação;
- II – promoção;
- III – (Revogado pela Lei n. 9.527, de 10.12.97)
- IV – (Revogado pela Lei n. 9.527, de 10.12.97)
- V – readaptação;
- VI – reversão;
- VII – aproveitamento;
- VIII – reintegração;
- IX – recondução.

Afirmativa 3: Falsa! É de **15 dias** (e não 30 dias!) o prazo para o servidor empossado em cargo público entrar em exercício, contados da data da posse, conforme o art. 15, § 1º, da Lei n. 8.112/1990.

Art. 15, § 1º É de **quinze dias** o prazo para o servidor empossado em cargo público entrar em exercício, contados da data da posse.

Afirmativa 4: Verdadeira! Está de acordo com o art. 13, § 1º, da Lei n. 8.112/1990.

Art. 13, § 1º A posse ocorrerá no prazo de trinta dias contados da publicação do ato de provimento.

Afirmativa 5: Falsa! O estágio probatório, nos termos do art. 20 da Lei n. 8.112/1990, terá duração de 24 meses (e não de 18 meses!). Muita atenção, porém, pois, apesar do previsto na Lei n. 8.112/1990, desde a Emenda à Constituição n. 19/1998, que alterou a redação do art. 40, *caput*, da CF, o prazo do estágio probatório passou a ser de **3 anos**.

Assim, o servidor nomeado, ao entrar em exercício para o cargo de provimento efetivo, ficará sujeito ao estágio probatório por período de **3 anos**, quando, então, adquirirá estabilidade.

Lei n. 8.112/1990, art. 20. Ao entrar em exercício, o servidor nomeado para cargo de provimento efetivo ficará sujeito a estágio probatório por período de **24 (vinte e quatro) meses**, durante o qual a sua aptidão e capacidade serão objeto de avaliação para o desempenho do cargo, observados os seguintes fatores: (...)

CF, art. 41. São estáveis após **três anos** de efetivo exercício os servidores nomeados para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público. (Redação dada pela Emenda Constitucional n. 19, de 1998)

2. (UFPR/2013/NC-UFPR/ENGENHEIRO CIVIL) Sobre o estágio probatório a que se submete o servidor público da União nomeado para cargo de provimento efetivo, é correto afirmar:
- Ao entrar em exercício, o servidor nomeado para cargo de provimento efetivo ficará sujeito a estágio probatório por período de 48 (quarenta e oito) meses.
 - O servidor não aprovado no estágio probatório será demitido.
 - O servidor em estágio probatório poderá exercer quaisquer cargos de provimento em comissão ou funções de direção, chefia ou assessoramento no órgão ou entidade de lotação.
 - O servidor em estágio probatório não possui direito a licenças ou afastamentos.
 - A avaliação do desempenho do servidor será promovida pelo superior hierárquico direto ou, na sua falta, por comissão constituída para essa finalidade

Letra c.

a. Errada! Acabamos de ver na explicação da questão anterior que, desde a Emenda à Constituição n. 19/1998, que alterou a redação do art. 40, *caput*, da CF, o prazo do estágio probatório passou a ser de **3 anos**.

Art. 41 da CF. São estáveis após **três anos** de efetivo exercício os servidores nomeados para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público. (Redação dada pela Emenda Constitucional n. 19, de 1998)

b. Errada! De acordo com o art. 20, § 2º, da Lei n. 8.112/1990, o servidor não aprovado em estágio probatório poderá ser:

1) Exonerado; ou

2) Reconduzido ao cargo público que ocupava anteriormente, desde que estável neste.

Não se trata, portanto, de hipótese de demissão, penalidade disciplinar aplicada nas situações expostas no art. 132 da Lei n. 8.112/1990. Façamos a leitura dos dispositivos legais concernentes ao tema:

Art. 20, § 2º O servidor não aprovado no estágio probatório será exonerado ou, se estável, reconduzido ao cargo anteriormente ocupado, observado o disposto no parágrafo único do art. 29.

Art. 29. Recondução é o retorno do servidor estável ao cargo anteriormente ocupado e decorrerá de:
I – inabilitação em estágio probatório relativo a outro cargo;
II – reintegração do anterior ocupante.

Parágrafo único. Encontrando-se provido o cargo de origem, o servidor será aproveitado em outro, observado o disposto no art. 30.

Art. 127. São penalidades disciplinares:

III – demissão;

Art. 132. A demissão será aplicada nos seguintes casos:

- I – crime contra a administração pública;
- II – abandono de cargo;
- III – inassiduidade habitual;
- IV – improbidade administrativa;
- V – incontinência pública e conduta escandalosa, na repartição;
- VI – insubordinação grave em serviço;
- VII – ofensa física, em serviço, a servidor ou a particular, salvo em legítima defesa própria ou de outrem;
- VIII – aplicação irregular de dinheiros públicos;
- IX – revelação de segredo do qual se apropriou em razão do cargo;
- X – lesão aos cofres públicos e dilapidação do patrimônio nacional;
- XI – corrupção;
- XIII – transgressão dos incisos IX a XVI do art. 117.

c. CERTA! Está de acordo com o art. 20, § 3º, da Lei n. 8.112/1990.

Art. 20, § 3º O servidor em estágio probatório poderá exercer quaisquer cargos de provimento em comissão ou funções de direção, chefia ou assessoramento no órgão ou entidade de lotação, e somente poderá ser cedido a outro órgão ou entidade para ocupar cargos de Natureza Especial, cargos de provimento em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores – DAS, de níveis 6, 5 e 4, ou equivalentes.

d. Errada! O servidor em estágio probatório **POSSUI direito** às licenças e aos afastamentos autorizados pelo art. 20, § 4º, da Lei n. 8.112/1990. Observem:

Art. 20, § 4º Ao servidor em estágio probatório somente poderão ser concedidas as licenças e os afastamentos previstos nos arts. 81, incisos I a IV, 94, 95 e 96, bem assim afastamento para participar de curso de formação decorrente de aprovação em concurso para outro cargo na Administração Pública Federal.

e. Errada! A avaliação do desempenho do servidor será realizada por comissão constituída para essa finalidade e posteriormente homologada pela autoridade competente, na forma do art. 20, § 1º, da Lei n. 8.112/1990.

Art. 20, § 1º 4 (quatro) meses antes de findo o período do estágio probatório, será submetida à homologação da autoridade competente a avaliação do desempenho do servidor, **realizada por comissão constituída para essa finalidade**, de acordo com o que dispuser a lei ou o regulamento da respectiva carreira ou cargo, sem prejuízo da continuidade de apuração dos fatores enumerados nos incisos I a V do *caput* deste artigo. (Redação dada pela Lei n. 11.784, de 2008)

3. (UFPR/2017/NC-UFPR/TRADUTOR E INTÉRPRETE DE LINGUAGEM DE SINAIS) São requisitos básicos para investidura em cargo público previstos na Lei n. 8.112/1990, EXCETO:
- gozo dos direitos políticos.
 - idade mínima de dezoito anos.
 - quitação com as obrigações perante o Fisco.
 - aptidão física e mental.
 - nacionalidade brasileira.

Letra c.

Os requisitos básicos para investidura em cargo público são aqueles previstos no art. 5º da Lei n. 8.112/1990, **NÃO** estando entre eles a **quitação com as obrigações perante o Fisco**. Vejamos:

Art. 5º São requisitos básicos para investidura em cargo público:

- a nacionalidade brasileira;
- o gozo dos direitos políticos;
- a quitação com as obrigações militares e eleitorais;
- o nível de escolaridade exigido para o exercício do cargo;
- a idade mínima de dezoito anos;
- aptidão física e mental.

4. (UFPR/2017/NC-UFPR/ADMINISTRADOR) De acordo com a Lei n. 8.112/1990, o exercício efetivo no cargo público dar-se-á:
- obrigatoriamente no ato de assinatura do termo de posse.
 - no máximo até 5 (cinco) dias contados da data da posse.
 - no máximo até 15 (quinze) dias contados da data da posse.
 - no máximo até 30 (trinta) dias contados da data da posse.
 - no máximo até 45 (quarenta e cinco) dias contados da data da posse.

Letra c.

De acordo com a Lei n. 8.112/1990, **art. 15, § 1º**, o exercício efetivo no cargo público dar-se-á **no máximo até 15 dias contados da data da posse**.

Art. 15, § 1º É de **quinze dias** o prazo para o servidor empossado em cargo público entrar em exercício, contados da data da posse.

5. (UFPR/2017/NC-UFPR/TRADUTOR E INTÉRPRETE DE LINGUAGEM DE SINAIS) Assinale a alternativa que indica corretamente exemplo de pessoa jurídica de direito público interno:
- Estados estrangeiros.
 - Fundações.
 - Organizações religiosas.
 - Autarquias.
 - Partidos políticos.

Letra d.

a. Errada! Estados estrangeiros são pessoas jurídicas de direito público externo, de acordo com o art. 42 do Código Civil.

b. Errada! A assertiva está errada, pois não especificou a natureza jurídica da fundação. Apenas as **fundações públicas de direito público** são pessoas jurídicas de direito público interno.

c. Errada! As organizações religiosas são pessoas jurídicas de direito privado, de acordo com o art. 44, IV, do Código Civil.

d. CERTA! Fruto do processo de descentralização administrativa e criadas para o exercício de atividade típicas de Estado, as autarquias são pessoas jurídicas de direito público interno, na forma do art. 41, VI, do Código Civil.

e. Errada! Os partidos políticos são pessoas jurídicas de **direito privado**, de acordo com o art. 44, V, do Código Civil. Sobre o tema, vejamos os artigos 40 a 44 do Código Civil.

Art. 40. As pessoas jurídicas são de direito público, interno ou externo, e de direito privado.

Art. 41. São pessoas jurídicas de **direito público interno**:

I – a União;

II – os Estados, o Distrito Federal e os Territórios;

III – os Municípios;

IV – as autarquias;

IV – as autarquias, inclusive as associações públicas; (Redação dada pela Lei n. 11.107, de 2005)

V – as demais entidades de caráter público criadas por lei.

Parágrafo único. Salvo disposição em contrário, as pessoas jurídicas de direito público, a que se tenha dado estrutura de direito privado, regem-se, no que couber, quanto ao seu funcionamento, pelas normas deste Código.

Art. 42. São pessoas jurídicas de **direito público externo** os Estados estrangeiros e todas as pessoas que forem regidas pelo direito internacional público.

Art. 43. As pessoas jurídicas de direito público interno são civilmente responsáveis por atos dos seus agentes que nessa qualidade causem danos a terceiros, ressalvado direito regressivo contra os causadores do dano, se houver, por parte destes, culpa ou dolo.

Art. 44. São pessoas jurídicas de **direito privado**:

I – as associações;

II – as sociedades;

III – as fundações.

IV – as organizações religiosas; (Incluído pela Lei n. 10.825, de 22.12.2003)

V – os partidos políticos; (Incluído pela Lei n. 10.825, de 22.12.2003)

VI – as empresas individuais de responsabilidade limitada. (Incluído pela Lei n. 12.441, de 2011) (Vigência)

DIREITO CONSTITUCIONAL

1. (PREFEITURA DE MATINHOS-PR/2019/NC-UFPR/ADVOGADO) O artigo 38 da Constituição da República estipula regras para o exercício de mandato eletivo por parte de servidores públicos da Administração Direta, Autárquica e Fundacional. A respeito desse tema, assinale a alternativa correta.
- a. Tratando-se de mandato eletivo federal, estadual ou distrital, o servidor eleito ficará afastado de seu cargo, emprego ou função, porém lhe será facultada a escolha da remuneração.
 - b. Investido no mandato de Prefeito, se houver compatibilidade de horários, poderá exercer as duas atribuições, com o recebimento dos vencimentos e vantagens de seu cargo, emprego ou função, sem prejuízo da remuneração do cargo eletivo.
 - c. Investido no mandato de vereador, acumulará as atribuições de seu cargo, emprego ou função com as do mandato eletivo, independentemente da compatibilidade de horários.
 - d. Sempre que houver afastamento do cargo, emprego ou função para o exercício de mandato eletivo, o tempo de serviço será contado para todos os efeitos legais, exceto para promoção por merecimento.
 - e. Investido no mandato de Prefeito, será afastado do cargo, emprego ou função e receberá a remuneração referente ao mandato eletivo, não sendo possível a opção pela remuneração do cargo, emprego ou função.

Letra d.

a. Falsa! A Constituição Federal, em seu art. 38, inciso I, impõe o afastamento do cargo, caso o servidor público da Administração direta, autárquica ou fundacional passe a exercer mandato eletivo federal, estadual ou distrital, como se vê:

Art. 38. Ao servidor público da administração direta, autárquica e fundacional, no exercício de mandato eletivo, aplicam-se as seguintes disposições:

I – tratando-se de mandato eletivo federal, estadual ou distrital, ficará afastado de seu cargo, emprego ou função;

No entanto, ao servidor nessas condições **não é facultado optar por sua remuneração**. Por essa razão, a assertiva está incorreta.

b. Falsa! A investidura no mandato de Prefeito **impõe, necessariamente, o afastamento do cargo**, emprego ou função, mas, nesse caso, o servidor pode optar por manter a sua remuneração.

Art. 38. Ao servidor público da administração direta, autárquica e fundacional, no exercício de mandato eletivo, aplicam-se as seguintes disposições:

II – investido no mandato de Prefeito, será afastado do cargo, emprego ou função, sendo-lhe facultado optar pela sua remuneração;

c. Falsa! O acúmulo de atribuições **só ocorrerá se houver compatibilidade de horários**. Caso contrário, o servidor exercerá apenas as atribuições de Vereador, sendo-lhe, no entanto, facultado permanecer com a sua remuneração anterior.

Art. 38. Ao servidor público da administração direta, autárquica e fundacional, no exercício de mandato eletivo, aplicam-se as seguintes disposições:

investido no mandato de Vereador, havendo compatibilidade de horários, perceberá as vantagens de seu cargo, emprego ou função, sem prejuízo da remuneração do cargo eletivo, e, não havendo compatibilidade, será aplicada a norma do inciso anterior;

d. Certa! A alternativa reproduz a redação literal do inciso IV do art. 38 da Constituição Federal, *in verbis*:

Art. 38. Ao servidor público da administração direta, autárquica e fundacional, no exercício de mandato eletivo, aplicam-se as seguintes disposições:

IV – em qualquer caso que exija o afastamento para o exercício de mandato eletivo, seu tempo de serviço será contado para todos os efeitos legais, exceto para promoção por merecimento;

e. Falsa! Como dito nos comentários da alternativa “b”, ao servidor que passe a ocupar o cargo de Prefeito, **é assegurada a opção por manter a sua remuneração**.

- 2.** (PREFEITURA DE CURITIBA-PR/2019/NC-UFPR/AUDITOR FISCAL DE TRIBUTOS MUNICIPAIS) Segundo Eneida Desirée Salgado (2010), “a visão contemporânea da separação dos poderes, ou divisão de funções entre os órgãos de soberania do Estado, impõe o reconhecimento do exercício de parcela da função típica de um órgão por outro. Assim, por exemplo, o Poder Legislativo julga o Presidente da República nos crimes de responsabilidade, e o Poder Executivo edita medidas provisórias e elabora leis delegadas”. Sobre o assunto, assinale a alternativa correta.

- a. Segundo o texto expresso da Constituição da República, o processo legislativo compreende a elaboração de emendas à Constituição, leis complementares, leis ordinárias, leis delegadas, medidas provisórias, decretos, resoluções, portarias e atos normativos do Poder Executivo.
- b. Por força de diferentes emendas constitucionais editadas na década de 1990, as agências reguladoras de serviços públicos passaram a ser entidades dotadas de poder legislativo atípico, vinculado aos ditames de lei complementar.
- c. Ao Poder Legislativo federal é conferida competência para dispor, mediante decreto legislativo, sobre a organização e funcionamento da Administração Pública, quando não implicar aumento de despesa.
- d. Compete privativamente ao Presidente da República expedir decretos e regulamentos para a fiel execução de leis, bem como comutar penas e conceder indulto, além de outras atribuições específicas estabelecidas na Constituição da República.
- e. A redação atual da Constituição da República confere ao Poder Judiciário competência legislativa atípica para editar Súmulas Vinculantes, que, assim como as medidas provisórias, têm força de lei, ainda que não sejam consideradas leis em sentido formal.

Letra d.

a. Falsa! Dentre o rol inserto no art. 59 da Constituição Federal, de atos normativos decorrentes do processo legislativo, não há menção às portarias e aos atos normativos do Poder Executivo. Estes são atos normativos que derivam do Poder Normativo da Administração Pública e não têm o condão de inovarem no ordenamento jurídico, apenas complementam a norma primária, fruto do processo legislativo.

Art. 59. O processo legislativo compreende a elaboração de:

- I – emendas à Constituição;
- II – leis complementares;
- III – leis ordinárias;
- IV – leis delegadas;
- V – medidas provisórias;
- VI – decretos legislativos;
- VII – resoluções.

Parágrafo único. Lei complementar disporá sobre a elaboração, redação, alteração e consolidação das leis.

b. Falsa! Na linha do que foi dito na alternativa anterior, as agências reguladoras não gozam de poder legislativo, mas de poder normativo. A atuação normativa das agências reguladoras não lhes confere independência em relação ao Poder Legislativo, eis que os atos gerais e abstratos por estas expedidos não poderão conflitar com o regramento constitucional ou legal.

c. Falsa! A competência descrita na alternativa incumbe, privativamente, ao Presidente da República, nos termos inciso IV, alínea a, do art. 84 da Constituição Federal:

Art. 84. Compete privativamente ao Presidente da República:

VI – dispor, mediante decreto, sobre:

a. organização e funcionamento da administração federal, quando não implicar aumento de despesa nem criação ou extinção de órgãos públicos;

d. Certa! As atribuições enunciadas de fato competem, privativamente, ao Presidente da República, nos termos do art. 84, inciso IV, XII e XXVII, como se vê:

Art. 84. Compete privativamente ao Presidente da República:

IV – sancionar, promulgar e fazer publicar as leis, bem como expedir decretos e regulamentos para sua fiel execução;

XII – conceder indulto e comutar penas, com audiência, se necessário, dos órgãos instituídos em lei;

XXVII – exercer outras atribuições previstas nesta Constituição.

e. Falsa! Prevalece o entendimento de que, ao editar Súmulas Vinculantes, o STF não estaria legislando, isto é, exercendo função típica do Poder Legislativo, uma vez que a súmula não possui natureza legislativa, mas jurisprudencial, destinada à uniformização e sedimentação da jurisprudência.

3. (PREFEITURA DE CURITIBA-PR/2019/NC-UFPR/AUDITOR FISCAL DE TRIBUTOS MUNICIPAIS) Segundo Daniel Wunder Hachem (2012), a “importância dos direitos fundamentais justifica-se pelo fato de representarem o conjunto de valores ou decisões axiológicas básicas de uma sociedade, revestidas da máxima normatividade de que gozam as disposições constitucionais”. Sobre o assunto, assinale a alternativa correta.

- a. A máxima efetividade das normas constitucionais implica uma interpretação sistemática na qual é possível ser flexibilizado um direito em concreto em face de um interesse público predominante, como por exemplo a permissão constitucional expressa para que o Judiciário admita no processo provas obtidas por meios ilícitos quando assim entender oportuno para a obtenção da verdade material.
- b. A lei considerará crimes inafiançáveis e insuscetíveis de graça ou anistia a prática de tortura, exceto se realizada com finalidade pública de obtenção de informações para o combate ao crime organizado ou ao tráfico de drogas, conforme legislação específica.
- c. Conforme redação constitucional expressa, não haverá, no Brasil, juízo ou tribunal de exceção, sendo todavia permitido que o juiz adote medidas excepcionais de tipificação e produção probatória não previstas em lei para aperfeiçoar os mecanismos criminais de combate à corrupção.

- d. Segundo as regras hermenêuticas estabelecidas no Título II da Constituição da República, o Poder Judiciário está autorizado a interpretar a normatividade dos direitos fundamentais a partir de alguns critérios específicos, tais como a opinião pública e as consequências da ação do Estado.
- e. No caso de iminente perigo público, a autoridade competente poderá usar de propriedade particular sem prévia autorização judicial, assegurada ao proprietário indenização ulterior, se houver dano decorrente da ação.

Letra e.

a. Falsa! Inicialmente, a conceituação do princípio da máxima efetividade está equivocada. Na verdade, o princípio da máxima efetividade das normas constitucionais (ou princípio da interpretação efetiva) consiste em atribuir na interpretação das normas oriundas da Constituição o sentido de maior eficácia, utilizando todas as suas potencialidades. Além disso, **a Constituição Federal veda, expressamente, a obtenção de provas por meios ilícitos:**

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

LVI – são inadmissíveis, no processo, as provas obtidas por meios ilícitos;

b. Falsa! Não há qualquer ressalva à prática de tortura. Assim, a prática de tortura para **qualquer finalidade** é inafiançável e insuscetível de graça ou anistia, nos termos do inciso XLIII do art. 5º da Constituição Federal:

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

XLIII – a lei considerará crimes inafiançáveis e insuscetíveis de graça ou anistia a prática da tortura, o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o terrorismo e os definidos como crimes hediondos, por eles respondendo os mandantes, os executores e os que, podendo evitá-los, se omitirem;

c. Falsa! Errado, pois o Juiz não pode adotar medidas excepcionais de tipificação, sob pena de afrontar o princípio da legalidade e o da reserva legal, que alicerçam a atuação do Estado no âmbito penal, estando contemplados no inciso XXXIX da Carta Magna:

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

XXXIX – não há crime sem lei anterior que o defina, nem pena sem prévia cominação legal;

d. Falsa! Nas lições do Ministro Roberto Barroso, ao discorrer sobre a atuação do Juiz constitucional:

“Deve ser fiel à sua compreensão da Constituição e das leis, mesmo que, circunstancialmente, isso contrarie a vontade majoritária. É justamente para desempenhar esse papel que a própria Constituição o colocou ali, e não para conferir uma aura de legitimidade ao rolo compressor da opinião pública. Até porque a opinião pública, como as nuvens, muda de forma, de lugar e de conteúdo”.

Pode-se concluir, portanto, que o Juiz, em sua atuação, embora não deva se blindar à opinião pública, deve primar pela afirmação da Constituição.

e. Correta! A alternativa está de acordo com o disposto no inciso XXV do art. 5º da Constituição Federal:

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

XXV – no caso de iminente perigo público, a autoridade competente poderá usar de propriedade particular, assegurada ao proprietário indenização ulterior, se houver dano;

4. (PREFEITURA DE CURITIBA-PR/2019/NC-UFPR/PROCURADOR) Desde a sua promulgação, a Constituição da República de 1988 sofreu uma série de alterações, e o tema da reforma não sai de pauta dos governos que lhe sucederam. Sobre o assunto, assinale a alternativa correta.
- Uma das prerrogativas do poder constituinte derivado é o de alteração de cláusulas pétreas.
 - No regime constitucional brasileiro atual, está expressamente vedada a consideração de limites materiais ao poder de reforma constitucional.
 - No Brasil, o poder constituinte originário é aquele que decorre do Título I da Constituição da República, não havendo sentido falar que ele subsiste fora da Constituição.
 - O poder constituinte originário pode deliberar pelo reconhecimento ou não de direitos adquiridos segundo a ordem jurídica anterior.
 - Poder constituinte derivado é aquele que se destina à correção de inconstitucionalidades.

Letra d.

a. Falsa! Sabe-se que ao Poder Constituinte Derivado é vedado propor emendas tendentes a abolir as cláusulas pétreas, mas ATENÇÃO: muito embora a restrição incida apenas nos casos tencionados a abolir as cláusulas pétreas, a assertiva, de forma genérica, considerou também ser vedado propostas que impliquem a mera alteração, sem especificar se há, de fato, intenção de abolir.

Art. 60, § 4º Não será objeto de deliberação a proposta de emenda tendente a abolir:

- I – a forma federativa de Estado;
- II – o voto direto, secreto, universal e periódico;
- III – a separação dos Poderes;
- IV – os direitos e garantias individuais.

b.Falsa! Os limites materiais ao Poder de Reforma são também conhecidos como **cláusulas pétreas**, expressamente elencados no § 4º do art. 60 da Constituição Federal:

Art. 60, § 4º Não será objeto de deliberação a proposta de emenda tendente a abolir:

- I – a forma federativa de Estado;
- II – o voto direto, secreto, universal e periódico;
- III – a separação dos Poderes;
- IV – os direitos e garantias individuais.

c.Falsa! O poder constituinte originário ou de primeiro grau é o poder de elaborar uma nova ordem constitucional, ou seja, de criar uma Constituição, quando o Estado é novo (poder constituinte originário histórico), ou de substituí-la por outra, quando o Estado já existe (poder constituinte originário revolucionário). Portanto, é um poder inicial, ilimitado, autônomo e incondicionado.

O poder originário é também permanente ou latente, já que não se esgota com a edição de uma nova Carta, no sentido de que o povo, conquanto tenha tomado uma decisão, pode revisá-la, mudar posteriormente essa decisão, sobrevivendo a ela e fora dela como forma e exteriorização da liberdade humana, em verdadeira abstração de subsistência, reavivando-se desse estado de inércia, até que haja nova situação na qual se justifique e requeira a quebra abrupta da ordem jurídica posta para uma completamente original.

d.Certa! Como o Poder Constituinte Originário é inicial, é ele quem fornece as bases jurídicas do novo ordenamento, traçando as regras que serão, a partir de então, válidas. Assim, embora a regra seja a ausência de direito adquirido face à nova Constituição, nada impede que o Poder Constituinte Originário delibere, expressamente, de modo contrário.

Com efeito, no silêncio do constituinte originário, o Supremo Tribunal Federal adota a regra da **retroatividade mínima** em relação aos efeitos da norma constitucional inovadora, ou seja, "a lei nova atinge apenas os efeitos dos fatos anteriores, verificados após a data em que ela entra em vigor".

No entanto, nada impede que a norma revolucionária, já que é manifestação do Poder Constituinte Originário, ilimitado e incondicionado, preveja a retroatividade média (a lei nova atinge os efeitos pendentes de atos jurídicos verificados antes dela) ou máxima (a lei ataca fatos consumados), desde que exista previsão expressa na Constituição.

e.Falsa! O Poder Derivado **não** se presta à correção de inconstitucionalidades, mas à alteração da Constituição ou à criação de Constituições pelos Estados.

5. (TJ-PR/2019/NC-UFPR/TITULAR DE SERVIÇOS DE NOTAS E DE REGISTROS – REMOÇÃO) A Constituição da República de 1988 representa um importante marco histórico na democratização do processo penal brasileiro. Em seu art. 5º, há um extenso rol de direitos e garantias individuais relativos ao direito processual cuja aplicabilidade normativa é imediata. Sobre o tema, assinale a alternativa correta.
- a. A investigação criminal defensiva é direito expresso do indiciado em inquérito policial.
 - b. É direito da vítima o exercício da ação penal de iniciativa privada nos casos em que o Ministério Público, ao invés de oferecer a denúncia, requer o arquivamento do inquérito policial.
 - c. As provas ilícitas são inadmissíveis, exceto em relação aos crimes hediondos.
 - d. Nenhum brasileiro será extraditado, salvo o naturalizado, em caso de crime comum, praticado antes ou depois da naturalização, ou de comprovado envolvimento em tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins.
 - e. Em relação ao julgamento dos crimes dolosos contra a vida, pelo Tribunal do Júri, são assegurados a plenitude da defesa, o sigilo das votações e a soberania dos veredictos.

Letra e.

a. Falsa! A investigação defensiva é basicamente a possibilidade de o imputado realizar, através de seu defensor, a investigação do crime, colhendo elementos de convicção que lhe sejam favorável. Tal possibilidade **não é garantida, de forma expressa**, ao indiciado em inquérito policial.

b. Falsa! A possibilidade de deflagrar ação penal privada subsidiária da pública só advém da **inércia do Ministério Público**, que **não é caracterizada** quando o membro do *parquet* se manifesta pelo arquivamento do expediente.

c. Falsa! A norma constitucional **não traz ressalvas** quanto à inadmissão de provas obtidas por meios ilícitos, como se vê:

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

LVI – são inadmissíveis, no processo, as provas obtidas por meios ilícitos;

d. Falsa! O brasileiro naturalizado só será extraditado em caso de crime comum, se a prática do crime for **anterior à naturalização**. É o que diz o inciso LI do art. 5º da Constituição Federal:

LI – nenhum brasileiro será extraditado, salvo o naturalizado, em caso de crime comum, praticado antes da naturalização, ou de comprovado envolvimento em tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, na forma da lei;

e. Certa! De fato, o julgamento de crimes dolosos contra a vida pelo Tribunal do Júri deve observar o sigilo da votação; a soberania dos veredictos; e a plenitude de defesa, a teor do inciso XXXVIII da Constituição Federal:

XXXVIII – é reconhecida a instituição do júri, com a organização que lhe der a lei, assegurados:

- a. a plenitude de defesa;
 - b. o sigilo das votações;
 - c. a soberania dos veredictos;
 - d. a competência para o julgamento dos crimes dolosos contra a vida;
-

Prof. Renato Borelli

9^a RODADA DE QUESTÕES NC-UFPB

**DIREITO ADMINISTRATIVO E
DIREITO CONSTITUCIONAL**



**Renato Borelli**

Juiz Federal do TRF1. Foi Juiz Federal do TRF5. Exerceu a advocacia privada e pública. Foi servidor público e assessorou Desembargador Federal (TRF1) e Ministro (STJ). Atuou no CARF/Ministério da Fazenda como Conselheiro (antigo Conselho de Contribuintes). É formado em Direito e Economia, com especialização em Direito Público, Direito Tributário e Sociologia Jurídica.

Disciplinas: Direito Administrativo e Direito Constitucional

Cargo: Delegado de Polícia

Banca organizadora: NC-UFPR

DIREITO ADMINISTRATIVO

1. (PREFEITURA DE CURITIBA/2019/NC-UFPR/PROCURADOR) Não há assunto mais tratado no Direito Administrativo contemporâneo do que o referente ao exercício da discricionariedade administrativa e seus limites. Vários outros temas estão coligados a esse assunto central. Sobre essa importante temática, assinale a alternativa correta.
 - a. Os atos administrativos discricionários podem ser anulados em caso de vício de um dos seus elementos ou convalidados em caso da presença de um legítimo motivo de interesse público justificador.
 - b. A legislação de cada ente federativo deve estabelecer como *numerus clausus* os atos que serão considerados atos vinculados e aqueles que serão caracterizados como atos vinculados.
 - c. Além dos atos administrativos, os fatos da Administração também podem ser caracterizados como discricionários.
 - d. É vedada a revogação de atos vinculados segundo a redação expressa da Constituição.
 - e. Os atos administrativos complexos não podem ser atos discricionários.

2. (TJ-PR/2019/NC-UFPR/TITULAR DE SERVIÇOS DE NOTAS E DE REGISTROS – REMOÇÃO) Os atos administrativos costumam ser classificados segundo sua formação de vontade e produção de efeitos jurídicos, bem como podem ser de diferentes espécies. Sobre o assunto, assinale a alternativa correta.
 - a. Atos complexos implicam duas vontades que se fundem em um único ato.
 - b. Atos compostos são aqueles que exigem a presença de pelo menos três partícipes.
 - c. Atos negociais são aqueles realizados segundo o regime jurídico de direito privado.
 - d. Atos enunciativos são atos administrativos que criam ou modificam direitos.
 - e. Atos pendentes diferenciam-se dos consumados, pois ao contrário destes não completaram seu ciclo de formação com condição de produzir quaisquer efeitos.

3. (ITAIPU BINACIONAL/2019/NC-UFPR/PROFISSIONAL DE NÍVEL UNIVERSITÁRIO JR)
O direito administrativo é o ramo do direito público que disciplina o exercício da função administrativa e a atividade das pessoas e órgãos que a desempenham. Com relação aos poderes de Estado e atribuição de funções, de acordo com a Constituição Federal de 1988 e conceitos advindos do direito administrativo, assinale a alternativa correta.
- A função jurisdicional é responsável por editar atos normativos primários e resolver conflitos entre os litigantes.
 - O poder do Estado se divide por estruturas orgânicas especializadas, que desempenham com preponderância a sua função típica, mantendo a harmonia e o equilíbrio do sistema.
 - No Brasil, pela tripartição dos poderes, adota-se o pressuposto de que cada um dos poderes é responsável pelo exercício de sua função típica, de maneira autônoma.
 - Diferentemente do sistema francês, que segrega a função jurisdicional e administrativa, no Brasil considera-se o sistema inglês de tripartição dos poderes, com preponderância do sistema administrativo sobre os demais poderes.
 - São poderes soberanos e independentes entre si a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios.
4. (COREN-PR/2018/NC-UFPR/ADMINISTRADOR) Ao tratar das penalidades administrativas e proibições aplicáveis aos empregados públicos do Sistema COFEN/Conselhos Regionais de Enfermagem, o Código de Ética dos Empregados Públicos do Sistema COFEN/Conselhos Regionais de Enfermagem prevê a aplicação da pena de demissão nos casos de improbidade administrativa. De acordo com a Lei de improbidade administrativa (Lei n. 8.429/1992), atos que atentem contra os princípios da Administração Pública são tidos como atos de improbidade administrativa. Considerando o que buscam resguardar os princípios da Administração Pública expressos no art. 37 da Constituição Federal – legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência –, é correto afirmar:
- Pelo princípio da legalidade, tem-se que a Administração Pública pode fazer tudo, desde que não haja proibição legal.
 - Pelo princípio da moralidade, tem-se que os valores morais que orientam o pensar e o agir da tradicional família brasileira deve guiar os atos da Administração Pública.
 - Pelo princípio da eficiência, tem-se que as fases do processo de elaboração de um ato devem ser priorizadas em relação aos seus resultados.
 - Pelo princípio da impessoalidade, tem-se que a Administração Pública não pode beneficiar a um indivíduo, mas pode fazê-lo em relação a grupos.
 - Pelo princípio da publicidade, tem-se que, em regra, os atos da Administração Pública devem ser amplamente divulgados, com informações claras e acessíveis à população em geral.

5. (UFPR/2019/NC-UFPR/ASSISTENTE EM ADMINISTRAÇÃO) Levando em consideração o disposto na Lei n. 8.112/1990, atualizada, que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos e Civis da União, das autarquias e fundações públicas federais, é correto afirmar:
- São formas de provimento de cargo público: nomeação, promoção, transferência, readaptação, reintegração e recondução.
 - O prazo para o início do efetivo desempenho das atribuições do cargo público e da função de confiança é de 15 dias contados da nomeação
 - O servidor fará jus a 30 dias de férias, que podem ser acumuladas, até no máximo três períodos, no caso de necessidade do serviço, podendo ser fruídas em até duas parcelas, desde que assim requeridas pelo servidor e autorizadas pela chefia
 - São considerados como efetivo exercício os afastamentos em virtude de férias e participação em programa de treinamento regularmente instituído ou em programa de pós-graduação stricto sensu no País, conforme dispuser o regulamento.
 - Como medida cautelar e a fim de que o servidor não venha a influir na apuração da irregularidade, a autoridade instauradora do processo disciplinar poderá determinar o seu afastamento do exercício do cargo até a conclusão do processo, desde que não ultrapasse 1 ano.

DIREITO CONSTITUCIONAL

1. (PREFEITURA DE MATINHOS-PR/2019/NC-UFPR/ADVOGADO) Com base no texto da Constituição da República, assinale a alternativa que apresenta apenas fundamentos da República brasileira.
- Soberania, cidadania, dignidade da pessoa humana, pluralismo político e erradicação da pobreza.
 - Soberania, dignidade da pessoa humana, igualdade entre os estados, defesa da paz e cidadania.
 - Solidariedade, dignidade da pessoa humana, construção de uma sociedade livre, justa e solidária e pluralismo político.
 - Soberania, cidadania, dignidade da pessoa humana, valores sociais do trabalho e da livre iniciativa e pluralismo político.
 - Solidariedade, cidadania, pluralismo político e construção de uma sociedade livre, justa e solidária.
2. (FPMA-PR/2019/NC-UFPR/ADVOGADO) As Constituições consistem na norma fundamental de um determinado Estado, prevendo, essencialmente, a forma de estruturação do exercício dos poderes públicos e a previsão dos direitos e garantias fundamentais. A respeito dos direitos fundamentais, assinale a alternativa correta.

- a. É livre a manifestação do pensamento, permitido o anonimato nos casos em que assim exija o interesse público ou o sigilo profissional.
- b. O exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão é livre, sendo vedado à lei condicionar referido direito fundamental.
- c. A associação para fins lícitos e paramilitares é albergada pela Constituição Federal de 1988.
- d. Para viabilizar efetivamente a tutela dos direitos fundamentais difusos e coletivos, é possível compelir-se as pessoas que estejam na mesma situação para que se associem ou permaneçam associadas.
- e. Os direitos fundamentais são normalmente classificados em algumas gerações ou dimensões, embora sejam complementares e indivisíveis.

3. (TJ-PR/2019/NC-UFPR/TITULAR DE SERVIÇOS DE NOTAS E DE REGISTROS – RE-MOÇÃO) “Entre as garantias constitucionais dos direitos fundamentais encontra-se a ação popular, o mandado de segurança, o mandado de injunção, o *habeas data* e o *habeas corpus*. A esse conjunto, a doutrina tem reservado o nome de remédios constitucionais” (TAVARES, 2012). A respeito do assunto, assinale a alternativa correta.

- a. Segundo a redação estabelecida na Constituição, não será concedido *habeas corpus* contra decisão colegiada do Poder Judiciário.
- b. O mandado de segurança coletivo não foi recepcionado pela Constituição de 1988, tendo sua previsão em lei ordinária.
- c. O mandado de segurança é a via adequada para a proteção de direitos, se não puder ser amparado por *habeas corpus* ou por *habeas data*.
- d. A legitimidade ativa da ação popular é reservada aos partidos políticos e às associações constituídas por ao menos um ano.
- e. Segundo a redação constitucional expressa, o *habeas data* é uma garantia constitucional que pode ser utilizada para a obtenção de informações pessoais pertencentes tanto a entidades governamentais quanto a entidades privadas, podendo ser de dados caráter público ou privado.

4. (CÂMARA DE QUITANDINHA-PR/2018/NC-UFPR/ADVOGADO) São legitimados para propor ação direta de inconstitucionalidade e ação declaratória de constitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal, EXCETO:

- a. Governador de Estado ou do Distrito Federal.
- b. Mesa de Assembleia Legislativa ou da Câmara Legislativa do Distrito Federal.
- c. Confederação sindical ou entidade de classe de âmbito nacional.
- d. Prefeito Municipal.
- e. Conselho Federal da OAB.

5. (ITAIPU BINACIONAL-PR/2018/NC-UFPR/DIREITO) Sobre a cláusula de reserva de plenário aplicável para a garantia da supremacia da Constituição, é correto afirmar:
- Trata-se da observância do voto da maioria absoluta dos Tribunais ou dos membros do respectivo órgão especial, para a declaração de inconstitucionalidade de lei ou de ato normativo do Poder Público.
 - Trata-se da observância do quórum mínimo de 3/5 dos votos, em dois turnos, nas duas casas do Congresso Nacional para a aprovação de Proposta de Emenda à Constituição.
 - Trata-se do quórum mínimo da maioria absoluta para a instalação de sessões ordinárias em cada uma das casas do Congresso Nacional.
 - A cláusula de reserva de plenário é de observância obrigatória para a declaração tanto da inconstitucionalidade quanto da constitucionalidade pelos Tribunais.
 - Como manifestação da supremacia da Constituição, ela não se aplica no Controle Difuso e Concreto, porque é lícito a qualquer juiz a declaração incidental de inconstitucionalidade no Brasil.

GABARITO

DIREITO ADMINISTRATIVO

1. a
2. a
3. b
4. e
5. d

DIREITO CONSTITUCIONAL

1. d
2. e
3. c
4. d
5. a

GABARITO COMENTADO

DIREITO ADMINISTRATIVO

1. (PREFEITURA DE CURITIBA/2019/NC-UFPR/PROCURADOR) Não há assunto mais tratado no Direito Administrativo contemporâneo do que o referente ao exercício da discricionariedade administrativa e seus limites. Vários outros temas estão coligados a esse assunto central. Sobre essa importante temática, assinale a alternativa correta.
- a. Os atos administrativos discricionários podem ser anulados em caso de vício de um dos seus elementos ou convalidados em caso da presença de um legítimo motivo de interesse público justificador.
 - b. A legislação de cada ente federativo deve estabelecer como *numerus clausus* os atos que serão considerados atos vinculados e aqueles que serão caracterizados como atos vinculados.
 - c. Além dos atos administrativos, os fatos da Administração também podem ser caracterizados como discricionários.
 - d. É vedada a revogação de atos vinculados segundo a redação expressa da Constituição.
 - e. Os atos administrativos complexos não podem ser atos discricionários.

Letra a.

a. CERTA! Realmente, os atos administrativos discricionários podem ser anulados em caso de vício de um dos seus elementos. É válido lembrar que a anulação retira do mundo jurídico **atos com vícios de legalidade**, isto é, efetua a invalidação de atos administrativos que, na sua origem, foram editados em desconformidade com a ordem jurídica. Assim, pode ser anulado o ato administrativo discricionário contaminado por ilegalidade em algum dos seus elementos.

Via de regra, a anulação produz **efeitos ex tunc (retroativos)**, desconstituindo todos os efeitos produzidos pelo ato ilegal. Em circunstâncias excepcionais, porém, o ato ilegal poderá ser mantido no mundo jurídico por decisão administrativa fundamentada em legítimo motivo de interesse público justificador, naquilo que se convencionou denominar de **convalidação ou sanatória**.

Conforme Rafael Carvalho Rezende Oliveira:

A convalidação ou sanatória é o salvamento do ato administrativo que apresenta vícios sanáveis. O ato de convalidação produz efeitos retroativos (*ex tunc*), preservando o ato ilegal anteriormente editado.

Trata-se de hipótese de ponderação de interesses ou princípios no âmbito do Direito Administrativo que relativiza o dever de anulação de atos ilegais, pois a convalidação pressupõe a ponderação entre o princípio da legalidade e outros princípios igualmente constitucionais (segurança jurídica, boa-fé, confiança legítima etc.).¹

Sobre o tema, vejamos o art. 55 da Lei n. 9.784/1999:

Art. 55. Em decisão na qual se evidencie não acarretarem lesão ao interesse público nem prejuízo a terceiros, os atos que apresentarem **defeitos sanáveis** poderão ser convalidados pela própria Administração.

Ainda segundo o autor:

Os vícios sanáveis, que admitem convalidação, são os relacionados à competência, à forma (inclusive vícios formais no procedimento administrativo) e ao objeto, quando este último for plúrimo (quando o ato possuir mais de um objeto).

Por outro lado, os vícios insanáveis, que não toleram a convalidação, dizem respeito ao motivo, ao objeto (quando único), à finalidade e à falta de congruência entre o motivo e o resultado do ato administrativo.

Portanto, **três elementos dos atos administrativos, quando viciados, admitem a convalidação: a competência, a forma e o objeto (plural)**. Ao revés, os outros dois elementos (finalidade e motivo) não admitem convalidação.²

Por fim, importante ressaltar que a discricionariedade é instituto que alcança os elementos motivo e objeto do ato administrativo.

b. Errada! NÃO há qualquer determinação legal no sentido de que a legislação de cada ente federativo deve estabelecer como *numerus clausus* (rol taxativo!) os atos que serão considerados atos vinculados e aqueles que serão caracterizados como atos vinculados.

c. Errada! Os fatos da Administração **NÃO podem** ser caracterizados como discricionários e a razão é bastante simples: é que os fatos da Administração, segundo Maria Sylvia Zanella Di Pietro, **são acontecimentos naturais independentes da vontade humana** e que não produzem qualquer efeito jurídico no Direito Administrativo. Conforme a autora:

¹ OLIVEIRA, Rafael Carvalho Rezende. Curso de Direito. 6. ed. rev., atual. e ampl. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: MÉTODO, 2018.

² OLIVEIRA, Rafael Carvalho Rezende. Curso de Direito. 6. ed. rev., atual. e ampl. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: MÉTODO, 2018.

O Direito Civil faz distinção entre **ato** e **fato**; o primeiro é imputável ao homem; o segundo decorre de acontecimentos naturais, que independem do homem ou que dele dependem apenas indiretamente. Quando o fato corresponde à descrição contida na norma legal, ele é chamado **fato jurídico** e produz efeitos no mundo do direito. Quando o fato descrito na norma legal produz efeitos no campo do direito administrativo, ele é um **fato administrativo**, como ocorre com a morte de um funcionário, que produz a vacância de seu cargo; com o decurso do tempo, que produz a prescrição administrativa. Se o fato não produz qualquer efeito jurídico no Direito Administrativo, ele é chamado **fato da Administração**.³

A discricionariedade, por seu turno, é instituto que guarda relação direta com uma atuação administrativa, isto é, com condutas praticadas por agentes públicos (seres humanos) no exercício da função administrativa. Haverá discricionariedade “quando a lei deixa certa margem de liberdade de decisão diante do caso concreto, de tal modo que a autoridade poderá optar por uma dentre várias soluções possíveis, todas válidas perante o direito.”⁴

A discricionariedade tem a ver com a liberdade de atuação dentro dos limites legais, não sendo compatível com eventos da natureza.

d. Errada! Realmente, prevalece ser vedada a revogação de atos vinculados. Isso, porém, **é uma construção doutrinária e NÃO está prevista de maneira expressa na Constituição**.

A revogação promove a extinção do ato administrativo legal que passou a ser considerado inoportuno e inconveniente ao interesse público. Por se tratar de uma reavaliação do mérito administrativo, tem incidência restrita aos atos discricionários. Nesse sentido, vejamos as lições de Rafael Carvalho Rezende Oliveira:

O fundamento para revogação do ato administrativo é a conveniência e a oportunidade por parte da Administração Pública. Trata-se de reavaliação do mérito do ato administrativo. Por essa razão, a revogação incide sobre o ato discricionário, que pressupõe a avaliação do mérito quando da sua edição, sendo afastada a revogação de atos administrativos vinculados que não deixam margem de liberdade ao administrador.

É relevante esclarecer que a revogação pressupõe ato válido, mas que se tornou inconveniente ou inoportuno.⁵

e. Errada! Os atos administrativos complexos **PODEM** ser atos discricionários. Segundo Di Pietro:

Atos complexos são os que resultam da manifestação de dois ou mais órgãos, sejam eles singulares ou colegiados, cuja vontade se funde para formar um ato único. As vontades são homogêneas; resultam de vários órgãos de uma mesma entidade ou de entidades públicas distintas, que se unem em uma só vontade para formar o ato; há identidade de conteúdo e de fins. Exemplo: o decreto que é assinado pelo Chefe do Executivo e referendado pelo Ministro de Estado; o importante é que há duas ou mais vontades para a formação de um **ato único**.⁶

³ PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito administrativo. 32. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2019.

⁴ PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito administrativo. 32. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2019.

⁵ OLIVEIRA, Rafael Carvalho Rezende. Curso de Direito. 6. ed. rev., atual. e ampl. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: MÉTODO, 2018.

⁶ PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito administrativo. 32. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2019.

2. (TJ-PR/2019/NC-UFPR/TITULAR DE SERVIÇOS DE NOTAS E DE REGISTROS – REMOÇÃO) Os atos administrativos costumam ser classificados segundo sua formação de vontade e produção de efeitos jurídicos, bem como podem ser de diferentes espécies. Sobre o assunto, assinale a alternativa correta.
- Atos complexos implicam duas vontades que se fundem em um único ato.
 - Atos compostos são aqueles que exigem a presença de pelo menos três partícipes.
 - Atos negociais são aqueles realizados segundo o regime jurídico de direito privado.
 - Atos enunciativos são atos administrativos que criam ou modificam direitos.
 - Atos pendentes diferenciam-se dos consumados, pois ao contrário destes não completaram seu ciclo de formação com condição de produzir quaisquer efeitos.

Letra a.

a. **CERTA!** Quanto à formação da vontade, os atos administrativos podem ser simples, complexos ou compostos. Na lição da professora DI PIETRO⁷:

Atos complexos são os que resultam da manifestação de dois ou mais órgãos, sejam eles singulares ou colegiados, cuja vontade se funde para formar um ato único. As vontades são homogêneas; resultam de vários órgãos de uma mesma entidade ou de entidades públicas distintas, que se unem em uma só vontade para formar o ato; há identidade de conteúdo e de fins. Exemplo: o decreto que é assinado pelo Chefe do Executivo e referendado pelo Ministro de Estado; o importante é que há duas ou mais vontades para a formação de um **ato único**.

b. **Errada!** Atos compostos são aqueles que exigem a presença de pelo menos **dois ou mais** partícipes. Segundo DI PIETRO⁸:

Ato composto é o que resulta da manifestação de dois ou mais órgãos, em que a vontade de um é instrumental em relação a de outro, que edita o ato principal. Enquanto no **ato complexo** fundem-se vontades para praticar **um ato só**, no **ato composto**, praticam-se **dois atos, um principal e outro acessório**; este último pode ser **pressuposto** ou **complementar** daquele. Exemplo: a nomeação do Procurador-Geral da República depende da prévia aprovação pelo Senado (art. 128, § 1º, da Constituição); a nomeação é o ato principal, sendo a aprovação prévia o ato acessório, **pressuposto** do principal.

c. **Errada!** Os atos negociais **NÃO são** realizados segundo o regime jurídico de direito privado, mas, sim, de acordo com o regime jurídico de direito público.

Também denominados de atos de consentimento estatal ou de atos receptícios, os atos negociais “são aqueles editados a pedido do particular, viabilizando o exercício de determi-

⁷ PIETRO. Maria Sylvia Zanella. Direito administrativo. 32. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2019.

⁸ PIETRO. Maria Sylvia Zanella. Direito administrativo. 32. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2019.

nada atividade e a utilização de bens públicos.” Neles, “a vontade da Administração é coincidente com a pretensão do particular. Inserem-se na categoria de atos de consentimento as licenças, permissões, autorizações e admissões.”⁹

d. **Errada!** Narrou o conceito de **atos constitutivos**, e não o de atos enunciativos.

Quanto aos efeitos, os atos administrativos classificam-se em constitutivos, declaratórios e enunciativos.

Os **atos constitutivos** “são aqueles que criam, modificam ou extinguem direitos (ex.: revogação de ato administrativo; aplicação de sanção ao servidor).”¹⁰

Os **atos declaratórios** são aqueles que “declaram a existência de situações jurídicas pré-existentes ou reconhecem direitos (ex.: edição de atos vinculados, tais como a licença para construir e a licença profissional).”¹¹

Por fim, os **atos enunciativos** são aqueles que “atestam determinados fatos ou direitos, bem como envolvem, eventualmente, juízos de valor (ex.: certidão que atesta o tempo de serviço do servidor; pareceres que retratam juízos de valor dos agentes públicos). Os atos declaratórios e enunciativos guardam profundas semelhanças, razão pela qual parcela da doutrina, ao tratar da presente classificação, menciona apenas os atos constitutivos e declaratórios.”¹²

e. **Errada!** Os **atos pendentes** são atos perfeitos, isto é, que cumpriram o seu ciclo de formação, mas cuja produção de efeitos jurídicos depende da satisfação de condição ou termo. Não se confundem com os **atos consumados**, que são aqueles que já cumpriram o seu ciclo de formação e que já exauriram os seus efeitos, razão pela qual são irretratáveis, salvo a possibilidade de invalidação caso verificada ilegalidade.

Ainda em relação ao critério da formação ou da exequibilidade, os atos administrativos também podem ser classificados como **atos perfeitos**, que, como foi adiantado linhas acima, são aqueles que completaram o seu ciclo de formação, mas, ao contrário dos atos pendentes, estão aptos para produção de efeitos jurídicos, o que ocorre efetivamente com a sua publicação, e como **atos imperfeitos**, que “são aqueles que não completaram o ciclo de formação ou que dependem da edição de outro ato para se tornarem exequíveis (ex.: atos ainda não publicados ou sujeitos à homologação da autoridade superior).”¹³

3. (ITAIPU BINACIONAL/2019/NC-UFPR/PROFISSIONAL DE NÍVEL UNIVERSITÁRIO JR)

O direito administrativo é o ramo do direito público que disciplina o exercício da função administrativa e a atividade das pessoas e órgãos que a desempenham. Com relação aos poderes de Estado e atribuição de funções, de acordo com a Constituição Federal de 1988

⁹ OLIVEIRA, Rafael Carvalho Rezende. Curso de Direito. 6. ed. rev., atual. e ampl. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: MÉTODO, 2018.

¹⁰ OLIVEIRA, Rafael Carvalho Rezende. Curso de Direito. 6. ed. rev., atual. e ampl. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: MÉTODO, 2018.

¹¹ OLIVEIRA, Rafael Carvalho Rezende. Curso de Direito. 6. ed. rev., atual. e ampl. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: MÉTODO, 2018.

¹² OLIVEIRA, Rafael Carvalho Rezende. Curso de Direito. 6. ed. rev., atual. e ampl. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: MÉTODO, 2018.

¹³ OLIVEIRA, Rafael Carvalho Rezende. Curso de Direito. 6. ed. rev., atual. e ampl. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: MÉTODO, 2018.

e conceitos advindos do direito administrativo, assinale a alternativa correta.

- a. A função jurisdicional é responsável por editar atos normativos primários e resolver conflitos entre os litigantes.
- b. O poder do Estado se divide por estruturas orgânicas especializadas, que desempenham com preponderância a sua função típica, mantendo a harmonia e o equilíbrio do sistema.
- c. No Brasil, pela tripartição dos poderes, adota-se o pressuposto de que cada um dos poderes é responsável pelo exercício de sua função típica, de maneira autônoma.
- d. Diferentemente do sistema francês, que segrega a função jurisdicional e administrativa, no Brasil considera-se o sistema inglês de tripartição dos poderes, com preponderância do sistema administrativo sobre os demais poderes.
- e. São poderes soberanos e independentes entre si a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios.

Letra b.

a. Errada! A função jurisdicional é exercida pelo Poder Judiciário e, de fato, é responsável por resolver conflitos entre litigantes mediante a aplicação do direito ao caso concreto.

No entanto, a responsabilidade para editar atos normativos primários, que são aqueles capazes de inovar na ordem jurídica, correspondendo às leis em geral, é função típica do Poder Legislativo.

b. CERTA! Embora o poder estatal seja uno, indivisível e indelegável, ele se desdobra em três funções: a legislativa, a executiva e a jurisdicional, cada qual exercida por um órgão distinto. Assim, ao Poder Legislativo ficou reservada a função legislativa, ao Poder Executivo, a função executiva, e, ao Poder Judiciário, a função jurisdicional.

O exercício dessas funções, porém, não é feito de maneira absoluta por apenas um órgão, de modo que, além do exercício de funções típicas (predominantes), inerentes e ínsitas à sua natureza, também exercerão outras duas funções atípicas de natureza típica dos outros dois órgãos. Então, por exemplo, o Legislativo, além de exercer a função típica de legislar, também exercerá uma função atípica de natureza executiva e outra função atípica de natureza jurisdicional.

Admite-se essa interpenetração entre os órgãos (sistema de freios e contrapesos) a fim de garantir um controle recíproco entre eles, evitando a concentração e o abuso de poder ao mesmo tempo em que se garante a harmonia e o equilíbrio do sistema.

c. Errada! Do modo como foi empregada a expressão “de maneira autônoma”, há a sugestão de que os poderes exerceriam suas funções típicas de maneira absoluta e estanque, o que não é verdade, pois, como visto na explicação da alternativa “b”, o Brasil também consagrou um sistema de freios e contrapesos que garante a cada Poder o exercício de funções atípicas que correspondem às funções típicas dos outros órgãos.

d. Errada! A alternativa versa sobre os sistemas administrativos, que, em suma, consistem nos mecanismos utilizados pelos países para efetuar o controle jurisdicional da atuação administrativa.

No Brasil, foi adotado o **sistema inglês, ou da jurisdição una ou da unidade de jurisdição**, segundo o qual o Poder Judiciário detém a prerrogativa de decidir de maneira definitiva sobre a juridicidade de todos os atos praticados por particulares ou pela Administração Pública. Isso ficou evidente no art. 5º, XXXV, da CF, que determina que “a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito.”

Logo, **não há que se falar na existência de preponderância do sistema administrativo** sobre os demais poderes.

e. Errada! União, estados, Distrito Federal e municípios não são poderes, mas, sim, os entes que compõem a Federação Brasileira. Em verdade, de acordo com o art. 2º da CF:

Art. 2º São Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o **Legislativo**, o **Executivo** e o **Judiciário**.

4. (COREN-PR/2018/NC-UFPR/ADMINISTRADOR) Ao tratar das penalidades administrativas e proibições aplicáveis aos empregados públicos do Sistema COFEN/Conselhos Regionais de Enfermagem, o Código de Ética dos Empregados Públicos do Sistema COFEN/Conselhos Regionais de Enfermagem prevê a aplicação da pena de demissão nos casos de improbidade administrativa. De acordo com a Lei de improbidade administrativa (Lei n. 8.429/1992), atos que atentem contra os princípios da Administração Pública são tidos como atos de improbidade administrativa. Considerando o que buscam resguardar os princípios da Administração Pública expressos no art. 37 da Constituição Federal – legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência –, é correto afirmar:
- Pelo princípio da legalidade, tem-se que a Administração Pública pode fazer tudo, desde que não haja proibição legal.
 - Pelo princípio da moralidade, tem-se que os valores morais que orientam o pensar e o agir da tradicional família brasileira deve guiar os atos da Administração Pública.
 - Pelo princípio da eficiência, tem-se que as fases do processo de elaboração de um ato devem ser priorizadas em relação aos seus resultados.
 - Pelo princípio da impessoalidade, tem-se que a Administração Pública não pode beneficiar a um indivíduo, mas pode fazê-lo em relação a grupos.
 - Pelo princípio da publicidade, tem-se que, em regra, os atos da Administração Pública devem ser amplamente divulgados, com informações claras e acessíveis à população em geral.

Letra e.

a. Errada! A ideia de legalidade narrada na alternativa é aquela incidente nas relações privadas. Isso porque o conteúdo do referido princípio varia conforme o destinatário seja um particular ou a Administração Pública.

Flávia Bahia Martins aponta que:

Para o particular, ninguém é obrigado a fazer ou deixar de fazer algo, senão em virtude de lei (aqui em sentido amplo ou material, referindo-se a qualquer espécie normativa), diante de sua autonomia da vontade. Já quanto ao administrador, deverá ser adotado o princípio da legalidade em sentido estrito, pois só é possível fazer o que a lei autoriza ou determina.”¹⁴

Assim, ao **particular** vigora um critério de **não contrariedade à lei**, podendo fazer tudo o que não seja proibido pelo ordenamento jurídico, tal como foi narrado na alternativa “a”, ao passo que, em relação à **Administração Pública**, prevalece uma ideia de **subordinação à lei**, de modo que o administrador público somente poderá atuar quando a lei (em sentido amplo) assim autorizar ou determinar. No mesmo sentido, podemos citar Di Pietro:

Segundo o princípio da legalidade, a Administração Pública só pode fazer o que a lei permite. No âmbito das relações entre particulares, o princípio aplicável é o da autonomia da vontade, que lhes permite fazer tudo o que a lei não proíbe.¹⁵

b. Errada! Pelo princípio da moralidade, a atuação administrativa, além de estar em conformidade com a lei, deverá ser ética, proba e leal. Não por menos o art. 2º, parágrafo único, IV, da Lei n. 9.784/1999 determina aos agentes públicos, principalmente nos processos administrativos, uma “atuação segundo padrões éticos de probidade, decoro e boa-fé”. Em resumo, pelo princípio da moralidade, exige-se uma atuação administrativa não corrupta, mas efetivamente preocupada com o trato correto da coisa pública e o atendimento dos interesses da coletividade.

Há de se destacar que estamos falando aqui de uma **moralidade jurídica**, ligada ao conceito de bom administrador e ao dever de atuação ética, que não se confunde com a moralidade social, aquele que distingue o certo e o errado a partir do senso comum da sociedade.

c. Errada! Pelo princípio da eficiência, tem-se a **priorização dos resultados**.

Inserido da Constituição Federal por meio da Emenda à Constituição n. 19/1998, o princípio da eficiência tem por objetivo substituir a Administração Pública burocrática pela **Administração Pública gerencial**, aquela que procura centralizar suas atenções no objetivo primário de qualquer organização pública: alcançar a excelência nos resultados, atendendo

¹⁴ MARTINS, Flávia Bahia- Direito Constitucional. Niterói: Impetus. 2ª. Ed. 2011.

¹⁵ PIETRO. Maria Sylvia Zanella. Direito administrativo. 32. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2019.

efetivamente os anseios sociais. Para tanto, promove uma descentralização política e administrativa, possuindo poucos níveis hierárquicos, boa flexibilidade organizacional, sistema de controle dos resultados e uma atuação preocupada com o bom atendimento do cidadão. Explica a professora DI PIETRO que eficiência:

(...) diz respeito ao modo de **atuação do agente público**, do qual se espera o melhor desempenho no exercício de suas atribuições, sob pena de demissão, e ao **modo de organizar, estruturar, disciplinar a Administração Pública**, com o objetivo de alcançar os melhores resultados (arts. 37, *caput*, da CF, e 2º, *caput*, da Lei n. 9.784/1999); corresponde ao **dever de boa administração**.¹⁶

Observe, portanto, a partir da lição da professora Di Pietro, que o princípio da eficiência impõe aos agentes públicos o dever de atuar e à Administração Pública o dever de se organizar **de modo a alcançarem os melhores resultados na prestação do serviço público**. **d. Errada!** Pelo princípio da impessoalidade, tem-se que o administrador público não pode atuar com vistas à satisfação de interesses pessoais (ausência de subjetividade). É dizer, o administrador deve sempre se guiar pelo atendimento do interesse público, **agindo de forma impessoal, abstrata e genérica**.

Trata-se de princípio relacionado à **ideia de isonomia (ou igualdade)**, pois impõe que a Administração Pública deve conferir tratamento isonômico aos administrados, sem favoritismos ou perseguições, salvo quando as circunstâncias fáticas e jurídicas, em busca da concretização da igualdade material, legitimarem a imposição de distinções.

Em resumo: pelo princípio da impessoalidade, tem-se que a Administração Pública não pode beneficiar a um indivíduo, nem tampouco a um grupo de indivíduos. Ao contrário, todos devem ser tratados de modo igual, sem favoritismos ou perseguições, de modo que eventuais distinções somente se legitimam se fundadas na busca pela necessária igualdade material. **e. CERTA!** De fato, pelo princípio da publicidade tem-se que, em regra, os atos da Administração Pública devem ser amplamente divulgados, com informações claras e acessíveis à população em geral.

-
5. (UFPR/2019/NC-UFPR/ASSISTENTE EM ADMINISTRAÇÃO) Levando em consideração o disposto na Lei n. 8.112/1990, atualizada, que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos e Civis da União, das autarquias e fundações públicas federais, é correto afirmar:
- São formas de provimento de cargo público: nomeação, promoção, transferência, readaptação, reintegração e recondução.
 - O prazo para o início do efetivo desempenho das atribuições do cargo público e da função de confiança é de 15 dias contados da nomeação.

¹⁶ PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito administrativo. 32. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2019.

- c. O servidor fará jus a 30 dias de férias, que podem ser acumuladas, até no máximo três períodos, no caso de necessidade do serviço, podendo ser fruídas em até duas parcelas, desde que assim requeridas pelo servidor e autorizadas pela chefia
- d. São considerados como efetivo exercício os afastamentos em virtude de férias e participação em programa de treinamento regularmente instituído ou em programa de pós-graduação *stricto sensu* no País, conforme dispuser o regulamento.
- e. Como medida cautelar e a fim de que o servidor não venha a influir na apuração da irregularidade, a autoridade instauradora do processo disciplinar poderá determinar o seu afastamento do exercício do cargo até a conclusão do processo, desde que não ultrapasse 1 ano.

Letra d.

a. Errada! A transferência não é uma das formas de provimento de cargo público. Nos termos do art. 8º da Lei n. 8.112/1990.

Art. 8º São formas de provimento de cargo público:

- I – nomeação;
- II – promoção;
- III – (Revogado pela Lei n. 9.527, de 10.12.97)
- IV – (Revogado pela Lei n. 9.527, de 10.12.97)
- readaptação;
- VI – reversão;
- VII – aproveitamento;
- VIII – reintegração;
- IX – recondução.

b. Errada! O prazo para o início do efetivo desempenho das atribuições do **cargo público** é de **15 dias, contados da DATA DA POSSE**. No caso das **funções de confiança**, o início do efetivo desempenho das atribuições **coincidirá com a data de publicação do ato de designação**. Nesse sentido, art. 15, §§ 1º e 4º, da CF:

Art. 15. Exercício é o efetivo desempenho das atribuições do cargo público ou da função de confiança.

§ 1º É de quinze dias o prazo para o servidor empossado em cargo público entrar em exercício, contados da data da posse. (...)

§ 4º O início do exercício de função de confiança coincidirá com a data de publicação do ato de designação, salvo quando o servidor estiver em licença ou afastado por qualquer outro motivo legal, hipótese em que recairá no primeiro dia útil após o término do impedimento, que não poderá exceder a trinta dias da publicação.

c. Errada! O servidor fará jus a 30 dias de férias, que podem ser acumuladas, até no máximo de **DOIS períodos**, no caso de necessidade do serviço, podendo ser fruídas em **até TRÊS parcelas**, desde que assim requeridas pelo servidor e **no interesse da Administração Pública**. Nesse sentido, art. 77, *caput* e § 3º, da Lei n. 8.112/1990:

Art. 77. O servidor fará jus a trinta dias de férias, que podem ser acumuladas, até o máximo de **dois períodos**, no caso de necessidade do serviço, ressalvadas as hipóteses em que haja legislação específica. (...)

§ 3º **As férias poderão ser parceladas em até três etapas**, desde que assim requeridas pelo servidor, e **no interesse da administração pública**.

d. CERTA! Está de acordo com o art. 102, I e IV, da Lei n. 8.112/1990:

Art. 102. Além das ausências ao serviço previstas no art. 97, são considerados como de efetivo exercício os afastamentos em virtude de:

I – férias; (...)

II – participação em programa de treinamento regularmente instituído ou em programa de pós-graduação stricto sensu no País, conforme dispuser o regulamento;

e. Errada! A autoridade instauradora do processo disciplinar poderá determinar o afastamento do servidor pelo **prazo máximo de até 60 dias, prorrogáveis por igual período**, consoante o art. 147 da Lei n. 8.112/1990.

Art. 147. Como medida cautelar e a fim de que o servidor não venha a influir na apuração da irregularidade, a autoridade instauradora do processo disciplinar poderá determinar o seu afastamento do exercício do cargo, pelo **prazo de até 60 (sessenta) dias**, sem prejuízo da remuneração.

Parágrafo único. O **afastamento poderá ser prorrogado por igual prazo**, findo o qual cessarão os seus efeitos, ainda que não concluído o processo.

DIREITO CONSTITUCIONAL

1. (PREFEITURA DE MATINHOS-PR/2019/NC-UFPR/ADVOGADO) Com base no texto da Constituição da República, assinale a alternativa que apresenta apenas fundamentos da República brasileira.
 - a. Soberania, cidadania, dignidade da pessoa humana, pluralismo político e erradicação da pobreza.
 - b. Soberania, dignidade da pessoa humana, igualdade entre os estados, defesa da paz e cidadania.

- c. Solidariedade, dignidade da pessoa humana, construção de uma sociedade livre, justa e solidária e pluralismo político.
- d. Soberania, cidadania, dignidade da pessoa humana, valores sociais do trabalho e da livre iniciativa e pluralismo político.
- e. Solidariedade, cidadania, pluralismo político e construção de uma sociedade livre, justa e solidária.

Letra d.

Antes de analisarmos item por item, convém relembrarmos os artigos 1º, 3º e 4º, que cuidam, respectivamente, dos fundamentos e dos objetivos da República e dos princípios que a regem nas suas relações internacionais:

Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como **fundamentos**:

- I – a soberania;
- II – a cidadania;
- III – a dignidade da pessoa humana;
- IV – os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa;
- V – o pluralismo político.

Parágrafo único. Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição.

Art. 3º Constituem **objetivos** fundamentais da República Federativa do Brasil:

- construir uma sociedade livre, justa e solidária;
- garantir o desenvolvimento nacional;
- erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais;
- promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

Art. 4º A República Federativa do Brasil rege-se nas suas **relações internacionais** pelos seguintes **princípios**:

- I – independência nacional;
- II – prevalência dos direitos humanos;
- III – autodeterminação dos povos;
- IV – não intervenção;
- V – igualdade entre os Estados;
- VI – defesa da paz;
- VII – solução pacífica dos conflitos;
- VIII – repúdio ao terrorismo e ao racismo;
- IX – cooperação entre os povos para o progresso da humanidade;
- X – concessão de asilo político.

Parágrafo único. A República Federativa do Brasil buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações.

A partir desses dispositivos acima colacionados, podemos identificar claramente os erros de cada alternativa. Vejamos:

a. Errada! A erradicação da pobreza constitui um objetivo fundamental da República, nos termos do art. 3º, inc. III, da Constituição Federal.

b. Errada! Igualdade entre os estados e a defesa da paz são princípios que regem a República Federativa nas suas relações internacionais, a teor do art. 4º, inc. V e VI, da CF/1988.

c. Errada! Construção de uma sociedade livre, justa e solidária é um objetivo a ser perseguido pela República, conforme art. 3º, inc. I, da CF/1988.

d. CERTA! A alternativa corretamente lista os fundamentos da República, nos moldes fixados no art. 1º da Constituição Federal.

e. Errada! Como já dito nos comentários à alternativa “c”, a construção de uma sociedade livre, justa e solidária é, na verdade, um objetivo fundamental da República, conforme art. 3º, inc. I, da CF/1988.

2. (FPMA-PR/2019/NC-UFPR/ADVOGADO) As Constituições consistem na norma fundamental de um determinado Estado, prevendo, essencialmente, a forma de estruturação do exercício dos poderes públicos e a previsão dos direitos e garantias fundamentais. A respeito dos direitos fundamentais, assinale a alternativa correta.

- a. É livre a manifestação do pensamento, permitido o anonimato nos casos em que assim exija o interesse público ou o sigilo profissional.
- b. O exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão é livre, sendo vedado à lei condicionar referido direito fundamental.
- c. A associação para fins lícitos e paramilitares é albergada pela Constituição Federal de 1988.
- d. Para viabilizar efetivamente a tutela dos direitos fundamentais difusos e coletivos, é possível compelir-se as pessoas que estejam na mesma situação para que se associem ou permaneçam associadas.
- e. Os direitos fundamentais são normalmente classificados em algumas gerações ou dimensões, embora sejam complementares e indivisíveis.

Letra e.

a. Errada! A Constituição Federal não traz qualquer ressalva quando veda o anonimato no art. 5º, inc. IV:

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: (...)

I – é livre a manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato;

b. Errada! De fato, o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão é livre, no entanto, a lei pode trazer condicionantes a esse exercício, conforme reza o inciso XIII do art. 5º, da CF/1988. Trata-se, aliás, de uma **norma de eficácia contida**, que pode sofrer restrições em seu alcance pela legislação infraconstitucional.

Art. 5º, XIII – é livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer;

c. Errada! A associação para fins lícitos encontra plena guarida na Constituição. Todavia, é expressamente **vedada a associação de caráter paramilitar**, a teor do inciso XVII, do art. 5º, da CF/1988:

Art. 5º, XVII – é plena a liberdade de associação para fins lícitos, vedada a de caráter paramilitar;

d. Errada! A Constituição Federal assegura que ninguém será compelido a associar-se ou a manter-se associado:

Art. 5º, XX – ninguém poderá ser compelido a associar-se ou a permanecer associado;

e. CERTA! Os direitos fundamentais foram surgindo aos poucos, conforme a conjuntura fática que lhes era subjacente. Por essa razão, os teóricos costumam dividi-los em gerações ou dimensões, conforme foram sendo reconhecidos e abrigados nas constituições. Paulo Bonavides foi um dos principais constitucionalistas que analisou os direitos fundamentais a partir de um perfil histórico, agrupando os mesmos em gerações de direitos. Tal agrupamento foi amparado, portanto, no surgimento histórico dos direitos fundamentais, dando origem ao que, inicialmente, foi conhecido como “gerações dos direitos fundamentais”. No entanto, a ideia de “geração” foi logo substituída por “dimensão”, já que o primeiro termo estaria diretamente associado à ideia de sucessão, substituição, o que não acontece: os direitos fundamentais não se sobrepõem, não são suplantados uns pelos outros. A distinção entre gerações serve apenas para situar os diferentes momentos em que esses grupos de direitos surgem como reivindicações acolhidas pela ordem jurídica.

- 3.** (TJ-PR/2019/NC-UFPR/TITULAR DE SERVIÇOS DE NOTAS E DE REGISTROS – REMOÇÃO) “Entre as garantias constitucionais dos direitos fundamentais encontra-se a ação popular, o mandado de segurança, o mandado de injunção, o *habeas data* e o *habeas corpus*. A esse conjunto, a doutrina tem reservado o nome de remédios constitucionais” (TAVARES, 2012). A respeito do assunto, assinale a alternativa correta.

- a. Segundo a redação estabelecida na Constituição, não será concedido *habeas corpus* contra decisão colegiada do Poder Judiciário.
- b. O mandado de segurança coletivo não foi recepcionado pela Constituição de 1988, tendo sua previsão em lei ordinária.
- c. O mandado de segurança é a via adequada para a proteção de direitos, se não puder ser amparado por *habeas corpus* ou por *habeas data*.
- d. A legitimidade ativa da ação popular é reservada aos partidos políticos e às associações constituídas por ao menos um ano.
- e. Segundo a redação constitucional expressa, o *habeas data* é uma garantia constitucional que pode ser utilizada para a obtenção de informações pessoais pertencentes tanto a entidades governamentais quanto a entidades privadas, podendo ser de dados caráter público ou privado.

Letra c.

a. Errada! A Constituição Federal não traz essa previsão. A única menção ao *habeas corpus* feita pelo texto constitucional é a aquela inserta no inciso LXVIII, do art. 5º, da CF/1988:

Art. 5º, LXVIII – conceder-se-á *habeas corpus* sempre que alguém sofrer ou se achar ameaçado de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder;

b. Errada! A Constituição Federal expressamente prevê o mandado de segurança coletivo, elencando os legitimados para a sua propositura:

Art. 5º, LXX – o mandado de segurança coletivo pode ser impetrado por:

- a. partido político com representação no Congresso Nacional;
- b. organização sindical, entidade de classe ou associação legalmente constituída e em funcionamento há pelo menos um ano, em defesa dos interesses de seus membros ou associados;

c. CERTA! O mandado de segurança tem caráter subsidiário, porque só pode ser manejado, na hipótese descrita no texto constitucional, se, para a resolução da celeuma, não couber *habeas corpus* ou *habeas data*. É o que diz o inciso LXIX, do art. 5º, da CF/1988:

Art. 5º, LXIX – conceder-se-á mandado de segurança para proteger direito líquido e certo, não amparado por *habeas corpus* ou *habeas data*, quando o responsável pela ilegalidade ou abuso de poder for autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do Poder Público;

d. Errada! A legitimidade ativa da ação popular é reservada ao **cidadão**, nos termos do inciso LXXIII do art. 5º da CF/1988:

Art. 5º, LXXIII – qualquer cidadão é parte legítima para propor ação popular que vise a anular ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural, ficando o autor, salvo comprovada má-fé, isento de custas judiciais e do ônus da sucumbência;

Mas o que pode ser entendido como cidadão? A Lei n. 4.717/1965 nos traz essa resposta ao estabelecer, no § 3º, do art. 1º, que:

Art. 1º, § 3º A prova da cidadania, para ingresso em juízo, será feita com o título eleitoral, ou com documento que a ele corresponda.

e. Errada! As informações que se buscam por intermédio do *habeas data* devem ser de caráter público, embora não necessariamente constem de bancos de dados de entidades governamentais. É essa a conclusão que se extrai do inciso LXXII, alínea a, do art. 5º da CF/1988:

Art. 5º, LXXII – conceder-se-á *habeas data*:

a. para assegurar o conhecimento de informações relativas à pessoa do impetrante, constantes de registros ou bancos de dados de entidades governamentais ou de caráter público;

4. (CÂMARA DE QUITANDINHA-PR/2018/NC-UFPR/ADVOGADO) São legitimados para propor ação direta de inconstitucionalidade e ação declaratória de constitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal, EXCETO:

- a. Governador de Estado ou do Distrito Federal.
- b. Mesa de Assembleia Legislativa ou da Câmara Legislativa do Distrito Federal.
- c. Confederação sindical ou entidade de classe de âmbito nacional.
- d. Prefeito Municipal.
- e. Conselho Federal da OAB.

Letra d.

Os legitimados para proporem ação direta de inconstitucionalidade e ação declaratória de constitucionalidade constam do rol taxativo elencado no art. 103 da Constituição Federal, como se vê:

Art. 103. Podem propor a ação direta de inconstitucionalidade e a ação declaratória de constitucionalidade:

- I – o Presidente da República;
- II – a Mesa do Senado Federal;
- III – a Mesa da Câmara dos Deputados;
- IV – a Mesa de Assembleia Legislativa ou da Câmara Legislativa do Distrito Federal;
- V – o Governador de Estado ou do Distrito Federal;
- VI – o Procurador-Geral da República;
- VII – o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil;
- VIII – partido político com representação no Congresso Nacional;
- IX – confederação sindical ou entidade de classe de âmbito nacional.

Veja que entre as alternativas da questão, a única que não encontra correspondência no texto legal é a letra “d”. Sendo assim, **Prefeito municipal não tem legitimidade** para promover o controle concentrado de constitucionalidade perante o STF.

5. (ITAIPU BINACIONAL-PR/2018/NC-UFPR/DIREITO) Sobre a cláusula de reserva de plenário aplicável para a garantia da supremacia da Constituição, é correto afirmar:
- a. Trata-se da observância do voto da maioria absoluta dos Tribunais ou dos membros do respectivo órgão especial, para a declaração de inconstitucionalidade de lei ou de ato normativo do Poder Público.
 - b. Trata-se da observância do quórum mínimo de 3/5 dos votos, em dois turnos, nas duas casas do Congresso Nacional para a aprovação de Proposta de Emenda à Constituição.
 - c. Trata-se do quórum mínimo da maioria absoluta para a instalação de sessões ordinárias em cada uma das casas do Congresso Nacional.
 - d. A cláusula de reserva de plenário é de observância obrigatória para a declaração tanto da inconstitucionalidade quanto da constitucionalidade pelos Tribunais.
 - e. Como manifestação da supremacia da Constituição, ela não se aplica no Controle Difuso e Concreto, porque é lícito a qualquer juiz a declaração incidental de inconstitucionalidade no Brasil.

Letra a.

A cláusula de reserva de plenário é a garantia contemplada pela Constituição no art. 97, *in verbis*:

Art. 97. Somente pelo voto da maioria absoluta de seus membros ou dos membros do respectivo órgão especial poderão os tribunais declarar a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo do Poder Público.

Tal cláusula confere maior proteção ao texto constitucional, porque condiciona a **declaração de inconstitucionalidade** (veja que a cláusula se aplica apenas às hipóteses de inconstitucionalidade, e não às declarações de constitucionalidade, já que, de todo modo, as normas se presumem constitucionais) à manifestação da maioria absoluta dos membros do Tribunal, ou ao menos dos membros do órgão especial, em se tratando de julgamento por órgão colegiado. Por óbvio, se o reconhecimento da inconstitucionalidade da norma for de um juiz singular, não há que se observar a cláusula de reserva de plenário.

A cláusula de reserva de plenário aplica-se tanto ao controle difuso como ao controle concreto, desde que se esteja diante de uma possível declaração de inconstitucionalidade por órgão colegiado.

Dito isso, a única afirmativa que acertadamente conceitua a cláusula de reserva de plenário é a alternativa “a”.

Prof. Renato Borelli

10^ª RODADA DE QUESTÕES NC-UFR

**DIREITO PENAL E
DIREITO PROCESSUAL PENAL**

G GRAN CURSOS
ONLINE



**Renato Borelli**

Juiz Federal do TRF1. Foi Juiz Federal do TRF5. Exerceu a advocacia privada e pública. Foi servidor público e assessorou Desembargador Federal (TRF1) e Ministro (STJ). Atuou no CARF/Ministério da Fazenda como Conselheiro (antigo Conselho de Contribuintes). É formado em Direito e Economia, com especialização em Direito Público, Direito Tributário e Sociologia Jurídica.

Disciplinas: Direito Penal e Direito Processual Penal

Cargo: Delegado de Polícia

Banca organizadora: NC-UFPR

DIREITO PENAL

1. (UFPR/2017/NC-UFPR/ADMINISTRADOR) Em relação aos crimes contra a Administração Pública, assinale a alternativa que indica somente crimes próprios quanto ao sujeito ativo.
 - a. Peculato, corrupção passiva e tráfico de influência.
 - b. Corrupção ativa, corrupção passiva e tráfico de influência.
 - c. Corrupção ativa, advocacia administrativa e prevaricação.
 - d. Peculato, corrupção passiva e concussão.
 - e. Corrupção passiva, prevaricação e tráfico de influência.

2. (DPE-PR/2014/NC-UFPR/DEFENSOR PÚBLICO) O perdão do ofendido
 - a. nos crimes em que somente se procede mediante queixa não impede o prosseguimento da ação.
 - b. se concedido a qualquer dos querelados, a todos aproveita.
 - c. produz a exclusão da culpabilidade, mesmo que o querelado o recuse.
 - d. se concedido por um dos ofendidos, prejudica o direito dos outros.
 - e. não produz efeitos se for tácito.

3. (TJ-PR/2013/NC-UFPR/JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO) Assinale a alternativa correta:
 - a. No crime de corrupção ativa, a pena é aumentada até o triplo, se, em razão da vantagem ou promessa, o funcionário retarda ou omite ato de ofício, ou o pratica infringindo dever funcional.
 - b. Constitui excesso de exação se o funcionário exige tributo ou contribuição social que sabe ou deveria saber indevido, ou, quando devido, emprega na cobrança meio vexatório ou gravoso, ainda que autorizado por lei.
 - c. Não impede a progressão de regime de execução da pena, fixada em sentença não transitada em julgado, o fato de o réu se encontrar em prisão especial.
 - d. O crime de exercício arbitrário das próprias razões somente se procede mediante queixa, ainda que haja emprego de violência.

4. (TJ-PR/2013/NC-UFPR/JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO) Assinale a alternativa correta:
- No que se refere ao furto de coisa comum, é punível a subtração de coisa comum fungível, ainda que o valor não exceda a quota a que tem direito o agente.
 - É inadmissível aplicar, no furto qualificado, pelo concurso de agentes, a majorante do roubo.
 - O aumento na terceira fase de aplicação da pena no crime de roubo circunstanciado exige fundamentação concreta, sendo suficiente para a sua exasperação, entretanto, a mera indicação do número de majorantes.
 - É admissível a extinção da punibilidade pela prescrição da pretensão punitiva com fundamento em pena hipotética.
5. (TJ-PR/2013/NC-UFPR/JUIZ) Assinale a alternativa INCORRETA:
- No que se refere ao delito de difamação, a exceção da verdade somente se admite se o ofendido é funcionário público e a ofensa é relativa ao exercício de suas funções.
 - No que se refere ao delito de calúnia, admite-se a prova da verdade, salvo: se, constituindo o fato imputado crime de ação privada, o ofendido não foi condenado por sentença irrecorrível; se o fato é imputado contra o Presidente da República ou contra chefe de governo estrangeiro; se do crime imputado, embora de ação pública, o ofendido foi absolvido por sentença irrecorrível.
 - O querelado que, antes do recebimento da denúncia, retrata-se cabalmente da calúnia ou da difamação, fica isento de pena.
 - No que se refere ao delito de injúria, o juiz pode deixar de aplicar a pena quando o ofendido, de forma reprovável, provocou diretamente a injúria, bem como no caso de retorsão imediata, que consista em outra injúria.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

1. (TJ-PR/2013/NC-UFPR/JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO) Considere as seguintes afirmativas:
- A intimação da sentença será feita ao réu, pessoalmente, se estiver preso.
 - A intimação da sentença será feita ao réu, pessoalmente, ou ao defensor por ele constituído, quando se livrar solto, ou, sendo afiançável a infração, tiver prestado fiança.
 - A intimação da sentença será feita mediante edital, se o réu, não tendo constituído defensor, não for encontrado, e assim o certificar o oficial de justiça.
 - O prazo do edital será de noventa (90) dias, se tiver sido imposta pena privativa de liberdade por tempo igual ou superior a um ano, e de sessenta (60) dias, nos outros casos.

Assinale a alternativa correta.

- a. Somente uma afirmativa é verdadeira.
- b. Somente duas afirmativas são verdadeiras.
- c. Somente três afirmativas são verdadeiras.
- d. As quatro afirmativas são verdadeiras.

2. (TJ-PR/2012/NC-UFPR/JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO/ADAPTADA) Considere as seguintes afirmativas:

- 1) O requerimento de benefício no juízo da execução penal é atividade privativa do advogado.
- 2) Poderá o juiz substituir a prisão preventiva pela domiciliar quando o agente for maior de setenta (70) anos.
- 3) Recusando ou demorando a autoridade policial a concessão da fiança, o preso, ou alguém por ele, poderá prestá-la, mediante simples petição, perante o juiz competente, que decidirá em 24 (vinte e quatro) horas.

Assinale a alternativa correta.

- a. Somente a afirmativa 1 é verdadeira.
- b. Somente a afirmativa 2 é verdadeira.
- c. Somente a afirmativa 3 é verdadeira.
- d. As três afirmativas são verdadeiras.
- e. As três afirmativas são falsas.

3. (TJ-PR/2012/NC-UFPR/JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO/ADAPTADA) A prova, no Processo Penal, incumbirá a quem alega (CPP, art. 156). Contudo, julgue o item a seguir em **certo ou errado**:

As provas derivadas daquelas consideradas ilícitas são sempre válidas e devem ser recebidas sem ressalvas, sendo inadmissíveis só aquelas efetivamente ilícitas.

4. (TJ-PR/2012/NC-UFPR/JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO) Em que consiste a despronúncia?

- a. Na decisão judicial singular que não recebe a denúncia em crimes de competência do Tribunal do Júri.
- b. Na reforma da decisão singular de pronúncia, por um colegiado ou no exercício de juízo de retratação singular, na hipótese de recurso crime em sentido estrito.
- c. Na decisão judicial de primeiro grau que desde logo absolve sumariamente o réu nos crimes de competência do Tribunal do Júri.
- d. Na decisão judicial singular que desclassifica o crime de competência do Tribunal do Júri para outro de competência de Juiz ordinário.

5. (TJ-PR/2012/NC-UFPR/JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO) A Lei n. 11.719/2008 acrescentou o art. 396-A ao Código de Processo Penal, garantindo ao acusado a apresentação de resposta à denúncia. O que pode o Juiz fazer em face de tal ato da defesa?
- a. Rejeitar a denúncia, exercendo o juízo de admissibilidade negativo, em razão da relevância dos fundamentos da defesa.
 - b. Não oferecida a resposta no prazo legal de dez (10) dias, decretar a revelia do acusado, prosseguindo-se, então, na ação penal.
 - c. Absolver sumariamente o acusado, uma vez que o juízo de admissibilidade da denúncia antecede a citação para a resposta, desde que o Juiz verifique a presença de uma das causas de excludente de ilicitude, de culpabilidade ou quando o fato evidentemente não constitui crime.
 - d. Determinar a suspensão do processo quando o réu não for encontrado para a citação, suspendendo o curso do prazo prescricional e determinando o arquivamento provisório dos autos.

GABARITO

DIREITO PENAL

1. d
2. b
3. c
4. b
5. c

DIREITO PROCESSUAL PENAL

1. d
2. e
3. E
4. b
5. c

GABARITO COMENTADO

DIREITO PENAL

1. (UFPR/2017/NC-UFPR/ADMINISTRADOR) Em relação aos crimes contra a Administração Pública, assinale a alternativa que indica somente crimes próprios quanto ao sujeito ativo.
- Peculato, corrupção passiva e tráfico de influência.
 - Corrupção ativa, corrupção passiva e tráfico de influência.
 - Corrupção ativa, advocacia administrativa e prevaricação.
 - Peculato, corrupção passiva e concussão.
 - Corrupção passiva, prevaricação e tráfico de influência.

Letra d.

Inicialmente, vamos lembrar o conceito de crime próprio. Crime próprio é o crime que exige uma qualidade especial do sujeito ativo (isto é, daquele que pratica o crime). O próprio tipo penal pressupõe condição especial por parte do sujeito ativo.

Os crimes próprios são classificados pela doutrina como puros ou impuros. O crime próprio puro é aquele em que, se faltar a condição especial exigida pelo tipo, o fato se torna atípico. Por outro lado, no crime próprio impuro, a falta da qualidade especial do agente não afasta a tipicidade de sua conduta, apenas altera sua tipificação.

Passemos, então, à análise das alternativas.

a. Errada! Peculato e corrupção passiva são crimes próprios, porque só podem ser praticados por funcionários públicos. No entanto, o **tráfico de influência é crime comum**, podendo ser praticado por qualquer agente.

b. Errada! Apenas a corrupção passiva é crime próprio. Corrupção ativa (que é o ato de oferecer ou prometer vantagem indevida a funcionário público, para determiná-lo a praticar, omitir ou retardar ato de ofício) e tráfico de influência são crimes comuns.

c. Errada! Advocacia administrativa e prevaricação são crimes próprios, mas a corrupção ativa é um crime comum.

d. CERTA! Os três crimes são listados na alternativa são próprios, porque só podem ser praticados por funcionários públicos.

e. Errada! Tráfico de influência é crime comum.

2. (DPE-PR/2014/NC-UFPR/DEFENSOR PÚBLICO) O perdão do ofendido
- nos crimes em que somente se procede mediante queixa não impede o prosseguimento da ação.
 - se concedido a qualquer dos querelados, a todos aproveita.
 - produz a exclusão da culpabilidade, mesmo que o querelado o recuse.
 - se concedido por um dos ofendidos, prejudica o direito dos outros.
 - não produz efeitos se for tácito.

Letra b.

a. Errada! Nos termos do art. 105 do Código Penal, o perdão do ofendido nos crimes de ação penal privada impede o prosseguimento da ação:

Art. 105. O perdão do ofendido, nos crimes em que somente se procede mediante queixa, obsta ao prosseguimento da ação.

b. CERTA! De fato, o perdão concedido a qualquer um dos querelados se estende aos demais, conforme reza o art. 106, inciso I, do Código Penal:

Art. 106. O perdão, no processo ou fora dele, expresso ou tácito:
I – se concedido a qualquer dos querelados, a todos aproveita;

c. Errada! O perdão recusado não produz efeito, inclusive para fins de exclusão da culpabilidade. É o que diz o art. 106, inciso III, do Código Penal:

Art. 106. O perdão, no processo ou fora dele, expresso ou tácito: (...)
III – se o querelado o recusa, não produz efeito.

d. Errada! É exatamente o contrário o que o inciso II do art. 106 do Código Penal assegura:

Art. 106. O perdão, no processo ou fora dele, expresso ou tácito: (...)
II – se concedido por um dos ofendidos, não prejudica o direito dos outros;

e. Errada! O perdão pode ser expresso ou tácito e só não produzirá efeitos se o querelado o recusar. Perdão tácito é o que resulta da prática de ato incompatível com a vontade de prosseguir com a ação.

Art. 106. O perdão, no processo ou fora dele, expresso ou tácito:
I – se concedido a qualquer dos querelados, a todos aproveita;

II – se concedido por um dos ofendidos, não prejudica o direito dos outros;

III – se o querelado o recusa, não produz efeito.

§ 1º Perdão tácito é o que resulta da prática de ato incompatível com a vontade de prosseguir na ação.

3. (TJ-PR/2013/NC-UFPR/JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO) Assinale a alternativa correta:
- No crime de corrupção ativa, a pena é aumentada até o triplo, se, em razão da vantagem ou promessa, o funcionário retarda ou omite ato de ofício, ou o pratica infringindo dever funcional.
 - Constitui excesso de exação se o funcionário exige tributo ou contribuição social que sabe ou deveria saber indevido, ou, quando devido, emprega na cobrança meio vexatório ou gravoso, ainda que autorizado por lei.
 - Não impede a progressão de regime de execução da pena, fixada em sentença não transitada em julgado, o fato de o réu se encontrar em prisão especial.
 - O crime de exercício arbitrário das próprias razões somente se procede mediante queixa, ainda que haja emprego de violência.

Letra c.

a. Errada! O aumento de pena é, na verdade, de um terço, como dispõe o parágrafo único do art. 333 do Código Penal:

Art. 333. Oferecer ou prometer vantagem indevida a funcionário público, para determiná-lo a praticar, omitir ou retardar ato de ofício:

Pena – reclusão, de 2 (dois) a 12 (doze) anos, e multa.

Parágrafo único. A pena é aumentada de **um terço**, se, em razão da vantagem ou promessa, o funcionário retarda ou omite ato de ofício, ou o pratica infringindo dever funcional.

b. Errada! A tipificação do crime de excesso de exação exige que, no caso de tributo ou contribuição social devida, o funcionário público empregue meio vexatório ou gravoso **NÃO** autorizado por lei:

Art. 316, § 1º Se o funcionário exige tributo ou contribuição social que sabe ou deveria saber indevido, ou, quando devido, emprega na cobrança meio vexatório ou gravoso, **que a lei não autoriza**:

Pena – reclusão, de 3 (três) a 8 (oito) anos, e multa.

c. CERTA! É esse o entendimento estampado no enunciado sumular n. 717 do Supremo Tribunal Federal:

Súmula 717-STF: “Não impede a progressão de regime de execução da pena, fixada em sentença não transitada em julgado, o fato de o réu se encontrar em prisão especial.”

d. Errada! A ação que apura o crime de exercício arbitrário das próprias razões só exigirá deflagração mediante queixa se o crime for praticado **SEM** violência, caso contrário, será de ação pública incondicionada.

Art. 345. Fazer justiça pelas próprias mãos, para satisfazer pretensão, embora legítima, salvo quando a lei o permite:

Pena – detenção, de quinze dias a um mês, ou multa, além da pena correspondente à violência.

Parágrafo único. Se não há emprego de violência, somente se procede mediante queixa.

4. (TJ-PR/2013/NC-UFPR/JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO) Assinale a alternativa correta:
- No que se refere ao furto de coisa comum, é punível a subtração de coisa comum fungível, ainda que o valor não exceda a quota a que tem direito o agente.
 - É inadmissível aplicar, no furto qualificado, pelo concurso de agentes, a majorante do roubo.
 - O aumento na terceira fase de aplicação da pena no crime de roubo circunstanciado exige fundamentação concreta, sendo suficiente para a sua exasperação, entretanto, a mera indicação do número de majorantes.
 - É admissível a extinção da punibilidade pela prescrição da pretensão punitiva com fundamento em pena hipotética.

Letra b.

a. Errada! O furto de coisa comum é o crime praticado pelo condômino, co-herdeiro ou sócio, que subtrai para si ou para outrem, de quem legitimamente a detém, a coisa comum. Não é punível a subtração de coisa comum fungível, cujo valor não exceda a cota a que tem direito o agente, a teor do § 2º do art. 156 do Código Penal:

Art. 156. Subtrair o condômino, co-herdeiro ou sócio, para si ou para outrem, a quem legitimamente a detém, a coisa comum:

Pena – detenção, de seis meses a dois anos, ou multa. (...)

§ 2º Não é punível a subtração de coisa comum fungível, cujo valor não excede a quota a que tem direito o agente.

b. CERTA! É esse o entendimento do STJ, cristalizado no enunciado sumular n. 442:

Súmula 442-STJ: “É inadmissível aplicar, no furto qualificado, pelo concurso de agentes, a majorante do roubo.”

c. Errada! A exasperação da pena sempre exigirá manifestação fundamentada do juízo. Assim, não basta a mera indicação das majorantes que incidem sob a hipótese, é necessário fundamentar, concretamente, o aumento da pena. Nesse sentido, é o verbete 443 do STJ:

Súmula 443-STJ: “O aumento na terceira fase de aplicação da pena no crime de roubo circunstanciado exige fundamentação concreta, não sendo suficiente para a sua exasperação a mera indicação do número de majorantes.”

d. Errada! A alternativa vai de encontro ao que preceitua o enunciado n. 438 do STJ:

Súmula 438-STJ: “É inadmissível a extinção da punibilidade pela prescrição da pretensão punitiva com fundamento em pena hipotética, independentemente da existência ou sorte do processo penal.”

Em inexistindo decreto condenatório, regula-se a prescrição da pretensão punitiva pela pena máxima em abstrato. Pelos parágrafos 1º e 2º do artigo 110 do Código Penal, a prescrição da pretensão punitiva regulada pela pena em concreto tem como pressuposto o trânsito em julgado da condenação para a acusação, faltando amparo legal à denominada prescrição em perspectiva, antecipada ou virtual, fundada em condenação apenas hipotética.

5. (TJ-PR/2013/NC-UFPR/JUIZ) Assinale a alternativa INCORRETA:

- a. No que se refere ao delito de difamação, a exceção da verdade somente se admite se o ofendido é funcionário público e a ofensa é relativa ao exercício de suas funções.
- b. No que se refere ao delito de calúnia, admite-se a prova da verdade, salvo: se, constituindo o fato imputado crime de ação privada, o ofendido não foi condenado por sentença irrecorrível; se o fato é imputado contra o Presidente da República ou contra chefe de governo estrangeiro; se do crime imputado, embora de ação pública, o ofendido foi absolvido por sentença irrecorrível.
- c. O querelado que, antes do recebimento da denúncia, retrata-se cabalmente da calúnia ou da difamação, fica isento de pena.
- d. No que se refere ao delito de injúria, o juiz pode deixar de aplicar a pena quando o ofendido, de forma reprovável, provocou diretamente a injúria, bem como no caso de retorsão imediata, que consista em outra injúria.

Letra c.

a. Correta! A alternativa está de acordo com o que preceitua o parágrafo único do art. 139 do Código Penal:

Art. 139. Difamar alguém, imputando-lhe fato ofensivo à sua reputação:

Pena – detenção, de três meses a um ano, e multa.

Parágrafo único. A exceção da verdade somente se admite se o ofendido é funcionário público e a ofensa é relativa ao exercício de suas funções

b. Correta! A assertiva reproduz o teor do § 3º do art. 138 do Código Penal:

Art. 138. Caluniar alguém, imputando-lhe falsamente fato definido como crime: (...)

§ 3º Admite-se a prova da verdade, salvo:

I – se, constituindo o fato imputado crime de ação privada, o ofendido não foi condenado por sentença irrecorrível;

II – se o fato é imputado a qualquer das pessoas indicadas no n. I do art. 141;

III – se do crime imputado, embora de ação pública, o ofendido foi absolvido por sentença irrecorrível.

c. INCORRETA! Na verdade, a retratação para fins de isenção de pena quanto aos crimes de calúnia e difamação é aceita até a sentença, não se restringe ao momento do recebimento da denúncia. Nesse sentido, é o artigo 143 do Código Penal:

Art. 143. O querelado que, antes da sentença, se retrata cabalmente da calúnia ou da difamação, fica isento de pena.

d. Correta! As hipóteses listadas na alternativa não constituem injúria ou difamação punível, a teor do art. 142 do Código Penal:

Art. 142. Não constituem injúria ou difamação punível:

I – a ofensa irrogada em juízo, na discussão da causa, pela parte ou por seu procurador;

II – a opinião desfavorável da crítica literária, artística ou científica, salvo quando inequívoca a intenção de injuriar ou difamar;

III – o conceito desfavorável emitido por funcionário público, em apreciação ou informação que preste no cumprimento de dever do ofício.

Parágrafo único. Nos casos dos ns. I e III, responde pela injúria ou pela difamação quem lhe dá publicidade.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

1. (TJ-PR/2013/NC-UFPR/JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO) Considere as seguintes afirmativas:

- 1) A intimação da sentença será feita ao réu, pessoalmente, se estiver preso.
- 2) A intimação da sentença será feita ao réu, pessoalmente, ou ao defensor por ele constituído, quando se livrar solto, ou, sendo afiançável a infração, tiver prestado fiança.
- 3) A intimação da sentença será feita mediante edital, se o réu, não tendo constituído defensor, não for encontrado, e assim o certificar o oficial de justiça.
- 4) O prazo do edital será de noventa (90) dias, se tiver sido imposta pena privativa de liberdade por tempo igual ou superior a um ano, e de sessenta (60) dias, nos outros casos.

Assinale a alternativa correta.

- a. Somente uma afirmativa é verdadeira.
- b. Somente duas afirmativas são verdadeiras.
- c. Somente três afirmativas são verdadeiras.
- d. As quatro afirmativas são verdadeiras.

Letra d.

A questão exige o conhecimento literal do art. 392 do Código de Processo Penal, sem se imiscuir em maiores dilemas. Dispõe o referido artigo que:

Art. 392. A intimação da sentença será feita:

I – ao réu, pessoalmente, se estiver preso; **(Afirmativa 1!)**

II – ao réu, pessoalmente, ou ao defensor por ele constituído, quando se livrar solto, ou, sendo afiançável a infração, tiver prestado fiança; **(Afirmativa 2!)**

III – ao defensor constituído pelo réu, se este, afiançável, ou não, a infração, expedido o mandado de prisão, não tiver sido encontrado, e assim o certificar o oficial de justiça;

IV – mediante edital, nos casos do no II, se o réu e o defensor que houver constituído não forem encontrados, e assim o certificar o oficial de justiça;

V – mediante edital, nos casos do no III, se o defensor que o réu houver constituído também não for encontrado, e assim o certificar o oficial de justiça;

VI – mediante edital, se o réu, não tendo constituído defensor, não for encontrado, e assim o certificar o oficial de justiça. **(Afirmativa 3!)**

§ 1º O prazo do edital será de 90 dias, se tiver sido imposta pena privativa de liberdade por tempo igual ou superior a um ano, e de 60 dias, nos outros casos. **(Afirmativa 4!)**

§ 2º O prazo para apelação correrá após o término do fixado no edital, salvo se, no curso deste, for feita a intimação por qualquer das outras formas estabelecidas neste artigo.

Todas as afirmações encontram amparo no dispositivo processual, daí porque **correta a alternativa “d”**.

2. (TJ-PR/2012/NC-UFPR/JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO/ADAPTADA) Considere as seguintes afirmativas:

- 1) O requerimento de benefício no juízo da execução penal é atividade privativa do advogado.
- 2) Poderá o juiz substituir a prisão preventiva pela domiciliar quando o agente for maior de setenta (70) anos.
- 3) Recusando ou demorando a autoridade policial a concessão da fiança, o preso, ou alguém por ele, poderá prestá-la, mediante simples petição, perante o juiz competente, que decidirá em 24 (vinte e quatro) horas.

Assinale a alternativa correta.

- a. Somente a afirmativa 1 é verdadeira.
- b. Somente a afirmativa 2 é verdadeira.
- c. Somente a afirmativa 3 é verdadeira.
- d. As três afirmativas são verdadeiras.
- e. As três afirmativas são falsas.

Letra e.

As três afirmativas são falsas!

Afirmativa 1: falsa! O requerimento de benefício no juízo da execução penal **NÃO é atividade privativa do advogado** à medida que a Lei de Execução Penal (Lei n. 7.210/1984) também conferiu legitimidade ao próprio apenado, consoante os arts. 41, XIV e 195.

Art. 41. Constituem direitos do preso: (...)

XIV – representação e petição a qualquer autoridade, em defesa de direito;

Art. 195. O procedimento judicial iniciar-se-á de ofício, a requerimento do Ministério Público, do interessado, de quem o represente, de seu cônjuge, parente ou descendente, mediante proposta do Conselho Penitenciário, ou, ainda, da autoridade administrativa.

Trata-se do exercício da chamada **capacidade postulatória autônoma** pelo apenado, um dos desdobramentos do direito à ampla defesa e por meio do qual compreende-se que, em determinados momentos do processo penal, o acusado poderá postular, independentemente de estar representado por advogado. Sobre o tema, é válida a leitura da doutrina de Renato Brasileiro:

Quanto ao terceiro desdobramento da autodefesa, entende-se que, em alguns momentos específicos do processo penal, defere-se ao acusado capacidade postulatória autônoma, independentemente da presença de seu advogado. É por isso que, no processo penal, o acusado pode interpor recursos (CPP, art. 577, *caput*), impetrar *habeas corpus* (CPP, art. 654, *caput*), ajuizar revisão crimi-

nal (CPP, art. 623), assim como formular pedidos relativos à execução da pena (LEP, art. 195, *caput*). Em tais situações, mesmo não sendo profissional da advocacia, a Constituição Federal e a legislação ordinária conferem ao acusado capacidade postulatória autônoma, possibilitando que ele dê o impulso inicial ao recurso, às ações autônomas de impugnação ou aos procedimentos incidentais relativos à execução. Uma vez dado o impulso inicial pelo acusado, pensamos que, em seguida, e de modo a lhe assegurar a mais ampla defesa, há de ser garantida a assistência de defensor técnico, possibilitando, a título de exemplo, a apresentação das respectivas razões recursais, etc.¹

Afirmativa 2: falsa! Dispõe o art. 318, I, do CPP, que poderá o Juiz substituir a prisão preventiva pela domiciliar quando o agente for **maior de 80 anos** (e não quando for maior de 70 anos!).

Art. 318. Poderá o juiz substituir a prisão preventiva pela domiciliar quando o agente for: (Redação dada pela Lei n. 12.403, de 2011)

I – **Maior de 80 (oitenta) anos**; (Incluído pela Lei n. 12.403, de 2011)

II – Extremamente debilitado por motivo de doença grave; (Incluído pela Lei n. 12.403, de 2011)

III – Imprescindível aos cuidados especiais de pessoa menor de 6 (seis) anos de idade ou com deficiência; (Incluído pela Lei n. 12.403, de 2011)

IV – Gestante; (Redação dada pela Lei n. 13.257, de 2016)

V – Mulher com filho de até 12 (doze) anos de idade incompletos; (Incluído pela Lei n. 13.257, de 2016)

VI – Homem, caso seja o único responsável pelos cuidados do filho de até 12 (doze) anos de idade incompletos. (Incluído pela Lei n. 13.257, de 2016)

Parágrafo único. Para a substituição, o juiz exigirá prova idônea dos requisitos estabelecidos neste artigo. (Incluído pela Lei n. 12.403, de 2011)

Afirmativa 3: falsa! De acordo com o art. 335 do CPP, recusando ou demorando a autoridade policial a concessão da fiança, o preso, ou alguém por ele, poderá prestá-la, mediante simples petição, perante o Juiz competente, **que decidirá em 48 horas** (e não em 24 horas!).

Art. 335. Recusando ou retardando a autoridade policial a concessão da fiança, o preso, ou alguém por ele, poderá prestá-la, mediante simples petição, perante o juiz competente, que decidirá em 48 (quarenta e oito) horas. (Redação dada pela Lei n. 12.403, de 2011).

3. (TJ-PR/2012/NC-UFPR/JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO/ADAPTADA) A prova, no Processo Penal, incumbirá a quem alega (CPP, art. 156). Contudo, julgue o item a seguir em **certo ou errado**:

As provas derivadas daquelas consideradas ilícitas são sempre válidas e devem ser recepcionadas sem ressalvas, sendo inadmissíveis só aquelas efetivamente ilícitas.

¹ LIMA, Renato Brasileiro de. Manual de processo penal: volume único. 7. ed. rev., ampl. e atual. – Salvador: Ed. JusPodivm, 2019, p. 64.

Errado.

As provas derivadas daquelas consideradas ilícitas, via de regra, **também deverão ser consideradas ilícitas**, sendo, portanto, inadmissíveis no processo penal. Consistem, assim, em **provas ilícitas por derivação**. Conforme Renato Brasileiro:

Provas ilícitas por derivação são os meios probatórios que, não obstante produzidos, validamente, em momento posterior, encontram-se afetados pelo vício da ilicitude originária, que a eles se transmite, contaminando-os, por efeito de repercussão causal.²

Essa contaminação por derivação, aliás, fundamenta-se na célebre **teoria dos frutos da árvore envenenada**, que, após a Lei n. 11.690/2008, passou a constar expressamente no § 1º, do art. 157, do CPP. Vejamos:

Art. 157. São inadmissíveis, devendo ser desentranhadas do processo, as provas ilícitas, assim entendidas as obtidas em violação a normas constitucionais ou legais. (Redação dada pela Lei n. 11.690, de 2008)

§ 1º **São também inadmissíveis as provas derivadas das ilícitas**, salvo quando não evidenciado o nexó de causalidade entre umas e outras, ou quando as derivadas puderem ser obtidas por uma fonte independente das primeiras. (Incluído pela Lei n. 11.690, de 2008)

§ 2º Considera-se fonte independente aquela que por si só, seguindo os trâmites típicos e de praxe, próprios da investigação ou instrução criminal, seria capaz de conduzir ao fato objeto da prova. (Incluído pela Lei n. 11.690, de 2008)

Importa salientar que, em **duas situações excepcionais**, os elementos probatórios conexos a uma prova ilícita poderão ser aceitos. São elas:

1ª exceção) Teoria ou exceção da fonte independente

Está consagrada na segunda parte do § 1º do art. 157 do CPP, o qual determina que “são também inadmissíveis as provas derivadas das ilícitas, **salvo quando não evidenciado o nexó de causalidade entre umas e outras, ou quando as derivadas puderem ser obtidas por uma fonte independente das primeiras**”.

BRASILEIRO elucida:

De acordo com a teoria ou exceção da fonte independente, se o órgão da persecução penal demonstrar que obteve, legitimamente, novos elementos de informação a partir de uma fonte autônoma de prova, que não guarde qualquer relação de dependência, nem decorra da prova originariamente ilícita, com esta não mantendo vínculo causal, tais dados probatórios são admissíveis, porque não contaminados pela mácula da ilicitude originária.³

² LIMA, Renato Brasileiro de. Manual de processo penal: volume único. 7. ed. rev., ampl. e atual. – Salvador: Ed. JusPodivm, 2019, p. 647.

³ LIMA, Renato Brasileiro de. Manual de processo penal: volume único. 7. ed. rev., ampl. e atual. – Salvador: Ed. JusPodivm, 2019, p. 649.

2ª exceção) Teoria da descoberta inevitável

Na lição de BRASILEIRO:

De acordo com a teoria da descoberta inevitável, também conhecida como exceção da fonte hipotética independente, caso se demonstre que a prova derivada da ilícita seria produzida de qualquer modo, independentemente da prova ilícita originária, tal prova deve ser considerada válida.⁴

Em que pese a teoria não tenha sido expressamente citada pelo legislador do Código de Processo Penal, doutrina e jurisprudência majoritárias assentam que o seu conteúdo pode ser extraído do art. 157, § 2º, do CPP, pelo qual: “considera-se fonte independente aquela que, por si só, seguindo os trâmites típicos e de praxe, próprios da investigação ou instrução criminal, seria capaz de conduzir ao fato objeto da prova”.

4. (TJ-PR/2012/NC-UFPR/JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO) Em que consiste a despronúncia?
- Na decisão judicial singular que não recebe a denúncia em crimes de competência do Tribunal do Júri.
 - Na reforma da decisão singular de pronúncia, por um colegiado ou no exercício de juízo de retratação singular, na hipótese de recurso crime em sentido estrito.
 - Na decisão judicial de primeiro grau que desde logo absolve sumariamente o réu nos crimes de competência do Tribunal do Júri.
 - Na decisão judicial singular que desclassifica o crime de competência do Tribunal do Júri para outro de competência de Juiz ordinário.

Letra b.

A despronúncia é a reforma da decisão de pronúncia, seja por via de retratação do próprio Juiz pronunciante, seja por manejo de recurso em sentido estrito. Na despronúncia, a pronúncia é alterada para impronunciar o réu. Em outros termos: a decisão de pronúncia transmuta-se em decisão de impronúncia. Portanto, correta a alternativa “b”.

5. (TJ-PR/2012/NC-UFPR/JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO) A Lei n. 11.719/2008 acrescentou o art. 396-A ao Código de Processo Penal, garantindo ao acusado a apresentação de resposta à denúncia. O que pode o Juiz fazer em face de tal ato da defesa?
- Rejeitar a denúncia, exercendo o juízo de admissibilidade negativo, em razão da relevância dos fundamentos da defesa.
 - Não oferecida a resposta no prazo legal de dez (10) dias, decretar a revelia do acusado, prosseguindo-se, então, na ação penal.

⁴ LIMA, Renato Brasileiro de. Manual de processo penal: volume único. 7. ed. rev., ampl. e atual. – Salvador: Ed. JusPodivm, 2019, p. 651.

- c. Absolver sumariamente o acusado, uma vez que o juízo de admissibilidade da denúncia antecede a citação para a resposta, desde que o Juiz verifique a presença de uma das causas de excludente de ilicitude, de culpabilidade ou quando o fato evidentemente não constitui crime.
- d. Determinar a suspensão do processo quando o réu não for encontrado para a citação, suspendendo o curso do prazo prescricional e determinando o arquivamento provisório dos autos.

Letra c.

a. Errada! A rejeição da denúncia é anterior à resposta à acusação.

b. Errada! Não havendo oferecimento da resposta no prazo legal, que é de 10 (dez) dias, o Juiz deverá nomear defensor para oferecê-la, concedendo-lhe, novamente, o prazo de 10 dias. Nesse sentido, é o art. 396-A do CPP:

Art. 396-A, § 2º Não apresentada a resposta no prazo legal, ou se o acusado, citado, não constituir defensor, o juiz nomeará defensor para oferecê-la, concedendo-lhe vista dos autos por 10 (dez) dias.

c. CERTA! É exatamente isso. Após o oferecimento da resposta à acusação, o Juiz analisará se não é o caso de absolver sumariamente o réu, nas hipóteses descritas no art. 397 do CPP:

Art. 397. Após o cumprimento do disposto no art. 396-A, e parágrafos, deste Código, o juiz deverá absolver sumariamente o acusado quando verificar:

I – a existência manifesta de causa excludente da ilicitude do fato;

II – a existência manifesta de causa excludente da culpabilidade do agente, salvo inimputabilidade;

III – que o fato narrado evidentemente não constitui crime; ou

IV – extinta a punibilidade do agente.

d. Errada! Se o réu não for encontrado no processo, será citado por edital, com prazo de 15 (quinze) dias. Apenas se o acusado, citado por edital, não comparecer, nem constituir advogado, ficarão suspensos o processo e o curso do prazo prescricional. Não há arquivamento provisório do feito, mas suspensão.

Art. 366. Se o acusado, citado por edital, não comparecer, nem constituir advogado, ficarão suspensos o processo e o curso do prazo prescricional, podendo o juiz determinar a produção antecipada das provas consideradas urgentes e, se for o caso, decretar prisão preventiva, nos termos do disposto no art. 312.

Prof. Renato Borelli

11^a RODADA DE QUESTÕES NC-UFR

**LEGISLAÇÃO PENAL
ESPECIAL E DIREITO CIVIL**

G GRAN CURSOS
ONLINE



**Renato Borelli**

Juiz Federal do TRF1. Foi Juiz Federal do TRF5. Exerceu a advocacia privada e pública. Foi servidor público e assessorou Desembargador Federal (TRF1) e Ministro (STJ). Atuou no CARF/Ministério da Fazenda como Conselheiro (antigo Conselho de Contribuintes). É formado em Direito e Economia, com especialização em Direito Público, Direito Tributário e Sociologia Jurídica.

Disciplinas: Legislação Penal Especial e Direito Civil

Cargo: Delegado de Polícia

Banca organizadora: NC-UFPR

LEGISLAÇÃO PENAL ESPECIAL

Obs.: Como, nas rodadas anteriores, praticamente esgotamos as questões sobre Legislação Penal Especial cobradas pela NC-UFPR e pertinentes ao edital de Delegado da PC/PR, hoje começaremos a resolver questões cobradas em outros concursos.

1. (PC-MA/2018/CEBRASPE/DELEGADO DE POLÍCIA CIVIL) Considere que, no curso de determinada investigação, a autoridade policial tenha representado ao competente juízo pela prisão temporária do indiciado. Nessa situação,
 - a. a prisão requerida apenas poderá ser decretada para se inquirir o indiciado, devendo a autoridade policial, após o ato, representar pela sua soltura.
 - b. mesmo que a autoridade policial não tivesse requerido a prisão temporária, o juiz poderia tê-la decretado de ofício.
 - c. caso se trate de crime hediondo, o prazo máximo da prisão eventualmente decretada será de noventa dias.
 - d. a prisão não poderá ser decretada após a fase inquisitória da persecução penal.
 - e. decretada a prisão temporária, o inquérito policial deverá ser concluído no prazo máximo de dez dias.

2. (PC-PE/2016/CEBRASPE/DELEGADO DE POLÍCIA) Considerando-se que João tenha sido indiciado, em inquérito policial, por, supostamente, ter cometido dolosamente homicídio simples, e que Pedro tenha sido indiciado, em inquérito policial, por, supostamente, ter cometido homicídio qualificado, é correto afirmar que, no curso dos inquéritos,
 - a. se a prisão temporária de algum dos acusados for decretada, ela somente poderá ser executada depois de expedido o mandado judicial.
 - b. João e Pedro podem ficar presos temporariamente, sendo igual o limite de prazo para a decretação da prisão temporária de ambos.

- c. o juiz poderá decidir sobre a prisão temporária de qualquer um dos acusados ou de ambos, independentemente de ouvir o MP, sendo suficiente, para tanto, a representação da autoridade policial.
- d. o juiz poderá decretar, de ofício, a prisão temporária de Pedro, mas não a de João.
- e. o juiz poderá decretar, de ofício, a prisão temporária de João e de Pedro.

3. (PC-CE/2015/VUNESP/DELEGADO DE POLÍCIA CIVIL DE 1ª CLASSE) Paulo foi abordado pela polícia na via pública por estar em atitude suspeita e, indagado sobre sua identidade, apresentou aos policiais uma cédula de identidade (RG) rasurada, o que levantou suspeitas. Conduzido para a Delegacia de Polícia, com base na Lei de Identificação Criminal (Lei n. 12.037/2009), ao Delegado de Polícia competem a(s) seguinte(s) conduta(s):
- a. Solicitar de Paulo, como condição para não ser identificado criminalmente, algum documento fora daqueles previstos no rol do artigo 2º da Lei de Identificação Criminal.
 - b. Requisitar, por despacho fundamentado, a colheita de impressões digitais de Paulo, a fotografia dele e ainda a coleta de material biológico, considerando a dúvida que recai sobre a identidade dele em razão do RG rasurado que apresentou na sua abordagem.
 - c. Representar ao juiz pela prisão preventiva de Paulo, considerando que a dúvida sobre sua real identidade põe em risco a garantia da ordem pública e a aplicação da lei penal, levando-se em conta que ele foi preso em atitude suspeita na via pública.
 - d. Dispensar Paulo, considerando que a lei de identificação é expressa no sentido de que o civilmente identificado – como no caso – não será submetido à identificação criminal.
 - e. Registrar a ocorrência, submetendo Paulo, por despacho fundamentado, a processo datiloscópico e fotográfico, considerando a rasura do documento apresentado por ele, com base no artigo 3º, inciso I, da Lei de Identificação Criminal.
4. (PC-PA/2016/FUNCAB/DELEGADO DE POLÍCIA CIVIL – REAPLICAÇÃO) A Lei n. 12.830, de 2013, dispõe sobre a investigação criminal conduzida pelo delegado de polícia. Sobre o tema, é correto afirmar que:
- a. O indiciamento é ato privativo de delegado, que deve fundamentá-lo através de análise técnico-jurídica do fato, indicando autoria e materialidade, bem como suas circunstâncias.
 - b. Apenas bacharéis em direito podem ocupar o cargo de delegado de polícia, ao qual deverá ser dispensado o mesmo tratamento protocolar dispensado a advogados, defensores públicos e promotores de Justiça, ressalvado o tratamento reservado a magistrados.
 - c. A lei especifica que a perícia criminal deve ser independente, não se sujeitando a requisições formuladas pelo delegado de polícia.

- d. O inquérito policial somente poderá ser avocado e redistribuído pelas corregedorias de polícia, por motivo de interesse público.
- e. O delegado goza de inamovibilidade limitada, podendo sua remoção se dar apenas a pedido ou por decisão judicial transitada em julgado.

5. (PC-PA/2016/FUNCAB/DELEGADO DE POLÍCIA CIVIL – REAPLICAÇÃO) Analise as afirmativas a seguir.

- I – Em razão da decisão do STF a ação penal no crime de lesão corporal, ainda que leve, no âmbito da violência doméstica contra a mulher, é pública incondicionada, não sendo possível a retratação em sede policial. Não obstante, nos demais crimes de ação penal pública condicionada, como a ameaça no âmbito da violência doméstica, é admissível a renúncia ou retratação da representação pela mulher perante a autoridade policial.
- II – No atendimento à mulher em situação de violência doméstica a autoridade policial deverá garantir à vítima proteção policial quando necessário, bem como fornecer transporte para a ofendida para abrigo ou local seguro.
- III – Por força da inviolabilidade constitucional do domicílio e dos demais princípios que asseguram um processo penal garantista, a autoridade policial não poderá acompanhar a ofendida para assegurar a retirada de seus pertences do domicílio familiar.

Está correto apenas o que se afirma em:

- a. II e III.
- b. II.
- c. I.
- d. III.
- e. I e II.

DIREITO CIVIL

1. (PREFEITURA DE CURITIBA-PR/2019/NC-UFPR/PROCURADOR) Maria, aos 20 anos, grávida em avançado estágio gestacional, preocupa-se em adquirir alguns itens básicos do enxoval de seu bebê (como alguns pacotes de fraldas, pomadas, um carrinho de bebê, berço e algumas roupas). No entanto, encontra-se desempregada e suas economias não são suficientes para arcar com os gastos necessários. João, seu vizinho, sabendo de sua premente necessidade de recursos, sugere que Maria faça um bazar de alguns de seus itens pessoais e oferece-se para comprar um relógio antigo que Maria mantinha em casa, herança de sua bisavó, pelo valor de R\$ 300,00. A peça sempre foi seu objeto de desejo, e João, que era um colecionador, sabia que estava oferecendo um preço muito abaixo do preço de mercado. Maria, que desconhecia o valor real do objeto e estava desesperada por recursos, aceita o negócio. Quando vai a uma loja de antiguidades em busca de um

berço usado, encontra relógio idêntico sendo vendido por R\$ 3.000,00. O negócio jurídico em questão é:

- a. Válido, sendo que as condições pactuadas resultaram da livre negociação dos agentes, não cabendo ao judiciário corrigir erros de avaliação praticados por uma das partes.
- b. Ineficaz, uma vez que a desproporcionalidade das prestações no caso concreto suspende a eficácia do negócio jurídico até que seja oferecido suplemento suficiente.
- c. Nulo, uma vez que João aproveitou-se da necessidade de Maria e de sua inexperiência quanto ao valor de peças antigas colecionáveis para obter vantagem desproporcional.
- d. Anulável, pois a desproporcionalidade das prestações deveu-se à vontade viciada de Maria, em razão de sua premente necessidade e inexperiência. Tal vício, no entanto, poderá ser sanado se João oferecer suplemento suficiente.
- e. Anulável, em razão do erro, quanto à qualidade essencial do objeto, cometido por Maria.

2. (ITAIPU BINACIONAL/2015/NC-UFPR/DIREITO) No que diz respeito aos vícios do negócio jurídico no Código Civil, assinale a alternativa correta.

- a. Quando as declarações de vontade emanarem de erro substancial que poderia ser percebido por pessoa de diligência normal, em face das circunstâncias do negócio, o negócio jurídico necessariamente deverá ser anulado, ainda que a pessoa, a quem a manifestação de vontade se dirige, se ofereça para executá-la na conformidade da vontade real do manifestante.
- b. Para que se configure o dolo, há de se verificar manifestação clara de uma das partes, não havendo qualquer possibilidade de verificação do instituto nas hipóteses em que a parte fica em silêncio, ainda que intencional.
- c. O instituto da coação possui um elemento subjetivo que não admite relativização, qual seja, de que o dano deve ser iminente e considerável à pessoa, à sua família, ou aos seus bens.
- d. A ilicitude do objeto configura defeito do negócio jurídico.
- e. Configura-se o estado de perigo quando alguém, premido da necessidade de salvar-se, ou a pessoa de sua família, de grave dano conhecido pela outra parte, assume obrigação excessivamente onerosa.

3. (TJ-PR/2019/NC-UFPR/TITULAR DE SERVIÇOS DE NOTAS E DE REGISTROS – REMOÇÃO) Tratando do regime jurídico do domínio público, a professora Maria Sylvia Zanello di Pietro assevera que “embora a classificação adotada pelo Código Civil abranja três modalidades de bens, quanto ao regime jurídico existem apenas duas” (PIETRO, 2018). Levando em consideração o exposto, assinale a alternativa correta.

- a. São bens públicos, segundo a redação do Código Civil brasileiro, os bens patrimoniais disponíveis, os bens patrimoniais indisponíveis e os bens não patrimoniais.

- b. Os bens não patrimoniais equivalem aos bens de uso especial.
- c. Os bens de uso especial e de uso comum do povo possuem regime jurídico distinto, considerando a sua discrepante finalidade em relação ao interesse público.
- d. Os bens patrimoniais disponíveis possuem um regime que lhes é peculiar e que se diferencia do das duas outras modalidades.
- e. A presença da afetação tipicamente incidente nos bens dominicais é um elemento que os diferencia face aos bens patrimoniais indisponíveis.

4. (TJ-PR/2019/NC-UFPR/TITULAR DE SERVIÇOS DE NOTAS E DE REGISTROS – PROVIMENTO) Pedro e Paulo celebram contrato de compra e venda de um apartamento localizado em Curitiba. Sendo Pedro o comprador do imóvel, faz o pagamento à vista a Paulo. Paulo deve promover a transferência do imóvel para Pedro. Segundo o Código Civil brasileiro, a escritura pública é essencial à validade dos negócios jurídicos que visem à constituição, transferência, modificação ou renúncia de direitos reais sobre imóveis, não dispondo a lei em contrário. Nesse sentido, a escritura pública é essencial à validade dos negócios jurídicos que visem à transferência de direitos reais sobre imóveis de valor a partir de:

- a. Vinte vezes o maior salário mínimo vigente no país.
- b. Trinta vezes o maior salário mínimo vigente no país.
- c. Quarenta vezes o maior salário mínimo vigente no país.
- d. Cinquenta vezes o maior salário mínimo vigente no país.
- e. Sessenta vezes o maior salário mínimo vigente no país.

5. (TJ-PR/2019/NC-UFPR/TITULAR DE SERVIÇOS DE NOTAS E DE REGISTROS – PROVIMENTO) Afrânio, renomado cientista, ofereceu seu corpo para estudo após a sua morte. Para tanto, registrou sua vontade em cartório. Todavia, três anos após o registro em cartório, se arrependeu do ato de disposição de seu próprio corpo, por questões religiosas. Sobre o ato de revogação, é correto afirmar:

- a. O ato de disposição pode ser revogado a qualquer tempo.
- b. Afrânio tem o prazo de 5 (cinco) anos após a lavratura em cartório para revogar o ato de disposição.
- c. Afrânio tem o prazo de 10 (dez) anos após a lavratura em cartório para revogar o ato de disposição.
- d. Afrânio tem o prazo de 15 (quinze) anos após a lavratura em cartório para revogar o ato de disposição.
- e. Afrânio tem o prazo de 20 (vinte) anos após a lavratura em cartório para revogar o ato de disposição.

GABARITO

LEGISLAÇÃO PENAL ESPECIAL

1. d
2. a
3. e
4. a
5. b

DIREITO CIVIL

1. d
2. e
3. d
4. b
5. a

GABARITO COMENTADO

LEGISLAÇÃO PENAL ESPECIAL

1. (PC-MA/2018/CEBRASPE/DELEGADO DE POLÍCIA CIVIL) Considere que, no curso de determinada investigação, a autoridade policial tenha representado ao competente juízo pela prisão temporária do indiciado. Nessa situação,
- a. a prisão requerida apenas poderá ser decretada para se inquirir o indiciado, devendo a autoridade policial, após o ato, representar pela sua soltura.
 - b. mesmo que a autoridade policial não tivesse requerido a prisão temporária, o juiz poderia tê-la decretado de ofício.
 - c. caso se trate de crime hediondo, o prazo máximo da prisão eventualmente decretada será de noventa dias.
 - d. a prisão não poderá ser decretada após a fase inquisitória da persecução penal.
 - e. decretada a prisão temporária, o inquérito policial deverá ser concluído no prazo máximo de dez dias.

Letra d.

A questão exige o conhecimento da Lei n. 7.960/1989, que disciplina a prisão temporária.

a. Errada! A prisão temporária não tem por escopo apenas a inquirição do indiciado. Ela visa, sobretudo, viabilizar, de forma geral, as investigações durante o curso do inquérito policial. Nessa toada, o art. 1º da Lei n. 7.960/1989 só autoriza a custódia provisória quando: a) seja imprescindível às investigações do inquérito policial; b) o indiciado não tiver residência fixa ou não fornecer elementos necessários ao esclarecimento de sua identidade; ou c) houver fundadas razões de autoria ou participação nos crimes elencados na lei. Confira:

Art. 1º Caberá prisão temporária:

I – quando imprescindível para as investigações do inquérito policial;

II – quando o indicado não tiver residência fixa ou não fornecer elementos necessários ao esclarecimento de sua identidade;

III – quando houver fundadas razões, de acordo com qualquer prova admitida na legislação penal, de autoria ou participação do indiciado nos seguintes crimes:

a. homicídio doloso (art. 121, caput, e seu § 2º);

b. sequestro ou cárcere privado (art. 148, caput, e seus §§ 1º e 2º);

c. roubo (art. 157, caput, e seus §§ 1º, 2º e 3º);

d. extorsão (art. 158, caput, e seus §§ 1º e 2º);

e. extorsão mediante sequestro (art. 159, caput, e seus §§ 1º, 2º e 3º);

f. estupro (art. 213, caput, e sua combinação com o art. 223, caput, e parágrafo único);

g. atentado violento ao pudor (art. 214, caput, e sua combinação com o art. 223, caput, e parágrafo único);

h. rapto violento (art. 219, e sua combinação com o art. 223, caput, e parágrafo único);

- i. epidemia com resultado de morte (art. 267, § 1º);
- j. envenenamento de água potável ou substância alimentícia ou medicinal qualificado pela morte (art. 270, caput, combinado com art. 285);
- l. quadrilha ou bando (art. 288), todos do Código Penal;
- m. genocídio (arts. 1º, 2º e 3º da Lei n. 2.889, de 1º de outubro de 1956), em qualquer de suas formas típicas;
- n. tráfico de drogas;
- o. crimes contra o sistema financeiro (Lei n. 7.492, de 16 de junho de 1986);
- p. crimes previstos na Lei de Terrorismo.

ATENÇÃO! Existe uma discussão na doutrina acerca da natureza cumulativa ou alternativa dos requisitos listados nos incisos I, II, e III do art. 1º da Lei n. 7.960/1989. Prevalece, contudo, a tese de que é indispensável o preenchimento da exigência listada no inciso III, cumulando-a com a do inciso I **OU** com a do inciso II.

Para além dos requisitos autorizadores da custódia cautelar, devemos lembrar que essa espécie de prisão não é adstrita a um ato específico, mas a um prazo, que não poderá exceder a 5 (cinco) dias, prorrogáveis por igual período. Findo tal prazo, o preso será imediatamente posto em liberdade. É o que se extrai dos art. 2º, *caput*, e § 7º da Lei n. 7.960/1989:

Art. 2º A prisão temporária será decretada pelo Juiz, em face da representação da autoridade policial ou de requerimento do Ministério Público, e terá o prazo de 5 (cinco) dias, prorrogável por igual período em caso de extrema e comprovada necessidade.

§ 7º Decorrido o prazo contido no mandado de prisão, a autoridade responsável pela custódia deverá, independentemente de nova ordem da autoridade judicial, pôr imediatamente o preso em liberdade, salvo se já tiver sido comunicada da prorrogação da prisão temporária ou da decretação da prisão preventiva.

b.Errada! A prisão temporária só pode ser decretada pelo Juiz, mediante requerimento da autoridade policial ou do Ministério Público, jamais poderá ordená-la de ofício, de sorte a garantir sua imparcialidade e a inocuidade do sistema acusatório. É essa a previsão do art. 2º da Lei n. 7.960/1989:

Art. 2º A prisão temporária será decretada pelo Juiz, **em face da representação da autoridade policial ou de requerimento do Ministério Público**, e terá o prazo de 5 (cinco) dias, prorrogável por igual período em caso de extrema e comprovada necessidade.

c.Errada! O prazo máximo da prisão temporária em caso de crime hediondo será de **60 (sessenta) dias**, já considerando eventual e excepcional prorrogação do período inicialmente fixado. A princípio, a duração máxima dessa custódia cautelar é de 30 (trinta) dias, podendo ser prorrogado por igual período. É esse o teor do § 4º do art. 2º da Lei n. 8.072/1990:

Art. 2º, § 4º A prisão temporária, sobre a qual dispõe a Lei n. 7.960, de 21 de dezembro de 1989, nos crimes previstos neste artigo, terá o prazo de 30 (trinta) dias, prorrogável por igual período em caso de extrema e comprovada necessidade.

d.CERTA! De fato, a prisão temporária só tem lugar durante a fase do inquérito policial. Uma vez oferecida a denúncia, não há que se falar em prisão temporária.

e.Errada! Quanto ao prazo de duração do inquérito policial, o Código de Processo Penal traz uma regra geral que assim estabelece:

Art. 10. O inquérito deverá terminar no prazo de 10 dias, se o indiciado tiver sido preso em flagrante, ou estiver preso preventivamente, contado o prazo, nesta hipótese, a partir do dia em que se executar a ordem de prisão, ou no prazo de 30 dias, quando estiver solto, mediante fiança ou sem ela.

Veja que a norma estipula o prazo de 10 (dez) dias em caso de prisão do indiciado, mas não menciona a hipótese de prisão temporária. Diante dessa omissão legislativa, a doutrina buscou resolver o impasse, dela afluindo ao menos três correntes distintas:

- A primeira corrente regulamenta que, no caso de prisão temporária, o prazo para a conclusão do inquérito será sempre de 10 (dez) dias. No entanto, esta corrente consagra um problema: como o prazo da prisão temporária nos casos de crimes hediondos pode alcançar até 60 (sessenta) dias, isso implicaria prisão desnecessária do indiciado por até 50 (cinquenta) dias, já que, uma vez concluído o inquérito no período de 10 (dez) dias, por qual razão manter o réu sob custódia de até 60 (sessenta) dias?
- A segunda corrente, majoritária, sustenta que o prazo mínimo para a conclusão das investigações é de 10 (dez) dias, mas, caso a custódia temporária perdure por mais tempo, o prazo para o término das investigações lhe acompanhará. Assim, no caso de o prazo de prisão temporária ser de 30 (trinta) ou de 60 (sessenta) dias, o prazo para a remessa do IP será, respectivamente de 30 (trinta) ou 60 (sessenta) dias.
- Para a terceira corrente, o prazo do inquérito policial será de 10 (dez) dias, mas a ele deve-se acrescer o período da prisão temporária. Assim, sendo o caso de prisão temporária por 30 (trinta) dias, a autoridade policial terá, no total, 40 (dias) para a conclusão das investigações.

Nessa questão, o CEBRASPE pareceu se filiar à segunda ou à terceira corrente, afastando a ideia de prazo fixo de 10 (dez) dias.

2. (PC-PE/2016/CEBRASPE/DELEGADO DE POLÍCIA) Considerando-se que João tenha sido indiciado, em inquérito policial, por, supostamente, ter cometido dolosamente homicídio simples, e que Pedro tenha sido indiciado, em inquérito policial, por, supostamente, ter cometido homicídio qualificado, é correto afirmar que, no curso dos inquéritos,
- a. se a prisão temporária de algum dos acusados for decretada, ela somente poderá ser executada depois de expedido o mandado judicial.
 - b. João e Pedro podem ficar presos temporariamente, sendo igual o limite de prazo para a decretação da prisão temporária de ambos.
 - c. o juiz poderá decidir sobre a prisão temporária de qualquer um dos acusados ou de ambos, independentemente de ouvir o MP, sendo suficiente, para tanto, a representação da autoridade policial.
 - d. o juiz poderá decretar, de ofício, a prisão temporária de Pedro, mas não a de João.
 - e. o juiz poderá decretar, de ofício, a prisão temporária de João e de Pedro.

Letra a.

a. CERTA! A prisão temporária só pode ser executada depois da expedição do mandado judicial. É essa a previsão do § 5º do art. 2º da Lei n. 7.960/1989:

Art. 2º, § 5º A prisão somente poderá ser executada depois da expedição de mandado judicial.

b. Errada! No caso de homicídio simples, a prisão temporária segue o prazo geral estabelecido no art. 2º da Lei n. 7.960/1989:

Art. 2º A prisão temporária será decretada pelo Juiz, em face da representação da autoridade policial ou de requerimento do Ministério Público, e terá o prazo de 5 (cinco) dias, prorrogável por igual período em caso de extrema e comprovada necessidade.

No entanto, como o homicídio qualificado foi elencado como crime hediondo pela Lei n. 8.072/1990, ele deve observar o prazo especial – de 30 (trinta) dias, prorrogáveis por igual período – da custódia temporária fixado neste diploma normativo, em seu art. 2º, § 4º:

Art. 2º, § 4º A prisão temporária, sobre a qual dispõe a Lei no 7.960, de 21 de dezembro de 1989, nos crimes previstos neste artigo, terá o prazo de 30 (trinta) dias, prorrogável por igual período em caso de extrema e comprovada necessidade.

c. Errada! O Juiz só não ouvirá o Ministério Público se couber a este a representação pela custódia cautelar. Fora essa hipótese, é obrigatória a oitiva do MP. Nesse sentido é o § 1º do art. 2º da Lei n. 7.960/1989:

Art. 2º, § 1º Na hipótese de representação da autoridade policial, o Juiz, antes de decidir, ouvirá o Ministério Público.

d. Errada! O Juiz **não** pode decretar a prisão temporária do indiciado, seja qual for o crime que lhe esteja sendo imputado. A decretação da prisão temporária sempre exigirá requerimento da autoridade policial ou do Ministério Público, conforme reza o art. 2º da Lei n. 7.960/1989:

Art. 2º, § 1º Na hipótese de representação da autoridade policial, o Juiz, antes de decidir, ouvirá o Ministério Público.

e. Errada! Como já dito, é vedado ao Juiz decretar, de ofício, a prisão temporária do indiciado, sob pena de desvirtuar o sistema acusatório, sepultando a imparcialidade do Juiz.

- 3.** (PC-CE/2015/VUNESP/DELEGADO DE POLÍCIA CIVIL DE 1ª CLASSE) Paulo foi abordado pela polícia na via pública por estar em atitude suspeita e, indagado sobre sua identidade, apresentou aos policiais uma cédula de identidade (RG) rasurada, o que levantou suspeitas. Conduzido para a Delegacia de Polícia, com base na Lei de Identificação Criminal (Lei n. 12.037/2009), ao Delegado de Polícia competem a(s) seguinte(s) conduta(s):
- Solicitar de Paulo, como condição para não ser identificado criminalmente, algum documento fora daqueles previstos no rol do artigo 2º da Lei de Identificação Criminal.
 - Requisitar, por despacho fundamentado, a colheita de impressões digitais de Paulo, a fotografia dele e ainda a coleta de material biológico, considerando a dúvida que recai sobre a identidade dele em razão do RG rasurado que apresentou na sua abordagem.
 - Representar ao juiz pela prisão preventiva de Paulo, considerando que a dúvida sobre sua real identidade põe em risco a garantia da ordem pública e a aplicação da lei penal, levando-se em conta que ele foi preso em atitude suspeita na via pública.
 - Dispensar Paulo, considerando que a lei de identificação é expressa no sentido de que o civilmente identificado – como no caso – não será submetido à identificação criminal.
 - Registrar a ocorrência, submetendo Paulo, por despacho fundamentado, a processo datiloscópico e fotográfico, considerando a rasura do documento apresentado por ele, com base no artigo 3º, inciso I, da Lei de Identificação Criminal.

Letra e.

A questão demanda conhecimento sobre a Lei n. 12.037/2009, que disciplina a identificação criminal do civilmente identificado.

a. Errada! Como o documento entregue por Paulo continha rasura, não era apto a identificá-lo civilmente. Nesse caso, o Delegado de Polícia deveria requerer, para fins de identificação civil de Paulo, a apresentação de qualquer dos documentos listados no art. 2º da Lei n. 12.037/2009:

Art. 2º A identificação civil é atestada por qualquer dos seguintes documentos:

I – carteira de identidade;

II – carteira de trabalho; (Revogado pela Medida Provisória n. 905, de 2019)

II – carteira de trabalho;

III – carteira profissional;

IV – passaporte;

V – carteira de identificação funcional;

VI – outro documento público que permita a identificação do indiciado.

b. Errada! Inicialmente, cumpre dizer que a apresentação de documento de identificação civil rasurado autoriza a identificação criminal, nos termos do art. 3º, I, da Lei n. 12.037/2009:

Art. 3º Embora apresentado documento de identificação, poderá ocorrer identificação criminal quando:

I – o documento apresentar rasura ou tiver indício de falsificação;

E como é feita a identificação criminal? A identificação criminal incluirá o processo datiloscópico e o fotográfico, e a autoridade policial sempre cuidará para se evitar o constrangimento do identificado. Nesse sentido:

Art. 4º Quando houver necessidade de identificação criminal, a autoridade encarregada tomará as providências necessárias para evitar o constrangimento do identificado.

Art. 5º A identificação criminal incluirá o processo datiloscópico e o fotográfico, que serão juntados aos autos da comunicação da prisão em flagrante, ou do inquérito policial ou outra forma de investigação.

Excepcionalmente, a identificação criminal poderá incluir a coleta de material biológico para a obtenção do perfil genético, mas essa providência só é autorizada quando a identificação criminal for essencial às investigações policiais, exigindo-se despacho da autoridade judiciária competente, que poderá decidir de ofício ou a requerimento da autoridade policial, do Ministério Público ou da defesa (art. 5º, parágrafo único c/c art. 3º, IV, ambos da Lei n. 12.037/2009).

Segundo a narrativa do enunciado, não é possível, na hipótese, coletar o material biológico de Paulo, daí porque incorreta a alternativa.

c. Errada! Embora haja previsão de prisão preventiva quando houver dúvida quanto à identidade civil do indivíduo, não se pode presumir que a mera dúvida sobre a identidade do acusado ponha em risco a garantia da ordem pública e a aplicação da lei penal. Estas carecem de fundamentação idônea, lastreada em dados concretos.

d. Errada! Como o documento apresentado por Paulo continha rasuras, não era apto à identificá-lo. Nesse caso, a própria lei franqueia a identificação criminal:

Art. 3º Embora apresentado documento de identificação, poderá ocorrer identificação criminal quando:
I – o documento apresentar rasura ou tiver indício de falsificação;

e. CERTA! É exatamente essa a providência que o Delegado deve tomar, conforme os comentários às alternativas anteriores.

4. (PC-PA/2016/FUNCAB/DELEGADO DE POLÍCIA CIVIL – REAPLICAÇÃO) A Lei n. 12.830, de 2013, dispõe sobre a investigação criminal conduzida pelo delegado de polícia. Sobre o tema, é correto afirmar que:

- a. O indiciamento é ato privativo de delegado, que deve fundamentá-lo através de análise técnico-jurídica do fato, indicando autoria e materialidade, bem como suas circunstâncias.
- b. Apenas bacharéis em direito podem ocupar o cargo de delegado de polícia, ao qual deverá ser dispensado o mesmo tratamento protocolar dispensado a advogados, defensores públicos e promotores de Justiça, ressalvado o tratamento reservado a magistrados.
- c. A lei especifica que a perícia criminal deve ser independente, não se sujeitando a requisições formuladas pelo delegado de polícia.
- d. O inquérito policial somente poderá ser avocado e redistribuído pelas corregedorias de polícia, por motivo de interesse público.
- e. O delegado goza de inamovibilidade limitada, podendo sua remoção se dar apenas a pedido ou por decisão judicial transitada em julgado.

Letra a.

a. CERTA! É exatamente essa a previsão do § 6º do art. 2º da Lei n. 12.830/2013:

Art. 2º, § 6º O indiciamento, privativo do delegado de polícia, dar-se-á por ato fundamentado, mediante análise técnico-jurídica do fato, que deverá indicar a autoria, materialidade e suas circunstâncias.

b. Errada! Não há ressalva quanto ao tratamento reservado aos Magistrados. O mesmo tratamento conferido aos advogados, Defensores Públicos, Promotores de Justiça e Magistrados deve ser outorgado aos Delegados. Nesse sentido, é a previsão do art. 3º da Lei n. 12.830/2013:

Art. 3º O cargo de delegado de polícia é privativo de bacharel em Direito, devendo-lhe ser dispensado o mesmo tratamento protocolar que recebem os magistrados, os membros da Defensoria Pública e do Ministério Público e os advogados.

c. Errada! O Delegado de Polícia, condutor da investigação criminal, pode, sim, fazer requisição de perícia, segundo reza o § 2º do art. 2º da Lei n. 12.830/2013:

Art. 2º, § 2º Durante a investigação criminal, cabe ao delegado de polícia a requisição de perícia, informações, documentos e dados que interessem à apuração dos fatos.

d. Errada! Não apenas o interesse público autoriza a avocação de inquérito policial, como também eventual inobservância de procedimento previsto em regulamento da corporação que ponha em risco a eficácia da investigação. É o que diz o § 4º do art. 2º da Lei n. 12.830/2013:

Art. 2º, § 4º O inquérito policial ou outro procedimento previsto em lei em curso somente poderá ser avocado ou redistribuído por superior hierárquico, mediante despacho fundamentado, por motivo de interesse público ou nas hipóteses de inobservância dos procedimentos previstos em regulamento da corporação que prejudique a eficácia da investigação.

e. Errada! O Delegado de Polícia não restringe a remoção do Delegado de Polícia às exigências do interesse público, apenas exige que ela se ampare em ato fundamentado:

Art. 2º, § 5º A remoção do delegado de polícia dar-se-á somente por ato fundamentado.

5. (PC-PA/2016/FUNCAB/DELEGADO DE POLÍCIA CIVIL – REAPLICAÇÃO) Analise as afirmativas a seguir.

- I – Em razão da decisão do STF a ação penal no crime de lesão corporal, ainda que leve, no âmbito da violência doméstica contra a mulher, é pública incondicionada, não sendo possível a retratação em sede policial. Não obstante, nos demais crimes de ação penal pública condicionada, como a ameaça no âmbito da violência doméstica, é admissível a renúncia ou retratação da representação pela mulher perante a autoridade policial.

- II – No atendimento à mulher em situação de violência doméstica a autoridade policial deverá garantir à vítima proteção policial quando necessário, bem como fornecer transporte para a ofendida para abrigo ou local seguro.
- III – Por força da inviolabilidade constitucional do domicílio e dos demais princípios que asseguram um processo penal garantista, a autoridade policial não poderá acompanhar a ofendida para assegurar a retirada de seus pertences do domicílio familiar.

Está correto apenas o que se afirma em:

- a. II e III.
- b. II.
- c. I.
- d. III.
- e. I e II.

Letra b.

Está correto apenas o que se afirma em II!

Item I: Errado! Primeiramente, o tribunal que assentou o entendimento quanto à natureza da ação penal nos crimes de lesão corporal praticados no contexto da violência doméstica contra mulher foi o Superior Tribunal de Justiça, que editou o enunciado 542:

Súmula 542-STJ: “A ação penal relativa ao crime de lesão corporal resultante de violência doméstica contra a mulher é pública incondicionada.”

Além disso, nos casos de ação penal pública condicionada, a retratação da representação ou a renúncia a esta só será admitida se realizadas perante o Juiz, e não perante a autoridade policial, como disse a assertiva. É essa a previsão do art. 16 da Lei n. 11.340/2003:

Art. 16. Nas ações penais públicas condicionadas à representação da ofendida de que trata esta Lei, só será admitida a renúncia à representação perante o juiz, em audiência especialmente designada com tal finalidade, antes do recebimento da denúncia e ouvido o Ministério Público.

Item II: Correto! Essa é, realmente, uma das providências que compete ao Delegado de Polícia no atendimento à mulher em situação de violência doméstica e familiar, a teor do art. 11, I e III, da Lei n. 11.340/2003:

Art. 11. No atendimento à mulher em situação de violência doméstica e familiar, a autoridade policial deverá, entre outras providências:
I – garantir proteção policial, quando necessário, comunicando de imediato ao Ministério Público e

ao Poder Judiciário;

III – fornecer transporte para a ofendida e seus dependentes para abrigo ou local seguro, quando houver risco de vida;

Item III: Errado! No atendimento à mulher em situação de violência doméstica, a autoridade deve, sim, se necessário, acompanhar a vítima para a retirada dos seus pertences do local do fato ou do domicílio familiar. É essa a previsão do art. 11, inc. IV, da Lei n. 11.340/2003:

Art. 11. No atendimento à mulher em situação de violência doméstica e familiar, a autoridade policial deverá, entre outras providências:

IV – se necessário, acompanhar a ofendida para assegurar a retirada de seus pertences do local da ocorrência ou do domicílio familiar;

DIREITO CIVIL

1. (PREFEITURA DE CURITIBA-PR/2019/NC-UFPR/PROCURADOR) Maria, aos 20 anos, grávida em avançado estágio gestacional, preocupa-se em adquirir alguns itens básicos do enxoval de seu bebê (como alguns pacotes de fraldas, pomadas, um carrinho de bebê, berço e algumas roupas). No entanto, encontra-se desempregada e suas economias não são suficientes para arcar com os gastos necessários. João, seu vizinho, sabendo de sua premente necessidade de recursos, sugere que Maria faça um bazar de alguns de seus itens pessoais e oferece-se para comprar um relógio antigo que Maria mantinha em casa, herança de sua bisavó, pelo valor de R\$ 300,00. A peça sempre foi seu objeto de desejo, e João, que era um colecionador, sabia que estava oferecendo um preço muito abaixo do preço de mercado. Maria, que desconhecia o valor real do objeto e estava desesperada por recursos, aceita o negócio. Quando vai a uma loja de antiguidades em busca de um berço usado, encontra relógio idêntico sendo vendido por R\$ 3.000,00. O negócio jurídico em questão é:
- Válido, sendo que as condições pactuadas resultaram da livre negociação dos agentes, não cabendo ao judiciário corrigir erros de avaliação praticados por uma das partes.
 - Ineficaz, uma vez que a desproporcionalidade das prestações no caso concreto suspende a eficácia do negócio jurídico até que seja oferecido suplemento suficiente.
 - Nulo, uma vez que João aproveitou-se da necessidade de Maria e de sua inexperiência quanto ao valor de peças antigas colecionáveis para obter vantagem desproporcional.
 - Anulável, pois a desproporcionalidade das prestações deveu-se à vontade viciada de Maria, em razão de sua premente necessidade e inexperiência. Tal vício, no entanto, poderá ser sanado se João oferecer suplemento suficiente.
 - Anulável, em razão do erro, quanto à qualidade essencial do objeto, cometido por Maria.

Letra d.

O caso em questão cuida de uma situação de **lesão**, um dos defeitos do negócio jurídico. Na lesão, a pessoa, por premente necessidade (como é o caso de Maria) ou por inexperiência se obriga a uma prestação manifestamente desproporcional em relação à prestação oposta. O tema é disciplinado pelo art. 157 do Código Civil, que assim estabelece:

Art. 157. Ocorre a lesão quando uma pessoa, sob premente necessidade, ou por inexperiência, se obriga a prestação manifestamente desproporcional ao valor da prestação oposta.

§ 1º Aprecia-se a desproporção das prestações segundo os valores vigentes ao tempo em que foi celebrado o negócio jurídico.

§ 2º Não se decretará a anulação do negócio, se for oferecido suplemento suficiente, ou se a parte favorecida concordar com a redução do proveito.

O negócio jurídico eivado pelo vício da lesão é **anulável**, nos termos do art. 171, inc. I, do Código Civil:

Art. 171. Além dos casos expressamente declarados na lei, é anulável o negócio jurídico:

I – por incapacidade relativa do agente;

Contudo, não se decretará a anulação caso a parte beneficiada oferecer complemento suficiente para nivelar as prestações. Posto isso, temos que **a alternativa correta é a letra “d”**.

- 2.** (ITAIPU BINACIONAL/2015/NC-UFPR/DIREITO) No que diz respeito aos vícios do negócio jurídico no Código Civil, assinale a alternativa correta.
- Quando as declarações de vontade emanarem de erro substancial que poderia ser percebido por pessoa de diligência normal, em face das circunstâncias do negócio, o negócio jurídico necessariamente deverá ser anulado, ainda que a pessoa, a quem a manifestação de vontade se dirige, se ofereça para executá-la na conformidade da vontade real do manifestante.
 - Para que se configure o dolo, há de se verificar manifestação clara de uma das partes, não havendo qualquer possibilidade de verificação do instituto nas hipóteses em que a parte fica em silêncio, ainda que intencional.
 - O instituto da coação possui um elemento subjetivo que não admite relativização, qual seja, de que o dano deve ser iminente e considerável à pessoa, à sua família, ou aos seus bens.
 - A ilicitude do objeto configura defeito do negócio jurídico.

e. Configura-se o estado de perigo quando alguém, premido da necessidade de salvar-se, ou a pessoa de sua família, de grave dano conhecido pela outra parte, assume obrigação excessivamente onerosa.

Letra e.

a. Errada! No caso de declarações de vontade emanadas de erro substancial, que poderia ser percebido por pessoa de diligência normal, em face das circunstâncias do negócio, o negócio jurídico é ANULÁVEL, isto é, pode ser anulado. A anulação não é uma providência necessária, mesmo porque, se superado o prazo de anulação – que, nesse caso, é de 4 (quatro) anos –, o negócio se convalida.

Além disso, a validade do negócio jurídico não é abalada pelo erro, quando a pessoa, a quem a manifestação de vontade se dirigir, se oferecer para executá-la conforme a vontade real do manifestante. É essa a previsão do art. 144 do Código Civil:

Art. 144. O erro não prejudica a validade do negócio jurídico quando a pessoa, a quem a manifestação de vontade se dirige, se oferecer para executá-la na conformidade da vontade real do manifestante.

b. Errada! A omissão dolosa também equivale a ação com dolo, desde que se prove que ela foi essencial à celebração do negócio jurídico, a teor do art. 147 do Código Civil:

Art. 147. Nos negócios jurídicos bilaterais, o silêncio intencional de uma das partes a respeito de fato ou qualidade que a outra parte haja ignorado, constitui omissão dolosa, provando-se que sem ela o negócio não se teria celebrado.

c. Errada! Ainda que o temor provocado se alicerce em possível dano sobre pessoa que não seja da família, o Juiz, baseado no contexto fático, considerar se houve, ou não, coação. É o que diz o parágrafo único do art. 151 do Código Civil:

Art. 151. A coação, para viciar a declaração da vontade, há de ser tal que incuta ao paciente fundamento de temor de dano iminente e considerável à sua pessoa, à sua família, ou aos seus bens.

Parágrafo único. Se disser respeito a pessoa não pertencente à família do paciente, o juiz, com base nas circunstâncias, decidirá se houve coação.

d. Errada! A ilicitude do objeto conduz à invalidade do negócio jurídico, mas não é tida como defeito do negócio jurídico. Nesse sentido:

Art. 166. É nulo o negócio jurídico quando: (...)

II – for ilícito, impossível ou indeterminável o seu objeto;

e. **CERTA!** É exatamente essa a definição estampada no artigo 156 do Código Civil:

Art. 156. Configura-se o estado de perigo quando alguém, premido da necessidade de salvar-se, ou a pessoa de sua família, de grave dano conhecido pela outra parte, assume obrigação excessivamente onerosa.

Parágrafo único. Tratando-se de pessoa não pertencente à família do declarante, o juiz decidirá segundo as circunstâncias.

3. (TJ-PR/2019/NC-UFPR/TITULAR DE SERVIÇOS DE NOTAS E DE REGISTROS – REMOÇÃO) Tratando do regime jurídico do domínio público, a professora Maria Sylvia Zanella di Pietro assevera que “embora a classificação adotada pelo Código Civil abranja três modalidades de bens, quanto ao regime jurídico existem apenas duas” (PIETRO, 2018). Levando em consideração o exposto, assinale a alternativa correta.
- São bens públicos, segundo a redação do Código Civil brasileiro, os bens patrimoniais disponíveis, os bens patrimoniais indisponíveis e os bens não patrimoniais.
 - Os bens não patrimoniais equivalem aos bens de uso especial.
 - Os bens de uso especial e de uso comum do povo possuem regime jurídico distinto, considerando a sua discrepante finalidade em relação ao interesse público.
 - Os bens patrimoniais disponíveis possuem um regime que lhes é peculiar e que se diferencia do das duas outras modalidades.
 - A presença da afetação tipicamente incidente nos bens dominicais é um elemento que os diferencia face aos bens patrimoniais indisponíveis.

Letra d.

a. **Errada!** Pela redação do Código Civil, os bens públicos são classificados em bens de uso comum do povo, bens de uso especial e bens dominicais, como se vê:

Art. 99. São bens públicos:

I – os de uso comum do povo, tais como rios, mares, estradas, ruas e praças;

II – os de uso especial, tais como edifícios ou terrenos destinados a serviço ou estabelecimento da administração federal, estadual, territorial ou municipal, inclusive os de suas autarquias;

III – os dominicais, que constituem o patrimônio das pessoas jurídicas de direito público, como objeto de direito pessoal, ou real, de cada uma dessas entidades.

b. **Errada!** A princípio, cabe consignar que os bens não patrimoniais integram uma classificação doutrinária que segrega os bens públicos em três categorias, a depender da sua disponibilidade. São elas:

- Bens não patrimoniais (ou indisponíveis por natureza) – são os bens que, dada a sua natureza não patrimonial, não podem ser alienados ou onerados pelas entidades a que pertencem. Integram esta categoria os bens de uso comum do povo.
- Bens patrimoniais indisponíveis – são os bens que, a despeito de gozarem de caráter patrimonial, não podem ser dispostos pelo Poder Público por estarem afetados a uma destinação pública específica. É o caso dos bens de uso especial
- Bens patrimoniais disponíveis – são todos aqueles que possuem natureza patrimonial e, por não estarem afetados a certa finalidade pública, podem ser alienados, na forma e nas condições que a lei estabelecer.

Dito isso, vê-se que os bens públicos não patrimoniais não equivalem aos bens de uso especial, mas aos de uso comum do povo, o que torna a assertiva errada.

c. Errada! Tais bens gozam do mesmo regime jurídico – porque afetados a uma finalidade pública – que confere aos bens públicos os atributos da inalienabilidade, da imprescritibilidade e da impenhorabilidade.

d. CERTA! De fato, o regime jurídico que ampara os bens dominicais é peculiar. Dentre as três espécies de bens enunciadas pelo Código Civil, apenas os bens dominicais podem ser alienados, observadas as exigências legais.

e. Errada! A afetação **NÃO** recai sobre os bens dominicais. É dizer: os bens dominicais não estão vinculados a nenhuma finalidade pública.

4. (TJ-PR/2019/NC-UFPR/TITULAR DE SERVIÇOS DE NOTAS E DE REGISTROS – PROVIMENTO) Pedro e Paulo celebram contrato de compra e venda de um apartamento localizado em Curitiba. Sendo Pedro o comprador do imóvel, faz o pagamento à vista a Paulo. Paulo deve promover a transferência do imóvel para Pedro. Segundo o Código Civil brasileiro, a escritura pública é essencial à validade dos negócios jurídicos que visem à constituição, transferência, modificação ou renúncia de direitos reais sobre imóveis, não dispondo a lei em contrário. Nesse sentido, a escritura pública é essencial à validade dos negócios jurídicos que visem à transferência de direitos reais sobre imóveis de valor a partir de:
- a. Vinte vezes o maior salário mínimo vigente no país.
 - b. Trinta vezes o maior salário mínimo vigente no país.
 - c. Quarenta vezes o maior salário mínimo vigente no país.
 - d. Cinquenta vezes o maior salário mínimo vigente no país.
 - e. Sessenta vezes o maior salário mínimo vigente no país.

Letra b.

Como regra geral, sabe-se que a validade da declaração de vontade não dependerá de forma especial, senão quando a lei expressamente a exigir. No entanto, excepcionando essa afirmação, o art. 108 exige que os negócios jurídicos que visem à constituição, transferência

ou renúncia de direitos reais sobre imóveis de valor **superior a 30 (trinta) vezes** o maior salário mínimo vigente no país sejam feitos mediante escritura pública, sob pena de serem inválidos. Confira o dispositivo:

Art. 108. Não dispondo a lei em contrário, a escritura pública é essencial à validade dos negócios jurídicos que visem à constituição, transferência, modificação ou renúncia de direitos reais sobre imóveis de valor superior a trinta vezes o maior salário mínimo vigente no País.

Sendo assim, a alternativa correta é a letra “b”.

5. (TJ-PR/2019/NC-UFPR/TITULAR DE SERVIÇOS DE NOTAS E DE REGISTROS – PROVIMENTO) Afrânio, renomado cientista, ofereceu seu corpo para estudo após a sua morte. Para tanto, registrou sua vontade em cartório. Todavia, três anos após o registro em cartório, se arrependeu do ato de disposição de seu próprio corpo, por questões religiosas. Sobre o ato de revogação, é correto afirmar:
- O ato de disposição pode ser revogado a qualquer tempo.
 - Afrânio tem o prazo de 5 (cinco) anos após a lavratura em cartório para revogar o ato de disposição.
 - Afrânio tem o prazo de 10 (dez) anos após a lavratura em cartório para revogar o ato de disposição.
 - Afrânio tem o prazo de 15 (quinze) anos após a lavratura em cartório para revogar o ato de disposição.
 - Afrânio tem o prazo de 20 (vinte) anos após a lavratura em cartório para revogar o ato de disposição.

Letra a.

Inicialmente, cumpre dizer que a disposição do próprio corpo para depois da morte é válida e encontra amparo no Código Civil, mas há que se observar dois requisitos: a) deve ter objetivo científico ou altruístico; e b) deve ser gratuita. É esse o teor do art. 14 do Código Civil:

Art. 14. É válida, com objetivo científico, ou altruístico, a disposição gratuita do próprio corpo, no todo ou em parte, para depois da morte.

O ato de disposição não é irrevogável, tampouco sua revogação se limita a um prazo. Ao contrário, o Código Civil estabelece que o ato de disposição pode ser **revogado a qualquer tempo**:

Art. 14, parágrafo único. O ato de disposição pode ser livremente revogado a qualquer tempo.

Sendo assim, correta a alternativa “a”.

Prof. Renato Borelli

12^a RODADA DE QUESTÕES NC-UFRPR

**DIREITO ADMINISTRATIVO
E DIREITO CONSTITUCIONAL**

 GRAN CURSOS
ONLINE



**Renato Borelli**

Juiz Federal do TRF1. Foi Juiz Federal do TRF5. Exerceu a advocacia privada e pública. Foi servidor público e assessorou Desembargador Federal (TRF1) e Ministro (STJ). Atuou no CARF/Ministério da Fazenda como Conselheiro (antigo Conselho de Contribuintes). É formado em Direito e Economia, com especialização em Direito Público, Direito Tributário e Sociologia Jurídica.

Disciplinas: Direito Administrativo e Direito Constitucional

Cargo: Delegado de Polícia

Banca organizadora: NC-UFPR

DIREITO ADMINISTRATIVO

1. (PREFEITURA DE CURITIBA/2019/NC-UFPR/TITULAR DE SERVIÇOS DE NOTAS E DE REGISTROS – REMOÇÃO) “Não são poucas nem simples as interpretações dadas ao princípio da moralidade, insculpido na Constituição da República de 1988 como um princípio geral de direito administrativo. As dificuldades interpretativas que circundam o tema decorrem, primariamente, da abertura semântica dos vocábulos envolvidos na expressão e, ainda, da ausência de vínculos juspositivos evidentes entre o princípio geral e seus mecanismos de densificação” (MARRARA, 2012). Levando em consideração a posição do autor, assinale a alternativa correta.
 - a. Não é possível a concretização do princípio da moralidade no Brasil sem lei que o regulamente.
 - b. Apesar das dificuldades hermenêuticas, resta indiscutível a vinculação da moralidade administrativa com o dever de probidade dos agentes públicos e também dos particulares em colaboração ou parceria com o Estado.
 - c. Moralidade administrativa é um princípio expresso da Administração Pública na Constituição brasileira, ainda que não esteja previsto em outros diplomas legais infraconstitucionais que tratam da matéria.
 - d. Moralidade administrativa não é um conceito jurídico, e sim um valor prático, que varia conforme a aspectos subjetivos do intérprete.
 - e. Moralidade administrativa é o princípio constitucional de maior hierarquia no sistema constitucional vigente.

2. (PREFEITURA DE CURITIBA/2019/NC-UFPR/TITULAR DE SERVIÇOS DE NOTAS E DE REGISTROS – REMOÇÃO) “Moralidade, de um lado, é vocábulo que traz uma plurissignificação incontestável cuja causa se encontra no seu uso tanto frequente quanto amplíssimo em incontáveis campos das ciências sociais e humanas, inclusive na ciência jurídica.

A essa plurissignificação se soma uma multiplicidade de modelos que pretendem explicar a relação entre direito e moral” (MARRARA, 2012). Sobre o tema, assinale a alternativa correta.

- a. A moral acaba por ser um subcampo do Direito, a partir do momento em que há a constitucionalização formal do princípio.
- b. No Brasil, as hipóteses de improbidade administrativa estão tipificadas como *numerus clausus*, mas não os demais vícios de imoralidade.
- c. A moralidade administrativa é um vocábulo de difícil concretização, mas já existem no ordenamento brasileiro mecanismos para a sua aplicação, como, por exemplo, a Súmula Vinculante 13 do STF, que trata do nepotismo.
- d. Um ato administrativo não pode ser imoral se for legal.
- e. O respeito à moralidade administrativa, atualmente, justifica a inversão do ônus da prova contra o acusado e em favor da persecução judicial das ações danosas ao interesse público, desde que autorizada pelo Poder Judiciário.

3. (COREN-PR/2018/UFPR/ADVOGADO) Segundo Marçal Justen Filho, “os órgãos públicos estão integrados em pessoas jurídicas, cuja vontade produzem e exteriorizam”. Com relação ao assunto, identifique como verdadeiras (V) ou falsas (F) as seguintes afirmativas:

- () Uma pessoa jurídica da Administração Indireta cuja criação tenha se dado por autorização legislativa e que adote a modalidade de Sociedade Limitada poderá ser uma Sociedade de Economia Mista.
- () Uma pessoa jurídica, criada por lei e que integre a Administração Indireta, será uma pessoa jurídica de direito público interno.
- () Uma pessoa jurídica da Administração Indireta cuja criação tenha se dado por autorização legislativa e que adote a modalidade de Sociedade Anônima poderá ser uma Empresa Pública.
- () Todas as autarquias serão pessoas jurídicas de direito público interno.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta, de cima para baixo.

- a. V – V – F – V.
- b. F – V – V – F.
- c. F – F – V – F.
- d. V – F – F – V.
- e. F – V – V – V.

4. (UFPR/2017/NC-UFPR/TÉCNICO EM MECÂNICA) Considere a hipótese de servidor público estável que é demitido, após procedimento administrativo, e tem a demissão anulada por decisão judicial. Qual é a forma de provimento do cargo público nesse caso?
- Aproveitamento.
 - Reintegração.
 - Readaptação.
 - Reversão.
 - Recondução.
5. (COPEL/2015/NC-UFPR/ADMINISTRADOR JR.) Segundo Meirelles (2015), "Ato Administrativo é toda manifestação unilateral de vontade da Administração Pública que, agindo nessa qualidade, tenha por fim imediato adquirir, resguardar, transferir, modificar, extinguir e declarar direitos, ou impor obrigações aos administrados ou a si própria". Sobre o assunto, assinale a alternativa que NÃO apresenta um pressuposto de validade dos Atos Administrativos.
- Competência.
 - Motivo.
 - Resultado.
 - Finalidade.
 - Forma.

DIREITO CONSTITUCIONAL

1. (PREFEITURA DE MATINHOS-PR/2019/NC-UFPR/ADVOGADO) Sobre a distinção entre interpretação autêntica e não autêntica do direito, identifique como verdadeiras (V) ou falsas (F) as seguintes afirmativas:
- Ao interpretar a Constituição, um doutrinador famoso realiza interpretação autêntica.
 - Ao elaborar uma portaria, um funcionário da administração pública realiza interpretação autêntica.
 - O livro de direito constitucional mais reconhecido consiste em interpretação autêntica do direito.
 - Uma instrução normativa do INSS consiste em interpretação autêntica do direito.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta, de cima para baixo.

- F – F – F – V.
- V – F – V – F.
- V – V – V – F.
- F – V – F – V.
- V – V – F – F.

2. (PREFEITURA DE CURITIBA-PR/2015/NC-UFPR/PROCURADOR) É privativo de brasileiro nato o seguinte cargo:
- Prefeito Municipal.
 - Ministro do Superior Tribunal de Justiça.
 - Deputado Federal.
 - Governador de Estado.
 - Ministro de Estado da Defesa.
3. (PREFEITURA DE CURITIBA-PR/2015/NC-UFPR/PROCURADOR) De acordo com a Constituição da República, “em caso de relevância e urgência, o Presidente da República poderá adotar medidas provisórias, com força de lei, devendo submetê-las de imediato ao Congresso Nacional”. Com base nas normas constitucionais acerca das medidas provisórias, assinale a alternativa correta.
- É vedada a reedição, na mesma sessão legislativa, de medida provisória que tenha sido rejeitada ou que tenha perdido sua eficácia por decurso de prazo.
 - É vedada a edição de medidas provisórias sobre matéria relativa a direito previdenciário.
 - É vedada a edição de medidas provisórias sobre matéria relativa a planos plurianuais, diretrizes orçamentárias, orçamento e créditos suplementares, especiais e extraordinários.
 - As medidas provisórias terão sua votação iniciada no Senado Federal.
 - Caberá à comissão mista de Deputados e Senadores examinar as medidas provisórias e sobre elas emitir parecer, antes de serem apreciadas, em sessão conjunta, pelas duas Casas do Congresso Nacional, na forma do regimento comum.
4. (PREFEITURA DE CURITIBA-PR/2015/NC-UFPR/PROCURADOR) Sobre o processo legislativo constitucional, assinale a alternativa correta.
- A iniciativa popular pode ser exercida pela apresentação à Câmara dos Deputados ou ao Senado Federal de projeto de lei subscrito por, no mínimo, um por cento do eleitorado nacional, distribuído pelo menos por cinco Estados, com não menos de três décimos por cento dos eleitores de cada um deles.
 - A apreciação das emendas do Senado Federal pela Câmara dos Deputados far-se-á no prazo de quinze dias.
 - Se o Presidente da República considerar o projeto, no todo ou em parte, inconstitucional ou contrário ao interesse público, vetá-lo-á total ou parcialmente, independentemente de motivação, no prazo de quinze dias úteis, contados da data do recebimento, e comunicará a decisão, dentro de quarenta e oito horas, ao Presidente do Senado Federal.

- d. O veto será apreciado em sessão conjunta, dentro de trinta dias a contar de seu recebimento, só podendo ser rejeitado pelo voto da maioria absoluta dos Deputados e Senadores.
- e. É vedada a rediscussão de matéria constante de projeto de lei já rejeitado na mesma sessão legislativa.

5. (PC-PR/2007/NC-UFPR/DELEGADO DE POLÍCIA) São atribuições e responsabilidades do Presidente da República, EXCETO:

- a. Declarar guerra no caso de agressão estrangeira, independentemente de autorização ou referendo do Congresso Nacional, se a situação for de urgência e comprometer a segurança nacional.
- b. Iniciar o processo legislativo.
- c. Nomear os comandantes da Marinha, do Exército, da Aeronáutica e os Ministros do Tribunal de Contas da União.
- d. Nomear e exonerar os Ministros de Estado.
- e. Conceder indulto e comutar penas, com audiência, se necessário, dos órgãos instituídos em lei.

GABARITO

DIREITO ADMINISTRATIVO

1. b
2. c
3. e
4. b
5. c

DIREITO CONSTITUCIONAL

1. d
2. e
3. a
4. d
5. a

GABARITO COMENTADO

DIREITO ADMINISTRATIVO

1. (PREFEITURA DE CURITIBA/2019/NC-UFPR/TITULAR DE SERVIÇOS DE NOTAS E DE REGISTROS – REMOÇÃO) “Não são poucas nem simples as interpretações dadas ao princípio da moralidade, insculpido na Constituição da República de 1988 como um princípio geral de direito administrativo. As dificuldades interpretativas que circundam o tema decorrem, primariamente, da abertura semântica dos vocábulos envolvidos na expressão e, ainda, da ausência de vínculos juspositivos evidentes entre o princípio geral e seus mecanismos de densificação” (MARRARA, 2012). Levando em consideração a posição do autor, assinale a alternativa correta.
- a. Não é possível a concretização do princípio da moralidade no Brasil sem lei que o regulamente.
 - b. Apesar das dificuldades hermenêuticas, resta indiscutível a vinculação da moralidade administrativa com o dever de probidade dos agentes públicos e também dos particulares em colaboração ou parceria com o Estado.
 - c. Moralidade administrativa é um princípio expresso da Administração Pública na Constituição brasileira, ainda que não esteja previsto em outros diplomas legais infraconstitucionais que tratam da matéria.
 - d. Moralidade administrativa não é um conceito jurídico, e sim um valor prático, que varia conforme a aspectos subjetivos do intérprete.
 - e. Moralidade administrativa é o princípio constitucional de maior hierarquia no sistema constitucional vigente.

Letra b.

Antes de respondermos a questão, vamos entender melhor em que consiste o princípio da moralidade.

Decorre do citado princípio que a atuação administrativa, além de estar em conformidade com a lei, **deverá ser ética, proba e leal**. Não por menos, o art. 2º, parágrafo único, IV, da Lei n. 9.784/1999 determina aos agentes públicos, principalmente nos processos administrativos, uma **“atuação segundo padrões éticos de probidade, decoro e boa-fé”**.

Em resumo, pelo princípio da moralidade exige-se uma **atuação administrativa não corrupta**, mas efetivamente preocupada com o trato correto da coisa pública e o atendimento dos interesses da coletividade.

Há de se destacar que estamos falando aqui de uma **moralidade jurídica**, ligada ao conceito de **bom administrador** e ao **dever de atuação ética**, que não se confunde com a moralidade social, aquele que distingue o certo e o errado a partir do senso comum da sociedade. Posto isso, vamos à análise das alternativas.

a. Errada! É possível a concretização do princípio da moralidade no Brasil **independentemente de lei** que o regulamente. Em que pese seja a principal, a lei não é a única fonte do Direito, sendo fontes também os princípios, a jurisprudência, a doutrina e os costumes. Especificamente em relação aos **princípios constitucionais**, como é o caso da moralidade, atualmente compreende-se que **são dotados de força normativa, incidindo imediatamente nas relações jurídicas**. Prova disso foi a **vedação ao nepotismo**, cristalizada na Resolução n. 7/2005 do CNJ e, posteriormente, na Súmula Vinculante 13, decidindo o STF na ADC n. 12 que tal proibição tratava-se de **concretização do princípio da moralidade**, razão pela qual não haveria necessidade de estar contida numa lei em sentido formal.

Informativo n. 516

O Tribunal julgou procedente pedido formulado em ação declaratória de constitucionalidade proposta pela Associação dos Magistrados do Brasil – AMB para declarar a constitucionalidade da Resolução n. 7/2005, do Conselho Nacional de Justiça – CNJ — que veda o exercício de cargos, empregos e funções por parentes, cônjuges e companheiros de magistrados e de servidores investidos em cargos de direção e assessoramento, no âmbito do Poder Judiciário —, e emprestar interpretação conforme a Constituição a fim de deduzir a função de chefia do substantivo “direção”, constante dos incisos II, III, IV e V do art. 2º da aludida norma — v. Informativo 416. Inicialmente, o Tribunal acolheu questão de ordem suscitada pelo Min. Marco Aurélio no sentido de fazer constar a rejeição da preliminar de inadequação da ação declaratória, por ele sustentada, no julgamento da cautelar — ao fundamento de que não se trataria de questionamento de um ato normativo abstrato do CNJ — e em relação à qual restara vencido. **No mérito, entendeu-se que a Resolução n. 7/2005 está em sintonia com os princípios constantes do art. 37, em especial os da impessoalidade, da eficiência, da igualdade e da moralidade, que são dotados de eficácia imediata**, não havendo que se falar em ofensa à liberdade de nomeação e exoneração dos cargos em comissão e funções de confiança, visto que as restrições por ela impostas são as mesmas previstas na CF, as quais, extraídas dos citados princípios, vedam a prática do nepotismo. Afirmou-se, também, não estar a resolução examinada a violar nem o princípio da separação dos Poderes, nem o princípio federativo, porquanto o CNJ não usurpou o campo de atuação do Poder Legislativo, limitando-se a exercer as competências que lhe foram constitucionalmente reservadas. Vencidos, no ponto relativo à interpretação conforme, os Ministros Menezes Direito e Marco Aurélio, reputá-la desnecessária. (ADC n. 12/DF, rel. Min. Carlos Britto, 20.8.2008.) (g.n)

Em sentido semelhante:

EMENTA: ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. VEDAÇÃO NEPOTISMO. NECESSIDADE DE LEI FORMAL. INEXIGIBILIDADE. PROIBIÇÃO QUE DECORRE DO ART. 37, *CAPUT*, DA CF. RE PROVIDO EM PARTE.

I – Embora restrita ao âmbito do Judiciário, a Resolução n. 7/2005 do Conselho Nacional da Justiça, a prática do nepotismo nos demais Poderes é ilícita.

II – A vedação do nepotismo não exige a edição de lei formal para coibir a prática.

III – Proibição que decorre diretamente dos princípios contidos no art. 37, caput, da Constituição Federal.

(RE 579951, Relator Ministro Ricardo Lewandowski, Tribunal Pleno, julgamento em 20.8.2008, DJe de 24.10.2008) (g.n).

Não obstante, existem variadas normas legais que concretizam e regulamentam o princípio da moralidade. Um bom exemplo surge quando se trata da moralidade associada à ideia de probidade, e, nesse ponto, nasce a Lei de Improbidade Administrativa.

b. CERTA! Realmente, é correto afirmar que, apesar das dificuldades hermenêuticas, resta indiscutível a vinculação da moralidade administrativa com o dever de probidade dos agentes públicos e também dos particulares em colaboração ou parceria com o Estado.

Conforme já explicado, do princípio da moralidade decorre a exigência de uma atuação administrativa ética, proba e leal. Nesse sentido, surgiu a Lei de Improbidade Administrativa (Lei n. 8.429/1992), destinada a regulamentar o § 4º do art. 37 da Constituição Federal, visa a tutela do patrimônio público e da moralidade, impondo aos agentes públicos e aos particulares padrão de comportamento proba, ou seja, honesto, íntegro, reto.

Vejam os dispositivos constitucionais:

Art. 37, § 4º Os atos de improbidade administrativa importarão a suspensão dos direitos políticos, a perda da função pública, a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário, na forma e gradação previstas em lei, sem prejuízo da ação penal cabível.

Marcelo Alexandrino e Vicente Paulo explicam que

“O § 4º do art. 37 da Carta Política vigente trata de uma hipótese de lesão qualificada ao princípio da moralidade – mais especificamente ao dever de probidade que se impõe a todos os agentes públicos. Versa o citado dispositivo constitucional sobre a prática de atos de improbidade administrativa, com a previsão de aplicação de severas sanções aos responsáveis (...)”¹

c. Errada! O princípio da moralidade administrativa, além de ser um princípio expresso da Administração Pública na Constituição brasileira, **também guarda previsão em outros diplomas legais infraconstitucionais** que tratam da matéria, a exemplo da Lei n. 8.429/1992 e da Lei n. 9.784/1999.

¹ NOVELINO, Marcelo. Curso de direito constitucional. 11. ed. rev., ampl. e atual. Salvador: Ed. JusPodivm, 2016. p. 238.

Lei n. 8.429/1992, art. 4º Os agentes públicos de qualquer nível ou hierarquia são obrigados a velar pela estrita observância dos princípios de legalidade, impessoalidade, **moralidade** e publicidade no trato dos assuntos que lhe são afetos.

Lei n. 9.784/1999, art. 2º A Administração Pública obedecerá, dentre outros, aos princípios da legalidade, finalidade, motivação, razoabilidade, proporcionalidade, **moralidade**, ampla defesa, contraditório, segurança jurídica, interesse público e eficiência.

d. Errada! Muito mais que um valor, a moralidade administrativa é um princípio jurídico expressamente previsto no texto constitucional.

Em que pese tratar-se de um conceito jurídico indeterminado, existe um mínimo de objetividade na sua definição, que está relacionada à ideia de bom administrador, aquele que atua “segundo padrões éticos de probidade, decoro e boa-fé”, de forma ética, proba, leal, séria, enfim, de forma não corrupta.

e. Errada! Moralidade administrativa **NÃO** é o princípio de maior hierarquia no sistema constitucional vigente. Em verdade, no sistema constitucional vigente, prevalece **não existir hierarquia entre as normas constitucionais**.

2. (PREFEITURA DE CURITIBA/2019/NC-UFPR/TITULAR DE SERVIÇOS DE NOTAS E DE REGISTROS – REMOÇÃO) “Moralidade, de um lado, é vocábulo que traz uma plurissignificação incontestável cuja causa se encontra no seu uso tanto frequente quanto amplíssimo em incontáveis campos das ciências sociais e humanas, inclusive na ciência jurídica. A essa plurissignificação se soma uma multiplicidade de modelos que pretendem explicar a relação entre direito e moral” (MARRARA, 2012). Sobre o tema, assinale a alternativa correta.
- A moral acaba por ser um subcampo do Direito, a partir do momento em que há a constitucionalização formal do princípio.
 - No Brasil, as hipóteses de improbidade administrativa estão tipificadas como *numerus clausus*, mas não os demais vícios de imoralidade.
 - A moralidade administrativa é um vocábulo de difícil concretização, mas já existem no ordenamento brasileiro mecanismos para a sua aplicação, como, por exemplo, a Súmula Vinculante 13 do STF, que trata do nepotismo.
 - Um ato administrativo não pode ser imoral se for legal.
 - O respeito à moralidade administrativa, atualmente, justifica a inversão do ônus da prova contra o acusado e em favor da persecução judicial das ações danosas ao interesse público, desde que autorizada pelo Poder Judiciário.

Letra c.

a. Errada! Não está correto apontar a moralidade como subcampo do Direito. Deveras, **é um princípio constitucional**, como todos os outros estampados no texto da Carta Política de 1988. É imperativo que conforma a atuação administrativa.

b. Errada! A Lei n. 8.429/1992 não traz um rol taxativo (*numerus clausus*) de condutas tipificadas como atos de improbidade administrativa. Em verdade, em seus artigos 9º a 11º, **descreve condutas meramente exemplificativas** daquilo que pode ser enquadrado como prejudicial ao erário, violador dos princípios administrativos etc.

c. CERTA! Realmente, a moralidade administrativa é um vocábulo de difícil concretização, mas já existem no ordenamento brasileiro mecanismos para a sua aplicação, como, por exemplo, a Súmula Vinculante 13 do STF, que trata do nepotismo.

Vimos na explicação da questão anterior que o STF compreende que vedação ao nepotismo não depende da edição de lei formal, à medida que **é uma concretização do postulado da moralidade**, princípio constitucional dotado de força normativa e eficácia imediata.

d. Errada! Moralidade e legalidade não são expressões sinônimas. A primeira (moralidade) remete à ideia de uma atuação administrativa não corrupta, a segunda (legalidade) a uma atuação administrativa em consonância com os regramentos legais. Assim, **é perfeitamente possível existir um ato legal, mas imoral**.

e. Errada! Muito embora exista a possibilidade de ser determinada a inversão no ônus da prova em ações danosas ao interesse público, principalmente nas ações civis públicas de improbidade administrativa, a medida **não decorre do princípio da moralidade**, mas sim de elementos relacionados à capacidade das partes para a produção das provas.

3. (COREN-PR/2018/UFPR/ADVOGADO) Segundo Marçal Justen Filho, “os órgãos públicos estão integrados em pessoas jurídicas, cuja vontade produzem e exteriorizam”. Com relação ao assunto, identifique como verdadeiras (V) ou falsas (F) as seguintes afirmativas:

- () Uma pessoa jurídica da Administração Indireta cuja criação tenha se dado por autorização legislativa e que adote a modalidade de Sociedade Limitada poderá ser uma Sociedade de Economia Mista.
- () Uma pessoa jurídica, criada por lei e que integre a Administração Indireta, será uma pessoa jurídica de direito público interno.
- () Uma pessoa jurídica da Administração Indireta cuja criação tenha se dado por autorização legislativa e que adote a modalidade de Sociedade Anônima poderá ser uma Empresa Pública.
- () Todas as autarquias serão pessoas jurídicas de direito público interno.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta, de cima para baixo.

- a. V – V – F – V.
- b. F – V – V – F.

- c. F – F – V – F.
- d. V – F – F – V.
- e. F – V – V – V.

Letra e.

Para corretamente responder a questão, é necessário saber como as entidades da Administração Indireta são criadas. Segundo o art. 37, XIX, da CF:

XIX – somente por lei específica poderá ser criada autarquia e autorizada a instituição de empresa pública, de sociedade de economia mista e de fundação, cabendo à lei complementar, neste último caso, definir as áreas de sua atuação;

Memorize!

Lei específica <u>cria</u>	Lei específica <u>autoriza a criação</u>
<p>Autarquias: são pessoas jurídicas de direito público.</p> <p>Fundações públicas de direito público (fundações autárquicas): são pessoas jurídicas de direito público.</p>	<p>Empresas públicas: são pessoas jurídicas de direito privado.</p> <p>Sociedade de economia mista: são pessoas jurídicas de direito privado.</p> <p>Fundações públicas de direito privado: são pessoas jurídicas de direito privado.</p>

Sobre as **fundações públicas**, é preciso esclarecer que podem possuir tanto personalidade jurídica de direito público como de direito privado. Quando possuem personalidade de **direito privado**, sua criação será **autorizada por lei**.

Por outro lado, quando forem de **direito público**, parte da doutrina compreende que deverão seguir o mesmo regime jurídico das autarquias, devendo, assim, ser **criadas por lei**. Exatamente por isso há quem as denomina de fundações autárquicas ou autarquias fundacionais.

Posto isso, vamos resolver os itens.

I: Falso! Uma pessoa jurídica da Administração indireta cuja criação tenha se dado por autorização legislativa e que adote a modalidade de Sociedade Limitada **NÃO poderá** ser uma Sociedade de Economia Mista, pois as Sociedades de Economia Mista **somente podem assumir a forma de sociedade anônima**.

Sobre o tema, vejamos art. 4º da Lei n. 13.303/2016:

Art. 4º Sociedade de economia mista é a entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado, **com criação autorizada por lei, sob a forma de sociedade anônima**, cujas ações com direito a voto pertençam em sua maioria à União, aos Estados, ao Distrito Federal, aos Municípios ou a entidade da administração indireta.

II: Verdadeiro! De fato, uma pessoa jurídica criada por lei e que integre a Administração indireta será uma pessoa jurídica de direito público interno (autarquias).

III: Verdadeiro! É correto afirmar que uma pessoa jurídica da Administração indireta cuja criação tenha se dado por autorização legislativa e que adote a modalidade de Sociedade Anônima poderá ser uma Empresa Pública, **pois as Empresas Públicas podem assumir qualquer forma admitida pelo Direito**.

Façamos a leitura do art. 3º da Lei n. 13.303/2016:

Art. 3º Empresa pública é a entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado, com criação autorizada por lei e com patrimônio próprio, cujo capital social é integralmente detido pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal ou pelos Municípios.

Parágrafo único. Desde que a maioria do capital votante permaneça em propriedade da União, do Estado, do Distrito Federal ou do Município, será admitida, no capital da empresa pública, a participação de outras pessoas jurídicas de direito público interno, bem como de entidades da administração indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

IV: Verdadeiro! Autarquias são pessoas jurídicas de direito público criadas por lei para o exercício de funções típicas do Estado. Conforme o art. 41, IV, do Código Civil:

Art. 41. São pessoas jurídicas de direito público interno:

I – a União;

II – os Estados, o Distrito Federal e os Territórios;

III – os Municípios;

IV – as autarquias, inclusive as associações públicas;

V – as demais entidades de caráter público criadas por lei.

Parágrafo único. Salvo disposição em contrário, as pessoas jurídicas de direito público, a que se tenha dado estrutura de direito privado, regem-se, no que couber, quanto ao seu funcionamento, pelas normas deste Código.

4. (UFPR/2017/NC-UFPR/TÉCNICO EM MECÂNICA) Considere a hipótese de servidor público estável que é demitido, após procedimento administrativo, e tem a demissão anulada por decisão judicial. Qual é a forma de provimento do cargo público nesse caso?
- Aproveitamento.
 - Reintegração.
 - Readaptação.
 - Reversão.
 - Recondução.

Letra b.

Na situação narrada, a forma de provimento do cargo público é a **REINTEGRAÇÃO**. Com didática, há, no art. 28 da Lei n. 8.112/1990, que “**a reintegração é a reinvestidura do servidor estável no cargo anteriormente ocupado**, ou no cargo resultante de sua transformação, **quando invalidada a sua demissão por decisão administrativa ou judicial**, com ressarcimento de todas as vantagens”.

Art. 28. A reintegração é a reinvestidura do servidor estável no cargo anteriormente ocupado, ou no cargo resultante de sua transformação, **quando invalidada a sua demissão por decisão administrativa ou judicial**, com ressarcimento de todas as vantagens.

§ 1º Na hipótese de o cargo ter sido extinto, o servidor ficará em disponibilidade, observado o disposto nos arts. 30 e 31.

§ 2º Encontrando-se provido o cargo, o seu eventual ocupante será reconduzido ao cargo de origem, sem direito à indenização ou aproveitado em outro cargo, ou, ainda, posto em disponibilidade.

5. (COPEL/2015/NC-UFPR/ADMINISTRADOR JR.) Segundo Meirelles (2015), “Ato Administrativo é toda manifestação unilateral de vontade da Administração Pública que, agindo nessa qualidade, tenha por fim imediato adquirir, resguardar, transferir, modificar, extinguir e declarar direitos, ou impor obrigações aos administrados ou a si própria”. Sobre o assunto, assinale a alternativa que NÃO apresenta um pressuposto de validade dos Atos Administrativos.
- Competência.
 - Motivo.
 - Resultado.
 - Finalidade.
 - Forma.

Letra c.

Prevalece que cinco são os pressupostos de validade dos atos administrativos: **competência, finalidade, forma, motivo e objeto**. Destarte, incorreta a alternativa “c”!

Obs.: na doutrina, há também quem prefira falar em elementos de validade ou, ainda, em requisitos de validade.

Macete! Os elementos, requisitos ou pressupostos dos atos administrativos podem ser memorizados a partir do mnemônico CO FI FO MO OB.

CO competência

FI finalidade

FO forma

MO motivo

OB objeto

DIREITO CONSTITUCIONAL

1. (PREFEITURA DE MATINHOS-PR/2019/NC-UFPR/ADVOGADO) Sobre a distinção entre interpretação autêntica e não autêntica do direito, identifique como verdadeiras (V) ou falsas (F) as seguintes afirmativas:
- () Ao interpretar a Constituição, um doutrinador famoso realiza interpretação autêntica.
 - () Ao elaborar uma portaria, um funcionário da administração pública realiza interpretação autêntica.
 - () O livro de direito constitucional mais reconhecido consiste em interpretação autêntica do direito.
 - () Uma instrução normativa do INSS consiste em interpretação autêntica do direito.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta, de cima para baixo.

- a. F – F – F – V.
- b. V – F – V – F.
- c. V – V – V – F.
- d. F – V – F – V.
- e. V – V – F – F.

Letra d.

A sequência correta, de cima para baixo, é F – V – F – V!

Inicialmente, cumpre esclarecer o que é a interpretação autêntica. A interpretação autêntica é aquela feita pelo próprio órgão responsável pela edição da norma, declarando o sentido e alcance da norma. Ela pode ser contextual (feita na própria lei) ou não contextual (feita em outra lei ou na exposição de motivos).

Posto isso, vamos à análise dos itens:

Item I: Falso! A interpretação feita por um doutrinador é chamada de interpretação doutrinária e não se confunde com a interpretação autêntica, emanada do próprio legislador.

Item II: Verdadeiro! A portaria, embora não seja considerada um ato normativo primário, é uma norma e o responsável por sua edição também pode realizar a interpretação autêntica, editando norma de caráter interpretativo.

Item III: Falso! Toda forma de interpretação realizada pelos teóricos e doutrinários, ainda que de alcance pleno, são tidas por interpretações doutrinárias.

Item IV: Verdadeiro! A instrução normativa também é uma norma, embora de caráter secundário, e o órgão que a produziu também tem legitimidade para ditar sua interpretação autêntica.

2. (PREFEITURA DE CURITIBA-PR/2015/NC-UFPR/PROCURADOR) É privativo de brasileiro nato o seguinte cargo:

- a. Prefeito Municipal.
- b. Ministro do Superior Tribunal de Justiça.
- c. Deputado Federal.
- d. Governador de Estado.
- e. Ministro de Estado da Defesa.

Letra e.

Os cargos privativos de brasileiros natos são taxativamente elencados pela Constituição em seu art. 12, § 3º, *in verbis*:

Art. 12, § 3º São privativos de brasileiro nato os cargos:

- I – de Presidente e Vice-Presidente da República;
- II – de Presidente da Câmara dos Deputados;
- III – de Presidente do Senado Federal;
- IV – de Ministro do Supremo Tribunal Federal;
- V – da carreira diplomática;
- VI – de oficial das Forças Armadas.
- VII – de Ministro de Estado da Defesa.

O único cargo privativo de brasileiro nato listado no enunciado é o Ministro de Estado da Defesa, portanto, correta a alternativa “e”.

3. (PREFEITURA DE CURITIBA-PR/2015/NC-UFPR/PROCURADOR) De acordo com a Constituição da República, “em caso de relevância e urgência, o Presidente da República poderá adotar medidas provisórias, com força de lei, devendo submetê-las de imediato ao Congresso Nacional”. Com base nas normas constitucionais acerca das medidas provisórias, assinale a alternativa correta.

- a. É vedada a reedição, na mesma sessão legislativa, de medida provisória que tenha sido rejeitada ou que tenha perdido sua eficácia por decurso de prazo.
- b. É vedada a edição de medidas provisórias sobre matéria relativa a direito previdenciário.
- c. É vedada a edição de medidas provisórias sobre matéria relativa a planos plurianuais, diretrizes orçamentárias, orçamento e créditos suplementares, especiais e extraordinários.
- d. As medidas provisórias terão sua votação iniciada no Senado Federal.
- e. Caberá à comissão mista de Deputados e Senadores examinar as medidas provisórias e sobre elas emitir parecer, antes de serem apreciadas, em sessão conjunta, pelas duas Casas do Congresso Nacional, na forma do regimento comum.

Letra a.

a. CERTA! A assertiva encontra amparo no § 10 do art. 62 da Constituição Federal:

Art. 62, § 10 É vedada a reedição, na mesma sessão legislativa, de medida provisória que tenha sido rejeitada ou que tenha perdido sua eficácia por decurso de prazo.

b. Errada! Medida provisória pode tratar de matéria relativa a direito previdenciário, porque tal matéria não consta do rol de proibição estampado no § 1º do art. 62 da Constituição Federal, como se vê:

Art. 62, § 1º É vedada a edição de medidas provisórias sobre matéria:

I – relativa a:

- a. nacionalidade, cidadania, direitos políticos, partidos políticos e direito eleitoral;
- b. direito penal, processual penal e processual civil;
- c. organização do Poder Judiciário e do Ministério Público, a carreira e a garantia de seus membros;
- d. planos plurianuais, diretrizes orçamentárias, orçamento e créditos adicionais e suplementares, ressalvado o previsto no art. 167, § 3º;

II – que vise a detenção ou sequestro de bens, de poupança popular ou qualquer outro ativo financeiro;

III – reservada a lei complementar;

IV – já disciplinada em projeto de lei aprovado pelo Congresso Nacional e pendente de sanção ou veto do Presidente da República.

c. Errada! Os créditos extraordinários são excepcionados da vedação constitucional; os demais são, de fato, proibidos de serem disciplinados por medida provisória, conforme se extrai do § 1º, I, “c”, do art. 62 e art. 167, § 3º, ambos da CF:

Art. 167, § 3º A abertura de crédito extraordinário somente será admitida para atender a despesas imprevisíveis e urgentes, como as decorrentes de guerra, comoção interna ou calamidade pública, observado o disposto no art. 62.

d. Errada! A medida provisória será inicialmente votada na Câmara dos Deputados, a teor do art. 62, § 8º, da CF:

Art. 62, § 8º As medidas provisórias terão sua votação iniciada na Câmara dos Deputados.

e. Errada! De fato, as medidas provisórias serão inicialmente examinadas por comissão mista de Deputados e Senadores, que sobre elas emitirá parecer. Em seguida, no entanto, elas serão apreciadas em sessão SEPARADA pelo plenário das duas Casas do Congresso Nacional, na forma do regimento comum, conforme reza o art. 62, § 8º, da CF:

Art. 62, § 8º As medidas provisórias terão sua votação iniciada na Câmara dos Deputados.

4. (PREFEITURA DE CURITIBA-PR/2015/NC-UFPR/PROCURADOR) Sobre o processo legislativo constitucional, assinale a alternativa correta.
- A iniciativa popular pode ser exercida pela apresentação à Câmara dos Deputados ou ao Senado Federal de projeto de lei subscrito por, no mínimo, um por cento do eleitorado nacional, distribuído pelo menos por cinco Estados, com não menos de três décimos por cento dos eleitores de cada um deles.
 - A apreciação das emendas do Senado Federal pela Câmara dos Deputados far-se-á no prazo de quinze dias.
 - Se o Presidente da República considerar o projeto, no todo ou em parte, inconstitucional ou contrário ao interesse público, vetá-lo-á total ou parcialmente, independentemente de motivação, no prazo de quinze dias úteis, contados da data do recebimento, e comunicará a decisão, dentro de quarenta e oito horas, ao Presidente do Senado Federal.
 - O veto será apreciado em sessão conjunta, dentro de trinta dias a contar de seu recebimento, só podendo ser rejeitado pelo voto da maioria absoluta dos Deputados e Senadores.
 - É vedada a rediscussão de matéria constante de projeto de lei já rejeitado na mesma sessão legislativa.

Letra d.

a. Errada! Lei de iniciativa popular será necessariamente apresentada à Câmara dos Deputados. No mais, o restante da assertiva está correto, porque está em conformidade com o art. 61, § 2º, da Constituição Federal:

Art. 61, § 2º A iniciativa popular pode ser exercida pela apresentação à Câmara dos Deputados de projeto de lei subscrito por, no mínimo, um por cento do eleitorado nacional, distribuído pelo menos por cinco Estados, com não menos de três décimos por cento dos eleitores de cada um deles.

b. Errada! Na verdade, o prazo é de **10 (dez) dias**, a teor do § 3º, do art. 64, da Constituição Federal:

Art. 64, § 3º A apreciação das emendas do Senado Federal pela Câmara dos Deputados far-se-á no prazo de dez dias, observado quanto ao mais o disposto no parágrafo anterior.

c. Errada! O veto a projeto de lei reclama motivação do Presidente da República, tanto que o § 1º do art. 66 da CF prevê o encaminhamento dos motivos do veto, pelo Chefe do Executivo, ao Presidente do Senado Federal:

Art. 66, § 1º Se o Presidente da República considerar o projeto, no todo ou em parte, inconstitucional ou contrário ao interesse público, vetá-lo-á total ou parcialmente, no prazo de quinze dias úteis, contados da data do recebimento, e comunicará, dentro de quarenta e oito horas, ao Presidente do Senado Federal os motivos do veto.

d. CERTA! É essa a previsão do § 4º do art. 66 da Constituição Federal:

Art. 66, § 4º O veto será apreciado em sessão conjunta, dentro de trinta dias a contar de seu recebimento, só podendo ser rejeitado pelo voto da maioria absoluta dos Deputados e Senadores.

e. Errada! A vedação à reapresentação do projeto de lei rejeitado na mesma sessão legislativa não é absoluta, apenas exige uma formalidade especial: é necessário requerimento da maioria absoluta dos membros de qualquer das Casas do Congresso Nacional, nos termos do art. 67 da Constituição Federal:

Art. 67. A matéria constante de projeto de lei rejeitado somente poderá constituir objeto de novo projeto, na mesma sessão legislativa, mediante proposta da maioria absoluta dos membros de qualquer das Casas do Congresso Nacional.

5. (PC-PR/2007/NC-UFPR/DELEGADO DE POLÍCIA) São atribuições e responsabilidades do Presidente da República, EXCETO:
- Declarar guerra no caso de agressão estrangeira, independentemente de autorização ou referendo do Congresso Nacional, se a situação for de urgência e comprometer a segurança nacional.
 - Iniciar o processo legislativo.
 - Nomear os comandantes da Marinha, do Exército, da Aeronáutica e os Ministros do Tribunal de Contas da União.
 - Nomear e exonerar os Ministros de Estado.
 - Conceder indulto e comutar penas, com audiência, se necessário, dos órgãos instituídos em lei.

Letra a.

As atribuições do Presidente da República, nomeadas de “competências privativas”, estão listadas no art. 84 da Constituição Federal, que assim dispõe:

Art. 84. Compete privativamente ao Presidente da República:

I – nomear e exonerar os Ministros de Estado; (Alternativa “d”!)

II – exercer, com o auxílio dos Ministros de Estado, a direção superior da administração federal;

III – iniciar o processo legislativo, na forma e nos casos previstos nesta Constituição; **(Alternativa “b”!)**

IV – sancionar, promulgar e fazer publicar as leis, bem como expedir decretos e regulamentos para sua fiel execução;

V – vetar projetos de lei, total ou parcialmente;

VI – dispor sobre a organização e o funcionamento da administração federal, na forma da lei;

VI – dispor, mediante decreto, sobre:

a. organização e funcionamento da administração federal, quando não implicar aumento de despesa nem criação ou extinção de órgãos públicos;

b. extinção de funções ou cargos públicos, quando vagos;

VII – manter relações com Estados estrangeiros e acreditar seus representantes diplomáticos;

VIII – celebrar tratados, convenções e atos internacionais, sujeitos a referendo do Congresso Nacional;

IX – decretar o estado de defesa e o estado de sítio;

X – decretar e executar a intervenção federal;

XI – remeter mensagem e plano de governo ao Congresso Nacional por ocasião da abertura da sessão legislativa, expondo a situação do País e solicitando as providências que julgar necessárias;

XII – conceder indulto e comutar penas, com audiência, se necessário, dos órgãos instituídos em lei; (Alternativa “e”!)

XIII – exercer o comando supremo das Forças Armadas, promover seus oficiais-generais e nomeá-los para os cargos que lhes são privativos;

XIII – exercer o comando supremo das Forças Armadas, **nomear os Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica**, promover seus oficiais-generais e nomeá-los para os cargos que lhes são privativos; **(Alternativa “c”!)**

XIV – nomear, após aprovação pelo Senado Federal, os Ministros do Supremo Tribunal Federal e dos Tribunais Superiores, os Governadores de Territórios, o Procurador-Geral da República, o presidente e os diretores do banco central e outros servidores, quando determinado em lei;

XV – nomear, observado o disposto no art. 73, os Ministros do Tribunal de Contas da União; (Alternativa “c”!)

XVI – nomear os magistrados, nos casos previstos nesta Constituição, e o Advogado-Geral da União;

XVII – nomear membros do Conselho da República, nos termos do art. 89, VII;

XVIII – convocar e presidir o Conselho da República e o Conselho de Defesa Nacional;

XIX – declarar guerra, no caso de agressão estrangeira, autorizado pelo Congresso Nacional ou referendado por ele, quando ocorrida no intervalo das sessões legislativas, e, nas mesmas condições, decretar, total ou parcialmente, a mobilização nacional;

XX – celebrar a paz, autorizado ou com o referendo do Congresso Nacional;

XXI – conferir condecorações e distinções honoríficas;

XXII – permitir, nos casos previstos em lei complementar, que forças estrangeiras transitem pelo território nacional ou nele permaneçam temporariamente;

XXIII – enviar ao Congresso Nacional o plano plurianual, o projeto de lei de diretrizes orçamentárias e as propostas de orçamento previstos nesta Constituição;

XXIV – prestar, anualmente, ao Congresso Nacional, dentro de sessenta dias após a abertura da sessão legislativa, as contas referentes ao exercício anterior;

XXV – prover e extinguir os cargos públicos federais, na forma da lei;

XXVI – editar medidas provisórias com força de lei, nos termos do art. 62;

XXVII – exercer outras atribuições previstas nesta Constituição.

Parágrafo único. O Presidente da República poderá delegar as atribuições mencionadas nos incisos VI, XII e XXV, primeira parte, aos Ministros de Estado, ao Procurador-Geral da República ou ao Advogado-Geral da União, que observarão os limites traçados nas respectivas delegações.

De todas as competências listadas no enunciado, a única que não encontra perfeita consonância com o dispositivo legal é a alternativa “a”, ao dizer que a declaração da guerra independe de autorização ou referendo do Congresso Nacional, o que não é verdade. A decisão do Presidente da República deve sempre se amparar no Congresso Nacional, seja com a autorização deste (ato anterior à declaração da guerra), seja com o seu referendo (ato que corrobora a declaração). **Sendo assim, incorreta a assertiva da letra “a”.**

Prof. Renato Borelli

13^a RODADA DE QUESTÕES NC-UFR

**DIREITO PENAL E
DIREITO PROCESSUAL PENAL**

G GRAN CURSOS
ONLINE



**Renato Borelli**

Juiz Federal do TRF1. Foi Juiz Federal do TRF5. Exerceu a advocacia privada e pública. Foi servidor público e assessorou Desembargador Federal (TRF1) e Ministro (STJ). Atuou no CARF/Ministério da Fazenda como Conselheiro (antigo Conselho de Contribuintes). É formado em Direito e Economia, com especialização em Direito Público, Direito Tributário e Sociologia Jurídica.

Disciplinas: Direito Penal e Direito Processual Penal

Cargo: Delegado de Polícia

Banca organizadora: NC-UFPR

DIREITO PENAL

1. (PC-PR/2007/NC-UFPR/DELEGADO DE POLÍCIA) Diz o artigo 5º do Código Penal: "Aplica-se a lei brasileira, sem prejuízo de convenções, tratados e regras de direito internacional, ao crime cometido no território nacional". Sobre a lei penal no espaço, considere as seguintes afirmativas:
- 1) Como regra, são submetidos à lei brasileira os crimes cometidos dentro da área terrestre, do espaço aéreo e das águas fluviais e marítimas.
 - 2) Consideram-se extensão do território nacional as embarcações e aeronaves brasileiras, de natureza pública ou a serviço do governo brasileiro, onde quer que se encontrem.
 - 3) É aplicável a lei brasileira aos crimes praticados à bordo de embarcações estrangeiras de propriedade privada que se encontrem em alto-mar.
 - 4) Ficam sujeitos à lei brasileira, embora cometidos no estrangeiro, os crimes que, por tratado ou convenção, o Brasil se obrigou a reprimir.

Assinale a alternativa correta.

- a. Somente as afirmativas 1 e 2 são verdadeiras.
- b. Somente as afirmativas 1, 2 e 4 são verdadeiras.
- c. Somente as afirmativas 1, 2 e 3 são verdadeiras.
- d. Somente as afirmativas 3 e 4 são verdadeiras.
- e. Somente as afirmativas 2 e 3 são verdadeiras.

2. (PC-PR/2007/NC-UFPR/DELEGADO DE POLÍCIA) Sobre a prescrição, considere as seguintes afirmativas:

- 1) No caso de evadir-se o condenado ou de revogar-se o livramento condicional, a prescrição é regulada pelo total da pena aplicada na sentença condenatória.
- 2) Quando se tratar de crime continuado, a prescrição regula-se pela pena imposta na sentença, não se computando o acréscimo decorrente da continuação.
- 3) A prescrição da ação penal regula-se pela pena concretizada na sentença, quando não há recurso da acusação.
- 4) São exemplos de causas interruptivas da prescrição: a decisão confirmatória da pronúncia, o início ou continuação do cumprimento da pena e a reincidência.

Assinale a alternativa correta.

- a. Somente as afirmativas 2, 3 e 4 são verdadeiras.
- b. Somente as afirmativas 1 e 2 são verdadeiras.
- c. Somente as afirmativas 1, 2 e 4 são verdadeiras.
- d. Somente as afirmativas 2 e 3 são verdadeiras.
- e. Somente as afirmativas 3 e 4 são verdadeiras.

3. (PC-PR/2007/NC-UFPR/DELEGADO DE POLÍCIA) Sobre a imputabilidade penal, considere as seguintes afirmativas:

- 1) Não excluem a imputabilidade penal a emoção ou a paixão, a embriaguez voluntária ou culposa, pelo álcool ou substância de efeitos análogos.
- 2) São relativamente inimputáveis os menores com idade compreendida entre 18 e 21 anos, ficando sujeitos às normas estabelecidas na legislação especial.
- 3) É isento de pena o agente que, por embriaguez completa, proveniente de caso fortuito ou força maior, age amparado na "*actio libera in causa*".
- 4) É isento de pena o agente que, por desenvolvimento mental incompleto ou retardado, era, ao tempo da ação ou omissão, inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito do fato.

Assinale a alternativa correta.

- a. Somente as afirmativas 1, 2 e 3 são verdadeiras.
- b. Somente as afirmativas 2, 3 e 4 são verdadeiras.
- c. Somente as afirmativas 2 e 3 são verdadeiras.
- d. Somente as afirmativas 2 e 4 são verdadeiras.
- e. Somente as afirmativas 1 e 4 são verdadeiras.

4. (PC-PR/2007/NC-UFPR/DELEGADO DE POLÍCIA) Sobre o concurso de pessoas, considere as seguintes afirmativas:

- 1) Quem, de qualquer modo, concorre para o crime, incide nas penas a este cominadas, na medida de sua culpabilidade. Se a participação for de menor importância, a pena pode ser diminuída.
- 2) O concurso de pessoas pode dar-se por ajuste, instigação, cumplicidade, auxílio material ou moral em qualquer etapa do iter criminis.
- 3) Ocorre a hipótese de autoria bilateral ou transversa quando o sujeito ativo obtém a realização do crime por meio de outra pessoa, que pratica o fato sem culpabilidade.
- 4) Nada impede o concurso de pessoas nos crimes e contravenções de mão própria ou de mera conduta por instigação ou auxílio.

Assinale a alternativa correta.

- a. Somente as afirmativas 1, 2 e 3 são verdadeiras.
- b. Somente as afirmativas 3 e 4 são verdadeiras.
- c. Somente as afirmativas 1, 2 e 4 são verdadeiras.
- d. Somente as afirmativas 2 e 3 são verdadeiras.
- e. Somente as afirmativas 2 e 4 são verdadeiras.

5. (DPE/PR/2011/NC-UFPR/ASSESSOR DE ESTABELECIMENTO PENAL) Sobre o livramento condicional, considere as seguintes afirmativas:

- 1) Não se admite livramento condicional em crimes hediondos se o agente for reincidente.
- 2) O recolhimento à habitação é condição obrigatória para o gozo do livramento condicional.
- 3) O livramento condicional será necessariamente revogado se o agente for condenado por crime cometido antes da sua concessão.
- 4) Comunicar o juiz sobre a mudança de comarca é condição obrigatória para o gozo do livramento condicional.

Assinale a alternativa correta.

- a. Somente as afirmativas 3 e 4 são verdadeiras.
- b. Somente as afirmativas 1, 2 e 4 são verdadeiras.
- c. Somente as afirmativas 2 e 3 são verdadeiras.
- d. Somente a afirmativa 4 é verdadeira.
- e. Somente a afirmativa 1 é verdadeira.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

1. (PC-PR/2007/NC-UFPR/DELEGADO DE POLÍCIA) Sobre o Inquérito Policial, considere as seguintes afirmativas:
- 1) O ofendido, ou seu representante legal, e o indiciado poderão requerer qualquer diligência, que será realizada, ou não, a juízo da autoridade.
 - 2) Depois de ordenado o arquivamento do inquérito pela autoridade judiciária, por falta de base para a denúncia, a autoridade policial poderá proceder a novas pesquisas, se de outras provas tiver notícia.
 - 3) A instauração de inquérito nas ações penais públicas é essencial ao oferecimento da denúncia.
 - 4) Qualquer pessoa do povo que tiver conhecimento da existência de infração penal em que caiba ação pública poderá, verbalmente ou por escrito, comunicá-la à autoridade policial para que seja instaurado inquérito.

Assinale a alternativa correta.

- a. As afirmativas 1, 2, 3 e 4 são verdadeiras.
 - b. Somente as afirmativas 1, 2 e 4 são verdadeiras.
 - c. Somente as afirmativas 2 e 3 são verdadeiras.
 - d. Somente as afirmativas 3 e 4 são verdadeiras.
 - e. Somente as afirmativas 1 e 2 são verdadeiras.
2. (DPE-PR/2011/NC-UFPR/ASSESSOR DE ESTABELECIMENTO PENAL) Sobre as nulidades no processo penal, considere as seguintes afirmativas:
- 1) De acordo com o STJ, é nulo o julgamento da apelação realizado por juízes convocados pelo Tribunal.
 - 2) Segundo o STJ, a ausência de defesa preliminar em processo de crime praticado por funcionário público é causa de nulidade relativa.
 - 3) A ausência de intimação pessoal do defensor dativo para a sessão de julgamento do recurso em sentido estrito é causa de nulidade absoluta.
 - 4) De acordo com o STJ, a ausência de defesa preliminar do acusado por tráfico ilícito de entorpecentes é causa de nulidade absoluta.

Assinale a alternativa correta.

- a. Somente as afirmativas 1 e 3 são verdadeiras.
- b. Somente a afirmativa 2 é verdadeira.
- c. Somente a afirmativa 1 é verdadeira.
- d. Somente as afirmativas 2, 3 e 4 são verdadeiras.
- e. Somente as afirmativas 2 e 3 são verdadeiras.

3. (TJPR/2012/NC-UFPR/JUIZ/ADAPTADA) A prova, no Processo Penal, incumbirá a quem alega (CPP, art. 156). Contudo, é correto afirmar:
- Quando a infração deixa vestígios, a confissão do acusado supre o exame de corpo de delito.
 - O juiz, de ofício, não pode ordenar a realização de provas antes do início da ação penal, porque passa a presidi-la apenas depois do recebimento da denúncia.
 - O juiz pode determinar, no curso da instrução, a realização de diligências para dirimir dúvida sobre ponto relevante da causa.
4. (PC-ES/2019/INSTITUTO ACESSO/DELEGADO DE POLÍCIA) Gerson está respondendo a procedimento investigatório, conduzido por delegado de Polícia Civil. Em meio a investigação foi decretado sigilo do Inquérito policial para assegurar as investigações. Nessa situação hipotética, marque a alternativa CORRETA.
- O advogado somente terá acesso aos autos do inquérito policial se não for decretado o seu sigilo, caso em que terá que aguardar a instauração do processo judicial.
 - O advogado poderá examinar aos autos do inquérito policial e ainda ter informações sobre os atos de investigação que ainda serão realizados.
 - Nos crimes hediondos o advogado do indiciado não terá acesso aos autos para assegurar a proteção das investigações.
 - O advogado poderá examinar aos autos do inquérito policial ainda que tenha sido decretado o seu sigilo.
 - O sigilo decretado no inquérito policial não impede que os meios de comunicações televisivas tenham acesso, tendo em vista a necessidade de se preservar a ordem pública.
5. (PC-ES/2019/INSTITUTO ACESSO/DELEGADO DE POLÍCIA) O Código de Processo Penal estabelece em seu art. 260 que “Se o acusado não atender à intimação para o interrogatório, reconhecimento ou qualquer outro ato que, sem ele, não possa ser realizado, a autoridade poderá mandar conduzi-lo à sua presença.” Em 2018, ao tratar da condução coercitiva, o STF determinou que a expressão “para o interrogatório”, prevista no art. 260 do CPP, não foi recepcionada pela Constituição Federal. Assim, não se pode fazer a condução coercitiva do investigado, ou réu, com o objetivo de submetê-lo ao interrogatório sobre os fatos. Quanto a condução coercitiva de investigados, ou de réus, para interrogatório sobre fatos podemos afirmar que pode ensejar a:
- a responsabilidade disciplinar, civil e penal do agente ou da autoridade que determinou.
 - a ilicitude das provas obtidas.
 - a responsabilidade civil do Estado.
 - a nulidade do ato jurídico.

Assinale a alternativa correta:

- a. Todas as afirmativas estão corretas.
- b. I e III estão erradas.
- c. Apenas estão erradas a I e IV.
- d. Todas as afirmativas estão erradas.
- e. Apenas estão corretas a II e IV.

GABARITO

DIREITO PENAL

1. b
2. a
3. e
4. c
5. d

DIREITO PROCESSUAL PENAL

1. b
2. e
3. c
4. d
5. a

GABARITO COMENTADO

DIREITO PENAL

1. (PC-PR/2007/NC-UFPR/DELEGADO DE POLÍCIA) Diz o artigo 5º do Código Penal: "Aplica-se a lei brasileira, sem prejuízo de convenções, tratados e regras de direito internacional, ao crime cometido no território nacional". Sobre a lei penal no espaço, considere as seguintes afirmativas:
- 1) Como regra, são submetidos à lei brasileira os crimes cometidos dentro da área terrestre, do espaço aéreo e das águas fluviais e marítimas.
 - 2) Consideram-se extensão do território nacional as embarcações e aeronaves brasileiras, de natureza pública ou a serviço do governo brasileiro, onde quer que se encontrem.
 - 3) É aplicável a lei brasileira aos crimes praticados à bordo de embarcações estrangeiras de propriedade privada que se encontrem em alto-mar.
 - 4) Ficam sujeitos à lei brasileira, embora cometidos no estrangeiro, os crimes que, por tratado ou convenção, o Brasil se obrigou a reprimir.

Assinale a alternativa correta.

- a. Somente as afirmativas 1 e 2 são verdadeiras.
- b. Somente as afirmativas 1, 2 e 4 são verdadeiras.
- c. Somente as afirmativas 1, 2 e 3 são verdadeiras.
- d. Somente as afirmativas 3 e 4 são verdadeiras.
- e. Somente as afirmativas 2 e 3 são verdadeiras.

Letra b.

Somente as afirmativas 1, 2 e 4 são verdadeiras!

O artigo 5º do Código Penal consagra o princípio da territorialidade, segundo o qual a lei penal se aplica em todo o território nacional. No entanto, esse princípio não é absoluto, diz-se que o Brasil adotou o princípio da territorialidade temperada, porque ressalva o respeito às convenções, tratados e regras de direito internacional, que eventualmente podem afastar a aplicação da lei penal ao crime praticado no território nacional ou forçar a aplicação da lei penal brasileira a crime cometido no estrangeiro.

Dito isso, vamos à análise das afirmativas.

Afirmativa 1: verdadeira! Apesar de o item parecer incompleto, por não fazer referência a qual área terrestre, espaço aéreo, águas fluviais e marítimas ele se refere, ele foi tido como certo pela banca. Assim, devemos considerar que a redação do item leva em consideração o território brasileiro.

Afirmativa 2: verdadeira! É exatamente esse o teor da primeira parte do §1º do art. 5º do Código Penal:

§ 1º Para os efeitos penais, consideram-se como extensão do território nacional as embarcações e aeronaves brasileiras, de natureza pública ou a serviço do governo brasileiro onde quer que se encontrem, bem como as aeronaves e as embarcações brasileiras, mercantes ou de propriedade privada, que se achem, respectivamente, no espaço aéreo correspondente ou em alto-mar.

Afirmativa 3: falsa! A lei penal brasileira só se aplica às embarcações estrangeiras de propriedade privada se estas se acharem em porto ou mar territorial do Brasil, consoante se extrai do §2º do art. 5º do Código Penal:

§ 2º É também aplicável a lei brasileira aos crimes praticados a bordo de aeronaves ou embarcações estrangeiras de propriedade privada, achando-se aquelas em pouso no território nacional ou em voo no espaço aéreo correspondente, e estas em porto ou mar territorial do Brasil.

Afirmativa 4: verdadeira! Essa é uma das hipóteses de extraterritorialidade condicionada da lei penal brasileira, prevista no art. 7º, II, “a”, do Código Penal:

Art. 7º Ficam sujeitos à lei brasileira, embora cometidos no estrangeiro:

II – os crimes:

a. que, por tratado ou convenção, o Brasil se obrigou a reprimir;

2. (PC-PR/2007/NC-UFPR/DELEGADO DE POLÍCIA) Sobre a prescrição, considere as seguintes afirmativas:

- 1) No caso de evadir-se o condenado ou de revogar-se o livramento condicional, a prescrição é regulada pelo total da pena aplicada na sentença condenatória.
- 2) Quando se tratar de crime continuado, a prescrição regula-se pela pena imposta na sentença, não se computando o acréscimo decorrente da continuação.
- 3) A prescrição da ação penal regula-se pela pena concretizada na sentença, quando não há recurso da acusação.
- 4) São exemplos de causas interruptivas da prescrição: a decisão confirmatória da pronúncia, o início ou continuação do cumprimento da pena e a reincidência.

Assinale a alternativa correta.

- a. Somente as afirmativas 2, 3 e 4 são verdadeiras.
- b. Somente as afirmativas 1 e 2 são verdadeiras.

- c. Somente as afirmativas 1, 2 e 4 são verdadeiras.
- d. Somente as afirmativas 2 e 3 são verdadeiras.
- e. Somente as afirmativas 3 e 4 são verdadeiras.

Letra a.

Somente as afirmativas 2, 3 e 4 são verdadeiras!

Afirmativa 1: falsa! No caso de fuga do estabelecimento penal ou de revogação da liberdade condicional, a prescrição se regulará pelo período restante da pena, nos termos do art. 113 do Código Penal:

Art. 113. No caso de evadir-se o condenado ou de revogar-se o livramento condicional, a prescrição é regulada pelo tempo que resta da pena.

Afirmativa 2: verdadeira! É esse o entendimento do STF consubstanciado no enunciado sumular n. 497:

Súmula n. 497-STF: ‘Quando se tratar de crime continuado, a prescrição regula-se pela pena imposta na sentença, não se computando o acréscimo decorrente da continuação.’

Afirmativa 3: verdadeira! Depois do trânsito em julgado da sentença para a acusação, a prescrição passa a se pautar pelo *quantum* da pena aplicada, e não cominada. Nesse sentido é o §1º do art. 110 do Código Penal:

§ 1º A prescrição, depois da sentença condenatória com trânsito em julgado para a acusação ou depois de improvido seu recurso, regula-se pela pena aplicada, não podendo, em nenhuma hipótese, ter por termo inicial data anterior à da denúncia ou queixa.

Afirmativa 4: verdadeira! As causas interruptivas da prescrição estão elencadas no art. 117 do Código Penal e entre elas estão a decisão confirmatória da pronúncia, o início ou continuação do cumprimento da pena e a reincidência, como se vê:

Art. 117. O curso da prescrição interrompe-se:
I – pelo recebimento da denúncia ou da queixa;
II – pela pronúncia;
III – pela decisão confirmatória da pronúncia;
IV – pela publicação da sentença ou acórdão condenatórios recorríveis;
V – pelo início ou continuação do cumprimento da pena;
VI – pela reincidência.

3. (PC-PR/2007/NC-UFPR/DELEGADO DE POLÍCIA) Sobre a imputabilidade penal, considere as seguintes afirmativas:

- 1) Não excluem a imputabilidade penal a emoção ou a paixão, a embriaguez voluntária ou culposa, pelo álcool ou substância de efeitos análogos.
- 2) São relativamente inimputáveis os menores com idade compreendida entre 18 e 21 anos, ficando sujeitos às normas estabelecidas na legislação especial.
- 3) É isento de pena o agente que, por embriaguez completa, proveniente de caso fortuito ou força maior, age amparado na "*actio libera in causa*".
- 4) É isento de pena o agente que, por desenvolvimento mental incompleto ou retardado, era, ao tempo da ação ou omissão, inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito do fato.

Assinale a alternativa correta.

- a. Somente as afirmativas 1, 2 e 3 são verdadeiras.
- b. Somente as afirmativas 2, 3 e 4 são verdadeiras.
- c. Somente as afirmativas 2 e 3 são verdadeiras.
- d. Somente as afirmativas 2 e 4 são verdadeiras.
- e. Somente as afirmativas 1 e 4 são verdadeiras.

Letra e.

Somente as afirmativas 1 e 4 são verdadeiras!

Afirmativa 1: verdadeira! É exatamente essa a previsão do art. 28 do Código Penal, *in verbis*:

Art. 28 – Não excluem a imputabilidade penal:

I – a emoção ou a paixão;

II – a embriaguez, voluntária ou culposa, pelo álcool ou substância de efeitos análogos.

Afirmativa 2: falsa! A inimputabilidade – que afasta a culpabilidade – pela idade alcança apenas os menores de 18 (dezoito) anos. Nesse sentido é o art. 27 do Código Penal:

Art. 27. Os menores de 18 (dezoito) anos são penalmente inimputáveis, ficando sujeitos às normas estabelecidas na legislação especial.

Afirmativa 3: falsa! A teoria da *actio libera in causa* é aquela em que o agente, conscientemente, põe-se em estado de inimputabilidade, sendo previsível o cometimento de uma ação ou omissão criminosa, não se podendo alegar inconsciência do ilícito ao tempo do

crime, visto que a consciência do agente existia antes de se colocar em estado de inimputabilidade. A teoria da *actio libera in causa* não se aplica aos casos de embriaguez completa proveniente de caso fortuito ou força maior. Nestes casos, há isenção de responsabilidade, a teor do §1º do art. 28 do Código Penal:

§ 1º É isento de pena o agente que, por embriaguez completa, proveniente de caso fortuito ou força maior, era, ao tempo da ação ou da omissão, inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento.

Afirmativa 4: verdadeira! O item reproduz a redação do art. 26 do Código Penal:

Art. 26. É isento de pena o agente que, por doença mental ou desenvolvimento mental incompleto ou retardado, era, ao tempo da ação ou da omissão, inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento.

4. (PC-PR/2007/NC-UFPR/DELEGADO DE POLÍCIA) Sobre o concurso de pessoas, considere as seguintes afirmativas:

- 1) Quem, de qualquer modo, concorre para o crime, incide nas penas a este cominadas, na medida de sua culpabilidade. Se a participação for de menor importância, a pena pode ser diminuída.
- 2) O concurso de pessoas pode dar-se por ajuste, instigação, cumplicidade, auxílio material ou moral em qualquer etapa do iter criminis.
- 3) Ocorre a hipótese de autoria bilateral ou transversa quando o sujeito ativo obtém a realização do crime por meio de outra pessoa, que pratica o fato sem culpabilidade.
- 4) Nada impede o concurso de pessoas nos crimes e contravenções de mão própria ou de mera conduta por instigação ou auxílio.

Assinale a alternativa correta.

- a. Somente as afirmativas 1, 2 e 3 são verdadeiras.
- b. Somente as afirmativas 3 e 4 são verdadeiras.
- c. Somente as afirmativas 1, 2 e 4 são verdadeiras.
- d. Somente as afirmativas 2 e 3 são verdadeiras.
- e. Somente as afirmativas 2 e 4 são verdadeiras.

Letra c.

Somente as afirmativas 1, 2 e 4 são verdadeiras!

Afirmativa 1: verdadeira! É essa a previsão do art. 3º, *caput* e §1º, do Código Penal:

Art. 29 Quem, de qualquer modo, concorre para o crime incide nas penas a este cominadas, na medida de sua culpabilidade.

§ 1º Se a participação for de menor importância, a pena pode ser diminuída de um sexto a um terço.

Afirmativa 2: verdadeira! De fato, o concurso de pessoas pode ocorrer em qualquer fase do *iter criminis*.

Afirmativa 3: falsa! Na verdade, o item descreve a autoria mediata, quando o autor domina a vontade alheia e, desse modo, se serve de outra pessoa que atua como instrumento. A pessoa que serviu de instrumento não age com culpabilidade.

Afirmativa 4: verdadeira! Crimes de mão-própria tipificam condutas que só podem ser realizadas pessoal e diretamente pelo autor. No que tange ao concurso de pessoas, o entendimento doutrinário e jurisprudencial é majoritário no sentido de que tais crimes não admitem coautoria, mas aceitam a participação.

Os crimes de mera conduta, por sua vez, são crimes que não aceitam o resultado naturalístico, porque sequer há previsão para tal. São crimes em que a conduta do agente, por si só, configura o crime. Neles também há possibilidade de participação.

5. (DPE/PR/2011/NC-UFPR/ASSESSOR DE ESTABELECIMENTO PENAL) Sobre o livramento condicional, considere as seguintes afirmativas:

- 1) Não se admite livramento condicional em crimes hediondos se o agente for reincidente.
- 2) O recolhimento à habitação é condição obrigatória para o gozo do livramento condicional.
- 3) O livramento condicional será necessariamente revogado se o agente for condenado por crime cometido antes da sua concessão.
- 4) Comunicar o juiz sobre a mudança de comarca é condição obrigatória para o gozo do livramento condicional.

Assinale a alternativa correta.

- a. Somente as afirmativas 3 e 4 são verdadeiras.
- b. Somente as afirmativas 1, 2 e 4 são verdadeiras.
- c. Somente as afirmativas 2 e 3 são verdadeiras.
- d. Somente a afirmativa 4 é verdadeira.
- e. Somente a afirmativa 1 é verdadeira.

Letra d.

Somente a afirmativa 4 é verdadeira!

Afirmativa 1: falsa! O fato de o condenado ser reincidente não afasta, por si só, a possibilidade de concessão do livramento condicional, ainda que nos casos de crimes hediondos. O Código Penal apenas veda a concessão de livramento condicional em crimes hediondos quando o réu foi reincidente específico em crimes desta natureza.

Art. 83. O juiz poderá conceder livramento condicional ao condenado a pena privativa de liberdade igual ou superior a 2 (dois) anos, desde que:

(...)

V – cumpridos mais de dois terços da pena, nos casos de condenação por crime hediondo, prática de tortura, tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, tráfico de pessoas e terrorismo, se o apenado não for reincidente específico em crimes dessa natureza.

Afirmativa 2: falsa! O recolhimento à habitação é condição facultativa, isto é, pode ou não ser determinada pelo juízo da execução, a teor do art. 132, §2º, “b”, da Lei de Execução Penal:

§ 2º Poderão ainda ser impostas ao liberado condicional, entre outras obrigações, as seguintes:

(...)

b. recolher-se à habitação em hora fixada;

Afirmativa 3: falsa! A revogação só será uma providência obrigatória se o réu for condenado, no curso do gozo do benefício, a pena privativa de liberdade, seja por crime cometido durante a vigência do benefício, seja por crime anterior. É esse o teor do art. 86 do Código Penal:

Art. 86. Revoga-se o livramento, se o liberado vem a ser condenado a pena privativa de liberdade, em sentença irrecorrível:

I – por crime cometido durante a vigência do benefício;

II – por crime anterior, observado o disposto no art. 84 deste Código.

Afirmativa 4: verdadeira! Essa é uma imposição obrigatória ao beneficiário do livramento condicional, como reza o §1º, “c”, do art. 132 da Lei de Execução Penal:

§ 1º Serão sempre impostas ao liberado condicional as obrigações seguintes:

(...)

c. não mudar do território da comarca do Juízo da execução, sem prévia autorização deste.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

1. (PC-PR/2007/NC-UFPR/DELEGADO DE POLÍCIA) Sobre o Inquérito Policial, considere as seguintes afirmativas:
- 1) O ofendido, ou seu representante legal, e o indiciado poderão requerer qualquer diligência, que será realizada, ou não, a juízo da autoridade.
 - 2) Depois de ordenado o arquivamento do inquérito pela autoridade judiciária, por falta de base para a denúncia, a autoridade policial poderá proceder a novas pesquisas, se de outras provas tiver notícia.
 - 3) A instauração de inquérito nas ações penais públicas é essencial ao oferecimento da denúncia.
 - 4) Qualquer pessoa do povo que tiver conhecimento da existência de infração penal em que caiba ação pública poderá, verbalmente ou por escrito, comunicá-la à autoridade policial para que seja instaurado inquérito.

Assinale a alternativa correta.

- a. As afirmativas 1, 2, 3 e 4 são verdadeiras.
- b. Somente as afirmativas 1, 2 e 4 são verdadeiras.
- c. Somente as afirmativas 2 e 3 são verdadeiras.
- d. Somente as afirmativas 3 e 4 são verdadeiras.
- e. Somente as afirmativas 1 e 2 são verdadeiras.

Letra b.

Somente as afirmativas 1, 2 e 4 são verdadeiras!

Afirmativa 1: verdadeira! O item reproduz a redação literal do art. 14 do Código de Processo Penal:

Art. 14. O ofendido, ou seu representante legal, e o indiciado poderão requerer qualquer diligência, que será realizada, ou não, a juízo da autoridade.

Afirmativa 2: verdadeira! É exatamente esse o teor do art. 18 do Código de Processo Penal, como se vê:

Art. 18. Depois de ordenado o arquivamento do inquérito pela autoridade judiciária, por falta de base para a denúncia, a autoridade policial poderá proceder a novas pesquisas, se de outras provas tiver notícia.

Lembre-se de que o arquivamento do inquérito sempre dependerá de decisão do juiz.

Afirmativa 3: falsa! O inquérito policial é dispensável. O inquérito policial é um procedimento administrativo informativo, destinado a apurar a existência de infração penal e sua autoria, a fim de que o titular da ação penal disponha de elementos suficientes para promovê-la. Sendo assim, se já se obteve o fim a que ele se destina – colher elementos que apontem a materialidade do crime e indícios de sua autoria –, o inquérito se faz dispensável, podendo ser substituído por outros procedimentos investigativos, como o PIC (Procedimento Investigatório Criminal), realizado pelo Ministério Público.

Afirmativa 4: verdadeira! É essa a previsão do art. 27 do Código de Processo Penal:

Art. 27. Qualquer pessoa do povo poderá provocar a iniciativa do Ministério Público, nos casos em que caiba a ação pública, fornecendo-lhe, por escrito, informações sobre o fato e a autoria e indicando o tempo, o lugar e os elementos de convicção.

2. (DPE-PR/2011/NC-UFPR/ASSESSOR DE ESTABELECIMENTO PENAL) Sobre as nulidades no processo penal, considere as seguintes afirmativas:

- 1) De acordo com o STJ, é nulo o julgamento da apelação realizado por juízes convocados pelo Tribunal.
- 2) Segundo o STJ, a ausência de defesa preliminar em processo de crime praticado por funcionário público é causa de nulidade relativa.
- 3) A ausência de intimação pessoal do defensor dativo para a sessão de julgamento do recurso em sentido estrito é causa de nulidade absoluta.
- 4) De acordo com o STJ, a ausência de defesa preliminar do acusado por tráfico ilícito de entorpecentes é causa de nulidade absoluta.

Assinale a alternativa correta.

- a. Somente as afirmativas 1 e 3 são verdadeiras.
- b. Somente a afirmativa 2 é verdadeira.
- c. Somente a afirmativa 1 é verdadeira.
- d. Somente as afirmativas 2, 3 e 4 são verdadeiras.
- e. Somente as afirmativas 2 e 3 são verdadeiras.

Letra e.

Somente as afirmativas 2 e 3 são verdadeiras!

Afirmativa 1: falsa! Para o STJ, é válido o julgamento realizado por turma ou câmara de segundo grau formada por maioria de juízes convocados, contanto que tal convocação tenha sido feita na forma prevista em lei.

Afirmativa 2: verdadeira! De fato, é esse o entendimento do STJ, como se vê:

Tratando-se de nulidade relativa, a inobservância da disciplina do artigo 514 do Código de Processo Penal, que trata da defesa preliminar do funcionário público em crimes funcionais, demanda, indubitavelmente, arguição oportuna e demonstração do efetivo prejuízo dela resultante. (REsp n. 481.974-RJ, Relator o Min. Felix Fischer, DJ de 20.10.2003, p. 289)

Afirmativa 3: verdadeira! É esse o posicionamento do STJ, conforme se extrai do seguinte julgado:

PROCESSUAL PENAL. *HABEAS CORPUS*. TRÁFICO. AUSÊNCIA DE INTIMAÇÃO PESSOAL DO DEFENSOR DATIVO DA SESSÃO DE JULGAMENTO DO RECURSO DE APELAÇÃO. NULIDADE ABSOLUTA. ORDEM CONCEDIDA.

1. A ausência de intimação pessoal do defensor dativo para a sessão de julgamento de recurso de apelação é causa de nulidade absoluta, por cerceamento de defesa, conforme precedentes desta Corte.
 2. Ordem concedida.
- (HC 72531/SP, Rel. Min. Arnaldo Esteves Lima, Quinta Turma, DJ 28/05/2007, p. 377)

Afirmativa 4: falsa! A hipótese é de nulidade relativa, confira:

AGRAVO REGIMENTAL. TRÁFICO DE DROGAS. RITO ESPECIAL. ART. 55 DA LEI N. 11.343/2006. INOBSERVÂNCIA. NULIDADE RELATIVA. PREJUÍZO NÃO DEMONSTRADO. 1. A jurisprudência desta Corte Superior de Justiça é no sentido de que a inobservância do rito procedimental previsto no art. 55 da Lei n. 11.343/06, que prevê a apresentação de defesa preliminar antes do recebimento da denúncia, gera nulidade relativa, desde que demonstrados, concretamente, eventuais prejuízos suportados pela defesa, o que não ocorreu no presente caso. 2. Agravo regimental não provido. (AgRg no AREsp 292.376/MG, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 15/09/2015, DJe 21/09/2015).

3. (TJPR/2012/NC-UFPR/JUIZ/ADAPTADA) A prova, no Processo Penal, incumbirá a quem alega (CPP, art. 156). Contudo, é correto afirmar:
- a. Quando a infração deixa vestígios, a confissão do acusado supre o exame de corpo de delito.
 - b. O juiz, de ofício, não pode ordenar a realização de provas antes do início da ação penal, porque passa a presidi-la apenas depois do recebimento da denúncia.
 - c. O juiz pode determinar, no curso da instrução, a realização de diligências para dirimir dúvida sobre ponto relevante da causa.

Letra c.

Alternativa A: errada! A confissão do acusado **NÃO supre** o exame de corpo de delito, como reza o art. 158 do CPP:

Art. 158. Quando a infração deixar vestígios, será indispensável o exame de corpo de delito, direto ou indireto, **não podendo supri-lo a confissão do acusado.**

Alternativa B: errada! Embora tal possibilidade seja polêmica, por atentar contra o sistema acusatório, pondo em cheque a imparcialidade do juiz, ela encontra amparo no art. 156, inciso I, do Código de Processo Penal:

Art. 156. A prova da alegação incumbirá a quem a fizer, sendo, porém, **facultado ao juiz de ofício:**
I – ordenar, **mesmo antes de iniciada a ação penal**, a produção antecipada de provas consideradas urgentes e relevantes, observando a necessidade, adequação e proporcionalidade da medida;

Alternativa C: CERTA! Essa é uma das providências a ser tomada pelo juiz com amparo no art. 156, inciso II, do CPP:

Art. 156. A prova da alegação incumbirá a quem a fizer, sendo, porém, facultado ao juiz de ofício:
(...)
II – determinar, no curso da instrução, ou antes de proferir sentença, a realização de diligências para dirimir dúvida sobre ponto relevante.

4. (PC-ES/2019/INSTITUTO ACESSO/DELEGADO DE POLÍCIA) Gerson está respondendo a procedimento investigatório, conduzido por delegado de Polícia Civil. Em meio a investigação foi decretado sigilo do Inquérito policial para assegurar as investigações. Nessa situação hipotética, marque a alternativa CORRETA.

- a. O advogado somente terá acesso aos autos do inquérito policial se não for decretado o seu sigilo, caso em que terá que aguardar a instauração do processo judicial.
- b. O advogado poderá examinar aos autos do inquérito policial e ainda ter informações sobre os atos de investigação que ainda serão realizados.
- c. Nos crimes hediondos o advogado do indiciado não terá acesso aos autos para assegurar a proteção das investigações.
- d. O advogado poderá examinar aos autos do inquérito policial ainda que tenha sido decretado o seu sigilo.
- e. O sigilo decretado no inquérito policial não impede que os meios de comunicações televisivas tenham acesso, tendo em vista a necessidade de se preservar a ordem pública.

Letra d.

O acesso ao inquérito policial deve ser sempre franqueado ao advogado do indiciado no tocante aos elementos de informação já documentados, conforme assegura a Súmula Vinculante n. 14 do STF:

Súmula Vinculante n. 14: “É direito do defensor, no interesse do representado, ter acesso amplo aos elementos de prova que, já documentados em procedimento investigatório realizado por órgão com competência de polícia judiciária, digam respeito ao exercício do direito de defesa.”

A decretação do sigilo não afeta o direito do advogado de ter acesso aos autos. Para o STF:

Há, é verdade, diligências que devem ser sigilosas, sob risco de comprometimento do seu bom sucesso. Mas, se o sigilo é aí necessário à apuração e à atividade instrutória, a formalização documental de seu resultado já não pode ser subtraída ao indiciado nem ao defensor, porque, é óbvio, cessou a causa mesma do sigilo. (...) Os atos de instrução, enquanto documentação dos elementos retóricos colhidos na investigação, esses devem estar acessíveis ao indiciado e ao defensor, à luz da Constituição da República, que garante à classe dos acusados, na qual não deixam de situar-se o indiciado e o investigado mesmo, o direito de defesa. O sigilo aqui, atingindo a defesa, frustra-lhe, por conseguinte, o exercício. (...) 5. Por outro lado, o instrumento disponível para assegurar a intimidade dos investigados (...) não figura título jurídico para limitar a defesa nem a publicidade, enquanto direitos do acusado. E invocar a intimidade dos demais investigados, para impedir o acesso aos autos, importa restrição ao direito de cada um dos envolvidos, pela razão manifesta de que os impede a todos de conhecer o que, documentalmente, lhes seja contrário. Por isso, a autoridade que investiga deve, mediante expedientes adequados, aparelhar-se para permitir que a defesa de cada paciente tenha acesso, pelo menos, ao que diga respeito a seu constituinte. (HC 88.190, voto do rel. min. Cezar Peluso, 2ª T, j. 29-8-2006, DJ de 6-10-2006.)

5. (PC-ES/2019/INSTITUTO ACESSO/DELEGADO DE POLÍCIA) O Código de Processo Penal estabelece em seu art. 260 que “Se o acusado não atender à intimação para o interrogatório, reconhecimento ou qualquer outro ato que, sem ele, não possa ser realizado, a autoridade poderá mandar conduzi-lo à sua presença.” Em 2018, ao tratar da condução coercitiva, o STF determinou que a expressão “para o interrogatório”, prevista no art. 260 do CPP, não foi recepcionada pela Constituição Federal. Assim, não se pode fazer a condução coercitiva do investigado, ou réu, com o objetivo de submetê-lo ao interrogatório sobre fatos. Quanto a condução coercitiva de investigados, ou de réus, para interrogatório sobre fatos podemos afirmar que pode ensejar a:
- I – a responsabilidade disciplinar, civil e penal do agente ou da autoridade que determinou.
 - II – a ilicitude das provas obtidas.
 - III – a responsabilidade civil do Estado.
 - IV – a nulidade do ato jurídico.

Assinale a alternativa correta:

- a. Todas as afirmativas estão corretas.
- b. I e III estão erradas.
- c. Apenas estão erradas a I e IV.
- d. Todas as afirmativas estão erradas.
- e. Apenas estão corretas a II e IV.

Letra a.

Todas as afirmativas estão corretas!

No julgamento da ADPF n. 395/DF, o plenário do STF declarou que a condução coercitiva de réu ou investigado para interrogatório, constante do artigo 260 do CPP, não foi recepcionada pela Constituição de 1988. O emprego da medida, segundo o entendimento majoritário, representa restrição à liberdade de locomoção e viola a presunção de não culpabilidade, sendo, portanto, incompatível com a Constituição Federal.

Pela decisão do plenário, a autoridade que desobedecer a decisão poderá ser responsabilizada nos âmbitos disciplinar, civil e penal. As provas obtidas por meio do interrogatório ilegal também podem ser consideradas ilícitas, sem prejuízo da responsabilidade civil do Estado. Veja o acórdão do julgado referido:

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os ministros do STF, em sessão plenária, sob a presidência da Senhora Ministra Cármen Lúcia, na conformidade da ata de julgamento e das notas taquigráficas, por maioria e nos termos do voto do relator, julgar procedente a arguição de descumprimento de preceito fundamental, para pronunciar a não recepção da expressão "para o interrogatório", constante do art. 260 do CPP, e declarar a incompatibilidade com a Constituição Federal da condução coercitiva de investigados ou de réus para interrogatório, **sob pena de responsabilidade disciplinar, civil e penal do agente ou da autoridade e de ilicitude das provas obtidas, sem prejuízo da responsabilidade civil do Estado**. Destacam, ainda, que esta decisão não desconstitui interrogatórios realizados até a data do presente julgamento, mesmo que os interrogados tenham sido coercitivamente conduzidos para tal ato.

(ADPF 395/DF. Relator: ministro Gilmar Mendes. Publicado em 22.05.19) (Grifos nossos)

Prof. Renato Borelli

14^a RODADA DE QUESTÕES NC-UFR

LEGISLAÇÃO PENAL
ESPECIAL E DIREITO CIVIL

 GRAN CURSOS
ONLINE



**Renato Borelli**

Juiz Federal do TRF1. Foi Juiz Federal do TRF5. Exerceu a advocacia privada e pública. Foi servidor público e assessorou Desembargador Federal (TRF1) e Ministro (STJ). Atuou no CARF/Ministério da Fazenda como Conselheiro (antigo Conselho de Contribuintes). É formado em Direito e Economia, com especialização em Direito Público, Direito Tributário e Sociologia Jurídica.

Disciplinas: Legislação Penal Especial e Direito Civil

Cargo: Delegado de Polícia

Banca organizadora: NC-UFPR

LEGISLAÇÃO PENAL ESPECIAL

1. (PC-ES/2019/INSTITUTO ACESSO/DELEGADO DE POLÍCIA/ADAPTADA) O Legislador brasileiro adotou, a partir de 2013, o termo “Organizações Criminosas” para tratar o tema, tão falado na mídia e na sociedade, das atividades reconhecidas como “Crime Organizado”. Por ensejar, para alguns, uma maior complexidade de aplicação de recursos e pessoas, de uma logística própria, que passaria despercebida ou pelo menos dificultaria os meios cotidianos de investigação e apuração de responsabilidades, a Lei n. 12.850/2013, para além de trazer a definição objetiva de “Organização Criminosa”, traz também regras específicas para o procedimento. Uma delas, disposta no Capítulo III, se dá no âmbito da “Investigação e dos Meios de Obtenção de Prova”.

Sobre estes, assinale a alternativa correta:

- Em nenhuma fase da persecução penal serão afastados os sigilos financeiro, bancário e fiscal.
- Em qualquer fase da persecução penal, será permitida, sem prejuízo de outros, já previstos em lei, a colaboração premiada como meio de obtenção de prova.
- Apenas após o recebimento da denúncia, será permitida, sem prejuízo de outros já previstos em lei, a colaboração premiada como meio de obtenção de prova.
- Apenas após o recebimento da denúncia, será permitida, sem prejuízo de outros já previstos em lei, a prisão preventiva como meio de obtenção de prova.
- Em qualquer fase da persecução penal, será permitida, sem prejuízo de outros já previstos em lei, a prisão preventiva como meio de obtenção de prova.

2. (PC-GO/2018/UEG/DELEGADO DE POLÍCIA) Nos termos da Lei n. 12.850/2013, a ação controlada consiste em retardar a intervenção policial ou administrativa relativa à ação praticada por organização criminosa ou a ela vinculada, desde que mantida sob observação e acompanhamento para que a medida legal se concretize no momento mais eficaz à formação de provas e obtenção de informações. Acerca desse instituto, verifica-se que
- no início da diligência, elaborar-se-á auto circunstanciado acerca da ação controlada.
 - a comunicação será sigilosamente distribuída de forma a não conter informações que possam indicar a operação a ser efetuada.
 - até o encerramento da diligência, o acesso aos autos será restrito ao juiz, ao Ministério Público e à defesa técnica, como forma de garantir o êxito das investigações.
 - o retardamento da intervenção policial ou administrativa será previamente comunicado ao Ministério Público que, se for o caso, estabelecerá os seus limites e comunicará ao juiz competente.
 - se envolver transposição de fronteiras, o retardamento da intervenção policial ou administrativa poderá ocorrer sem a cooperação das autoridades dos países que figurem como provável itinerário ou destino do investigado, de modo a reduzir os riscos de fuga e extravio do produto, objeto, instrumento ou proveito do crime.
3. (PC-GO/2018/UEG/DELEGADO DE POLÍCIA) Na hipótese de um servidor público ser condenado pelo crime de tortura qualificada pelo resultado morte a uma pena de doze anos de reclusão, referida condenação acarretará a perda do cargo, função ou emprego público e a interdição para seu exercício por
- cinco anos.
 - dez anos.
 - doze anos.
 - vinte e quatro anos.
 - trinta e seis anos.
4. (PC-GO/2018/UEG/DELEGADO DE POLÍCIA) Conforme a Lei n. 8.137/1990, constitui crime contra as relações de consumo, que pode ser punido na modalidade culposa, reduzindo-se a pena e a detenção de 1/3 (um terço) ou a de multa à quinta parte, a seguinte conduta:
- Favorecer ou preferir, sem justa causa, comprador ou freguês, ressalvados os sistemas de entrega ao consumo por intermédio de distribuidores ou revendedores.
 - Elevar o valor cobrado nas vendas a prazo de bens ou serviços, mediante a exigência de comissão ou de taxa de juros ilegais.
 - Induzir o consumidor ou usuário a erro, por via de indicação ou afirmação falsa ou enganosa sobre a natureza, qualidade do bem ou serviço, utilizando-se de qualquer meio, inclusive a veiculação ou divulgação publicitária.

- d. Vender, ter em depósito para vender ou expor à venda ou, de qualquer forma, entregar matéria-prima ou mercadoria, em condições impróprias ao consumo.
 - e. Destruir, inutilizar ou danificar matéria-prima ou mercadoria, com o fim de provocar alta de preço, em proveito próprio ou de terceiros.
5. (PC-PE/2016/CEBRASPE/DELEGADO DE POLÍCIA) Ana contratou Cláudio, prestador de serviços, para consertar seu aparelho de televisão. Sem autorização de Ana e sem motivo justo, Cláudio utilizou, dolosamente, peças de reposição usadas na reparação do aparelho. Nessa situação hipotética, a conduta de Cláudio é considerada
- a. crime previsto no Código de Defesa do Consumidor (CDC).
 - b. crime previsto no CP.
 - c. crime previsto na Lei n. 8.137/1990, que define crimes contra a ordem tributária, econômica e contra as relações de consumo, e dá outras providências.
 - d. atípica, pois não há lei que preveja essa conduta como crime.
 - e. contravenção penal.

DIREITO CIVIL

1. (DPE-PR/2019/NC-UFPR/DEFENSOR PÚBLICO) Assinale a alternativa correta sobre as Pessoas Jurídicas.
- a. A existência legal das pessoas jurídicas de direito privado inicia-se com a formalização de seu ato constitutivo, independentemente de sua inscrição no respectivo registro.
 - b. São pessoas jurídicas de direito privado as associações, as sociedades, as fundações, as organizações religiosas e os partidos políticos. As empresas individuais de responsabilidade limitada, de acordo com o Código Civil em vigor, não são consideradas pessoas jurídicas, pois sua personalidade se confunde com a do empresário individual.
 - c. A desconsideração da personalidade jurídica, por decisão judicial, quando ocorre fraude e abuso de direito contra credores, importa na dissolução ou anulação da sociedade, para todos os efeitos.
 - d. Ocorre a desconsideração inversa quando é afastado o princípio da autonomia patrimonial da pessoa jurídica para responsabilizar a sociedade por obrigações do sócio, quando ele, por exemplo, registra bens pessoais em nome da pessoa jurídica em prejuízo de terceiros.
 - e. Desde que comprovada a culpa desta, a pessoa jurídica é responsável pela reparação civil de danos que seus empregados ou prepostos causarem a terceiros no exercício do trabalho que lhes competir, ou em razão dele.

2. (PC-PR/2007/NC-UFPR/DELEGADO DE POLÍCIA) Os atos e negócios jurídicos podem se apresentar em três diferentes planos no ordenamento jurídico: o da existência, o da validade e o da eficácia. Quanto ao plano da validade, considere as seguintes afirmativas:
- 1) O negócio jurídico simulado é nulo, porém subsiste o negócio que se dissimulou desde que seja válido na forma e na substância.
 - 2) É anulável por fraude material o negócio jurídico cujo instrumento particular é antedatado ou pós-datado.
 - 3) Se a anulabilidade do negócio jurídico resultar de falta de autorização de terceiro, não poderá ser validado posteriormente, ainda que o terceiro autorize.
 - 4) Quando a lei dispuser que determinado ato é anulável, sem estabelecer prazo para pleitear-se a anulação, este será de quatro anos a contar da data da conclusão do ato.

Assinale a alternativa correta.

- a. Somente a afirmativa 1 é verdadeira.
 - b. Somente as afirmativas 1 e 2 são verdadeiras.
 - c. Somente as afirmativas 1, 2 e 4 são verdadeiras.
 - d. Somente as afirmativas 2 e 4 são verdadeiras.
 - e. Somente as afirmativas 1 e 3 são verdadeiras.
3. (PC-PR/2007/NC-UFPR/DELEGADO DE POLÍCIA) Para evitar o atropelamento de pedestre que atravessa a rodovia fora da passarela de segurança, um motorista invade a pista contrária em manobra evasiva e acaba abalroando outro veículo que trafegava corretamente, causando danos materiais e morais ao seu condutor. Essa situação caracteriza:
- a. Ato ilícito que gera a obrigação de indenizar os danos materiais e morais causados ao condutor do veículo que trafegava corretamente na outra pista.
 - b. Ato lícito praticado em estado de necessidade, que exclui o dever de indenizar os danos causados ao condutor do outro veículo.
 - c. Ato lícito praticado em estado de necessidade que obriga o motorista à reparação dos danos materiais e morais causados ao condutor do outro veículo, mas que lhe assegura ação regressiva para haver do pedestre a importância que tiver ressarcido ao lesado.
 - d. Ato ilícito praticado em estado de necessidade, acobertado pela excludente de responsabilidade civil.
 - e. Ato lícito praticado em estado de necessidade que obriga o motorista à reparação dos danos materiais e morais causados ao condutor do outro veículo, sem direito de ação regressiva em face do pedestre.

4. (TJ-PR/2012/NC-UFPR/JUIZ) Acerca dos fatos jurídicos, assinale a alternativa INCORRETA.
- a. Nos casos de condição suspensiva ou resolutiva, é permitido ao titular do direito eventual praticar os atos destinados a conservá-lo.
 - b. Subsistirá a manifestação de vontade ainda que o seu autor haja feito a reserva mental de não querer o que manifestou, mesmo se dela o destinatário tinha conhecimento.
 - c. O credor quirografário, que receber do devedor insolvente o pagamento da dívida ainda não vencida, ficará obrigado a repor, em proveito do acervo sobre que se tenha de efetuar o concurso de credores, aquilo que recebeu.
 - d. Não se considera coação a ameaça do exercício normal de um direito.
5. (TJ-PR/2013/NC-UFPR/JUIZ) No que concerne à prescrição e à decadência, assinale a alternativa INCORRETA:
- a. É possível renunciar à prescrição, de forma expressa ou tácita, mas somente será válida sendo feita sem prejuízo de terceiro e depois que o prazo prescricional se consumir.
 - b. O juiz pode pronunciar de ofício a prescrição e a decadência, salvo se se tratar de decadência convencional.
 - c. Salvo disposição legal em contrário, não se aplicam à decadência as normas que impedem, suspendem ou interrompem a prescrição.
 - d. O despacho que ordena a citação interrompe a prescrição, salvo se o pedido contido na ação for, por sentença de mérito, ao final julgado improcedente.

GABARITO

LEGISLAÇÃO PENAL ESPECIAL

1. b
2. b
3. d
4. d
5. a

DIREITO CIVIL

1. d
2. a
3. c
4. b
5. d

GABARITO COMENTADO

LEGISLAÇÃO PENAL ESPECIAL

1. (PC-ES/2019/INSTITUTO ACESSO/DELEGADO DE POLÍCIA/ADAPTADA) O Legislador brasileiro adotou, a partir de 2013, o termo “Organizações Criminosas” para tratar o tema, tão falado na mídia e na sociedade, das atividades reconhecidas como “Crime Organizado”. Por ensejar, para alguns, uma maior complexidade de aplicação de recursos e pessoas, de uma logística própria, que passaria despercebida ou pelo menos dificultaria os meios cotidianos de investigação e apuração de responsabilidades, a Lei n. 12.850/2013, para além de trazer a definição objetiva de “Organização Criminosa”, traz também regras específicas para o procedimento. Uma delas, disposta no Capítulo III, se dá no âmbito da “Investigação e dos Meios de Obtenção de Prova”.

Sobre estes, assinale a alternativa correta:

- Em nenhuma fase da persecução penal serão afastados os sigilos financeiro, bancário e fiscal.
- Em qualquer fase da persecução penal, será permitida, sem prejuízo de outros, já previstos em lei, a colaboração premiada como meio de obtenção de prova.
- Apenas após o recebimento da denúncia, será permitida, sem prejuízo de outros já previstos em lei, a colaboração premiada como meio de obtenção de prova.
- Apenas após o recebimento da denúncia, será permitida, sem prejuízo de outros já previstos em lei, a prisão preventiva como meio de obtenção de prova.
- Em qualquer fase da persecução penal, será permitida, sem prejuízo de outros já previstos em lei, a prisão preventiva como meio de obtenção de prova.

Letra b.

a. Errada! O afastamento do sigilo financeiro, bancário e fiscal poderá ser decretado em **qualquer fase de persecução penal**, a teor do art. 3º, VI, da Lei n.12.850/2013:

Art. 3º Em qualquer fase da persecução penal, serão permitidos, sem prejuízo de outros já previstos em lei, os seguintes meios de obtenção da prova: (...)

VI – afastamento dos sigilos financeiro, bancário e fiscal, nos termos da legislação específica;

b. CERTA! De fato, a colaboração premiada é possível em qualquer etapa da persecução penal, como prevê o art. 3º, I, da Lei n. 12.850/2013:

Art. 3º Em qualquer fase da persecução penal, serão permitidos, sem prejuízo de outros já previstos em lei, os seguintes meios de obtenção da prova:

I – colaboração premiada;

c. Errada! Como dito, a colaboração premiada é permitida em qualquer fase da persecução penal, mesmo antes do recebimento da denúncia.

d. Errada! A prisão preventiva tem natureza cautelar e não se presta à obtenção de provas. No mais, ela também é possível em qualquer fase da persecução penal.

e. Errada! Conforme visto acima, a prisão preventiva tem natureza cautelar e não se destina à obtenção de provas.

2. (PC-GO/2018/UEG/DELEGADO DE POLÍCIA) Nos termos da Lei n. 12.850/2013, a ação controlada consiste em retardar a intervenção policial ou administrativa relativa à ação praticada por organização criminosa ou a ela vinculada, desde que mantida sob observação e acompanhamento para que a medida legal se concretize no momento mais eficaz à formação de provas e obtenção de informações. Acerca desse instituto, verifica-se que
- no início da diligência, elaborar-se-á auto circunstanciado acerca da ação controlada.
 - a comunicação será sigilosamente distribuída de forma a não conter informações que possam indicar a operação a ser efetuada.
 - até o encerramento da diligência, o acesso aos autos será restrito ao juiz, ao Ministério Público e à defesa técnica, como forma de garantir o êxito das investigações.
 - o retardamento da intervenção policial ou administrativa será previamente comunicado ao Ministério Público que, se for o caso, estabelecerá os seus limites e comunicará ao juiz competente.
 - se envolver transposição de fronteiras, o retardamento da intervenção policial ou administrativa poderá ocorrer sem a cooperação das autoridades dos países que figurem como provável itinerário ou destino do investigado, de modo a reduzir os riscos de fuga e extravio do produto, objeto, instrumento ou proveito do crime.

Letra b.

a. Errada! A elaboração do auto circunstanciado ocorre ao término das diligências, segundo o § 4º do art. 8º da Lei n. 12.850/2013:

Art. 8º, § 4º Ao término da diligência, elaborar-se-á auto circunstanciado acerca da ação controlada.

b. CERTA! É esse o teor do § 2º do art. 8º da Lei n. 12.850/2013:

Art. 8º, § 2º A comunicação será sigilosamente distribuída de forma a não conter informações que possam indicar a operação a ser efetuada.

c. Errada! Até o encerramento da diligência, não se franqueará acesso aos autos à defesa técnica. Apenas o Juiz, o Ministério Público e o Delegado terão acesso aos autos. Nesse sentido, é o § 3º do art. 8º da Lei n. 12.850/2013:

Art. 8º, § 3º Até o encerramento da diligência, o acesso aos autos será restrito ao juiz, ao Ministério Público e ao delegado de polícia, como forma de garantir o êxito das investigações.

d. Errada! A assertiva trocou a ordem. O retardamento será primeiro comunicado ao Juiz que, se for o caso, estabelecerá os seus limites e comunicará ao Ministério Público. É esse o teor do § 1º do art. 8º da Lei n. 12.850/2013:

Art. 8º, § 1º O retardamento da intervenção policial ou administrativa será previamente comunicado ao juiz competente que, se for o caso, estabelecerá os seus limites e comunicará ao Ministério Público.

e. Errada! Se a ação controlada envolver transposição de fronteiras, o retardamento exigirá, necessariamente, a cooperação das autoridades dos países que figurem como provável itinerário ou destino do investigado, conforme estabelece o art. 9º da Lei n. 12.850/2013:

Art. 9º Se a ação controlada envolver transposição de fronteiras, o retardamento da intervenção policial ou administrativa somente poderá ocorrer com a cooperação das autoridades dos países que figurem como provável itinerário ou destino do investigado, de modo a reduzir os riscos de fuga e extravio do produto, objeto, instrumento ou proveito do crime.

-
- 3.** (PC-GO/2018/UEG/DELEGADO DE POLÍCIA) Na hipótese de um servidor público ser condenado pelo crime de tortura qualificada pelo resultado morte a uma pena de doze anos de reclusão, referida condenação acarretará a perda do cargo, função ou emprego público e a interdição para seu exercício por
- cinco anos.
 - dez anos.
 - doze anos.
 - vinte e quatro anos.
 - trinta e seis anos.

Letra d.

Nos termos do § 5º do art. 1º da Lei n. 9.455/1997, a condenação pelo crime de tortura implicará perda do cargo, da função ou do emprego público e a interdição para o seu exercício pelo dobro do prazo da pena aplicada:

Art. 1º, § 5º A condenação acarretará a perda do cargo, função ou emprego público e a interdição para seu exercício pelo dobro do prazo da pena aplicada.

Sendo assim, como a pena aplicada foi de 12 (doze) anos, a perda do cargo, função ou emprego público perdurará por 24 (vinte e quatro) anos.

Atenção! Lembre-se de que, em regra, a perda do cargo público não é efeito automático da condenação, sendo necessária a motivação expressa, nos termos do parágrafo único do artigo 92 do Código Penal. No entanto, essa ideia não prevalece nos crimes de tortura. Nesses, a perda do cargo, da função ou do emprego público é efeito automático da condenação.

4. (PC-GO/2018/UEG/DELEGADO DE POLÍCIA) Conforme a Lei n. 8.137/1990, constitui crime contra as relações de consumo, que pode ser punido na modalidade culposa, reduzindo-se a pena e a detenção de 1/3 (um terço) ou a de multa à quinta parte, a seguinte conduta:
- Favorecer ou preferir, sem justa causa, comprador ou freguês, ressalvados os sistemas de entrega ao consumo por intermédio de distribuidores ou revendedores.
 - Elevar o valor cobrado nas vendas a prazo de bens ou serviços, mediante a exigência de comissão ou de taxa de juros ilegais.
 - Induzir o consumidor ou usuário a erro, por via de indicação ou afirmação falsa ou enganosa sobre a natureza, qualidade do bem ou serviço, utilizando-se de qualquer meio, inclusive a veiculação ou divulgação publicitária.
 - Vender, ter em depósito para vender ou expor à venda ou, de qualquer forma, entregar matéria-prima ou mercadoria, em condições impróprias ao consumo.
 - Destruir, inutilizar ou danificar matéria-prima ou mercadoria, com o fim de provocar alta de preço, em proveito próprio ou de terceiros.

Letra d.

O art. 7º da Lei n. 8.137/1990 tipifica condutas contra as relações de consumo. Confira:

Art. 7º Constitui crime contra as relações de consumo:

- favorecer ou preferir, sem justa causa, comprador ou freguês, ressalvados os sistemas de entrega ao consumo por intermédio de distribuidores ou revendedores;
- vender ou expor à venda mercadoria cuja embalagem, tipo, especificação, peso ou composição

esteja em desacordo com as prescrições legais, ou que não corresponda à respectiva classificação oficial;

III – misturar gêneros e mercadorias de espécies diferentes, para vendê-los ou expô-los à venda como puros; misturar gêneros e mercadorias de qualidades desiguais para vendê-los ou expô-los à venda por preço estabelecido para os demais mais alto custo;

IV – fraudar preços por meio de:

a. alteração, sem modificação essencial ou de qualidade, de elementos tais como denominação, sinal externo, marca, embalagem, especificação técnica, descrição, volume, peso, pintura ou acabamento de bem ou serviço;

b. divisão em partes de bem ou serviço, habitualmente oferecido à venda em conjunto;

c. junção de bens ou serviços, comumente oferecidos à venda em separado;

d. aviso de inclusão de insumo não empregado na produção do bem ou na prestação dos serviços;

V – elevar o valor cobrado nas vendas a prazo de bens ou serviços, mediante a exigência de comissão ou de taxa de juros ilegais;

VI – sonegar insumos ou bens, recusando-se a vendê-los a quem pretenda comprá-los nas condições publicamente ofertadas, ou retê-los para o fim de especulação;

VII – induzir o consumidor ou usuário a erro, por via de indicação ou afirmação falsa ou enganosa sobre a natureza, qualidade do bem ou serviço, utilizando-se de qualquer meio, inclusive a veiculação ou divulgação publicitária;

VIII – destruir, inutilizar ou danificar matéria-prima ou mercadoria, com o fim de provocar alta de preço, em proveito próprio ou de terceiros;

IX – vender, ter em depósito para vender ou expor à venda ou, de qualquer forma, entregar matéria-prima ou mercadoria, em condições impróprias ao consumo;

Pena – detenção, de 2 (dois) a 5 (cinco) anos, ou multa.

Parágrafo único. Nas hipóteses dos incisos II, III e IX pune-se a modalidade culposa, reduzindo-se a pena e a detenção de 1/3 (um terço) ou a de multa à quinta parte.

Conforme estabelece o parágrafo único, dentre as condutas elencadas no artigo, apenas três podem ser punidas na modalidade culposa, fazendo jus a uma redução da pena de detenção em 1/3 e à redução da pena de multa à quinta parte. São elas:

- Vender ou expor à venda mercadoria cuja embalagem, tipo, especificação, peso ou composição estejam em desacordo com as prescrições legais, ou que não correspondam à respectiva classificação oficial;
- Misturar gêneros e mercadorias de espécies diferentes, para vendê-los ou expô-los à venda como puros; misturar gêneros e mercadorias de qualidades desiguais para vendê-los ou expô-los à venda por preço estabelecido para os demais mais alto custo;
- Vender, ter em depósito para vender ou expor à venda ou, de qualquer forma, entregar matéria-prima ou mercadoria, em condições impróprias ao consumo;

Sendo assim, correta a alternativa “d”!

5. (PC-PE/2016/CEBRASPE/DELEGADO DE POLÍCIA) Ana contratou Cláudio, prestador de serviços, para consertar seu aparelho de televisão. Sem autorização de Ana e sem motivo justo, Cláudio utilizou, dolosamente, peças de reposição usadas na reparação do aparelho. Nessa situação hipotética, a conduta de Cláudio é considerada
- a. crime previsto no Código de Defesa do Consumidor (CDC).
 - b. crime previsto no CP.
 - c. crime previsto na Lei n. 8.137/1990, que define crimes contra a ordem tributária, econômica e contra as relações de consumo, e dá outras providências.
 - d. atípica, pois não há lei que preveja essa conduta como crime.
 - e. contravenção penal.

Letra a.

A conduta de Cláudio encontra tipificação no art. 70 do **Código de Defesa do Consumidor**, que assim dispõe:

Art. 70. Empregar na reparação de produtos, peça ou componentes de reposição usados, sem autorização do consumidor:

Pena – Detenção de três meses a um ano e multa.

Sendo assim, correta a alternativa “a”!

DIREITO CIVIL

1. (DPE-PR/2019/NC-UFPR/DEFENSOR PÚBLICO) Assinale a alternativa correta sobre as Pessoas Jurídicas.
- a. A existência legal das pessoas jurídicas de direito privado inicia-se com a formalização de seu ato constitutivo, independentemente de sua inscrição no respectivo registro.
 - b. São pessoas jurídicas de direito privado as associações, as sociedades, as fundações, as organizações religiosas e os partidos políticos. As empresas individuais de responsabilidade limitada, de acordo com o Código Civil em vigor, não são consideradas pessoas jurídicas, pois sua personalidade se confunde com a do empresário individual.
 - c. A desconsideração da personalidade jurídica, por decisão judicial, quando ocorre fraude e abuso de direito contra credores, importa na dissolução ou anulação da sociedade, para todos os efeitos.
 - d. Ocorre a desconsideração inversa quando é afastado o princípio da autonomia patrimonial da pessoa jurídica para responsabilizar a sociedade por obrigações do sócio, quando ele, por exemplo, registra bens pessoais em nome da pessoa jurídica em prejuízo de terceiros.

e. Desde que comprovada a culpa desta, a pessoa jurídica é responsável pela reparação civil de danos que seus empregados ou prepostos causarem a terceiros no exercício do trabalho que lhes competir, ou em razão dele.

Letra d.

a. Errada! É essencial, para a existência legal das pessoas jurídicas de direito privado, a inscrição de seus atos constitutivos no respectivo registro. É o que estabelece o art. 45 do Código Civil:

Art. 45. Começa a existência legal das pessoas jurídicas de direito privado com a inscrição do ato constitutivo no respectivo registro, precedida, quando necessário, de autorização ou aprovação do Poder Executivo, averbando-se no registro todas as alterações por que passar o ato constitutivo.

b. Errada! As empresas individuais de responsabilidade limitada também são pessoas jurídicas de direito privado, como se extrai do art. 44 do Código Civil:

Art. 44. São pessoas jurídicas de direito privado:

- I – as associações;
- II – as sociedades;
- III – as fundações;
- IV – as organizações religiosas;
- V – os partidos políticos.
- VI – as empresas individuais de responsabilidade limitada.

c. Errada! A desconsideração da personalidade jurídica não implica dissolução ou anulação da sociedade para todos os efeitos. Ela é pontual, uma medida extrema e cirúrgica, que afasta um dos efeitos da personalidade jurídica – a autonomia patrimonial – para permitir que o credor de determinada obrigação alcance os bens particulares dos sócios e administradores.

Vale lembrar que o Código Civil adotou a Teoria Maior quanto à desconsideração da personalidade jurídica, exigindo a demonstração de abuso ou fraude como pressuposto para sua decretação. Já o CDC perfilha a teoria menor, a qual admite a responsabilização dos sócios quando a personalidade da sociedade empresária configurar impeditivo ao ressarcimento dos prejuízos causados ao consumidor.

d. CERTA! A desconsideração inversa é o afastamento do princípio da autonomia patrimonial da pessoa jurídica para responsabilizar a sociedade por obrigação do sócio. A teoria da desconsideração inversa, fruto de uma construção doutrinária e jurisprudencial, hoje encontra expresso amparo no Código de Processo Civil, em seu art. 133, § 2º.

Art. 133. O incidente de desconsideração da personalidade jurídica será instaurado a pedido da parte ou do Ministério Público, quando lhe couber intervir no processo.

§ 1º O pedido de desconsideração da personalidade jurídica observará os pressupostos previstos em lei.

§ 2º Aplica-se o disposto neste Capítulo à hipótese de desconsideração inversa da personalidade jurídica.

e. Errada! A responsabilidade da pessoa jurídica é objetiva, isto é, independe da existência de culpa, conforme se extrai do arts. 932, III, e 933 do Código Civil:

Art. 932. São também responsáveis pela reparação civil: (...)

III – o empregador ou comitente, por seus empregados, serviçais e prepostos, no exercício do trabalho que lhes competir, ou em razão dele;

Art. 933. As pessoas indicadas nos incisos I a V do artigo antecedente, ainda que não haja culpa de sua parte, responderão pelos atos praticados pelos terceiros ali referidos

2. (PC-PR/2007/NC-UFPR/DELEGADO DE POLÍCIA) Os atos e negócios jurídicos podem se apresentar em três diferentes planos no ordenamento jurídico: o da existência, o da validade e o da eficácia. Quanto ao plano da validade, considere as seguintes afirmativas:
- 1) O negócio jurídico simulado é nulo, porém subsiste o negócio que se dissimulou desde que seja válido na forma e na substância.
 - 2) É anulável por fraude material o negócio jurídico cujo instrumento particular é antedatado ou pós-datado.
 - 3) Se a anulabilidade do negócio jurídico resultar de falta de autorização de terceiro, não poderá ser validado posteriormente, ainda que o terceiro autorize.
 - 4) Quando a lei dispuser que determinado ato é anulável, sem estabelecer prazo para pleitear-se a anulação, este será de quatro anos a contar da data da conclusão do ato.

Assinale a alternativa correta.

- a. Somente a afirmativa 1 é verdadeira.
- b. Somente as afirmativas 1 e 2 são verdadeiras.
- c. Somente as afirmativas 1, 2 e 4 são verdadeiras.
- d. Somente as afirmativas 2 e 4 são verdadeiras.
- e. Somente as afirmativas 1 e 3 são verdadeiras.

Letra a.

Somente a afirmativa 1 é verdadeira!

Item 1: Verdadeira! É essa a previsão do art. 167 do Código Civil:

Art. 167. É nulo o negócio jurídico simulado, mas subsistirá o que se dissimulou, se válido for na substância e na forma.

Item 2: Falsa! O negócio jurídico é **nulo** em razão da simulação, nos termos do art. 167, *caput* e § 1º, inc. III, do Código Civil:

Art. 167. É nulo o negócio jurídico simulado, mas subsistirá o que se dissimulou, se válido for na substância e na forma.

§ 1º Haverá simulação nos negócios jurídicos quando:

I – aparentarem conferir ou transmitir direitos a pessoas diversas daquelas às quais realmente se conferem, ou transmitem;

II – contiverem declaração, confissão, condição ou cláusula não verdadeira;

III – os instrumentos particulares forem antedatados, ou pós-datados.

Item 3: Falsa! Se o terceiro der a autorização posteriormente, o negócio jurídico se convalidará. É o que firma o art. 176 do Código Civil:

Art. 176. Quando a anulabilidade do ato resultar da falta de autorização de terceiro, será validado se este a der posteriormente.

Item 4: Falsa! Quando não houver referência a um prazo específico, o prazo de anulação do negócio jurídico será de **2 (dois) anos**, conforme estabelece o art. 179 do Código Civil:

Art. 179. Quando a lei dispuser que determinado ato é anulável, sem estabelecer prazo para pleitear-se a anulação, será este de dois anos, a contar da data da conclusão do ato.

-
- 3.** (PC-PR/2007/NC-UFPR/DELEGADO DE POLÍCIA) Para evitar o atropelamento de pedestre que atravessa a rodovia fora da passarela de segurança, um motorista invade a pista contrária em manobra evasiva e acaba abalroando outro veículo que trafegava corretamente, causando danos materiais e morais ao seu condutor. Essa situação caracteriza:
- Ato ilícito que gera a obrigação de indenizar os danos materiais e morais causados ao condutor do veículo que trafegava corretamente na outra pista.
 - Ato lícito praticado em estado de necessidade, que exclui o dever de indenizar os danos causados ao condutor do outro veículo.
 - Ato lícito praticado em estado de necessidade que obriga o motorista à reparação dos danos materiais e morais causados ao condutor do outro veículo, mas que lhe assegura ação regressiva para haver do pedestre a importância que tiver ressarcido ao lesado.

- d. Ato ilícito praticado em estado de necessidade, acobertado pela excludente de responsabilidade civil.
- e. Ato lícito praticado em estado de necessidade que obriga o motorista à reparação dos danos materiais e morais causados ao condutor do outro veículo, sem direito de ação regressiva em face do pedestre.

Letra c.

O ato praticado pelo motorista é um **ato lícito, praticado em estado de necessidade**. Apesar disso, tal ato gera a obrigação de indenizar, porque aquele que sofreu o dano não deu causa à situação de perigo. No entanto, o motorista tem o direito de deflagrar ação regressiva contra aquele que, de fato, gerou o perigo. É o que estabelecem os arts. 188, II, c/c 929 c/c 930, todos do Código Civil:

Art. 188. Não constituem atos ilícitos:

I – os praticados em legítima defesa ou no exercício regular de um direito reconhecido;

II – a deterioração ou destruição da coisa alheia, ou a lesão a pessoa, a fim de remover perigo iminente.

Parágrafo único. No caso do inciso II, o ato será legítimo somente quando as circunstâncias o tornarem absolutamente necessário, não excedendo os limites do indispensável para a remoção do perigo.

Art. 929. Se a pessoa lesada, ou o dono da coisa, no caso do inciso II do art. 188, não forem culpados do perigo, assiste-lhes o direito à indenização do prejuízo que sofreram.

Art. 930. No caso do inciso II do art. 188, se o perigo ocorrer por culpa de terceiro, contra este terá o autor do dano ação regressiva para haver a importância que tiver ressarcido ao lesado.

4. (TJ-PR/2012/NC-UFPR/JUIZ) Acerca dos fatos jurídicos, assinale a alternativa INCORRETA.

- a. Nos casos de condição suspensiva ou resolutiva, é permitido ao titular do direito eventual praticar os atos destinados a conservá-lo.
- b. Subsistirá a manifestação de vontade ainda que o seu autor haja feito a reserva mental de não querer o que manifestou, mesmo se dela o destinatário tinha conhecimento.
- c. O credor quirografário, que receber do devedor insolvente o pagamento da dívida ainda não vencida, ficará obrigado a repor, em proveito do acervo sobre que se tenha de efetuar o concurso de credores, aquilo que recebeu.
- d. Não se considera coação a ameaça do exercício normal de um direito.

Letra b.

a. Correta! É esse o teor do art. 130 do Código Civil:

Art. 130. Ao titular do direito eventual, nos casos de condição suspensiva ou resolutiva, é permitido praticar os atos destinados a conservá-lo.

b. INCORRETA! Se o destinatário tinha conhecimento da reserva mental, o negócio jurídico **não subsistirá**, conforme estabelece o art. 110 do Código Civil:

Art. 110. A manifestação de vontade subsiste ainda que o seu autor haja feito a reserva mental de não querer o que manifestou, salvo se dela o destinatário tinha conhecimento.

c. Correta! A assertiva reproduz a literalidade do art. 162 do Código Civil:

Art. 162. O credor quirografário, que receber do devedor insolvente o pagamento da dívida ainda não vencida, ficará obrigado a repor, em proveito do acervo sobre que se tenha de efetuar o concurso de credores, aquilo que recebeu.

d. Correta! É exatamente o que regula o art. 153 do Código Civil:

Art. 153. Não se considera coação a ameaça do exercício normal de um direito, nem o simples temor reverencial.

5. (TJ-PR/2013/NC-UFPR/JUIZ) No que concerne à prescrição e à decadência, assinale a alternativa INCORRETA:

- a. É possível renunciar à prescrição, de forma expressa ou tácita, mas somente será válida sendo feita sem prejuízo de terceiro e depois que o prazo prescricional se consumir.
- b. O juiz pode pronunciar de ofício a prescrição e a decadência, salvo se se tratar de decadência convencional.
- c. Salvo disposição legal em contrário, não se aplicam à decadência as normas que impedem, suspendem ou interrompem a prescrição.
- d. O despacho que ordena a citação interrompe a prescrição, salvo se o pedido contido na ação for, por sentença de mérito, ao final julgado improcedente.

Letra d.

a. Correta! De fato, a renúncia à prescrição pode ser expressa ou tácita, mas somente valerá depois de transcorrido o prazo prescricional. É o que estabelece o art. 191 do Código Civil:

Art. 191. A renúncia da prescrição pode ser expressa ou tácita, e só valerá, sendo feita, sem prejuízo de terceiro, depois que a prescrição se consumir; tácita é a renúncia quando se presume de fatos do interessado, incompatíveis com a prescrição.

b. Correta! A prescrição pode ser pronunciada de ofício, assim como a decadência, exceto se esta não derivar da lei, a teor dos arts. 210 e 211 do Código Civil:

Art. 210. Deve o juiz, de ofício, conhecer da decadência, quando estabelecida por lei.

Art. 211. Se a decadência for convencional, a parte a quem aproveita pode alegá-la em qualquer grau de jurisdição, mas o juiz não pode suprir a alegação.

c. Correta! É o que enuncia o art. 207 do Código Civil:

Art. 207. Salvo disposição legal em contrário, não se aplicam à decadência as normas que impedem, suspendem ou interrompem a prescrição.

d. INCORRETA! O despacho que ordena a citação, ainda que proferido por Juiz incompetente ou ainda que o pedido veiculado na ação seja, ao final, julgado improcedente, tem o condão de interromper a prescrição, a teor do art. 202, inc. I, do Código Civil.

Art. 202. A interrupção da prescrição, que somente poderá ocorrer uma vez, dar-se-á:

I – por despacho do juiz, mesmo incompetente, que ordenar a citação, se o interessado a promover no prazo e na forma da lei processual;

Prof. Renato Borelli

15^a RODADA DE QUESTÕES NC-UFR

**DIREITO ADMINISTRATIVO E
DIREITO CONSTITUCIONAL**

 GRAN CURSOS
ONLINE



**Renato Borelli**

Juiz Federal do TRF1. Foi Juiz Federal do TRF5. Exerceu a advocacia privada e pública. Foi servidor público e assessorou Desembargador Federal (TRF1) e Ministro (STJ). Atuou no CARF/Ministério da Fazenda como Conselheiro (antigo Conselho de Contribuintes). É formado em Direito e Economia, com especialização em Direito Público, Direito Tributário e Sociologia Jurídica.

Disciplinas: Direito Administrativo e Direito Constitucional

Cargo: Delegado de Polícia

Banca organizadora: NC-UFPR

DIREITO ADMINISTRATIVO

1. (UFPR/2017/NC-UFPR/ADMINISTRADOR) A administração pública se organiza em administração direta e indireta. É/São elemento(s) da administração direta:
 - a. Serviços da Presidência da República e dos Ministérios.
 - b. Fundações de Amparo à Pesquisa.
 - c. Portos e Aeroportos.
 - d. Petrobras S.A.
 - e. Universidades Federais.

2. (PREFEITURA DE CURITIBA-PR/2015/NC-UFPR/PROCURADOR) O enunciado do artigo 54 da Lei Federal n. 9.784/1999 (Lei do Processo Administrativo Federal) estabelece que “o direito da Administração de anular os atos administrativos de que decorram efeitos favoráveis para os destinatários decai em cinco anos, contados da data em que foram praticados, salvo comprovada má-fé”.

Acerca desse dispositivo, assinale a alternativa correta.

 - a. Não é caso de prescrição, mas de preclusão lógica.
 - b. Protege a boa-fé e a segurança jurídica dos particulares que se relacionam com a Administração Pública.
 - c. Foi declarado inconstitucional pelo Poder Judiciário, pois pode a Administração dispor do interesse público.
 - d. Equipara o prazo com a prescrição quinquenal prevista no Decreto n. 20.910/1932.
 - e. Não se aplica aos atos administrativos vinculados.

3. (UFPR/2013/NC-UFPR/AUXILIAR DE ENFERMAGEM) A Administração Pública praticou, em 2013, um ato ilegal. A Administração Pública:
- poderá anular o ato, se este trouxe prejuízo a terceiros.
 - deverá anular o ato.
 - deverá revogar o ato, se for conveniente ou oportuno.
 - deverá aguardar que o Poder Judiciário se manifeste sobre a legalidade do ato.
 - poderá revogar o ato.
4. (UFPR/2013/NC-UFPR/PSICÓLOGO) José é servidor público efetivo da Universidade Federal do Paraná, que possui natureza jurídica de autarquia. Candidatou-se, nas eleições de 2012, para o cargo de vereador do município de Curitiba. Logrou êxito e foi eleito. Em que condições o servidor poderá exercer o mandato de vereador?
- José deverá se afastar do cargo na Universidade a partir do dia em que passar a exercer o mandato de vereador, sendo-lhe facultado optar pela sua remuneração.
 - José deverá se afastar do cargo na Universidade a partir do dia em que passar a exercer o mandato de vereador, e receberá, cumulativamente, as remunerações dos dois cargos, da UFPR e de vereador.
 - Havendo compatibilidade de horários, perceberá as vantagens de seu cargo, emprego ou função, sem prejuízo da remuneração do cargo eletivo, e, não havendo compatibilidade, será afastado do cargo, emprego ou função, percebendo somente a remuneração do cargo de vereador.
 - Havendo compatibilidade de horários, perceberá as vantagens de seu cargo, emprego ou função, sem prejuízo da remuneração do cargo eletivo, e, não havendo compatibilidade, ser-lhe-á vedado exercer o cargo de vereador.
 - Havendo compatibilidade de horários, perceberá as vantagens de seu cargo, emprego ou função, sem prejuízo da remuneração do cargo eletivo, e, não havendo compatibilidade, será afastado do cargo, emprego ou função, sendo-lhe facultado optar pela sua remuneração.
5. (UFPR/2013/NC-UFPR/AUXILIAR DE ENFERMAGEM) São formas de provimento de cargo público da União:
- Nomeação.
 - Promoção.
 - Reintegração.
 - Recondução.

Estão corretos os itens:

- a. 2 e 4 apenas.
- b. 1 e 3 apenas.
- c. 2, 3 e 4 apenas.
- d. 1 e 4 apenas.
- e. 1, 2, 3 e 4.

DIREITO CONSTITUCIONAL

1. (PC-PR/2013/NC-UFPR/DELEGADO DE POLÍCIA) Quais são as características fundamentais do poder constituinte originário?
 - a. Inicial, limitado e incondicionado.
 - b. Inicial, ilimitado e condicionado.
 - c. Inicial, ilimitado e incondicionado.
 - d. Derivado, limitado e condicionado.

2. (PC-PR/2007/NC-UFPR/DELEGADO DE POLÍCIA) De acordo com a redação do artigo 193 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, a ordem social tem como base:
 - a. A defesa da propriedade privada, da livre concorrência e do consumidor, e como objetivo a preservação do meio ambiente sadio e equilibrado.
 - b. A defesa do consumidor, e como objetivo a preservação do meio ambiente sadio e equilibrado.
 - c. A defesa dos direitos e garantias individuais do cidadão, e como objetivo a preservação ambiental.
 - d. A propriedade privada e a livre concorrência, e como objetivo a defesa do consumidor.
 - e. O primado do trabalho, e como objetivo o bem-estar e a justiça sociais.

3. (PC-PR/2007/NC-UFPR/DELEGADO DE POLÍCIA) Sobre as competências da União Federal, considere as seguintes afirmativas:
 - 1) Compete privativamente à União legislar sobre direito tributário, penitenciário e econômico.
 - 2) Não obstante a União exercer monopólio estatal sobre a pesquisa e o comércio de minérios nucleares e seus derivados, é autorizada a utilização e a comercialização de radioisótopos, para a pesquisa e usos médicos agrícolas e industriais, sob regime de permissão.

- 3) A competência da União para legislar sobre a organização, garantias, direitos e deveres das polícias civis é limitada ao estabelecimento de normas gerais, sem exclusão da competência suplementar dos Estados.
- 4) Compete privativamente à União legislar sobre normas gerais de licitação e contratação, em todas as modalidades, para as administrações públicas diretas, autárquicas e fundacionais.

Assinale a alternativa correta.

- a. Apenas as afirmativas 1, 2 e 4 são verdadeiras.
- b. Apenas as afirmativas 1 e 3 são verdadeiras.
- c. Apenas as afirmativas 2, 3 e 4 são verdadeiras.
- d. Apenas as afirmativas 3 e 4 são verdadeiras.
- e. Apenas a afirmativa 4 é verdadeira.

4. (PC-PR/2007/NC-UFPR/DELEGADO DE POLÍCIA) No plano constitucional, a educação é dever do Estado e da família, garantida a gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais. Sobre o tema, considere os seguintes deveres:

- 1) Garantir educação infantil em creche e pré-escola às crianças de até seis anos de idade.
- 2) Dar atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino.
- 3) Fixar o piso salarial profissional a ser definido pelos Estados da Federação, para os profissionais de educação da rede pública.
- 4) Garantir acesso aos níveis mais elevados de ensino, segundo a capacidade de cada um.

São obrigações do Estado:

- a. 3 e 4 apenas.
- b. 1 e 2 apenas.
- c. 2 e 4 apenas.
- d. 1, 2 e 4 apenas.
- e. 2 e 3 apenas.

5. (PC-PR/2007/NC-UFPR/DELEGADO DE POLÍCIA) Podem propor a ação direta de inconstitucionalidade e a ação declaratória de constitucionalidade as pessoas e órgãos adiante nominados, EXCETO:

- a. O Vice-Presidente da República.
- b. O Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil.
- c. Partido político com representação no Congresso Nacional.
- d. A Mesa da Assembleia Legislativa ou da Câmara Legislativa do Distrito Federal.
- e. O Governador de Estado ou do Distrito Federal.

GABARITO

DIREITO ADMINISTRATIVO

1. a
2. b
3. b
4. e
5. e

DIREITO CONSTITUCIONAL

1. c
2. e
3. c
4. c
5. a

GABARITO COMENTADO

DIREITO ADMINISTRATIVO

1. (UFPR/2017/NC-UFPR/ADMINISTRADOR) A administração pública se organiza em administração direta e indireta. É/São elemento(s) da administração direta:
- Serviços da Presidência da República e dos Ministérios.
 - Fundações de Amparo à Pesquisa.
 - Portos e Aeroportos.
 - Petrobras S.A.
 - Universidades Federais.

Letra a.

a. CERTA! A Administração direta compreende os entes federativos (União, estados, DF e municípios) e seus respectivos órgãos, a exemplo dos serviços da Presidência da República e dos Ministérios, órgãos vinculados ao Poder Executivo federal. No art. 4º, I, do Decreto-Lei n. 200/1967, aliás, temos que:

Art. 4º A Administração Federal compreende:

I – A Administração Direta, que se constitui dos serviços integrados na estrutura administrativa da Presidência da República e dos Ministérios.

II – A Administração Indireta, que compreende as seguintes categorias de entidades, dotadas de personalidade jurídica própria:

- Autarquias;
- Empresas Públicas;
- Sociedades de Economia Mista.
- Fundações públicas.

Daí já podemos observar que a Administração indireta é composta pelas autarquias, pelas empresas públicas, pelas sociedades de economia mista e pelas fundações públicas.

b. Errada! Segundo a Constituição Federal, art. 21, XII, a infraestrutura aeroportuária e os portos marítimos podem ser explorados diretamente pela União ou ser objeto de autorização, concessão ou permissão em favor da iniciativa privada. No último caso, nem mesmo integram a Administração Pública.

c. Errada! As fundações públicas integram a Administração indireta.

d. Errada! A Petrobrás é uma sociedade de economia mista e, portanto, integrante da Administração indireta.

e. Errada! As Universidades Federais são constituídas sob a forma de autarquias ou fundações públicas, integrando, assim, a Administração indireta.

2. (PREFEITURA DE CURITIBA-PR/2015/NC-UFPR/PROCURADOR) O enunciado do artigo 54 da Lei Federal n. 9.784/1999 (Lei do Processo Administrativo Federal) estabelece que “o direito da Administração de anular os atos administrativos de que decorram efeitos favoráveis para os destinatários decai em cinco anos, contados da data em que foram praticados, salvo comprovada má-fé”.

Acerca desse dispositivo, assinale a alternativa correta.

- Não é caso de prescrição, mas de preclusão lógica.
- Protege a boa-fé e a segurança jurídica dos particulares que se relacionam com a Administração Pública.
- Foi declarado inconstitucional pelo Poder Judiciário, pois pode a Administração dispor do interesse público.
- Equipara o prazo com a prescrição quinquenal prevista no Decreto n. 20.910/1932.
- Não se aplica aos atos administrativos vinculados.

Letra b.

Do **princípio ou poder de autotutela** (a nomenclatura varia na doutrina), decorre o dever de a Administração Pública anular os atos administrativos ilegais e o direito de revogar os atos administrativos que, apesar de válidos, tornaram-se inoportunos ou inconvenientes ao interesse público.

Conforme o artigo 54 da Lei n. 9.784/1999, no caso de o ato ilegal produzir efeitos favoráveis em benefício de pessoas que estavam atuando de boa-fé, a Administração somente poderá anulá-lo dentro no **prazo decadencial de cinco anos**, contado da data em que foi praticado o ato.

Essa limitação temporal, a saber, foi prevista com o objetivo de **proteger a boa-fé e a segurança jurídica** dos particulares que se relacionam com a Administração Pública, princípios de suma importância na consecução das atividades administrativas.

Pelo **princípio da segurança jurídica**, tomado num **aspecto objetivo**, temos a necessidade de o ordenamento jurídico garantir estabilidade nas relações jurídicas, garantindo o respeito ao direito adquirido, ao ato jurídico perfeito e à coisa julgada. Já em um **aspecto subjetivo**, relaciona-se à proteção das legítimas expectativas geradas no particular em decorrência das promessas e dos atos estatais, vertente umbilicalmente ligada ao **princípio da proteção da confiança**.

Quanto ao **princípio da boa-fé**, segundo a professora Di Pietro, “abrange um **aspecto objetivo**, que diz respeito à conduta leal, honesta, e um **aspecto subjetivo**, que diz respeito à crença do sujeito de que está agindo corretamente. Se a pessoa sabe que a atuação é ilegal, ela está agindo de má-fé.”¹

¹ PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito administrativo. 32. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2019.

3. (UFPR/2013/NC-UFPR/AUXILIAR DE ENFERMAGEM) A Administração Pública praticou, em 2013, um ato ilegal. A Administração Pública:
- poderá anular o ato, se este trouxe prejuízo a terceiros.
 - deverá anular o ato.
 - deverá revogar o ato, se for conveniente ou oportuno.
 - deverá aguardar que o Poder Judiciário se manifeste sobre a legalidade do ato.
 - poderá revogar o ato.

Letra b.

Diante de um ato administrativo ilegal, a Administração Pública tem o **DEVER** de anular o ato. Como visto na questão anterior, corresponde a autotutela ao **dever** imposto à entidade administrativa de **anular** seus próprios atos, quando constatada ilegalidade, bem como a **faculdade** de **revogá-los** por razões de conveniência e oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, consoante as previsões constantes no art. 53 da Lei n. 9.784/1999 e na Súmula 473 do STF.

Art. 53. A Administração **deve anular** seus próprios atos, quando eivados de vício de legalidade, e **pode revogá-los** por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos.

Súmula 473-STF: “A administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial.”

Obs.: em que pese a Súmula 473 dê a entender que a anulação é uma faculdade, trata-se de verdadeiro **poder-dever**, pois, via de regra, é inaceitável a manutenção de um ato ilegal.

Na lição do professor Matheus Carvalho:

Por fim, observe-se ainda que a anulação de atos ilegais pelo poder público não se configura como uma faculdade do administrador, mas sim um poder-dever, não sendo lícito que deixe de efetivar a retirada do ato em desconformidade com o ordenamento jurídico, ainda que não tenha sido provocado por nenhum interessado.

Ocorre que com o intuito de evitar que a revisão de alguns atos possa ser mais nociva do que a sua permanência no ordenamento jurídico, alguns limites foram criados para a Autotutela no que tange à anulação de atos viciados, em observância ao Princípio da Segurança Jurídica. Nestes casos, é relevante analisar a boa-fé dos destinatários da conduta ilícita.

No âmbito da administração pública federal, a Lei n. 9.784/1999 prevê um prazo de cinco anos para rever os atos que sejam favoráveis a particulares, salvo má-fé do beneficiado. Se não o fizer, a situação jurídica anterior se torna legítima. Para a doutrina majoritária, trata-se de prazo decadencial imposto ao poder público. Sendo assim, o texto legal define que "O direito da Administração de anular os atos administrativos de que decorram efeitos favoráveis para os destinatários decai em cinco anos, contados da data em que foram praticados, salvo comprovada má-fé."²

² CARVALHO, Matheus. Manual de direito administrativo. 4. ed. rev. ampl. e atual. Salvador: JusPODIVM, 2017. p. 89.

4. (UFPR/2013/NC-UFPR/PSICÓLOGO) José é servidor público efetivo da Universidade Federal do Paraná, que possui natureza jurídica de autarquia. Candidatou-se, nas eleições de 2012, para o cargo de vereador do município de Curitiba. Logrou êxito e foi eleito. Em que condições o servidor poderá exercer o mandato de vereador?
- a. José deverá se afastar do cargo na Universidade a partir do dia em que passar a exercer o mandato de vereador, sendo-lhe facultado optar pela sua remuneração.
 - b. José deverá se afastar do cargo na Universidade a partir do dia em que passar a exercer o mandato de vereador, e receberá, cumulativamente, as remunerações dos dois cargos, da UFPR e de vereador.
 - c. Havendo compatibilidade de horários, perceberá as vantagens de seu cargo, emprego ou função, sem prejuízo da remuneração do cargo eletivo, e, não havendo compatibilidade, será afastado do cargo, emprego ou função, percebendo somente a remuneração do cargo de vereador.
 - d. Havendo compatibilidade de horários, perceberá as vantagens de seu cargo, emprego ou função, sem prejuízo da remuneração do cargo eletivo, e, não havendo compatibilidade, ser-lhe-á vedado exercer o cargo de vereador.
 - e. Havendo compatibilidade de horários, perceberá as vantagens de seu cargo, emprego ou função, sem prejuízo da remuneração do cargo eletivo, e, não havendo compatibilidade, será afastado do cargo, emprego ou função, sendo-lhe facultado optar pela sua remuneração.

Letra e.

A questão encontra respaldo no art. 38 da Constituição Federal, mais especificamente nos incisos II e III. Com atenção, façamos a leitura do dispositivo:

Art. 38. Ao servidor público da administração direta, autárquica e fundacional, no exercício de mandato eletivo, aplicam-se as seguintes disposições: (...)

II – investido no mandato de Prefeito, será afastado do cargo, emprego ou função, **sendo-lhe facultado optar pela sua remuneração;**

III – investido no mandato de **Vereador**, havendo compatibilidade de horários, perceberá as vantagens de seu cargo, emprego ou função, sem prejuízo da remuneração do cargo eletivo, e, não havendo compatibilidade, será aplicada a norma do inciso anterior;

Daí, observem que, havendo compatibilidade de horários, José perceberá as vantagens de seu cargo público na Universidade Federal do Paraná, sem prejuízo da remuneração do cargo eletivo de Vereador, e, não havendo compatibilidade, será afastado do cargo, sendo-lhe facultado optar pela sua remuneração.

O gabarito, portanto, é a alternativa “e”!

5. (UFPR/2013/NC-UFPR/AUXILIAR DE ENFERMAGEM) São formas de provimento de cargo público da União:

- 1) Nomeação.
- 2) Promoção.
- 3) Reintegração.
- 4) Recondução.

Estão corretos os itens:

- a. 2 e 4 apenas.
- b. 1 e 3 apenas.
- c. 2, 3 e 4 apenas.
- d. 1 e 4 apenas.
- e. 1, 2, 3 e 4.

Letra e.

Estão corretos os itens 1, 2, 3 e 4!

Todos os itens indicaram formas de provimento de cargo público da União, de acordo com o art. 8º, incisos I, II, VIII e IX, da Lei n. 8.112/1990.

Art. 8º São formas de provimento de cargo público:

I – nomeação;

II – promoção;

III – *(Revogado pela Lei n. 9.527, de 10.12.97)*

IV – *(Revogado pela Lei n. 9.527, de 10.12.97)*

V – readaptação;

VI – reversão;

VII – aproveitamento;

VIII – reintegração;

IX – recondução.

DIREITO CONSTITUCIONAL

1. (PC-PR/2013/NC-UFPR/DELEGADO DE POLÍCIA) Quais são as características fundamentais do poder constituinte originário?
- Inicial, limitado e incondicionado.
 - Inicial, ilimitado e condicionado.
 - Inicial, ilimitado e incondicionado.
 - Derivado, limitado e condicionado.

Letra c.

O poder constituinte originário é o poder que dá origem a uma nova ordem constitucional. Cuida-se de um poder:

- **Inicial:** é o poder que inaugura uma nova ordem jurídica, rompendo completamente com a ordem jurídica precedente.
- **Autônomo:** só ao seu titular cabe fixar os termos em que a nova Constituição será estabelecida e qual Direito deverá ser implantado.
- **Incondicionado:** não está submetido a nenhum processo ou procedimento pré-fixado para a sua manifestação; pode agir livremente, sem condições ou formas pré-estabelecidas.
- **Permanente:** não se exaure com a elaboração da Constituição; ele continua presente, em estado de hibernação, podendo a qualquer momento se fazer presente pela vontade de seu titular.
- **Ilimitado:** não sofre qualquer limitação prévia do Direito, exatamente pelo fato de que a este preexiste.

Posto isso, correta a alternativa “c”!

2. (PC-PR/2007/NC-UFPR/DELEGADO DE POLÍCIA) De acordo com a redação do artigo 193 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, a ordem social tem como base:
- A defesa da propriedade privada, da livre concorrência e do consumidor, e como objetivo a preservação do meio ambiente sadio e equilibrado.
 - A defesa do consumidor, e como objetivo a preservação do meio ambiente sadio e equilibrado.
 - A defesa dos direitos e garantias individuais do cidadão, e como objetivo a preservação ambiental.
 - A propriedade privada e a livre concorrência, e como objetivo a defesa do consumidor.
 - O primado do trabalho, e como objetivo o bem-estar e a justiça sociais.

Letra e.

A questão exige puramente a redação literal do artigo 193 da Constituição Federal, que assim enuncia:

Art. 193. A ordem social tem como base o primado do trabalho, e como objetivo o bem-estar e a justiça sociais.

3. (PC-PR/2007/NC-UFPR/DELEGADO DE POLÍCIA) Sobre as competências da União Federal, considere as seguintes afirmativas:

- 1) Compete privativamente à União legislar sobre direito tributário, penitenciário e econômico.
- 2) Não obstante a União exercer monopólio estatal sobre a pesquisa e o comércio de minérios nucleares e seus derivados, é autorizada a utilização e a comercialização de radioisótopos, para a pesquisa e usos médicos agrícolas e industriais, sob regime de permissão.
- 3) A competência da União para legislar sobre a organização, garantias, direitos e deveres das polícias civis é limitada ao estabelecimento de normas gerais, sem exclusão da competência suplementar dos Estados.
- 4) Compete privativamente à União legislar sobre normas gerais de licitação e contratação, em todas as modalidades, para as administrações públicas diretas, autárquicas e fundacionais.

Assinale a alternativa correta.

- a. Apenas as afirmativas 1, 2 e 4 são verdadeiras.
- b. Apenas as afirmativas 1 e 3 são verdadeiras.
- c. Apenas as afirmativas 2, 3 e 4 são verdadeiras.
- d. Apenas as afirmativas 3 e 4 são verdadeiras.
- e. Apenas a afirmativa 4 é verdadeira.

Letra c.

Apenas as afirmativas 2, 3 e 4 são verdadeiras!

Afirmativa 1: Falsa! A competência para legislar sobre Direito Tributário, Penitenciário e Econômico é **concorrente entre a União, os estados e o Distrito Federal**, nos termos do art. 24, inciso I, da Constituição Federal:

Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:
I – direito tributário, financeiro, penitenciário, econômico e urbanístico;

Afirmativa 2: Verdadeira! Os radioisótopos podem ser produzidos, comercializados e utilizados, sob o regime de permissão, para a pesquisa e usos médicos, agrícolas e industriais, nos termos do art. 21, XXIII, alínea “b”, e art. 177, V, ambos da CF/1988:

Art. 21. Compete à União: (...)

XXIII – explorar os serviços e instalações nucleares de qualquer natureza e exercer monopólio estatal sobre a pesquisa, a lavra, o enriquecimento e reprocessamento, a industrialização e o comércio de minérios nucleares e seus derivados, atendidos os seguintes princípios e condições:

b. sob regime de permissão, são autorizadas a comercialização e a utilização de radioisótopos para a pesquisa e usos médicos, agrícolas e industriais;

Art. 177. Constituem monopólio da União: (...)

V – a pesquisa, a lavra, o enriquecimento, o reprocessamento, a industrialização e o comércio de minérios e minerais nucleares e seus derivados, com exceção dos radioisótopos cuja produção, comercialização e utilização poderão ser autorizadas sob regime de permissão, conforme as alíneas b e c do inciso XXIII do *caput* do art. 21 desta Constituição Federal.

Afirmativa 3: Verdadeira! A competência para legislar sobre a organização, as garantias, os direitos e os deveres das Polícias Civis é concorrente entre a União, os estados e o Distrito Federal, conforme preceitua o art. 24, inciso XVI, da Constituição Federal:

Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre: (...)

XVI – organização, garantias, direitos e deveres das polícias civis.

Como se trata de uma competência concorrente, cabe à União tecer as normas gerais, reservando-se aos estados a competência suplementar, conforme dispõem os §§1º e 2º do art. 24 da Constituição Federal:

Art. 24, § 1º No âmbito da legislação concorrente, a competência da União limitar-se-á a estabelecer normas gerais.

§ 2º A competência da União para legislar sobre normas gerais não exclui a competência suplementar dos Estados.

Afirmativa 4: Verdadeira! Essa é uma das competências privativas elencadas no art. 22, especificamente no inciso XXVII, da Constituição Federal:

Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre (...)

XXVII – normas gerais de licitação e contratação, em todas as modalidades, para a administração pública, direta e indireta, incluídas as fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, nas diversas esferas de governo, e empresas sob seu controle;

4. (PC-PR/2007/NC-UFPR/DELEGADO DE POLÍCIA) No plano constitucional, a educação é dever do Estado e da família, garantida a gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais. Sobre o tema, considere os seguintes deveres:
- 1) Garantir educação infantil em creche e pré-escola às crianças de até seis anos de idade.
 - 2) Dar atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino.
 - 3) Fixar o piso salarial profissional a ser definido pelos Estados da Federação, para os profissionais de educação da rede pública.
 - 4) Garantir acesso aos níveis mais elevados de ensino, segundo a capacidade de cada um.

São obrigações do Estado:

- a. 3 e 4 apenas.
- b. 1 e 2 apenas.
- c. 2 e 4 apenas.
- d. 1, 2 e 4 apenas.
- e. 2 e 3 apenas.

Letra c.

São obrigações do Estado 2 e 4 apenas!

Obrigação 1: Falsa! Na verdade, o art. 208, IV, da Constituição estabelece ser obrigatória do Estado garantir educação infantil às crianças de **até 5 (cinco) anos de idade**:

Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: (...)
IV – educação infantil, em creche e pré-escola, às crianças até 5 (cinco) anos de idade;

Obrigação 2: Verdadeira! É exatamente o que assegura o art. 208, III, da CF/1988:

Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: (...)
III – atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino;

Obrigação 3: Falsa! Essa não é uma obrigação do Estado, mas um **princípio**. Além disso, a fixação do piso salarial se fará por lei federal – ou, melhor dizendo, nacional –, a teor do art. 206, III, da Constituição Federal:

Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: (...)
VIII – piso salarial profissional nacional para os profissionais da educação escolar pública, nos termos de lei federal.

Obrigação 4: Verdadeira! Essa é uma das obrigações listada no art. 208, V, da Constituição Federal:

Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: (...)

V – acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um;

5. (PC-PR/2007/NC-UFPR/DELEGADO DE POLÍCIA) Podem propor a ação direta de inconstitucionalidade e a ação declaratória de constitucionalidade as pessoas e órgãos adiante nominados, EXCETO:
- O Vice-Presidente da República.
 - O Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil.
 - Partido político com representação no Congresso Nacional.
 - A Mesa da Assembleia Legislativa ou da Câmara Legislativa do Distrito Federal.
 - O Governador de Estado ou do Distrito Federal.

Letra a.

O rol de legitimados para propor ação direta de inconstitucionalidade e a ação declaratória de constitucionalidade constam do art. 103 da Constituição Federal, que assim dispõe:

Art. 103. Podem propor a ação direta de inconstitucionalidade e a ação declaratória de constitucionalidade:

I – o Presidente da República;

II – a Mesa do Senado Federal;

III – a Mesa da Câmara dos Deputados;

IV – a Mesa de Assembleia Legislativa ou da Câmara Legislativa do Distrito Federal;

V – o Governador de Estado ou do Distrito Federal;

VI – o Procurador-Geral da República;

VII – o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil;

VIII – partido político com representação no Congresso Nacional;

IX – confederação sindical ou entidade de classe de âmbito nacional.

Como se vê, dentre as alternativas listadas pela questão, a única que não encontra correspondência com a redação do art. 103 é a **alternativa “a”**. Em outros termos, dentre o elenco selecionado, **apenas o Vice-Presidente da República não tem legitimidade para deflagrar a ADI e a ADC.**

Prof. Renato Borelli

16^a RODADA DE QUESTÕES NC-UFR

**DIREITO PENAL E
DIREITO PROCESSUAL PENAL**

G GRAN CURSOS
ONLINE



**Renato Borelli**

Juiz Federal do TRF1. Foi Juiz Federal do TRF5. Exerceu a advocacia privada e pública. Foi servidor público e assessorou Desembargador Federal (TRF1) e Ministro (STJ). Atuou no CARF/Ministério da Fazenda como Conselheiro (antigo Conselho de Contribuintes). É formado em Direito e Economia, com especialização em Direito Público, Direito Tributário e Sociologia Jurídica.

Disciplinas: Direito Penal e Direito Processual Penal

Cargo: Delegado de Polícia

Banca organizadora: NC-UFPR e Diversas

DIREITO PENAL

1. (PC-PR/2007/NC-UFPR/DELEGADO DE POLÍCIA) As causas de exclusão de ilicitude, previstas no artigo 23 do Código Penal, devem ser entendidas como cláusulas de garantia social e individual. Sobre as excludentes, considere as seguintes afirmativas:
 - 1) Atua em legítima defesa quem repele ataque de pessoa inimputável ou de animal descontrolado.
 - 2) Não pode alegar estado de necessidade quem tinha o dever legal de enfrentar o perigo.
 - 3) Considera-se em estado de necessidade quem pratica o fato mediante a existência de perigo atual, involuntário e inevitável.
 - 4) O estrito cumprimento do dever legal pressupõe que o agente atue em conformidade com as disposições jurídico-normativas e não simplesmente morais, religiosas ou sociais.

Assinale a alternativa correta.

 - a. Somente as afirmativas 2 e 3 são verdadeiras.
 - b. Somente as afirmativas 2, 3 e 4 são verdadeiras.
 - c. Somente as afirmativas 2 e 4 são verdadeiras.
 - d. Somente as afirmativas 1, 3 e 4 são verdadeiras.
 - e. Somente as afirmativas 1, 2 e 3 são verdadeiras.
2. (PC-PR/2007/NC-UFPR/DELEGADO DE POLÍCIA) Sobre os crimes contra o patrimônio, considere as seguintes afirmativas:
 - 1) Para a configuração do crime de furto é imprescindível a presença do elemento subjetivo diverso do dolo "para si ou para outrem". Nossa lei penal comum não tipifica o furto de uso.

- 2) O crime de extorsão é crime material, que se consuma com a obtenção da vantagem indevida.
- 3) Há crime de latrocínio tentado quando o homicídio se consuma, ainda que não realize o agente a subtração de bens da vítima.
- 4) É isento de pena quem comete apropriação indébita em prejuízo do cônjuge na constância da sociedade conjugal.

Assinale a alternativa correta.

- a. Somente as afirmativas 1, 2 e 3 são verdadeiras.
- b. Somente as afirmativas 1, 3 e 4 são verdadeiras.
- c. Somente as afirmativas 2, 3 e 4 são verdadeiras.
- d. Somente as afirmativas 1 e 4 são verdadeiras.
- e. Somente as afirmativas 2 e 3 são verdadeiras.

3. (PC-PR/2007/NC-UFPR/DELEGADO DE POLÍCIA) Sobre os crimes praticados por funcionário público contra a administração em geral, considere as seguintes afirmativas:

- 1) Por se tratar de delito de mera atividade, a concussão se consuma com a simples exigência da vantagem indevida. A obtenção dessa vantagem constitui exaurimento do crime.
- 2) O peculato é crime próprio no tocante ao sujeito ativo; indispensável a qualificação de funcionário público. É inadmissível o concurso de pessoas estranhas ao serviço público.
- 3) O tipo descrito no artigo 318 do Código Penal (facilitação de contrabando ou desca-minho) admite tentativa quando se tratar de conduta comissiva.
- 4) Incide no crime previsto no artigo 321 do Código Penal (advocacia administrativa) o agente que patrocina, direta ou indiretamente, interesse privado perante a administração pública, valendo-se da qualidade de funcionário.

Assinale a alternativa correta.

- a. Somente as afirmativas 1, 2 e 3 são verdadeiras.
- b. Somente as afirmativas 1 e 3 são verdadeiras.
- c. Somente as afirmativas 2 e 3 são verdadeiras.
- d. Somente as afirmativas 1, 3 e 4 são verdadeiras.
- e. Somente as afirmativas 2 e 4 são verdadeiras.

4. (UFPR/2010/NC-UFPR/ANALISTA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO) O servidor público comete crime contra Administração Pública quando pratica condutas definidas no Código Penal Brasileiro como crime. A respeito do assunto, identifique as afirmativas a seguir como verdadeiras (V) ou falsas (F).
- () Há crime de peculato quando o servidor se apropria de dinheiro que estava sob sua posse em razão do cargo que ocupa.
 - () Concussão ocorre quando o servidor, usando da influência de seu posto, recebe vantagem para si ou para outrem.
 - () Prevaricação é o crime que ocorre quando o servidor deixa de responsabilizar seu subordinado que cometeu infração no exercício do cargo.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta, de cima para baixo.

- a. V - F - F.
 - b. V - V - F.
 - c. F - F - V.
 - d. F - F - F.
 - e. V - V - V.
5. (TJ-PR/2012/NC-UFPR/JUIZ) Um sujeito é condenado por crime contra a Administração Pública à pena de 09 (nove) anos de reclusão, em regime fechado. Depois de cumprir 03 (três) anos da pena, ele requer progressão de regime de cumprimento. Como deve agir o Magistrado diante de tal pleito?
- a. Indeferir o pedido, pois houve apenas o cumprimento de 1/3 (um terço) da pena, o que não autoriza a progressão.
 - b. Verificar, primeiramente, se o réu condenado reparou o dano que causou ou devolveu o produto do crime, com os acréscimos legais, e condicionar a tal circunstância a possibilidade de progressão.
 - c. Indeferir a pretensão, porque os crimes contra a Administração Pública exigem o cumprimento integral da pena no regime fechado.
 - d. Indeferir o pedido, porque os crimes contra a Administração Pública são considerados hediondos e fazem parte do rol dos delitos que tipificam a lavagem de dinheiro, cuja pena deve ser cumprida inteiramente no regime fechado, inviabilizando a progressão.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

Obs.: Como praticamente esgotamos as questões de Processo Penal relativas às matérias cobradas no edital de Delegado da PC/PR, a partir dessa rodada, começaremos a responder questões de outras bancas examinadoras.

1. (PC-ES/2019/INSTITUTO ACESSO/DELEGADO DE POLÍCIA/ADAPTADA) Marcelo exerce atividade de camelô na Avenida Central, no Centro, na cidade do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro. Por não aceitar a negociação com agentes de segurança pública, um tipo de “arrego”, teve sua mercadoria apreendida, visto que comercializava pacotes de cigarro, da marca “Buenos Tragos”, considerada suspeita pelos agentes de segurança. Os cigarros “Buenos Tragos” são oriundos do Paraguai e possuem um preço bem mais abaixo que os nacionais, mas são vendidos de forma clandestina. No entanto, esses cigarros são produtos aprovados pela ANVISA e, portanto, é permitida sua importação e comercialização no Brasil, desde que cumpridas as obrigações legais e tributárias. Vale ressaltar, no entanto, que Marcelo não possuía nota fiscal dos cigarros apreendidos em sua posse. Conduzido à delegacia de Polícia Civil, Marcelo confessou que adquiriu os cigarros de Valentina, uma mulher que também mora no Rio de Janeiro e fornece mercadorias para os camelôs.

Nessa situação hipotética, de acordo com as regras de competência, marque a alternativa CORRETA.

- a. Compete à Justiça Estadual o julgamento dos crimes de contrabando e de descaminho quando apreendido em comércio informal irregular.
- b. Compete à Justiça Federal tanto quanto à Justiça Estadual o julgamento dos crimes de contrabando e de descaminho.
- c. Compete à Justiça Estadual o julgamento dos crimes de contrabando e de descaminho tendo em vista que a apreensão se deu pela Polícia Militar do Estado.
- d. Compete à Justiça Federal o julgamento dos crimes de contrabando e de descaminho, ainda que inexistentes indícios de transnacionalidade na conduta.
- e. Compete à Justiça Estadual, pois não houve transnacionalidade na conduta do agente, uma vez que a mercadoria apreendida já havia sido internalizada e Marcelo não concorreu de qualquer forma, seja direta ou indireta, para a efetiva importação desses cigarros.

2. (PC-ES/2019/INSTITUTO ACESSO/DELEGADO DE POLÍCIA/ADAPTADA) Antônio foi preso em flagrante sob a acusação da prática de tráfico de drogas. A polícia apreendeu seu telefone celular. O Delegado abriu o aplicativo WhatsApp no celular do suspeito e verificou que, nas conversas de Antônio, as mensagens comprovaram que ele realmente negociava drogas, e assumia a prática de outros crimes graves. As referidas mensagens foram transcritas pelo escrivão e juntadas ao inquérito policial, em forma de certidão. Nessa situação hipotética, de acordo com as regras de admissibilidade das provas no processo penal brasileiro, marque a alternativa CORRETA.
- a. É necessário ordem judicial tanto para a apreensão de telefone celular como também para o acesso às mensagens de WhatsApp.
 - b. Tendo em vista que é dispensável ordem judicial para a apreensão de telefone celular, também não é necessária autorização para o acesso às mensagens de WhatsApp, visto que se trata de medida implícita à apreensão.
 - c. É necessário somente requisição do Ministério Público para o acesso às mensagens de WhatsApp.
 - d. Como se trata de procedimento preliminar investigatório, não é necessária a prévia autorização judicial para que a autoridade policial possa ter acesso ao WhatsApp da pessoa que foi presa em flagrante delito.
 - e. É necessária prévia autorização judicial para que a autoridade policial possa ter acesso ao WhatsApp da pessoa que foi presa em flagrante delito.
3. (PC-ES/2019/INSTITUTO ACESSO/DELEGADO DE POLÍCIA) A referida classificação do sistema brasileiro como um sistema acusatório, desvinculador dos papéis dos agentes processuais e das funções no processo judicial, mostra-se contraditória quando confrontada com uma série de elementos existentes no processo.” (FERREIRA, Marco Aurélio Gonçalves. *A Presunção da Inocência e a Construção da Verdade: Contrastes e Confrontos em perspectiva comparada (Brasil e Canadá)*. EDITORA LUMEN JURIS, Rio de Janeiro, 2013). Leia o caso hipotético descrito a seguir.

O Ministro OMJ, do Supremo Tribunal Federal, rejeitou o pedido da Procuradoria-Geral da República (PGR) de arquivamento do inquérito aberto para apurar ofensas a integrantes do STF e da suspensão dos atos praticados no âmbito dessa investigação, como buscas e apreensões e a censura a *sites*. Assinale a alternativa INCORRETA quanto à noção de sistema acusatório.

- a. Inquérito administrativo instaurado no âmbito da administração pública.
- b. A determinação de ofício de instauração de inquérito policial pelo juiz.
- c. A instauração de inquérito policial pelo Delegado de Polícia.
- d. A requisição de instauração de inquérito policial pelo Ministério Público.
- e. Inquérito instaurado por comissões parlamentares.

4. (PC-ES/2019/INSTITUTO ACESSO/DELEGADO DE POLÍCIA) No que pertine à inépcia da denúncia ou da queixa, é correto afirmar que
- a doutrina a entende como sinônimo de criptoimputação.
 - ocorre quando, na denúncia/queixa, não há a identificação do acusado com seu verdadeiro nome ou outros qualificativos.
 - sucedem quando faltar justa causa para o regular exercício da ação penal.
 - tem cabimento quando ausente uma ou algumas das condições da ação penal.
 - acontece quando a inicial acusatória não contém o rol de testemunhas.
5. (PC-ES/2019/INSTITUTO ACESSO/DELEGADO DE POLÍCIA) “O inquérito policial é um procedimento administrativo, não judicial, e por isso mesmo pode ter caráter explicitamente inquisitorial, isto é, registrar por escrito, com fé pública, emprestada pelo cartório que a delegacia possui, informações obtidas dos envolvidos sem que estes tenham conhecimento das suspeitas contra eles.” (LIMA, Roberto Kant de; MOUZINHO, Gláucia. DILEMAS – Vol. 9 – n. 3 – SET-DEZ 2016 – p. 505-529). Assinale, a seguir, a característica INCORRETA quanto ao inquérito policial brasileiro.
- Não possui contraditório e ampla defesa.
 - É escrito.
 - É público.
 - É dispensável.
 - É sigiloso.

GABARITO

DIREITO PENAL

1. b
2. d
3. d
4. a
5. b

DIREITO PROCESSUAL PENAL

1. d
2. e
3. b
4. a
5. c

GABARITO COMENTADO

DIREITO PENAL

1. (PC-PR/2007/NC-UFPR/DELEGADO DE POLÍCIA) As causas de exclusão de ilicitude, previstas no artigo 23 do Código Penal, devem ser entendidas como cláusulas de garantia social e individual. Sobre as excludentes, considere as seguintes afirmativas:
- 1) Atua em legítima defesa quem repele ataque de pessoa inimputável ou de animal descontrolado.
 - 2) Não pode alegar estado de necessidade quem tinha o dever legal de enfrentar o perigo.
 - 3) Considera-se em estado de necessidade quem pratica o fato mediante a existência de perigo atual, involuntário e inevitável.
 - 4) O estrito cumprimento do dever legal pressupõe que o agente atue em conformidade com as disposições jurídico-normativas e não simplesmente morais, religiosas ou sociais.

Assinale a alternativa correta.

- a. Somente as afirmativas 2 e 3 são verdadeiras.
- b. Somente as afirmativas 2, 3 e 4 são verdadeiras.
- c. Somente as afirmativas 2 e 4 são verdadeiras.
- d. Somente as afirmativas 1, 3 e 4 são verdadeiras.
- e. Somente as afirmativas 1, 2 e 3 são verdadeiras.

Letra b.

Somente as afirmativas 2, 3 e 4 são verdadeiras!

Afirmativa 1: falsa! Nos termos do art. 25 do Código Penal:

Art. 25. Entende-se em legítima defesa quem, usando moderadamente dos meios necessários, repele injusta agressão, atual ou iminente, a direito seu ou de outrem.

Para aferirmos a “injusta agressão”, legitimadora da atuação em legítima defesa, devemos fazer uma análise meramente objetiva, sem perscrutar a capacidade do agente. Nesse sentido, inimputável pode sofrer repulsa acobertada pela legítima defesa, desde que preenchidos os demais requisitos (agressão atual ou iminente e o uso moderado dos meios necessários).

Ainda quanto à agressão, tem-se que é uma conduta humana que lesa ou põe em perigo um bem ou interesse juridicamente tutelado. Em outros termos: a agressão deve ser deflagrada por um indivíduo. O ataque de animal não autoriza a legítima defesa, mas pode ser enquadrado como estado de necessidade.

Afirmativa 2: verdadeira! É exatamente o que prevê o § 1º do art. 24 do Código Penal:

Art. 24, § 1º Não pode alegar estado de necessidade quem tinha o dever legal de enfrentar o perigo.

Afirmativa 3: verdadeira! Primeiro vejamos o que a lei (art. 24 do CP) qualifica como estado de necessidade:

Art. 24. Considera-se em estado de necessidade quem pratica o fato para salvar de perigo atual, que não provocou por sua vontade, nem podia de outro modo evitar, direito próprio ou alheio, cujo sacrifício, nas circunstâncias, não era razoável exigir-se.

A partir desse dispositivo, pode-se elencar alguns requisitos do estado de necessidade. São eles:

- Ameaça a direito próprio ou alheio;
- Existência de um perigo atual e inevitável;
- Inexigibilidade do sacrifício do bem ameaçado;
- Situação não provocada voluntariamente pelo agente; e
- Conhecimento da situação de fato justificante.

Atente-se para o fato de que o perigo deve ser atual – na legítima defesa, também é autorizada a reação contra agressão iminente. Além disso, o perigo deve ser involuntário, no sentido de que não deve ter sido provocado pelo próprio agente que atuou em estado de necessidade. Ainda, é fundamental para a existência do estado de necessidade a inevitabilidade do perigo, assim como a inevitabilidade da lesão ao bem jurídico de terceiro; no entanto, o agente acobertado pela justificante deve sempre atuar de forma a causar o menor dano possível ao bem ou interesse de terceiro.

Afirmativa 4: verdadeira! No estrito cumprimento do dever legal, a norma jurídica impõe uma conduta a determinada pessoa, que deve cumpri-la rigorosamente da forma descrita em lei.

2. (PC-PR/2007/NC-UFPR/DELEGADO DE POLÍCIA) Sobre os crimes contra o patrimônio, considere as seguintes afirmativas:

- 1) Para a configuração do crime de furto é imprescindível a presença do elemento subjetivo diverso do dolo "para si ou para outrem". Nossa lei penal comum não tipifica o furto de uso.
- 2) O crime de extorsão é crime material, que se consuma com a obtenção da vantagem indevida.
- 3) Há crime de latrocínio tentado quando o homicídio se consuma, ainda que não realize o agente a subtração de bens da vítima.
- 4) É isento de pena quem comete apropriação indébita em prejuízo do cônjuge na constância da sociedade conjugal.

Assinale a alternativa correta.

- a. Somente as afirmativas 1, 2 e 3 são verdadeiras.
- b. Somente as afirmativas 1, 3 e 4 são verdadeiras.
- c. Somente as afirmativas 2, 3 e 4 são verdadeiras.
- d. Somente as afirmativas 1 e 4 são verdadeiras.
- e. Somente as afirmativas 2 e 3 são verdadeiras.

Letra d.

Somente as afirmativas 1 e 4 são verdadeiras!

Afirmativa 1: verdadeira! Para a configuração do crime de furto, o agente deve ter a intenção de não devolver a coisa à vítima (*animus rem sibi habendi*). O furto de uso, caracterizado pela subtração momentânea do bem seguida da sua devolução, é um indiferente penal, isto é, um caso de atipicidade por ausência do elemento subjetivo *animus furandi* (intenção de ter a coisa para si ou para outrem).

Afirmativa 2: falsa! O crime de extorsão é um crime formal (de consumação antecipada ou de resultado cortado). A extorsão se consuma no momento em que a vítima, depois de sofrer violência ou grave ameaça, realiza o comportamento desejado pelo criminoso. Mas atente-se: o comportamento da vítima pode ou não ser contemporâneo à obtenção da vantagem indevida. É dizer: o crime de extorsão se consuma ainda que o agente não tenha percebido a vantagem econômica indevida. Nesse sentido é o enunciado 96 do STJ:

Súmula 96-STJ: "O crime de extorsão consuma-se independentemente da obtenção da vantagem indevida".

Para fins de consumação, não importa se o agente consegue ou não obter a vantagem indevida. A obtenção da vantagem constitui mero exaurimento.

Afirmativa 3: falsa! Apesar de o latrocínio ser um crime patrimonial, o STF, por razões de política criminal, preferiu dar prevalência ao bem jurídico vida, de sorte que, se houver morte, o latrocínio se consumará, ainda que não tenha havido a efetiva subtração de bens da vítima. É esse o teor do verbete 610 do STF:

Súmula 610-STF: “Há crime de latrocínio, quando o homicídio se consuma, ainda que não realize o agente a subtração de bens da vítima”.

Para facilitar a compreensão de quando ocorrerá latrocínio consumado ou tentado, observe o quadro a seguir:

Subtração	Morte	Latrocínio
Consumada	Consumada	Consumado
Tentada	Tentada	Tentado
Consumada	Tentada	Tentado
Tentada	Consumada	Consumado (Súmula 610-STF)

Afirmativa 4: verdadeira! Como a apropriação indébita está inserida no rol dos crimes patrimoniais, o agente que a pratica se beneficia da isenção de pena estabelecida no art. 181, I, do Código Penal:

Art. 181. É isento de pena quem comete qualquer dos crimes previstos neste título, em prejuízo:
I – do cônjuge, na constância da sociedade conjugal;

3. (PC-PR/2007/NC-UFPR/DELEGADO DE POLÍCIA) Sobre os crimes praticados por funcionário público contra a administração em geral, considere as seguintes afirmativas:
- 1) Por se tratar de delito de mera atividade, a concussão se consuma com a simples exigência da vantagem indevida. A obtenção dessa vantagem constitui exaurimento do crime.
 - 2) O peculato é crime próprio no tocante ao sujeito ativo; indispensável a qualificação de funcionário público. É inadmissível o concurso de pessoas estranhas ao serviço público.
 - 3) O tipo descrito no artigo 318 do Código Penal (facilitação de contrabando ou desca-minho) admite tentativa quando se tratar de conduta comissiva.

- 4) Incide no crime previsto no artigo 321 do Código Penal (advocacia administrativa) o agente que patrocina, direta ou indiretamente, interesse privado perante a administração pública, valendo-se da qualidade de funcionário.

Assinale a alternativa correta.

- a. Somente as afirmativas 1, 2 e 3 são verdadeiras.
- b. Somente as afirmativas 1 e 3 são verdadeiras.
- c. Somente as afirmativas 2 e 3 são verdadeiras.
- d. Somente as afirmativas 1, 3 e 4 são verdadeiras.
- e. Somente as afirmativas 2 e 4 são verdadeiras.

Letra d.

Item 1: certo! O item foi dado como certo pela banca, mas, tecnicamente, o delito de concussão não é classificado doutrinariamente como delito de mera atividade, mas como um delito formal, sendo a obtenção da vantagem ilícita um mero exaurimento da conduta.

O crime formal não exige a produção do resultado para sua consumação, ainda que seja possível sua ocorrência. Os crimes de mera conduta, por outro lado, dispensam o resultado naturalístico, porque é impossível a sua realização.

Item 2: falso! O peculato, por ser um crime funcional, exige que o agente seja funcionário público, por isso é classificado como crime próprio (porque exige do sujeito ativo uma qualidade especial). No entanto, admite-se, no peculato, o concurso de pessoas com um particular, desde que este saiba da condição de funcionário público do agente.

Item 3: certo! O artigo 318 tipifica a seguinte conduta:

Art. 318. Facilitar, com infração de dever funcional, a prática de contrabando ou descaminho (art. 334):
Pena – reclusão, de 3 (três) a 8 (oito) anos, e multa.

De fato, é assente que o delito de facilitação de contrabando, quando praticado na forma comissiva (por uma ação) admite tentativa, porque, nesse caso, seria possível fracionar a conduta.

Item 4: certo! É exatamente essa a tipificação estampada no art. 321 do Código Penal:

Art. 321. Patrocinar, direta ou indiretamente, interesse privado perante a administração pública, valendo-se da qualidade de funcionário:
Pena – detenção, de um a três meses, ou multa.

4. (UFPR/2010/NC-UFPR/ANALISTA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO) O servidor público comete crime contra Administração Pública quando pratica condutas definidas no Código Penal Brasileiro como crime. A respeito do assunto, identifique as afirmativas a seguir como verdadeiras (V) ou falsas (F).
- () Há crime de peculato quando o servidor se apropria de dinheiro que estava sob sua posse em razão do cargo que ocupa.
 - () Concussão ocorre quando o servidor, usando da influência de seu posto, recebe vantagem para si ou para outrem.
 - () Prevaricação é o crime que ocorre quando o servidor deixa de responsabilizar seu subordinado que cometeu infração no exercício do cargo.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta, de cima para baixo.

- a. V - F - F.
- b. V - V - F.
- c. F - F - V.
- d. F - F - F.
- e. V - V - V.

Letra a.

A sequência correta, de cima para baixo, é V - F - F!

Afirmativa 1: verdadeira! O artigo 312 do Código Penal assim tipifica o crime de peculato:

Art. 312. Apropriar-se o funcionário público de dinheiro, valor ou qualquer outro bem móvel, público ou particular, de que tem a posse em razão do cargo, ou desviá-lo, em proveito próprio ou alheio.
Pena – reclusão, de dois a doze anos, e multa.

Afirmativa 2: falsa! Na verdade, o crime descrito na assertiva é o da **corrupção passiva**, descrito no art. 317 do Código Penal:

Art. 317. Solicitar ou receber, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida, ou aceitar promessa de tal vantagem
Pena – reclusão, de 2 (dois) a 12 (doze) anos, e multa.

Na concussão, o agente exige, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida (art. 316 do CP).

Afirmativa 3: falsa! O crime é o da **condescendência criminosa**, a teor do art. 320 do Diploma Penal:

Art. 320. Deixar o funcionário, por indulgência, de responsabilizar subordinado que cometeu infração no exercício do cargo ou, quando lhe falte competência, não levar o fato ao conhecimento da autoridade competente:

Pena – detenção, de quinze dias a um mês, ou multa.

O crime de prevaricação consiste em retardar ou deixar de praticar, indevidamente, ato de ofício, ou praticá-lo contra disposição expressa de lei, para satisfazer interesse ou sentimento pessoal (art. 319 do CP).

5. (TJ-PR/2012/NC-UFPR/JUIZ) Um sujeito é condenado por crime contra a Administração Pública à pena de 09 (nove) anos de reclusão, em regime fechado. Depois de cumprir 03 (três) anos da pena, ele requer progressão de regime de cumprimento. Como deve agir o Magistrado diante de tal pleito?
- Indeferir o pedido, pois houve apenas o cumprimento de 1/3 (um terço) da pena, o que não autoriza a progressão.
 - Verificar, primeiramente, se o réu condenado reparou o dano que causou ou devolveu o produto do crime, com os acréscimos legais, e condicionar a tal circunstância a possibilidade de progressão.
 - Indeferir a pretensão, porque os crimes contra a Administração Pública exigem o cumprimento integral da pena no regime fechado.
 - Indeferir o pedido, porque os crimes contra a Administração Pública são considerados hediondos e fazem parte do rol dos delitos que tipificam a lavagem de dinheiro, cuja pena deve ser cumprida inteiramente no regime fechado, inviabilizando a progressão.

Letra b.

No caso de condenação por crime contra a Administração Pública, a progressão de regime fica condicionada à reparação do dano ou à devolução do produto do ilícito, conforme estabelece o § 4º do art. 33 do Código Penal:

Art. 33, § 4º O condenado por crime contra a administração pública terá a progressão de regime do cumprimento da pena condicionada à reparação do dano que causou, ou à devolução do produto do ilícito praticado, com os acréscimos legais.

Além disso, fique atento à nova redação dada ao art. 112 da Lei de Execução Penal, que passou a disciplinar a progressão de regime a partir de novos parâmetros. Apenas a título de conhecimento, confira as novas regras:

Art. 112. A pena privativa de liberdade será executada em forma progressiva com a transferência para regime menos rigoroso, a ser determinada pelo juiz, quando o preso tiver cumprido ao menos:

- I – 16% (dezesseis por cento) da pena, se o apenado for primário e o crime tiver sido cometido sem violência à pessoa ou grave ameaça;
- II – 20% (vinte por cento) da pena, se o apenado for reincidente em crime cometido sem violência à pessoa ou grave ameaça;
- III – 25% (vinte e cinco por cento) da pena, se o apenado for primário e o crime tiver sido cometido com violência à pessoa ou grave ameaça;
- IV – 30% (trinta por cento) da pena, se o apenado for reincidente em crime cometido com violência à pessoa ou grave ameaça;
- V – 40% (quarenta por cento) da pena, se o apenado for condenado pela prática de crime hediondo ou equiparado, se for primário;
- VI – 50% (cinquenta por cento) da pena, se o apenado for:
 - a. condenado pela prática de crime hediondo ou equiparado, com resultado morte, se for primário, vedado o livramento condicional;
 - b. condenado por exercer o comando, individual ou coletivo, de organização criminosa estruturada para a prática de crime hediondo ou equiparado; ou
 - c. condenado pela prática do crime de constituição de milícia privada;
- VII – 60% (sessenta por cento) da pena, se o apenado for reincidente na prática de crime hediondo ou equiparado;
- VIII – 70% (setenta por cento) da pena, se o apenado for reincidente em crime hediondo ou equiparado com resultado morte, vedado o livramento condicional.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

Obs.: Como praticamente esgotamos as questões de Processo Penal relativas às matérias cobradas no edital de Delegado da PC/PR, a partir dessa rodada, começaremos a responder questões de outras bancas examinadoras.

1. (PC-ES/2019/INSTITUTO ACESSO/DELEGADO DE POLÍCIA/ADAPTADA) Marcelo exerce atividade de camelô na Avenida Central, no Centro, na cidade do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro. Por não aceitar a negociação com agentes de segurança pública, um tipo de “arrego”, teve sua mercadoria apreendida, visto que comercializava pacotes de cigarro, da marca “Buenos Tragos”, considerada suspeita pelos agentes de segurança. Os cigarros “Buenos Tragos” são oriundos do Paraguai e possuem um preço bem mais abaixo que os nacionais, mas são vendidos de forma clandestina. No entanto, esses cigarros são produtos aprovados pela ANVISA e, portanto, é permitida sua importação e comercialização no Brasil, desde que cumpridas as obrigações legais e tributárias. Vale ressaltar, no entanto, que Marcelo não possuía nota fiscal dos cigarros apreendidos em sua posse. Conduzido à delegacia de Polícia Civil, Marcelo confessou que adquiriu os cigarros de Valentina, uma mulher que também mora no Rio de Janeiro e fornece mercadorias para os camelôs.

Nessa situação hipotética, de acordo com as regras de competência, marque a alternativa CORRETA.

- a. Compete à Justiça Estadual o julgamento dos crimes de contrabando e de descaminho quando apreendido em comércio informal irregular.
- b. Compete à Justiça Federal tanto quanto à Justiça Estadual o julgamento dos crimes de contrabando e de descaminho.
- c. Compete à Justiça Estadual o julgamento dos crimes de contrabando e de descaminho tendo em vista que a apreensão se deu pela Polícia Militar do Estado.
- d. Compete à Justiça Federal o julgamento dos crimes de contrabando e de descaminho, ainda que inexistentes indícios de transnacionalidade na conduta.
- e. Compete à Justiça Estadual, pois não houve transnacionalidade na conduta do agente, uma vez que a mercadoria apreendida já havia sido internalizada e Marcelo não concorreu de qualquer forma, seja direta ou indireta, para a efetiva importação desses cigarros.

Letra d.

Essa celeuma quanto à competência foi recentemente objeto de apreciação do Superior Tribunal de Justiça, que assim consignou:

“Compete à Justiça Federal o julgamento dos crimes de contrabando e de descaminho, ainda que inexistentes indícios de transnacionalidade na conduta.”

STJ. 3ª Seção. CC 160.748-SP, Rel. Min. Sebastião Reis Júnior, julgado em 26/09/2018 (Info 635).

Posto isso, correta a alternativa “d”!

2. (PC-ES/2019/INSTITUTO ACESSO/DELEGADO DE POLÍCIA/ADAPTADA) Antônio foi preso em flagrante sob a acusação da prática de tráfico de drogas. A polícia apreendeu seu telefone celular. O Delegado abriu o aplicativo WhatsApp no celular do suspeito e verificou que, nas conversas de Antônio, as mensagens comprovaram que ele realmente negociava drogas, e assumia a prática de outros crimes graves. As referidas mensagens foram transcritas pelo escrivão e juntadas ao inquérito policial, em forma de certidão. Nessa situação hipotética, de acordo com as regras de admissibilidade das provas no processo penal brasileiro, marque a alternativa CORRETA.
- a. É necessário ordem judicial tanto para a apreensão de telefone celular como também para o acesso às mensagens de WhatsApp.

- b. Tendo em vista que é dispensável ordem judicial para a apreensão de telefone celular, também não é necessária autorização para o acesso as mensagens de WhatsApp, visto que se trata de medida implícita à apreensão.
- c. É necessário somente requisição do Ministério Público para o acesso às mensagens de WhatsApp.
- d. Como se trata de procedimento preliminar investigatório, não é necessária a prévia autorização judicial para que a autoridade policial possa ter acesso ao WhatsApp da pessoa que foi presa em flagrante delito.
- e. É necessária prévia autorização judicial para que a autoridade policial possa ter acesso ao WhatsApp da pessoa que foi presa em flagrante delito.

Letra e.

No entendimento do Superior Tribunal de Justiça:

“Sem prévia autorização judicial, são nulas as provas obtidas pela polícia por meio da extração de dados e de conversas registradas no WhatsApp presentes no celular do suposto autor de fato delituoso, ainda que o aparelho tenha sido apreendido no momento da prisão em flagrante.”
STJ. 6ª Turma. RHC 51.531-RO, Rel. Min. Nefi Cordeiro, julgado em 19/4/2016 (Info 583).

Assim, na atuação em crime em flagrante, é dispensável autorização judicial para a apreensão de telefone celular; no entanto, subsiste a imprescindibilidade da ordem judicial para perquirir as mensagens nele armazenadas. Nesse sentido:

“Na ocorrência de autuação de crime em flagrante, ainda que seja dispensável ordem judicial para a apreensão de telefone celular, as mensagens armazenadas no aparelho estão protegidas pelo sigilo telefônico, que compreende igualmente a transmissão, recepção ou emissão de símbolos, caracteres, sinais, escritos, imagens, sons ou informações de qualquer natureza, por meio de telefonia fixa ou móvel ou, ainda, por meio de sistemas de informática e telemática.”
STJ. 5ª Turma. RHC 67.379-RN, Rel. Min. Ribeiro Dantas, julgado em 20/10/2016 (Info 593).

3. (PC-ES/2019/INSTITUTO ACESSO/DELEGADO DE POLÍCIA) A referida classificação do sistema brasileiro como um sistema acusatório, desvinculador dos papéis dos agentes processuais e das funções no processo judicial, mostra-se contraditória quando confrontada com uma série de elementos existentes no processo.” (FERREIRA, Marco Aurélio Gonçalves. *A Presunção da Inocência e a Construção da Verdade: Contrastes e Confrontos em perspectiva comparada (Brasil e Canadá)*. EDITORA LUMEN JURIS, Rio de Janeiro, 2013). Leia o caso hipotético descrito a seguir.

O Ministro OMJ, do Supremo Tribunal Federal, rejeitou o pedido da Procuradoria-Geral da República (PGR) de arquivamento do inquérito aberto para apurar ofensas a integrantes do STF e da suspensão dos atos praticados no âmbito dessa investigação, como buscas e apreensões e a censura a *sites*. Assinale a alternativa INCORRETA quanto à noção de sistema acusatório.

- a. Inquérito administrativo instaurado no âmbito da administração pública.
- b. A determinação de ofício de instauração de inquérito policial pelo juiz.
- c. A Instauração de inquérito policial pelo Delegado de Polícia.
- d. A requisição de instauração de inquérito policial pelo Ministério Público.
- e. Inquérito instaurado por comissões parlamentares.

Letra b.

O sistema acusatório é marcado sobretudo pelas funções de acusar, julgar e defender recaírem em órgãos distintos, de sorte a se preservar a imparcialidade do Juiz. Sendo assim, qualquer ato do Juiz que pareça se imiscuir na investigação ou acusação deve ser rechaçado, a exemplo da determinação de ofício, pelo Magistrado, de instauração de inquérito policial. No sistema acusatório, o Juiz deve se limitar à análise das provas carreadas pelas partes (acusação e defesa) e sobre elas emitir um julgamento; há, pois, uma postura passiva por parte dele.

4. (PC-ES/2019/INSTITUTO ACESSO/DELEGADO DE POLÍCIA) No que pertine à inépcia da denúncia ou da queixa, é correto afirmar que
- a. a doutrina a entende como sinônimo de criptoimputação.
 - b. ocorre quando, na denúncia/queixa, não há a identificação do acusado com seu verdadeiro nome ou outros qualificativos.
 - c. sucede quando faltar justa causa para o regular exercício da ação penal.
 - d. tem cabimento quando ausente uma ou algumas das condições da ação penal.
 - e. acontece quando a inicial acusatória não contém o rol de testemunhas.

Letra a.

a. CERTA! A doutrina designa de criptoimputação a inicial acusatória contaminada por grave deficiência na narrativa dos fatos imputados, ou seja, situação em que não há a exposição do fato criminoso com a indicação precisa de todas as circunstâncias concretas que integram a tipicidade da infração penal, restando configurada a inépcia da exordial. Trata-se de imputação confusa, incompreensível, que dificulta o exercício de defesa.

b. Errada! A teor do art. 259 do Código de Processo Penal, a impossibilidade de identificação do acusado não obstará o prosseguimento da ação penal quando certa a sua identidade física:

Art. 259. A impossibilidade de identificação do acusado com o seu verdadeiro nome ou outros qualificativos não retardará a ação penal, quando certa a identidade física. A qualquer tempo, no curso do processo, do julgamento ou da execução da sentença, se for descoberta a sua qualificação, far-se-á a retificação, por termo, nos autos, sem prejuízo da validade dos atos precedentes.

c. Errada! A inépcia estará caracterizada pelo desatendimento dos requisitos essenciais da petição inicial (art. 41 do CPP), notadamente a debilidade ou ausência de narrativa fática. A inépcia não se confunde com justa causa – necessidade de lastro mínimo de prova para o exercício da ação.

d. Errada! A ausência de alguma(s) condição(ões) da ação, assim como a inépcia da inicial, é causa autônoma que autoriza a rejeição da denúncia, nos termos do art. 395:

Art. 395. A denúncia ou queixa será rejeitada quando:

I – for manifestamente inepta;

II – faltar pressuposto processual ou condição para o exercício da ação penal; ou

III – faltar justa causa para o exercício da ação penal.

Com efeito, elas não podem ser tidas como equivalentes. Como dito, a inépcia resulta do desatendimento aos requisitos essenciais da petição inicial (art. 41 do CPP), notadamente a debilidade ou a ausência de narrativa fática.

e. Errada! O rol de testemunhas na inicial acusatória não é obrigatório, apenas existirá quando for necessário. É o que estabelece o art. 41 do CPP:

Art. 41. A denúncia ou queixa conterá a exposição do fato criminoso, com todas as suas circunstâncias, a qualificação do acusado ou esclarecimentos pelos quais se possa identificá-lo, a classificação do crime e, quando necessário, o rol das testemunhas.

Além disso, a não colocação do rol na peça acusatória tem por consequência apenas a ocorrência de preclusão temporal, posto que o momento adequado para sua apresentação é a apresentação da denúncia.

-
5. (PC-ES/2019/INSTITUTO ACESSO/DELEGADO DE POLÍCIA) “O inquérito policial é um procedimento administrativo, não judicial, e por isso mesmo pode ter caráter explicitamente inquisitorial, isto é, registrar por escrito, com fé pública, emprestada pelo cartório que a delegacia possui, informações obtidas dos envolvidos sem que estes tenham conhecimento das suspeitas contra eles.” (LIMA, Roberto Kant de; MOUZINHO, Gláucia. DILEMAS – Vol. 9 – n. 3 – SET-DEZ 2016 – p. 505-529). Assinale, a seguir, a característica INCORRETA quanto ao inquérito policial brasileiro.

- a. Não possui contraditório e ampla defesa.
- b. É escrito.
- c. É público.
- d. É dispensável.
- e. É sigiloso.

Letra c.

Dentre as diversas características do inquérito policial, merecem destaque as seguintes:

- **Inquisitividade** – Ao contrário da ação penal, esse procedimento não se subordina aos princípios do contraditório e da ampla defesa. Pelo contrário, a autoridade policial conduz as investigações de forma unilateral com base na discricionariedade, sem a definição de um rito pré-estabelecido e sem a necessidade de participação do investigado.
- **Sigilo** – Nos termos do art. 20 do CPP: “A autoridade assegurará no inquérito o sigilo necessário à elucidação do fato ou exigido pelo interesse da sociedade.”
- **Dispensabilidade** – O titular da ação penal pode dispensar total ou parcialmente o inquérito, desde que já possua justa causa para a instauração da ação penal.
- **Escrito** – O art. 9º do CPP assegura que: “Todas as peças do inquérito policial serão, num só processado, reduzidas a escrito ou datilografadas e, neste caso, rubricadas pela autoridade”.

À vista disso, é equivocado atribuir o caráter de “público” ao inquérito policial.

Prof. Renato Borelli

17^a RODADA DE QUESTÕES NC-UFP

LEGISLAÇÃO PENAL ESPECIAL
E DIREITO CIVIL

 GRAN CURSOS
ONLINE



**Renato Borelli**

Juiz Federal do TRF1. Foi Juiz Federal do TRF5. Exerceu a advocacia privada e pública. Foi servidor público e assessorou Desembargador Federal (TRF1) e Ministro (STJ). Atuou no CARF/Ministério da Fazenda como Conselheiro (antigo Conselho de Contribuintes). É formado em Direito e Economia, com especialização em Direito Público, Direito Tributário e Sociologia Jurídica.

Disciplinas: Legislação Penal Especial e Direito Civil

Cargo: Delegado de Polícia

Banca organizadora: NC-UFPR e Diversas

LEGISLAÇÃO PENAL ESPECIAL

1. (PC-ES/2019/INSTITUTO ACESSO/DELEGADO DE POLÍCIA) Hans Staden é um famoso colecionador e vendedor de artigos raros de antiguidade, em especial obras de arte da região Bávara da Alemanha. Para comemorar suas recentes aquisições, fez uma exposição na cidade de seus avós, uns dos primeiros colonos alemães no Brasil, Sontag Martins, na serra capixaba. Lá pôde vender algumas dessas obras, todavia, em especial pelo clima de festividades, não deu seguimento ao seu procedimento de venda com o devido cadastramento dos compradores e demais detalhes próprios das obrigações e responsabilidades dispostas no art. 10 da Lei n. 9.613/1998.

Ao passar dos dias, ainda com sua consciência pesada por não cumprir o procedimento padrão, pensa em viajar pela Europa e evitar o desdobramento de qualquer ação penal que se inicie, pois crê que “se não for achado, qualquer processo ficará suspenso aguardando minha volta”.

Nessa situação hipotética, sobre a disciplina imposta pela Lei n. 9.613/1998 e as garantias processuais, está correto afirmar que, caso Hans Staden não comparecesse ou não constituísse advogado:

- Seria citado por edital e o feito seria continuado até o julgamento, sendo um defensor dativo nomeado para a defesa técnica.
- Tal motivo, de acordo com a Lei n. 9.613/1998, seria o suficiente para a sua condução coercitiva.
- Seria citado por edital e o feito seria suspenso, assim como o curso do prazo prescricional.
- Tal motivo, de acordo com a Lei n. 9.613/1998, seria o suficiente para a decretação de sua prisão preventiva.
- Tal motivo, de acordo com a Lei n. 9.613/1998, seria o suficiente para a decretação de sua prisão temporária.

2. (PC-ES/2019/INSTITUTO ACESSO/DELEGADO DE POLÍCIA) João Pedro foi abordado por policiais militares que faziam ronda próximo a uma Universidade particular. Ao perceberem a atitude suspeita de João, os policiais resolveram proceder a revista pessoal e identificaram que João portava um cigarro de maconha para consumo pessoal. Nessa situação hipotética, a expressão “não se imporá prisão em flagrante”, descrita no art. 48 da Lei n. 11.343/2006, significa que é vedado à autoridade policial:
- Efetuar a condução coercitiva até a delegacia de polícia.
 - Efetuar a lavratura do auto de prisão em flagrante.
 - Lavar o termo circunstanciado.
 - Apreender o objeto de crime.
 - Realizar a captura do agente.
3. (PC-GO/2018/UEG/DELEGADO DE POLÍCIA) O juiz, na fixação das penas previstas na Lei n. 11.343/2006, considerará, com preponderância sobre o previsto no art. 59 do Código Penal, a natureza e a quantidade da substância ou do produto, a personalidade e
- os motivos do agente.
 - a culpabilidade do agente.
 - os antecedentes do agente.
 - a conduta social do agente.
 - a condição financeira do agente.
4. (PC-GO/2018/UEG/DELEGADO DE POLÍCIA) Dispõe a Lei n. 7.716/1989, que define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor, que ficará sujeito às penas de multa e de prestação de serviços à comunidade, incluindo atividades de promoção da igualdade racial, quem:
- Exigir aspectos de aparência próprios de raça ou etnia para emprego cujas atividades não justifiquem essas exigências, em anúncios ou qualquer outra forma de recrutamento de trabalhadores.
 - Recusar ou impedir acesso a estabelecimento comercial, negando-se a servir, atender ou receber cliente ou comprador.
 - Recusar, negar ou impedir a inscrição ou ingresso de aluno em estabelecimento de ensino público ou privado de qualquer grau.
 - Impedir o acesso ou recusar atendimento em restaurantes, bares, confeitarias, ou locais semelhantes abertos ao público.
 - Impedir a ascensão funcional do empregado ou obstar outra forma de benefício profissional, por motivo de discriminação de raça ou de cor ou práticas resultantes do preconceito de descendência ou origem nacional ou étnica.

5. (PC-GO/2018/UEG/DELEGADO DE POLÍCIA) Nos termos do Decreto-Lei n. 3.688/1941, tipifica-se como contravenção relativa à organização do trabalho a seguinte conduta:
- Recusar-se a receber, pelo seu valor, moeda de curso legal no país.
 - Exercer profissão ou atividade econômica, ou anunciar que a exerce, sem preencher as condições a que por lei está subordinado o seu exercício.
 - Provocar, abusivamente, emissão de fumaça, vapor ou gás, que possa ofender ou molestar alguém.
 - Perturbar alguém o trabalho ou o sossego alheios, exercendo profissão incômoda ou ruidosa, em desacordo com as prescrições legais.
 - Entregar-se alguém habitualmente à ociosidade, sendo válido para o trabalho, sem ter renda que lhe assegure meios bastantes de subsistência, ou prover à própria subsistência mediante ocupação ilícita.

DIREITO CIVIL

1. (PREFEITURA DE CURITIBA-PR/2019/NC-UFPR/PROCURADOR) Marco pediu ao seu primo Joaquim que cuidasse de Lauro e Tereza – pais de Marco e tios de Joaquim – na velhice, enquanto este residia no imóvel do primeiro. Em troca, prometeu-lhe que o imóvel lhe seria doado. Ocorre, porém, que Marco veio a falecer inesperadamente, sem completar a doação. Joaquim cuidou dos tios até que eles falecessem e seguiu residindo no local sem qualquer contestação, inclusive pagando o IPTU do referido imóvel, por mais de 20 anos ininterruptos. Ocorre, porém, que Rafael – filho único de Marco, que tinha 24 anos de idade quando o pai morreu – deu o imóvel em garantia hipotecária para Rogério, com quem tinha negócios. Joaquim, desconhecendo essa situação, ingressa com ação de usucapião. Assinale a alternativa correta com base na situação narrada.
- A hipoteca impede a aquisição da propriedade por Joaquim, uma vez que se caracteriza como uma oposição à posse por ele exercida.
 - Joaquim adquire a propriedade, mas ela segue sendo a garantia da dívida de Rafael com Rogério.
 - Joaquim poderá adquirir o imóvel pela usucapião extraordinária, mas deverá, para tanto, indenizar Rogério.
 - O fato de Rafael ter hipotecado o imóvel em questão não constitui óbice ao pleito da usucapião formulado por Joaquim – que poderá adquirir a propriedade do imóvel livre de qualquer ônus ou encargo.
 - Como Marco não completou a doação antes de falecer, Joaquim nada pode pleitear acerca do imóvel.

2. (PREFEITURA DE CURITIBA-PR/2019/NC-UFPR/PROCURADOR) No dia 01/05/2011, Luís Henrique colidiu na traseira do veículo de Patrícia, causando prejuízo no valor de R\$ 3.000,00. Ocorre que, por ocasião da colisão, ambos começaram a conversar e logo se apaixonaram. Poucos dias depois, iniciaram um relacionamento amoroso e se casaram no dia 01/08/2011. Após o nascimento do primeiro filho do casal, em julho de 2017, a relação se deteriorou e, por diferenças irreconciliáveis, em 01/08/2018, o casal se divorciou. Logo no dia seguinte, magoada e desejando intimamente nunca ter conhecido o ex-marido, Patrícia pergunta ao seu advogado se poderá ajuizar ação para cobrar os danos materiais oriundos da colisão do veículo que fez com que se conhecessem. Sobre a prescrição, no caso em tela, assinale a alternativa que corresponde à adequada orientação a ser dada pelo advogado.
- Entre 01/08/2011 e 01/08/2018, o prazo prescricional esteve suspenso.
 - Ainda há possibilidade de cobrar judicialmente a dívida, já que a prescrição foi interrompida por ocasião do casamento, voltando a fluir a partir de 01/08/2018.
 - Patrícia poderá ajuizar a ação de reparação civil até 01/08/2021.
 - A pretensão de Patrícia prescreveu em 01/05/2014, persistindo apenas o dever moral de Luís Henrique reparar o dano causado à ex-esposa.
 - O casamento do casal, no caso em tela, atuou como causa impeditiva da prescrição.
3. (PREFEITURA DE CURITIBA-PR/2019/NC-UFPR/PROCURADOR) Maria, aos 20 anos, grávida em avançado estágio gestacional, preocupa-se em adquirir alguns itens básicos do enxoval de seu bebê (como alguns pacotes de fraldas, pomadas, um carrinho de bebê, berço e algumas roupas). No entanto, encontra-se desempregada e suas economias não são suficientes para arcar com os gastos necessários. João, seu vizinho, sabendo de sua premente necessidade de recursos, sugere que Maria faça um bazar de alguns de seus itens pessoais e oferece-se para comprar um relógio antigo que Maria mantinha em casa, herança de sua bisavó, pelo valor de R\$ 300,00. A peça sempre foi seu objeto de desejo, e João, que era um colecionador, sabia que estava oferecendo um preço muito abaixo do preço de mercado. Maria, que desconhecia o valor real do objeto e estava desesperada por recursos, aceita o negócio. Quando vai a uma loja de antiguidades em busca de um berço usado, encontra relógio idêntico sendo vendido por R\$ 3.000,00. O negócio jurídico em questão é:
- Válido, sendo que as condições pactuadas resultaram da livre negociação dos agentes, não cabendo ao judiciário corrigir erros de avaliação praticados por uma das partes.
 - Ineficaz, uma vez que a desproporcionalidade das prestações no caso concreto suspende a eficácia do negócio jurídico até que seja oferecido suplemento suficiente.
 - Nulo, uma vez que João aproveitou-se da necessidade de Maria e de sua inexperiência quanto ao valor de peças antigas colecionáveis para obter vantagem desproporcional.

- d. Anulável, pois a desproporcionalidade das prestações deveu-se à vontade viciada de Maria, em razão de sua premente necessidade e inexperiência. Tal vício, no entanto, poderá ser sanado se João oferecer suplemento suficiente.
- e. Anulável, em razão do erro, quanto à qualidade essencial do objeto, cometido por Maria.
- 4.** (TJPR/2019/NC-UFPR/TITULAR DE SERVIÇOS DE NOTAS E DE REGISTROS) João não era proprietário de um bem, embora tenha conseguido apor sobre ele uma garantia real. Levando em consideração a afirmação, assinale a alternativa correta.
- a. A propriedade superveniente torna eficaz, desde o registro, as garantias reais estabelecidas por quem não era dono.
- b. Aquele que não tem o poder de alienar a coisa, mesmo assim poderá ter reconhecido o direito de ofertá-la em hipoteca, se a lei assim o garantir.
- c. A coisa comum a dois ou mais proprietários não pode ser dada em garantia real por um deles isoladamente, mesmo em relação à sua parte.
- d. Nas dívidas garantidas por penhor, anticrese ou hipoteca, o bem dado em garantia fica sujeito, por vínculo pessoal, ao cumprimento da obrigação.
- e. Os sucessores de João podem remir parcialmente o penhor ou a hipoteca na proporção dos seus quinhões.
- 5.** (TJPR/2019/NC-UFPR/TITULAR DE SERVIÇOS DE NOTAS E DE REGISTROS/ADAPTADA) Determinado advogado tinha por hábito celebrar contratos de honorários com seus clientes inserindo uma cláusula explicativa da inadimplência. Naquele instrumento, as partes (advogado e cliente) pactuavam que, caso o pagamento dos serviços de advogado fosse interrompido ou houvesse o pagamento parcial, mesmo após findos os serviços, o patrono dos autos faria uma ação de execução, nos termos previstos pela legislação civil, aplicáveis aos profissionais liberais. Levando em consideração a situação acima relatada e os prazos de prescrição e decadência, assinale a alternativa correta.
- a. Prescreve em quatro anos a pretensão dos profissionais liberais em geral, procuradores judiciais, curadores e professores pelos seus honorários, contado o prazo da conclusão dos serviços, da cessação dos respectivos contratos ou do mandato.
- b. O advogado e seu cliente podem convencionar prazos prescricionais ainda que se tornem diversos daqueles prescritos pela lei.
- c. Decai em cinco anos a pretensão dos profissionais liberais em geral, procuradores judiciais, curadores e professores pelos seus honorários, contado o prazo da conclusão dos serviços, da cessação dos respectivos contratos ou do mandato.
- d. Prescreve em três anos a pretensão para a reparação civil, caso as partes venham a sofrer um dano decorrente de ato abusivo de direito ou de algum ilícito que se originou com a prestação de serviços de natureza advocatícia.
- e. Se a decadência for convencional, a parte a quem aproveita pode alegá-la em qualquer grau de jurisdição, podendo o juiz suprir a alegação.

GABARITO

LEGISLAÇÃO PENAL ESPECIAL

1. a
2. c
3. d
4. a
5. b

DIREITO CIVIL

1. d
2. a
3. d
4. a
5. d

GABARITO COMENTADO

LEGISLAÇÃO PENAL ESPECIAL

1. (PC-ES/2019/INSTITUTO ACESSO/DELEGADO DE POLÍCIA) Hans Staden é um famoso colecionador e vendedor de artigos raros de antiguidade, em especial obras de arte da região Bávara da Alemanha. Para comemorar suas recentes aquisições, fez uma exposição na cidade de seus avós, uns dos primeiros colonos alemães no Brasil, Sontag Martins, na serra capixaba. Lá pôde vender algumas dessas obras, todavia, em especial pelo clima de festividades, não deu seguimento ao seu procedimento de venda com o devido cadastramento dos compradores e demais detalhes próprios das obrigações e responsabilidades dispostas no art. 10 da Lei n. 9.613/1998.

Ao passar dos dias, ainda com sua consciência pesada por não cumprir o procedimento padrão, pensa em viajar pela Europa e evitar o desdobramento de qualquer ação penal que se inicie, pois crê que “se não for achado, qualquer processo ficará suspenso aguardando minha volta”.

Nessa situação hipotética, sobre a disciplina imposta pela Lei n. 9.613/1998 e as garantias processuais, está correto afirmar que, caso Hans Staden não comparecesse ou não constituísse advogado:

- a. Seria citado por edital e o feito seria continuado até o julgamento, sendo um defensor dativo nomeado para a defesa técnica.
- b. Tal motivo, de acordo com a Lei n. 9.613/1998, seria o suficiente para a sua condução coercitiva.
- c. Seria citado por edital e o feito seria suspenso, assim como o curso do prazo prescricional.
- d. Tal motivo, de acordo com a Lei n. 9.613/1998, seria o suficiente para a decretação de sua prisão preventiva.
- e. Tal motivo, de acordo com a Lei n. 9.613/1998, seria o suficiente para a decretação de sua prisão temporária.

Letra a.

No caso de não comparecimento do réu nem constituição de advogado, o Código de Processo Penal estabelece que:

Art. 366. Se o acusado, citado por edital, não comparecer, nem constituir advogado, ficarão suspensos o processo e o curso do prazo prescricional, podendo o juiz determinar a produção antecipada

das provas consideradas urgentes e, se for o caso, decretar prisão preventiva, nos termos do disposto no art. 312.

Ocorre que a disciplina do art. 366 não se aplica aos processos que apurem a prática do crime de lavagem de dinheiro, conforme previsão do § 2º do art. 2º da Lei n. 9.613/1998:

Art. 4º, § 2º No processo por crime previsto nesta Lei, não se aplica o disposto no art. 366 do Decreto-Lei n. 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), devendo o acusado que não comparecer nem constituir advogado ser citado por edital, prosseguindo o feito até o julgamento, com a nomeação de defensor dativo.

Portanto, correta a alternativa “a”.

2. (PC-ES/2019/INSTITUTO ACESSO/DELEGADO DE POLÍCIA) João Pedro foi abordado por policiais militares que faziam ronda próximo a uma Universidade particular. Ao perceberem a atitude suspeita de João, os policiais resolveram proceder a revista pessoal e identificaram que João portava um cigarro de maconha para consumo pessoal. Nessa situação hipotética, a expressão “não se imporá prisão em flagrante”, descrita no art. 48 da Lei n. 11.343/2006, significa que é vedado à autoridade policial:
- Efetuar a condução coercitiva até a delegacia de polícia.
 - Efetuar a lavratura do auto de prisão em flagrante.
 - Lavrar o termo circunstanciado.
 - Apreender o objeto de crime.
 - Realizar a captura do agente.

Letra c.

Nos termos do § 2º do art. 48 da Lei n. 11.343/2006:

Art. 48, § 2º Tratando-se da conduta prevista no art. 28 desta Lei, não se imporá prisão em flagrante, devendo o autor do fato ser imediatamente encaminhado ao juízo competente ou, na falta deste, assumir o compromisso de a ele comparecer, lavrando-se termo circunstanciado e providenciando-se as requisições dos exames e perícias necessários.

Veja que, embora a Lei n. 11.343/2006 proíba a prisão em flagrante, é perfeitamente possível a captura e a condução coercitiva do agente, estando vedada somente a lavratura do auto de prisão em flagrante e o subsequente recolhimento ao cárcere.

3. (PC-GO/2018/UEG/DELEGADO DE POLÍCIA) O juiz, na fixação das penas previstas na Lei n. 11.343/2006, considerará, com preponderância sobre o previsto no art. 59 do Código Penal, a natureza e a quantidade da substância ou do produto, a personalidade e
- os motivos do agente.
 - a culpabilidade do agente.
 - os antecedentes do agente.
 - a conduta social do agente.
 - a condição financeira do agente.

Letra d.

O Juiz deve dar maior relevância à natureza, à quantidade da substância ou do produto, à personalidade e à conduta social do agente, conforme reza o art. 42 da Lei n. 11.343/2006.

Art. 42. O juiz, na fixação das penas, considerará, com preponderância sobre o previsto no art. 59 do Código Penal, a natureza e a quantidade da substância ou do produto, a personalidade e a conduta social do agente.

4. (PC-GO/2018/UEG/DELEGADO DE POLÍCIA) Dispõe a Lei n. 7.716/1989, que define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor, que ficará sujeito às penas de multa e de prestação de serviços à comunidade, incluindo atividades de promoção da igualdade racial, quem:
- Exigir aspectos de aparência próprios de raça ou etnia para emprego cujas atividades não justifiquem essas exigências, em anúncios ou qualquer outra forma de recrutamento de trabalhadores.
 - Recusar ou impedir acesso a estabelecimento comercial, negando-se a servir, atender ou receber cliente ou comprador.
 - Recusar, negar ou impedir a inscrição ou ingresso de aluno em estabelecimento de ensino público ou privado de qualquer grau.
 - Impedir o acesso ou recusar atendimento em restaurantes, bares, confeitarias, ou locais semelhantes abertos ao público.
 - Impedir a ascensão funcional do empregado ou obstar outra forma de benefício profissional, por motivo de discriminação de raça ou de cor ou práticas resultantes do preconceito de descendência ou origem nacional ou étnica.

Letra a.

a. CERTA! Nos termos do § 2º do art. 4º da Lei n. 7.716/1989:

Art. 4º, § 2º Ficarà sujeito às penas de multa e de prestação de serviços à comunidade, incluindo atividades de promoção da igualdade racial, quem, em anúncios ou qualquer outra forma de recrutamento de trabalhadores, exigir aspectos de aparência próprios de raça ou etnia para emprego cujas atividades não justifiquem essas exigências.

b. Errada! Nesse caso, a pena é de reclusão de 1 (um) a 3 (três) anos, como se vê:

Art. 5º Recusar ou impedir acesso a estabelecimento comercial, negando-se a servir, atender ou receber cliente ou comprador.

Pena – reclusão de um a três anos.

c. Errada! Para essa conduta, pena cominada é de reclusão de 3 (três) a 5 (cinco) anos, a teor do art. 6º da Lei n. 7.716/1989:

Art. 6º Recusar, negar ou impedir a inscrição ou ingresso de aluno em estabelecimento de ensino público ou privado de qualquer grau.

Pena – reclusão de três a cinco anos.

d. Errada! A pena é de reclusão de 1 (um) a 3 (três) anos, nos termos do art. 8º da Lei n. 7.716/1989:

Art. 8º Impedir o acesso ou recusar atendimento em restaurantes, bares, confeitarias, ou locais semelhantes abertos ao público.

Pena – reclusão de um a três anos.

e. Errada! A pena é de reclusão de 2 (dois) a 5 (cinco) anos, conforme prevê o art. 4º, § 1º, II, da Lei n. 7.716/1989:

Art. 4º Negar ou obstar emprego em empresa privada.

Pena – reclusão de dois a cinco anos.

§ 1º Incorre na mesma pena quem, por motivo de discriminação de raça ou de cor ou práticas resultantes do preconceito de descendência ou origem nacional ou étnica: (...)

II – impedir a ascensão funcional do empregado ou obstar outra forma de benefício profissional;

-
- 5.** (PC-GO/2018/UEG/DELEGADO DE POLÍCIA) Nos termos do Decreto-Lei n. 3.688/1941, tipifica-se como contravenção relativa à organização do trabalho a seguinte conduta:
- Recusar-se a receber, pelo seu valor, moeda de curso legal no país.
 - Exercer profissão ou atividade econômica, ou anunciar que a exerce, sem preencher as condições a que por lei está subordinado o seu exercício.

- c. Provocar, abusivamente, emissão de fumaça, vapor ou gás, que possa ofender ou molestar alguém.
- d. Perturbar alguém o trabalho ou o sossego alheios, exercendo profissão incômoda ou ruidosa, em desacordo com as prescrições legais.
- e. Entregar-se alguém habitualmente à ociosidade, sendo válido para o trabalho, sem ter renda que lhe assegure meios bastantes de subsistência, ou prover à própria subsistência mediante ocupação ilícita.

Letra b.

a. Errada! A conduta “recusar-se a receber, pelo seu valor, moeda de curso legal no país” está inserida dentro do Capítulo V, que abriga as contravenções contra a fé pública.

b. CERTA! De fato, a conduta descrita insere-se no capítulo relativo à organização do trabalho (Capítulo VI).

c. Errada! A conduta “provocar, abusivamente, emissão de fumaça, vapor ou gás, que possa ofender ou molestar alguém” insere-se no Capítulo III – Das contravenções referentes à incolumidade pública.

d. Errada! A conduta de “perturbar alguém, o trabalho ou o sossego alheios, exercendo profissão incômoda ou ruidosa, em desacordo com as prescrições legais” está contido no Capítulo IV – Das contravenções referentes à paz pública.

e. Errada! A conduta “entregar-se alguém habitualmente à ociosidade, sendo válido para o trabalho, sem ter renda que lhe assegure meios bastantes de subsistência, ou prover à própria subsistência mediante ocupação ilícita” está inserida no Capítulo VII – Das contravenções relativas à polícia de costumes.

DIREITO CIVIL

1. (PREFEITURA DE CURITIBA-PR/2019/NC-UFPR/PROCURADOR) Marco pediu ao seu primo Joaquim que cuidasse de Lauro e Tereza – pais de Marco e tios de Joaquim – na velhice, enquanto este residia no imóvel do primeiro. Em troca, prometeu-lhe que o imóvel lhe seria doado. Ocorre, porém, que Marco veio a falecer inesperadamente, sem completar a doação. Joaquim cuidou dos tios até que eles falecessem e seguiu residindo no local sem qualquer contestação, inclusive pagando o IPTU do referido imóvel, por mais de 20 anos ininterruptos. Ocorre, porém, que Rafael – filho único de Marco, que tinha 24 anos de idade quando o pai morreu – deu o imóvel em garantia hipotecária para Rogério, com quem tinha negócios. Joaquim, desconhecendo essa situação, ingressa com ação de usucapião. Assinale a alternativa correta com base na situação narrada.

- a. A hipoteca impede a aquisição da propriedade por Joaquim, uma vez que se caracteriza como uma oposição à posse por ele exercida.
- b. Joaquim adquire a propriedade, mas ela segue sendo a garantia da dívida de Rafael com Rogério.
- c. Joaquim poderá adquirir o imóvel pela usucapião extraordinária, mas deverá, para tanto, indenizar Rogério.
- d. O fato de Rafael ter hipotecado o imóvel em questão não constitui óbice ao pleito da usucapião formulado por Joaquim – que poderá adquirir a propriedade do imóvel livre de qualquer ônus ou encargo.
- e. Como Marco não completou a doação antes de falecer, Joaquim nada pode pleitear acerca do imóvel.

Letra d.

a. Errada! A hipoteca **NÃO** impede a aquisição da propriedade por Joaquim. Joaquim cumpriu todos os requisitos estampados no art. 1.238 do CC para a usucapião do imóvel.

Art. 1.238. Aquele que, por quinze anos, sem interrupção, nem oposição, possuir como seu um imóvel, adquire-lhe a propriedade, independentemente de título e boa-fé; podendo requerer ao juiz que assim o declare por sentença, a qual servirá de título para o registro no Cartório de Registro de Imóveis.

Além disso, o STJ já se manifestou no sentido de que o fato de o bem constituir garantia de negócio jurídico não reverbera na posse exercida por terceiros, como se vê:

CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO DE USUCAPIÃO EXTRAORDINÁRIA. REQUISITOS. DISCUSSÃO RESTRITA À NATUREZA DA POSSE. SÚMULA N. 7 DO STJ. NÃO INCIDÊNCIA DA ESPÉCIE. PREMISSAS FÁTICAS JÁ ASSENTADAS. ENQUADRAMENTO JURÍDICO DOS FATOS. OPOSIÇÃO. NÃO DEMONSTRAÇÃO. EXERCÍCIO COM ÂNIMO DE DONO EXTERIORIZADO. AQUISIÇÃO DO DOMÍNIO PELA PRESCRIÇÃO AQUISITIVA. 1. O fato de o proprietário do imóvel ter celebrado negócio com instituição financeira e dado o bem em garantia, depois baixada, não configura verdadeira oposição à posse exercida por terceiros que nenhuma relação têm com aquele negócio, já que não foi adotada nenhuma providência hábil a interromper o lapso prescricional hábil a autorizar o reconhecimento da aquisição do domínio pela usucapião. 2. Exerce a posse com ânimo de dono aquele que passa a residir no imóvel por autorização de quem acreditava ser o dono e com a promessa de que o bem lhe seria doado, passando a pagar os respectivos impostos, a conservar as respectivas benfeitorias, ali recebendo correspondências particulares, tudo por mais de vinte anos, sem ser molestado por quem quer que seja. A exteriorização da posse reforça que ela é exercida com ânimo de dono. 3. Preenchidos os requisitos legais, deve-se reconhecer a aquisição do domínio pela usucapião. 4. Recurso especial provido. Sentença restabelecida. (REsp 1.253.767 PR, T3 – TERCEIRA TURMA. Julgamento 18.02.2016. DJe 26.02.2016).

b. Errada! De fato, Joaquim adquire a propriedade de imóvel. No entanto, por se tratar de uma forma de aquisição originária da propriedade, o bem fica livre de qualquer ônus ou encargo.

c. Errada! A usucapião extraordinária é aquela estampada no art. 1.238 do CC, que assim enuncia:

Art. 1.238. Aquele que, por quinze anos, sem interrupção, nem oposição, possuir como seu um imóvel, adquire-lhe a propriedade, independentemente de título e boa-fé; podendo requerer ao juiz que assim o declare por sentença, a qual servirá de título para o registro no Cartório de Registro de Imóveis.

Aqui, não há que se falar em indenização. Joaquim adquirirá a propriedade independentemente de qualquer contraprestação paga a Rogério.

d. CERTA! Como já dito, a hipoteca não impede a usucapião.

e. Errada! Bastará o preenchimento dos requisitos da usucapião para que Joaquim adquira o imóvel, sem se exigir qualquer relação com outro negócio jurídico.

2. (PREFEITURA DE CURITIBA-PR/2019/NC-UFPR/PROCURADOR) No dia 01/05/2011, Luís Henrique colidiu na traseira do veículo de Patrícia, causando prejuízo no valor de R\$ 3.000,00. Ocorre que, por ocasião da colisão, ambos começaram a conversar e logo se apaixonaram. Poucos dias depois, iniciaram um relacionamento amoroso e se casaram no dia 01/08/2011. Após o nascimento do primeiro filho do casal, em julho de 2017, a relação se deteriorou e, por diferenças irreconciliáveis, em 01/08/2018, o casal se divorciou. Logo no dia seguinte, magoada e desejando intimamente nunca ter conhecido o ex-marido, Patrícia pergunta ao seu advogado se poderá ajuizar ação para cobrar os danos materiais oriundos da colisão do veículo que fez com que se conhecessem. Sobre a prescrição, no caso em tela, assinale a alternativa que corresponde à adequada orientação a ser dada pelo advogado.
- Entre 01/08/2011 e 01/08/2018, o prazo prescricional esteve suspenso.
 - Ainda há possibilidade de cobrar judicialmente a dívida, já que a prescrição foi interrompida por ocasião do casamento, voltando a fluir a partir de 01/08/2018.
 - Patrícia poderá ajuizar a ação de reparação civil até 01/08/2021.
 - A pretensão de Patrícia prescreveu em 01/05/2014, persistindo apenas o dever moral de Luís Henrique reparar o dano causado à ex-esposa.
 - O casamento do casal, no caso em tela, atuou como causa impeditiva da prescrição.

Letra a.

a. CERTA! No período entre 01/08/2011 e 01/08/2018, Luís Henrique e Patrícia estavam casados e, durante a relação conjugal, não corre a prescrição. É o que estabelece o art. 197, inciso I, do CC:

Art. 197. Não corre a prescrição:

I – entre os cônjuges, na constância da sociedade conjugal;

b. Errada! Realmente, ainda há possibilidade de cobrar a dívida. No entanto, a assertiva diz que o prazo prescricional foi interrompido durante o casamento, quando, na verdade, houve uma SUSPENSÃO do prazo.

c. Errada! O prazo prescricional da pretensão de reparação civil é de 3 (três) anos, conforme estabelece o art. 206, § 3º, V, do Código Civil:

Art. 206. Prescreve:

§ 3º Em três anos:

V – a pretensão de reparação civil;

Posto isso, temos que, antes do casamento, transcorreram 3 (três) meses de prazo, restando 2 (dois) anos e 9 (nove) meses. O casamento teve fim no dia 01/08/2018. Somando-se a essa data 2 (dois) anos e 9 (nove) meses, teremos como termo final do prazo a data 01/05/2021.

d. Errada! A pretensão de Patrícia ainda não prescreveu, posto que, durante o casamento, o prazo prescricional estava suspenso.

e. Errada! Na verdade, o casamento atuou como causa SUSPENSIVA da prescrição, porque o prazo prescricional já tinha se iniciado. As circunstâncias impeditivas impedem que a contagem do prazo se inicie.

3. (PREFEITURA DE CURITIBA-PR/2019/NC-UFPR/PROCURADOR) Maria, aos 20 anos, grávida em avançado estágio gestacional, preocupa-se em adquirir alguns itens básicos do enxoval de seu bebê (como alguns pacotes de fraldas, pomadas, um carrinho de bebê, berço e algumas roupas). No entanto, encontra-se desempregada e suas economias não são suficientes para arcar com os gastos necessários. João, seu vizinho, sabendo de sua premente necessidade de recursos, sugere que Maria faça um bazar de alguns de seus itens pessoais e oferece-se para comprar um relógio antigo que Maria mantinha em casa, herança de sua bisavó, pelo valor de R\$ 300,00. A peça sempre foi seu objeto de desejo, e João, que era um colecionador, sabia que estava oferecendo um preço muito abaixo do preço de mercado. Maria, que desconhecia o valor real do objeto e estava desesperada por recursos, aceita o negócio. Quando vai a uma loja de antiguidades em busca de um

berço usado, encontra relógio idêntico sendo vendido por R\$ 3.000,00. O negócio jurídico em questão é:

- a. Válido, sendo que as condições pactuadas resultaram da livre negociação dos agentes, não cabendo ao judiciário corrigir erros de avaliação praticados por uma das partes.
- b. Ineficaz, uma vez que a desproporcionalidade das prestações no caso concreto suspende a eficácia do negócio jurídico até que seja oferecido suplemento suficiente.
- c. Nulo, uma vez que João aproveitou-se da necessidade de Maria e de sua inexperiência quanto ao valor de peças antigas colecionáveis para obter vantagem desproporcional.
- d. Anulável, pois a desproporcionalidade das prestações deveu-se à vontade viciada de Maria, em razão de sua premente necessidade e inexperiência. Tal vício, no entanto, poderá ser sanado se João oferecer suplemento suficiente.
- e. Anulável, em razão do erro, quanto à qualidade essencial do objeto, cometido por Maria.

Letra d.

A desproporcionalidade das prestações deveu-se à vontade viciada de Maria, em razão de sua premente necessidade e inexperiência. A situação fática, portanto, cuida do vício da lesão, disciplinado no art. 157 do Código Civil:

Art. 157. Ocorre a lesão quando uma pessoa, sob premente necessidade, ou por inexperiência, se obriga a prestação manifestamente desproporcional ao valor da prestação oposta.

§ 1º Aprecia-se a desproporção das prestações segundo os valores vigentes ao tempo em que foi celebrado o negócio jurídico.

§ 2º Não se decretará a anulação do negócio, se for oferecido suplemento suficiente, ou se a parte favorecida concordar com a redução do proveito.

A lesão torna o negócio jurídico anulável, como se vê:

Art. 171. Além dos casos expressamente declarados na lei, é anulável o negócio jurídico: (...)

II – por vício resultante de erro, dolo, coação, estado de perigo, lesão ou fraude contra credores.

No entanto, a anulabilidade do negócio jurídico não existirá se João oferecer suplemento suficiente, a teor do § 2º do art. 157 do CC:

Art. 157, § 2º Não se decretará a anulação do negócio, se for oferecido suplemento suficiente, ou se a parte favorecida concordar com a redução do proveito.

Sendo assim, correta a alternativa “d”!

4. (TJPR/2019/NC-UFPR/TITULAR DE SERVIÇOS DE NOTAS E DE REGISTROS) João não era proprietário de um bem, embora tenha conseguido apor sobre ele uma garantia real. Levando em consideração a afirmação, assinale a alternativa correta.
- a. A propriedade superveniente torna eficaz, desde o registro, as garantias reais estabelecidas por quem não era dono.
 - b. Aquele que não tem o poder de alienar a coisa, mesmo assim poderá ter reconhecido o direito de ofertá-la em hipoteca, se a lei assim o garantir.
 - c. A coisa comum a dois ou mais proprietários não pode ser dada em garantia real por um deles isoladamente, mesmo em relação à sua parte.
 - d. Nas dívidas garantidas por penhor, anticrese ou hipoteca, o bem dado em garantia fica sujeito, por vínculo pessoal, ao cumprimento da obrigação.
 - e. Os sucessores de João podem remir parcialmente o penhor ou a hipoteca na proporção dos seus quinhões.

Letra a.

a. CERTA! É exatamente esse o teor do § 1º do art. 1.420 do Código Civil:

Art. 1.420, § 1º A propriedade superveniente torna eficaz, desde o registro, as garantias reais estabelecidas por quem não era dono.

b. Errada! O bem só pode ser dado em hipoteca por aquele que tenha o poder de alienar a coisa. Nesse sentido:

Art. 1.420. Só aquele que pode alienar poderá empenhar, hipotecar ou dar em anticrese; só os bens que se podem alienar poderão ser dados em penhor, anticrese ou hipoteca.

c. Errada! A coisa comum só não poderá ser dada em garantia se for em sua totalidade. Por outro lado, cada proprietário poderá dar em garantia a parte que lhe couber. É esse o teor do § 2º do art. 1.420 do CC:

Art. 1.420, § 2º A coisa comum a dois ou mais proprietários não pode ser dada em garantia real, na sua totalidade, sem o consentimento de todos; mas cada um pode individualmente dar em garantia real a parte que tiver.

d. Errada! O vínculo que se estabelece entre os bens dados em garantia e a obrigação é um vínculo de **natureza real**, conforme prevê o art. 1.419 do CC:

Art. 1.419. Nas dívidas garantidas por penhor, anticrese ou hipoteca, o bem dado em garantia fica sujeito, por vínculo real, ao cumprimento da obrigação.

e. Errada! A remissão do penhor ou da hipoteca feita pelos sucessores só será válida se se referir a todo o bem. Os sucessores **não** poderão remir parcialmente o penhor ou a hipoteca na proporção de seus quinhões. Nesse sentido:

Art. 1.429. Os sucessores do devedor não podem remir parcialmente o penhor ou a hipoteca na proporção dos seus quinhões; qualquer deles, porém, pode fazê-lo no todo.

5. (TJPR/2019/NC-UFPR/TITULAR DE SERVIÇOS DE NOTAS E DE REGISTROS/ADAPTADA) Determinado advogado tinha por hábito celebrar contratos de honorários com seus clientes inserindo uma cláusula explicativa da inadimplência. Naquele instrumento, as partes (advogado e cliente) pactuavam que, caso o pagamento dos serviços de advogado fosse interrompido ou houvesse o pagamento parcial, mesmo após findos os serviços, o patrono dos autos faria uma ação de execução, nos termos previstos pela legislação civil, aplicáveis aos profissionais liberais. Levando em consideração a situação acima relatada e os prazos de prescrição e decadência, assinale a alternativa correta.
- Prescreve em quatro anos a pretensão dos profissionais liberais em geral, procuradores judiciais, curadores e professores pelos seus honorários, contado o prazo da conclusão dos serviços, da cessação dos respectivos contratos ou do mandato.
 - O advogado e seu cliente podem convencionar prazos prescricionais ainda que se tornem diversos daqueles prescritos pela lei.
 - Decai em cinco anos a pretensão dos profissionais liberais em geral, procuradores judiciais, curadores e professores pelos seus honorários, contado o prazo da conclusão dos serviços, da cessação dos respectivos contratos ou do mandato.
 - Prescreve em três anos a pretensão para a reparação civil, caso as partes venham a sofrer um dano decorrente de ato abusivo de direito ou de algum ilícito que se originou com a prestação de serviços de natureza advocatícia.
 - Se a decadência for convencional, a parte a quem aproveita pode alegá-la em qualquer grau de jurisdição, podendo o juiz suprir a alegação.

Letra d.

a. Errada! O prazo prescricional é de 5 (cinco) anos, nos termos do art. 206, § 5º, inciso II, do CC:

Art. 206. Prescreve:

§ 5º Em cinco anos:

II – a pretensão dos profissionais liberais em geral, procuradores judiciais, curadores e professores pelos seus honorários, contado o prazo da conclusão dos serviços, da cessação dos respectivos contratos ou mandato;

b.Errada! O prazo prescricional não está sujeito à modificação pelas partes. É o que prevê o art. 192 do Diploma Civil:

Art. 192. Os prazos de prescrição não podem ser alterados por acordo das partes.

c.Errada! Na verdade, o prazo de **5 (cinco) anos** é um prazo prescricional, e não de decadência. Está relacionado à pretensão, e não ao direito em si.

Art. 206. Prescreve: (...)

§ 5º Em cinco anos: (...)

II – a pretensão dos profissionais liberais em geral, procuradores judiciais, curadores e professores pelos seus honorários, contado o prazo da conclusão dos serviços, da cessação dos respectivos contratos ou mandato;

d.CERTA! O prazo prescricional da pretensão de reparação civil é de 3 (três) anos, consoante art. 206, § 3º, V, do CC:

Art. 206. Prescreve: (...)

§ 3º Em três anos: (...)

V – a pretensão de reparação civil;

e.Errada! Apenas a decadência fixada em lei pode ser reconhecida pelo Juiz. A decadência convencional, por sua vez, embora possa ser arguida em qualquer grau de jurisdição, não poderá ter sua alegação suprida pelo Juiz. Nesses termos:

Art. 211. Se a decadência for convencional, a parte a quem aproveita pode alegá-la em qualquer grau de jurisdição, mas o juiz não pode suprir a alegação.

Prof. Renato Borelli

18^a RODADA DE QUESTÕES NC-UFR

**DIREITO ADMINISTRATIVO E
DIREITO CONSTITUCIONAL**

 GRAN CURSOS
ONLINE



**Renato Borelli**

Juiz Federal do TRF1. Foi Juiz Federal do TRF5. Exerceu a advocacia privada e pública. Foi servidor público e assessorou Desembargador Federal (TRF1) e Ministro (STJ). Atuou no CARF/Ministério da Fazenda como Conselheiro (antigo Conselho de Contribuintes). É formado em Direito e Economia, com especialização em Direito Público, Direito Tributário e Sociologia Jurídica.

Disciplinas: Direito Administrativo e Direito Constitucional

Cargo: Delegado de Polícia

Banca organizadora: NC-UFPR

DIREITO ADMINISTRATIVO

1. (FPMA-PR/2019/NC-UFPR/ADVOGADO) A respeito das modalidades de organização administrativa do Estado, assinale a alternativa correta.
 - a. As formas de descentralização administrativa não cabem aos regimes orgânicos municipais, tendo em vista os ditames fixados a partir da Constituição Federal de 1988.
 - b. A descentralização administrativa por serviços, também denominada por descentralização funcional ou técnica, ocorre pela criação de autarquias, fundações e empresas públicas. As sociedades de economia mista encontram-se fora desse modelo, tendo em vista serem parcialmente compostas por recursos oriundos da iniciativa privada.
 - c. A entidade descentralizada possui personalidade jurídica e patrimônio próprios, capacidade de autoadministração, motivo pelo qual não se sujeita a nenhuma forma de controle ou tutela por parte do ente instituidor.
 - d. Descentralização é a divisão de competência para pessoa diversa da pessoa central; desconcentração é distribuição de competências dentro da mesma pessoa jurídica.
 - e. A descentralização por colaboração é a figura em que a Administração Pública cria, por lei, pessoa jurídica de direito privado para a execução de serviço público, eximindo-se, todavia, do controle das condições de execução do respectivo serviço público.

2. (CÂMARA DE QUITANDINHA/2018/NC-UFPR/ADVOGADO) Ato administrativo é uma manifestação de vontade funcional apta a gerar efeitos jurídicos, produzida no exercício de função administrativa. Portanto, é INCORRETO afirmar:
 - a. Ato administrativo é uma manifestação de vontade à qual o direito vincula efeitos. Esses efeitos podem ser diversos e variados. Tanto podem coincidir com a vontade do sujeito como ser desvinculados de seu intento.
 - b. Ato administrativo é uma manifestação de vontade, no sentido de que exterioriza a vontade de um sujeito dirigida a um fim. Isso significa a existência de dois aspectos inconfundíveis na vontade: exteriorização física e aspecto interno, volitivo, que é a causa da ação ou omissão.

- c. Ato administrativo não é uma declaração, se a expressão for utilizada para indicar simplesmente uma alteração no universo dos fatos. Não há ato administrativo quando se passa um mero evento físico.
- d. Ato administrativo não é reconhecido como tal se produzir efeito no âmbito do direito administrativo porém praticado por um particular no exercício de sua autonomia privada.
- e. Ato administrativo nem sempre é produzido no exercício da função administrativa. Um exemplo de ato administrativo é a formulação de proposta numa licitação.

3. (UFPR/2013/NC-UFPR/ESTATÍSTICO) Considere as seguintes afirmativas sobre o servidor público da União:

- 1) A nomeação do servidor público far-se-á em caráter efetivo, quando se tratar de cargo isolado de provimento efetivo ou de carreira.
- 2) A nomeação do servidor público far-se-á em comissão, inclusive na condição de interino, para cargos de confiança vagos.
- 3) A nomeação do servidor público depende de prévia habilitação em concurso público de provas ou de provas e títulos, obedecidos a ordem de classificação e o prazo de validade.
- 4) Nomeação é uma forma de provimento de cargo público.

Assinale a alternativa correta.

- a. Somente a afirmativa 3 é verdadeira.
- b. Somente as afirmativas 1 e 2 são verdadeiras.
- c. Somente as afirmativas 1, 2 e 4 são verdadeiras.
- d. Somente as afirmativas 3 e 4 são verdadeiras.
- e. As afirmativas 1, 2, 3 e 4 são verdadeiras.

4. (PREFEITURA DE CURITIBA-PR/2019/NC-UFPR/PROCURADOR) Uma das atividades de gestão administrativa mais importantes dos Estados contemporâneos é o serviço público. No Brasil, a tradição francesa impactou significativamente a regulação da matéria, que segue, todavia, ainda muito controvertida e exigindo constante atenção da doutrina especializada. Sobre o assunto, assinale a alternativa correta.

- a. O conceito de serviço público previsto no texto original da Constituição de 1988 foi alterado por Emenda Constitucional na década de 1990.
- b. A teoria do serviço público brasileira, com base na Constituição, costuma fazer distinção entre serviços públicos privativos (ou exclusivos) do Estado e não privativos (ou não exclusivos) do Estado.
- c. A redação atual da Constituição Federal proíbe a prestação de serviços públicos pela via direta.

- d. No Brasil, inexistente uma lei nacional de participação, proteção e defesa dos direitos do usuário dos serviços públicos da administração pública.
- e. A Constituição não faz diferença entre o regime jurídico da prestação de serviços públicos e a exploração direta de atividade econômica em sentido estrito pelo Estado.
5. (PREFEITURA DE CURITIBA-PR/2019/NC-UFPR/PROCURADOR) O Brasil é um país pioneiro na matéria responsabilidade civil do Estado. Ainda que por força jurisprudencial e doutrinária, o tema desenvolveu-se sobremaneira no país. As lacunas do ordenamento positivo formal, todavia, acabaram por propiciar certa insegurança, decorrente da variedade de teses e teorias que são encontradas nessa seara. Considerando esse contexto, assinale a alternativa correta.
- a. Tanto a doutrina como a jurisprudência não estão pacificadas, no Brasil, no tocante ao estabelecimento do regime jurídico da responsabilidade civil estatal por omissão, que ora é entendida como objetiva, ora como subjetiva.
- b. A responsabilidade civil do Estado no Brasil é matéria tradicionalmente regulada tanto pela Constituição da República quanto pela Lei Nacional de Responsabilidade Civil do Estado.
- c. A teoria do risco administrativo não foi recepcionada pela Constituição da República de 1988.
- d. O texto da Constituição da República veda expressamente a responsabilidade civil do Estado por atos legislativos.
- e. As pessoas jurídicas prestadoras de serviços públicos respondem subjetivamente por suas ações se tiverem personalidade de Direito privado.

DIREITO CONSTITUCIONAL

1. (PREFEITURA DE MATINHOS-PR/2019/NC-UFPR/FISCAL DE TRIBUTOS) É um objetivo fundamental da República Federativa do Brasil:
- a. A livre manifestação do pensamento.
- b. A construção de uma sociedade livre, justa e solidária.
- c. A soberania nacional.
- d. A solução pacífica dos conflitos.
- e. A igualdade de direitos e obrigações para homens e mulheres.
2. (PREFEITURA DE CURITIBA-PR/2019/NC-UFPR/PROCURADOR) Um dos pilares da seguridade social no Brasil é a saúde, considerada pela Constituição da República um direito de todos e dever do Estado. Sobre o assunto, assinale a alternativa correta.

- a. Uma das diretrizes de organização das ações e serviços públicos de saúde, que constituem um sistema único, é o atendimento com prioridade para os serviços assistenciais.
- b. Os serviços do sistema único de saúde, ainda que prestados pelos municípios e pelos Estados, devem ser financiados com recursos da União.
- c. Estão entre os princípios das ações e serviços públicos de saúde (que também regem os serviços privados contratados ou conveniados que integram o Sistema Único de Saúde): a universalidade de acesso em todos os níveis de assistência e a descentralização político-administrativa, com direção única em cada esfera de governo.
- d. Lei municipal disporá sobre o regime jurídico, o piso salarial profissional, e as diretrizes para os planos de carreira do agente comunitário de saúde, competindo aos estados prestar assistência financeira complementar aos municípios.
- e. Segundo o texto constitucional expresso, a destinação de recursos públicos para auxílios ou subvenções às instituições privadas com fins lucrativos deve ser prevista e regulada por lei complementar da União.

3. (PREFEITURA DE CURITIBA-PR/2019/NC-UFPR/PROCURADOR) “A Constituição brasileira, inquestionavelmente, trata o direito a voto e o direito de ser votado como direitos fundamentais. Assim, a percepção de legisladores e magistrados está em desacordo com a Constituição e contra a doutrina dos direitos fundamentais quando não trata os direitos políticos como dotados de fundamentalidade” (SALGADO, 2018). Consonante à elucubração acima, considere as seguintes afirmativas:

- 1) A Constituição brasileira estabelece expressamente o direito ao sufrágio universal como um direito fundamental.
- 2) Em que pese os direitos políticos estejam previstos na Constituição, não estão alocados expressamente no capítulo dos direitos fundamentais, gerando controvérsia quanto à sua natureza jurídica.
- 3) Ao Poder Judiciário e aos legisladores não é estabelecida competência constitucional para determinar se um direito político, tal como o de ser votado, é ou não um direito fundamental constitucional.
- 4) A lei poderá estabelecer os termos do exercício do direito de voto, desde que respeite os limites constitucionais, bem como o entenda como um direito com valor igual para todos.

Assinale a alternativa correta.

- a. Somente a afirmativa 1 é verdadeira.
- b. Somente as afirmativas 2 e 3 são verdadeiras.
- c. Somente as afirmativas 2 e 4 são verdadeiras.

- d. Somente as afirmativas 1, 3 e 4 são verdadeiras.
- e. As afirmativas 1, 2, 3 e 4 são verdadeiras.

4. (PREFEITURA DE CURITIBA-PR/2019/NC-UFPR/PROCURADOR) “A horizontalidade, ou não hierarquia, observe-se, se dá não apenas no fundamento da igualdade entre os juízes, mas, sobretudo, para garantir a independência do Judiciário, que deve ser, também, uma independência interna, não apenas em relação aos outros Poderes ou estruturas sociais” (REZENDE, 2019). Acerca do tema, assinale a alternativa correta.
- a. Cabe aos ministros do STF o exercício da hierarquia burocrática máxima no Brasil em relação ao mérito do exercício da função judicial pelos juízes.
 - b. Compete ao Conselho Nacional de Justiça o controle da atuação administrativa e financeira do Poder Judiciário e do cumprimento dos deveres funcionais dos juízes.
 - c. Um dos ministros do Supremo Tribunal Federal exercerá as funções de Corregedor do Conselho Nacional de Justiça.
 - d. Cabe ao STJ rever de ofício os processos disciplinares face a desembargadores dos Tribunais de Justiça.
 - e. Segundo a Constituição da República, as duas espécies de órgãos autônomos da Justiça Federal são os Tribunais Regionais Federais e as Câmaras Regionais.
5. (PREFEITURA DE CURITIBA-PR/2019/NC-UFPR/PROCURADOR) Durante o processo constituinte, foram intensas as discussões sobre a questão da regulamentação de leis no Brasil. Finalmente, prevaleceu a posição de autores como Celso Antônio Bandeira de Mello (2016). Sobre o assunto, assinale a alternativa correta.
- a. A posição que prevaleceu na redação originária da Constituição de 1988 implicava a previsão exclusiva de regulamentos autônomos.
 - b. A Constituição de 1988, em sua redação atual, não trata mais do assunto referente à regulamentação de leis mediante regulamentos.
 - c. A posição que prevaleceu na redação originária da Constituição de 1988, embora implicasse a previsão de regulamentos autônomos, também aceitava os regulamentos executivos.
 - d. A atual redação constitucional prevê duas hipóteses de regulamentação por decreto pelo Presidente da República que não estavam presentes na redação original, sendo uma delas a extinção de funções ou cargos públicos, quando vagos.
 - e. A redação original da Constituição era dúbia quando afirmava que cabia ao Presidente expedir decretos e regulamentos, restando dúvidas no texto se tal competência era apenas para a execução de leis.

GABARITO

DIREITO ADMINISTRATIVO

1. d
2. e
3. c
4. b
5. a

DIREITO CONSTITUCIONAL

1. b
2. c
3. d
4. b
5. d

GABARITO COMENTADO

DIREITO ADMINISTRATIVO

1. (FPMA-PR/2019/NC-UFPR/ADVOGADO) A respeito das modalidades de organização administrativa do Estado, assinale a alternativa correta.
- a. As formas de descentralização administrativa não cabem aos regimes orgânicos municipais, tendo em vista os ditames fixados a partir da Constituição Federal de 1988.
 - b. A descentralização administrativa por serviços, também denominada por descentralização funcional ou técnica, ocorre pela criação de autarquias, fundações e empresas públicas. As sociedades de economia mista encontram-se fora desse modelo, tendo em vista serem parcialmente compostas por recursos oriundos da iniciativa privada.
 - c. A entidade descentralizada possui personalidade jurídica e patrimônio próprios, capacidade de autoadministração, motivo pelo qual não se sujeita a nenhuma forma de controle ou tutela por parte do ente instituidor.
 - d. Descentralização é a divisão de competência para pessoa diversa da pessoa central; desconcentração é distribuição de competências dentro da mesma pessoa jurídica.
 - e. A descentralização por colaboração é a figura em que a Administração Pública cria, por lei, pessoa jurídica de direito privado para a execução de serviço público, eximindo-se, todavia, do controle das condições de execução do respectivo serviço público.

Letra d.

a. Errada! As formas de descentralização administrativa cabem aos regimes orgânicos municipais, bem como aos regimes jurídicos dos demais entes federativos (União, estados e Distrito Federal) tendo em vista os ditames fixados a partir da Constituição Federal de 1988, especialmente do disposto em seu art. 37, *caput*, que assim preceitua:

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte: (...)

Explico melhor: para o desempenho da função administrativa, o Estado adota duas formas básicas de organização e atuação administrativa: a centralização e a descentralização.

Como bem explicam Marcelo Alexandrino e Vicente Paulo:

Ocorre a chamada **centralização** administrativa quando o Estado executa suas tarefas diretamente, por meio dos órgãos e agentes integrantes da denominada administração direta. Nesse caso, os serviços são prestados diretamente pelos órgãos do Estado, despersonalizados, integrantes de

uma mesma pessoa política (União, Distrito Federal, estados ou municípios).

Ocorre a chamada **descentralização** administrativa quando o Estado desempenha algumas de suas atribuições por meio de outras pessoas, e não pela sua administração direta. A descentralização pressupõe duas pessoas distintas: o Estado (a União, o Distrito Federal, um estado ou um município) e a pessoa que executará o serviço, por ter recebido do Estado essa atribuição.¹

Observe, assim, que os Municípios e os demais entes federativos podem exercer suas atribuições administrativas de maneira centralizada ou descentralizada.

b. Errada! A descentralização administrativa por serviços, também denominada por descentralização funcional ou técnica, ocorre pela criação das entidades da Administração Indireta, isto é, pela criação das autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista.

Em que pese haver divergências, doutrina majoritária aponta que a descentralização administrativa poderá se dar de duas formas:

a. Por serviços, funcional, técnica ou por outorga: quando o Estado, **por meio de lei**, cria ou autoriza a criação de uma entidade (pessoa jurídica) e a ela transfere a **titularidade e a execução** de determinado serviço público. “É o que ocorre na criação das entidades da Administração indireta: o Estado descentraliza a prestação dos serviços, outorgando-os a outras pessoas jurídicas (autarquias, empresas públicas, **sociedades de economia mista** e fundações públicas).”²

b. Por colaboração ou delegação: “quando o Estado transfere, por **contrato** (concessão ou permissão de serviços públicos) ou **ato unilateral** (autorização de serviços públicos), unicamente a **execução** do serviço, para que a pessoa delegada o preste à população, em seu próprio nome e por sua conta e risco, sob fiscalização do Estado.”³

c. Errada! Está errada a segunda parte da alternativa, quando afirma que a entidade descentralizada não se sujeita a nenhuma forma de controle ou tutela por parte do ente instituidor. A assertiva trata de ponto rotineiramente exigido em provas de concurso público e é importante se lembrar que, apesar de não haver hierarquia em nenhuma forma de descentralização, existem, sim, algumas formas de controle.

Na relação entre a Administração direta e a indireta (**descentralização por serviços ou outorga**), fala-se que há vinculação entre a entidade descentralizada e o ente instituidor, de modo que este (o ente instituidor) realiza o denominado **controle finalístico ou tutela administrativa ou supervisão** sobre aquela (a entidade descentralizada), exercendo sobre ela os instrumentos de controle expressamente fixados em lei.

¹ Marcelo Alexandrino. Vicente Paulo. Direito administrativo descomplicado. 25. ed. rev. e atual. - Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: MÉTODO, 2017. p. 27.

² Marcelo Alexandrino. Vicente Paulo. Direito administrativo descomplicado. 25. ed. rev. e atual. - Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: MÉTODO, 2017. p. 27.

³ Marcelo Alexandrino. Vicente Paulo. Direito administrativo descomplicado. 25. ed. rev. e atual. - Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: MÉTODO, 2017. p. 27.

Igualmente, na delegação (**descentralização por colaboração**) também se fazem presentes mecanismos de controle entre a pessoa política delegante e o particular delegatário, que, aliás, são bem mais amplos do que os decorrentes da tutela administrativa (próprios da descentralização por serviços ou outorga).

d.CERTA! Vejamos, novamente, a explicação narrada na alternativa “a”:

Ocorre a chamada **centralização** administrativa quando o Estado executa suas tarefas diretamente, por meio dos órgãos e agentes integrantes da denominada administração direta. Nesse caso, os serviços são prestados diretamente pelos órgãos do Estado, despersonalizados, integrantes de uma mesma pessoa política (União, Distrito Federal, estados ou municípios).

Ocorre a chamada **descentralização** administrativa quando o Estado desempenha algumas de suas atribuições por meio de outras pessoas, e não pela sua administração direta. A descentralização pressupõe duas pessoas distintas: o Estado (a União, o Distrito Federal, um estado ou um município) e a pessoa que executará o serviço, por ter recebido do Estado essa atribuição.⁴

e.Errada! Na descentralização por colaboração, o Estado **não cria** pessoa jurídica e a ela transfere a execução de determinado serviço público. Isso é o que ocorre na descentralização por serviços ou por outorga. Em verdade, na descentralização por colaboração, o Estado transfere, por **contrato** (concessão ou permissão de serviços públicos) ou **ato unilateral** (autorização de serviços públicos), a **execução** do serviço para pessoa delegada (física ou jurídica) **já existente**.

Vale esclarecer que a **concessão** de serviço público só é possível para **pessoas jurídicas**, ao passo que pode haver **permissão e autorização** de serviços públicos tanto para **pessoas jurídicas** quanto para **pessoas físicas**.

2. (CÂMARA DE QUITANDINHA/2018/NC-UFPR/ADVOGADO) Ato administrativo é uma manifestação de vontade funcional apta a gerar efeitos jurídicos, produzida no exercício de função administrativa. Portanto, é INCORRETO afirmar:

- a. Ato administrativo é uma manifestação de vontade à qual o direito vincula efeitos. Esses efeitos podem ser diversos e variados. Tanto podem coincidir com a vontade do sujeito como ser desvinculados de seu intento.
- b. Ato administrativo é uma manifestação de vontade, no sentido de que exterioriza a vontade de um sujeito dirigida a um fim. Isso significa a existência de dois aspectos inconfundíveis na vontade: exteriorização física e aspecto interno, volitivo, que é a causa da ação ou omissão.

⁴ Marcelo Alexandrino. Vicente Paulo. Direito administrativo descomplicado. 25. ed. rev. e atual. - Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: MÉTODO, 2017. p. 27.

- c. Ato administrativo não é uma declaração, se a expressão for utilizada para indicar simplesmente uma alteração no universo dos fatos. Não há ato administrativo quando se passa um mero evento físico.
- d. Ato administrativo não é reconhecido como tal se produzir efeito no âmbito do direito administrativo porém praticado por um particular no exercício de sua autonomia privada.
- e. Ato administrativo nem sempre é produzido no exercício da função administrativa. Um exemplo de ato administrativo é a formulação de proposta numa licitação.

Letra e.

Apenas a alternativa “e” está incorreta, pois o ato administrativo **sempre** é produzido no exercício da função administrativa.

Na lição de Hely Lopes Meirelles, “ato administrativo é toda manifestação unilateral de vontade da Administração Pública que, **agindo nessa qualidade**, tenha por fim imediato adquirir, resguardar, transferir, modificar, extinguir e declarar direitos, ou impor obrigações aos administrados ou a si própria”.

É válido, ainda, citarmos o conceito de Maria Sylvia Zanella Di Pietro, para quem ato administrativo é “a declaração do Estado ou de quem o represente, que produz efeitos jurídicos imediatos, com observância da lei, sob regime jurídico de direito público e sujeita a controle pelo Poder Judiciário”.

Os atos administrativos, assim, são a manifestação do exercício da função administrativa que, sob regime de direito público, visa a aquisição, a conservação, a transmissão, a transformação a ou extinção de direitos para consecução do interesse público.

3. (UFPR/2013/NC-UFPR/ESTATÍSTICO) Considere as seguintes afirmativas sobre o servidor público da União:

- 1) A nomeação do servidor público far-se-á em caráter efetivo, quando se tratar de cargo isolado de provimento efetivo ou de carreira.
- 2) A nomeação do servidor público far-se-á em comissão, inclusive na condição de interino, para cargos de confiança vagos.
- 3) A nomeação do servidor público depende de prévia habilitação em concurso público de provas ou de provas e títulos, obedecidos a ordem de classificação e o prazo de validade.
- 4) Nomeação é uma forma de provimento de cargo público.

Assinale a alternativa correta.

- a. Somente a afirmativa 3 é verdadeira.
- b. Somente as afirmativas 1 e 2 são verdadeiras.

- c. Somente as afirmativas 1, 2 e 4 são verdadeiras.
- d. Somente as afirmativas 3 e 4 são verdadeiras.
- e. As afirmativas 1, 2, 3 e 4 são verdadeiras.

Letra c.

Somente as afirmativas 1, 2 e 4 são verdadeiras!

A questão encontra amparo nos artigos 8º, I, e 9º e 10º da Lei n. 8.112/1990. Antes de analisarmos as afirmativas, façamos a leitura dos dispositivos legais:

Art. 8º São formas de provimento de cargo público:

I – nomeação; (...)

Art. 9º A nomeação far-se-á:

I – em caráter efetivo, quando se tratar de cargo isolado de provimento efetivo ou de carreira;

II – em comissão, inclusive na condição de interino, para cargos de confiança vagos.

Parágrafo único. O servidor ocupante de cargo em comissão ou de natureza especial poderá ser nomeado para ter exercício, interinamente, em outro cargo de confiança, sem prejuízo das atribuições do que atualmente ocupa, hipótese em que deverá optar pela remuneração de um deles durante o período da interinidade.

Art. 10. A nomeação para cargo de carreira ou cargo isolado de provimento efetivo depende de prévia habilitação em concurso público de provas ou de provas e títulos, obedecidos a ordem de classificação e o prazo de sua validade.

Parágrafo único. Os demais requisitos para o ingresso e o desenvolvimento do servidor na carreira, mediante promoção, serão estabelecidos pela lei que fixar as diretrizes do sistema de carreira na Administração Pública Federal e seus regulamentos.

Afirmativa 1: verdadeira! Está de acordo com o **art. 9º, I**, da Lei n. 8.112/1990.

Afirmativa 2: verdadeira! Está de acordo com o **art. 9º, II**, da Lei n. 8.112/1990.

Afirmativa 3: falsa! Servidor público é um termo genérico que abrange a grande maioria dos agentes públicos. Segundo DI PIETRO:

São servidores públicos, em sentido amplo, as pessoas físicas que prestam serviços ao Estado e às entidades da Administração Indireta, com vínculo empregatício e mediante remuneração paga pelos cofres públicos. Compreendem:

1. Os **servidores estatutários**, sujeitos ao regime estatutário e ocupantes de cargos públicos;
2. Os **empregados públicos**, contratados sob o regime da legislação trabalhista e ocupantes de **emprego público**;
3. Os **servidores temporários**, contratados por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público (art. 37, IX, da Constituição); eles exercem **função**, sem estarem vinculados a cargo ou emprego público.⁵

⁵ PIETRO, Maria Sílvia Zanella. Direito administrativo. 32. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2019.

Conforme o art. 10, *caput*, da Lei n. 8.112/1990, não é a nomeação de qualquer servidor público, mas, sim, daquele que ocupará **cargo de carreira ou cargo isolado de provimento efetivo** que dependerá de prévia habilitação em concurso público de provas ou de provas e títulos, obedecidos a ordem de classificação e o prazo de sua validade.

Vejamos:

Art. 10. A nomeação para **cargo de carreira ou cargo isolado de provimento efetivo** depende de prévia habilitação em concurso público de provas ou de provas e títulos, obedecidos a ordem de classificação e o prazo de sua validade.

É válido ressaltar que o empregado público também depende de prévia aprovação em concurso público, não havendo a mesma exigência, porém, para o servidor temporário, cuja contratação poderá ser efetuada mediante processo seletivo simplificado.

Afirmativa 4: verdadeira! Está de acordo com o **art. 8º, I**, da Lei n. 8.112/1990.

4. (PREFEITURA DE CURITIBA-PR/2019/NC-UFPR/PROCURADOR) Uma das atividades de gestão administrativa mais importantes dos Estados contemporâneos é o serviço público. No Brasil, a tradição francesa impactou significativamente a regulação da matéria, que segue, todavia, ainda muito controvertida e exigindo constante atenção da doutrina especializada. Sobre o assunto, assinale a alternativa correta.
- O conceito de serviço público previsto no texto original da Constituição de 1988 foi alterado por Emenda Constitucional na década de 1990.
 - A teoria do serviço público brasileira, com base na Constituição, costuma fazer distinção entre serviços públicos privativos (ou exclusivos) do Estado e não privativos (ou não exclusivos) do Estado.
 - A redação atual da Constituição Federal proíbe a prestação de serviços públicos pela via direta.
 - No Brasil, inexistente uma lei nacional de participação, proteção e defesa dos direitos do usuário dos serviços públicos da administração pública.
 - A Constituição não faz diferença entre o regime jurídico da prestação de serviços públicos e a exploração direta de atividade econômica em sentido estrito pelo Estado.

Letra b.

a. Errada! Não há, no texto constitucional, definições precisas sobre o conceito de serviço público. A ausência de uma concepção exata, aliás, é uma das maiores dificuldades sobre

o tema, fazendo surgir na doutrina as mais variadas explicações, que, em suma, giram em torno de conceitos amplíssimos, amplos, restritos e restritíssimo. Na lição de Rafael Carvalho Rezende Oliveira⁶:

- a. Conceção amplíssima:** defendida pela Escola do Serviço Público, com algumas variações, considera serviço público toda e qualquer atividade exercida pelo Estado;
- b. Conceção ampla:** serviço público é toda atividade prestacional voltada ao cidadão, independentemente da titularidade exclusiva do Estado e da forma de remuneração;
- c. Conceção restrita:** serviço público abrange as atividades do Estado prestadas aos cidadãos, de forma individualizada e com fruição quantificada; e
- d. Conceção restritíssima:** serviço público é a atividade de titularidade do Estado, prestada mediante concessão ou permissão, remunerada por taxa ou tarifa.

No **Brasil**, tem prevalecido a **concepção ampla** de serviço público (...)

Dessa forma, o serviço público pode ser definido como uma atividade prestacional, titularizada, com ou sem exclusividade, pelo Estado, criada por lei, com o objetivo de atender as necessidades coletivas, submetida ao regime predominantemente público.

b.CERTA! De fato, a Constituição Federal, nos artigos 175 e seguintes, faz distinção entre os serviços delegáveis (não privativos ou não exclusivos) e os serviços não delegáveis (privativos ou exclusivos). Para ilustrar, cita-se o art. 177, que elenca os serviços públicos os quais são monopólio da União.

c.Errada! A redação atual da Constituição Federal **NÃO proíbe** a prestação de serviços públicos pela via direta. Ao contrário, explícita no art. 175, *caput*, que poderão ser prestados diretamente ou indiretamente (por concessão ou permissão). Observe:

Art. 175. Incumbe ao Poder Público, na forma da lei, **diretamente ou sob regime de concessão ou permissão**, sempre através de licitação, a prestação de serviços públicos.

d.Errada! No Brasil, **EXISTE** uma lei nacional de participação, proteção e defesa dos direitos do usuário dos serviços públicos da Administração Pública. Trata-se da **Lei n. 13.460, de 2017**.

e.Errada! A Constituição **FAZ diferença** entre o regime jurídico da prestação de serviços públicos (art. 175) e a exploração direta de atividade econômica em sentido estrito pelo Estado (art. 173). De um modo geral, os serviços públicos poderão ser prestados de maneira direta ou indireta pelo Poder Público, ao passo que a exploração direta de atividade econômica em sentido estrito pelo Estado somente poderá ocorrer quando necessária aos imperativos da segurança nacional ou a relevante interesse coletivo, conforme definidos em lei.

Vejamos o que dispõem os dispositivos constitucionais acima citados:

⁶ OLIVEIRA, Rafael Carvalho Rezende. Curso de Direito. 6. ed. rev., atual. e ampl. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: MÉTODO, 2018.

Art. 175. Incumbe ao Poder Público, na forma da lei, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, sempre através de licitação, a prestação de serviços públicos.

Art. 173. Ressalvados os casos previstos nesta Constituição, a exploração direta de atividade econômica pelo Estado só será permitida quando necessária aos imperativos da segurança nacional ou a relevante interesse coletivo, conforme definidos em lei.

5. (PREFEITURA DE CURITIBA-PR/2019/NC-UFPR/PROCURADOR) O Brasil é um país pioneiro na matéria responsabilidade civil do Estado. Ainda que por força jurisprudencial e doutrinária, o tema desenvolveu-se sobremaneira no país. As lacunas do ordenamento positivo formal, todavia, acabaram por propiciar certa insegurança, decorrente da variedade de teses e teorias que são encontradas nessa seara. Considerando esse contexto, assinale a alternativa correta.
- Tanto a doutrina como a jurisprudência não estão pacificadas, no Brasil, no tocante ao estabelecimento do regime jurídico da responsabilidade civil estatal por omissão, que ora é entendida como objetiva, ora como subjetiva.
 - A responsabilidade civil do Estado no Brasil é matéria tradicionalmente regulada tanto pela Constituição da República quanto pela Lei Nacional de Responsabilidade Civil do Estado.
 - A teoria do risco administrativo não foi recepcionada pela Constituição da República de 1988.
 - O texto da Constituição da República veda expressamente a responsabilidade civil do Estado por atos legislativos.
 - As pessoas jurídicas prestadoras de serviços públicos respondem subjetivamente por suas ações se tiverem personalidade de Direito privado.

Letra a.

a. CERTA! Sobre a natureza da responsabilidade civil nos casos de omissão estatal, há três posições:

1ª posição) Haveria **responsabilidade objetiva**, uma vez que o art. 37, § 6º, da CF não fez qualquer diferenciação entre condutas comissivas e omissivas. Nesse sentido: Hely Lopes Meirelles.

2ª posição) Haveria **responsabilidade subjetiva**, aplicando-se a **teoria da culpa do serviço público** ou da **culpa anônima do serviço público**, segundo a qual o Estado responde, desde que a vítima prove (a) a omissão estatal; b) o dano; c) onexo causal; d) a culpa administrativa (o serviço público não funcionou, funcionou de forma atrasada ou funcionou mal, de maneira ineficiente). Nesse sentido: Oswaldo Aranha Bandeira de Mello, Celso Antônio Bandeira de Mello, Maria Sylvia Zanella Di Pietro, Diógenes Gasparini, Lúcia Valle Figueiredo, Rui Stoco e o Superior Tribunal de Justiça (STJ).

3ª posição) Nos casos de **omissão genérica**, relacionadas ao descumprimento do dever genérico de ação, a responsabilidade seria **subjéctiva** com base na **culpa anônima (teoria da culpa administrativa)**. Por outro lado, nas hipóteses de **omissão específica**, quando o Estado descumpra específica obrigação legal de agir para impedir que o resultado danoso ocorra, a responsabilidade seria **objetiva**, nos moldes previstos no **art. 37, § 6º, da CF** e, portanto, com base na **teoria do risco administrativo**, tal como ocorre na responsabilização por condutas comissivas. Nesse sentido: Guilherme Couto de Castro, Sergio Cavaliéri Filho e o Supremo Tribunal Federal (STF).

b. Errada! Não existe uma Lei Nacional de Responsabilidade Civil do Estado. A matéria de responsabilização civil extracontratual do Estado está disciplinada, basicamente, na Constituição Federal.

c. Errada! A teoria do risco administrativo **foi recepcionada** pela Constituição da República de 1988 em seu art. 37, § 6º, sendo aplicada nos casos de responsabilização do Estado por condutas comissivas e, para alguns, por condutas omissivas (omissão específica).

A teoria do risco administrativo permite ao Estado se eximir do dever de ressarcir o terceiro prejudicado através da alegação de causa excludente do nexó causal, provando que o dano suportado pela vítima não foi causado pela ação ou omissão administrativa. São causas excludentes do nexó causal: fato exclusivo da vítima, fato de terceiro e caso fortuito ou força maior.

d. Errada! Não há no texto da Constituição da República qualquer disposição expressa vedando ou admitindo a responsabilidade civil do Estado por atos legislativos.

e. Errada! Com base no art. 37, § 6º, da CF, as pessoas jurídicas de direito privado prestadoras de serviços públicos respondem **objetivamente** por suas **ações**. Observe:

Art. 37, § 6º As pessoas jurídicas de direito público e as **de direito privado prestadoras de serviços públicos** responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa.

DIREITO CONSTITUCIONAL

1. (PREFEITURA DE MATINHOS-PR/2019/NC-UFPR/FISCAL DE TRIBUTOS) É um objetivo fundamental da República Federativa do Brasil:
 - a. A livre manifestação do pensamento.
 - b. A construção de uma sociedade livre, justa e solidária.
 - c. A soberania nacional.
 - d. A solução pacífica dos conflitos.
 - e. A igualdade de direitos e obrigações para homens e mulheres.

Letra b.

Os objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil foram expressamente elencados pelo Poder Constituinte no art. 3º da Carta Magna, *in verbis*:

Art. 3º Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:

I – construir uma sociedade livre, justa e solidária;

II – garantir o desenvolvimento nacional;

III – erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais;

IV – promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

Para facilitar a memorização, lembre-se que os objetivos se iniciam sempre com um **verbo: construir, garantir, erradicar e promover.**

Dentre as alternativas da questão, a única que encontra exata correspondência com o dispositivo constitucional acima colacionado é a alternativa “b”. Vejamos, no entanto, no que se constituem as demais alternativas:

a. Errada! A livre manifestação do pensamento é **um direito fundamental** garantido pelo art. 5º, inciso IV, da CF/1988.

c. Errada! A soberania nacional constitui um **fundamento** da República Federativa do Brasil, a teor do art. 1º, inciso I, da CF/1988.

d. Errada! A solução pacífica dos conflitos é um dos **princípios que regem a República Federativa do Brasil em suas relações internacionais.**

e. Errada! A igualdade de direitos e obrigações entre homens e mulheres também é um **direito fundamental** estampado no art. 5º, inciso I, da CF/1988.

-
- 2.** (PREFEITURA DE CURITIBA-PR/2019/NC-UFPR/PROCURADOR) Um dos pilares da seguridade social no Brasil é a saúde, considerada pela Constituição da República um direito de todos e dever do Estado. Sobre o assunto, assinale a alternativa correta.
- Uma das diretrizes de organização das ações e serviços públicos de saúde, que constituem um sistema único, é o atendimento com prioridade para os serviços assistenciais.
 - Os serviços do sistema único de saúde, ainda que prestados pelos municípios e pelos Estados, devem ser financiados com recursos da União.
 - Estão entre os princípios das ações e serviços públicos de saúde (que também regem os serviços privados contratados ou conveniados que integram o Sistema Único de Saúde): a universalidade de acesso em todos os níveis de assistência e a descentralização político-administrativa, com direção única em cada esfera de governo.

- d. Lei municipal disporá sobre o regime jurídico, o piso salarial profissional, e as diretrizes para os planos de carreira do agente comunitário de saúde, competindo aos estados prestar assistência financeira complementar aos municípios.
- e. Segundo o texto constitucional expresso, a destinação de recursos públicos para auxílios ou subvenções às instituições privadas com fins lucrativos deve ser prevista e regulada por lei complementar da União.

Letra c.

a. Errada! A assertiva não se coaduna com a redação do texto constitucional, que, em seu art. 198, II, assegura prioridade para as atividades preventivas, sem prejuízo dos serviços assistenciais. Veja:

Art. 198. As ações e serviços públicos de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada e constituem um sistema único, organizado de acordo com as seguintes diretrizes: (...)

II – atendimento integral, com **prioridade para as atividades preventivas**, sem prejuízo dos serviços assistenciais;

b. Errada! A Constituição prevê uma diversidade da base de financiamento do Sistema Único de Saúde, que será custeado com recursos do orçamento da seguridade social, da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, além de outras fontes. Nesse sentido, é o § 1º do art. 198 da CF/1988:

Art. 198, § 1º O sistema único de saúde será financiado, nos termos do art. 195, com recursos do orçamento da seguridade social, da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, além de outras fontes.

c. CERTA! De fato, a universalidade de acesso e a descentralização político-administrativa são princípios que orientam as ações e os serviços públicos de saúde. A universalidade de acesso assegura a todos, sem discriminações, acesso ao serviço público de saúde. Tal princípio tem abrigo legal no art. 196 da CF/1988:

Art. 196. A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.

Pela descentralização político-administrativa, o poder e a responsabilidade sobre o setor são distribuídos entre os três níveis de governo, objetivando uma prestação de serviços com

mais eficiência e qualidade e também a fiscalização e o controle por parte da sociedade. O princípio da descentralização também tem amparo na constituição, especificamente no art. 198, inciso I:

Art. 198. As ações e serviços públicos de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada e constituem um sistema único, organizado de acordo com as seguintes diretrizes:

I – descentralização, com direção única em cada esfera de governo;

d. Errada! A disciplina legal dos agentes comunitários de saúde, assim como dos agentes de combate às endemias, ficará a cargo de lei federal. Além disso, compete à União prestar assistência financeira aos demais entes federados para o cumprimento do piso salarial da categoria. É esse o teor do § 5º do art. 198 da CF/1988:

Art. 198, § 5º Lei federal disporá sobre o regime jurídico, o piso salarial profissional nacional, as diretrizes para os Planos de Carreira e a regulamentação das atividades de agente comunitário de saúde e agente de combate às endemias, competindo à União, nos termos da lei, prestar assistência financeira complementar aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, para o cumprimento do referido piso salarial.

e. Errada! Na verdade, a Constituição proíbe expressamente destinação de recursos públicos para auxílios ou subvenções às instituições privadas com fins lucrativos. Nesse sentido:

Art. 199, § 2º É vedada a destinação de recursos públicos para auxílios ou subvenções às instituições privadas com fins lucrativos.

3. (PREFEITURA DE CURITIBA-PR/2019/NC-UFPR/PROCURADOR) “A Constituição brasileira, inquestionavelmente, trata o direito a voto e o direito de ser votado como direitos fundamentais. Assim, a percepção de legisladores e magistrados está em desacordo com a Constituição e contra a doutrina dos direitos fundamentais quando não trata os direitos políticos como dotados de fundamentalidade” (SALGADO, 2018). Consonante à elucubração acima, considere as seguintes afirmativas:

- 1) A Constituição brasileira estabelece expressamente o direito ao sufrágio universal como um direito fundamental.
- 2) Em que pese os direitos políticos estejam previstos na Constituição, não estão alocados expressamente no capítulo dos direitos fundamentais, gerando controvérsia quanto à sua natureza jurídica.

- 3) Ao Poder Judiciário e aos legisladores não é estabelecida competência constitucional para determinar se um direito político, tal como o de ser votado, é ou não um direito fundamental constitucional.
- 4) A lei poderá estabelecer os termos do exercício do direito de voto, desde que respeite os limites constitucionais, bem como o entenda como um direito com valor igual para todos.

Assinale a alternativa correta.

- a. Somente a afirmativa 1 é verdadeira.
- b. Somente as afirmativas 2 e 3 são verdadeiras.
- c. Somente as afirmativas 2 e 4 são verdadeiras.
- d. Somente as afirmativas 1, 3 e 4 são verdadeiras.
- e. As afirmativas 1, 2, 3 e 4 são verdadeiras.

Letra d.

Somente as afirmativas 1, 3 e 4 são verdadeiras!

Afirmativa 1: verdadeira! O sufrágio universal é previsto no art. 14 da Constituição Federal, dentro do Capítulo intitulado “Dos Direitos Políticos”, que, por sua vez, insere-se no Título II – Dos direitos e garantias fundamentais. Dito isso, podemos concluir que o sufrágio universal é, sim, um direito fundamental.

Afirmativa 2: falsa! Os direitos políticos, ao lado dos direitos e deveres individuais e coletivos, dos direitos sociais, da nacionalidade e dos partidos políticos, encontram-se topograficamente inseridos no Título II – Dos direitos e garantias fundamentais, portanto, são, sim, direitos fundamentais.

Afirmativa 3: verdadeira! A Constituição não deixou margens para especulações sobre o enquadramento do direito político como um direito fundamental, porque o insere dentro do título reservado aos direitos fundamentais.

Afirmativa 4: verdadeira! O próprio art. 14 da Constituição prevê a regulação do voto pela lei, mas fixa, desde já, seus alicerces normativos:

Art. 14. A soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos, e, nos termos da lei, mediante:

- I – plebiscito;
- II – referendo;
- III – iniciativa popular.

4. (PREFEITURA DE CURITIBA-PR/2019/NC-UFPR/PROCURADOR) “A horizontalidade, ou não hierarquia, observe-se, se dá não apenas no fundamento da igualdade entre os juízes, mas, sobretudo, para garantir a independência do Judiciário, que deve ser, também, uma independência interna, não apenas em relação aos outros Poderes ou estruturas sociais” (REZENDE, 2019). Acerca do tema, assinale a alternativa correta.
- Cabe aos ministros do STF o exercício da hierarquia burocrática máxima no Brasil em relação ao mérito do exercício da função judicial pelos juízes.
 - Compete ao Conselho Nacional de Justiça o controle da atuação administrativa e financeira do Poder Judiciário e do cumprimento dos deveres funcionais dos juízes.
 - Um dos ministros do Supremo Tribunal Federal exercerá as funções de Corregedor do Conselho Nacional de Justiça.
 - Cabe ao STJ rever de ofício os processos disciplinares face a desembargadores dos Tribunais de Justiça.
 - Segundo a Constituição da República, as duas espécies de órgãos autônomos da Justiça Federal são os Tribunais Regionais Federais e as Câmaras Regionais.

Letra b.

a. Errada! Não cabe ao STF o exercício da hierarquia burocrática máxima em relação ao mérito do exercício da função judicial. Em verdade, a função jurisdicional não se submete à hierarquia, mas, ao revés, é pautada pela independência funcional daquele que nela é investido.

b. CERTA! É exatamente essa a atribuição do Conselho Nacional de Justiça traçada no §4º do art. 103-B da Constituição Federal:

Art. 103-B, § 4º Compete ao Conselho o controle da atuação administrativa e financeira do Poder Judiciário e do cumprimento dos deveres funcionais dos juízes, cabendo-lhe, além de outras atribuições que lhe forem conferidas pelo Estatuto da Magistratura: (...)

c. Errada! Na verdade, a função de corregedor será exercida pelo Ministro do Superior Tribunal de Justiça integrante do CNJ. É o que prevê o § 5º do art. 103-B:

Art. 103-B, § 5º O Ministro do Superior Tribunal de Justiça exercerá a função de Ministro-Corregedor e ficará excluído da distribuição de processos no Tribunal, competindo-lhe, além das atribuições que lhe forem conferidas pelo Estatuto da Magistratura, as seguintes: (...)

d. Errada! Na verdade, cabe ao CNJ rever, de ofício ou mediante provocação, os processos disciplinares de Juízes e de membros de tribunais julgados há menos de um ano (art. 103-B, § 4º, inciso V, CF/1988).

e. Errada! Na verdade, se levarmos em conta a redação do art. 92, inciso III, da CF/1988, os órgãos da Justiça Federal listados são apenas os Tribunais Regionais Federais e Juízes Federais. Confira:

Art. 92. São órgãos do Poder Judiciário:

- I – o Supremo Tribunal Federal;
- I – A – o Conselho Nacional de Justiça;
- II – o Superior Tribunal de Justiça;
- II – A – o Tribunal Superior do Trabalho;
- III – os Tribunais Regionais Federais e Juízes Federais;
- IV – os Tribunais e Juízes do Trabalho;
- V – os Tribunais e Juízes Eleitorais;
- VI – os Tribunais e Juízes Militares;
- VII – os Tribunais e Juízes dos Estados e do Distrito Federal e Territórios.

5. (PREFEITURA DE CURITIBA-PR/2019/NC-UFPR/PROCURADOR) Durante o processo constituinte, foram intensas as discussões sobre a questão da regulamentação de leis no Brasil. Finalmente, prevaleceu a posição de autores como Celso Antônio Bandeira de Mello (2016). Sobre o assunto, assinale a alternativa correta.
- a. A posição que prevaleceu na redação originária da Constituição de 1988 implicava a previsão exclusiva de regulamentos autônomos.
 - b. A Constituição de 1988, em sua redação atual, não trata mais do assunto referente à regulamentação de leis mediante regulamentos.
 - c. A posição que prevaleceu na redação originária da Constituição de 1988, embora implicasse a previsão de regulamentos autônomos, também aceitava os regulamentos executivos.
 - d. A atual redação constitucional prevê duas hipóteses de regulamentação por decreto pelo Presidente da República que não estavam presentes na redação original, sendo uma delas a extinção de funções ou cargos públicos, quando vagos.
 - e. A redação original da Constituição era dúbia quando afirmava que cabia ao Presidente expedir decretos e regulamentos, restando dúvidas no texto se tal competência era apenas para a execução de leis.

Letra d.

a. Errada! Na verdade, a redação original da Constituição Federal só contemplou os decretos regulamentares ou executivos, que são aqueles os quais não têm aptidão para inovar na ordem jurídica, limitando-se a desdobrar ou a detalhar um ato normativo primário. Os

regulamentos autônomos, que são aqueles os quais podem inovar na ordem jurídica, não se encontram adstritos a nenhuma norma primária, não tinham amparo na ordem constitucional originária.

b. Errada! O art. 84, inciso IV, da CF/1988 continua a prever os decretos regulamentares, como se vê:

Art. 84. Compete privativamente ao Presidente da República: (...)

IV – sancionar, promulgar e fazer publicar as leis, bem como expedir decretos e regulamentos para sua fiel execução;

c. Errada! Sob a redação original da Constituição, rechaçava-se qualquer possibilidade de se editar decretos autônomos pelo Poder Executivo.

d. CERTA! Os decretos autônomos ganharam foro constitucional a partir da Emenda Constitucional n. 32/2001, que alterou a redação do inciso VI do art. 84 da Constituição Federal, para estabelecer o seguinte:

Art. 84. Compete privativamente ao Presidente da República:

VI – dispor, mediante decreto, sobre:

- a. organização e funcionamento da administração federal, quando não implicar aumento de despesa nem criação ou extinção de órgãos públicos;
- b. extinção de funções ou cargos públicos, quando vagos;

Veja que uma das hipóteses que autorizam a edição de decreto autônomo é para dispor sobre a extinção de funções ou cargos públicos, quando vagos. Portanto, correta a alternativa.

e. Errada! Não havia dúvida – a redação era clara ao subordinar a edição de decretos e regulamentos à fiel execução da lei:

Art. 84. Compete privativamente ao Presidente da República: (...)

IV – sancionar, promulgar e fazer publicar as leis, bem como expedir decretos e regulamentos para sua fiel execução;

A redação do dispositivo, aliás, permanece em vigor, mas convive com as novas hipóteses dispostas no inciso VI do art. 84 da CF/1988.

Prof. Renato Borelli

19^a RODADA DE QUESTÕES NC-UFP

**DIREITO PENAL E
DIREITO PROCESSUAL PENAL**

G GRAN CURSOS
ONLINE



**Renato Borelli**

Juiz Federal do TRF1. Foi Juiz Federal do TRF5. Exerceu a advocacia privada e pública. Foi servidor público e assessorou Desembargador Federal (TRF1) e Ministro (STJ). Atuou no CARF/Ministério da Fazenda como Conselheiro (antigo Conselho de Contribuintes). É formado em Direito e Economia, com especialização em Direito Público, Direito Tributário e Sociologia Jurídica.

Disciplinas: Direito Penal e Direito Processual Penal

Cargo: Delegado de Polícia

Banca organizadora: NC-UFPR

DIREITO PENAL

1. (UFPR/2017/NC-UFPR/TRADUTOR E INTÉRPRETE DE LINGUAGEM DE SINAIS) De acordo com o Código Penal e a interpretação dos tribunais, a exigência ou solicitação de quantia de dinheiro para “furar a fila” de atendimento no Sistema Único de Saúde configura o crime de:
 - a. Concussão.
 - b. Corrupção ativa.
 - c. Corrupção passiva.
 - d. Peculato.
 - e. Extorsão.

2. (UFPR/2017/NC-UFPR/ADMINISTRADOR) Sobre os crimes contra a Administração Pública e o conceito de funcionário público para fins penais, assinale a alternativa INCORRETA.
 - a. Equipara-se a funcionário público para efeitos penais quem exerce cargo, emprego ou função em entidade paraestatal.
 - b. Equipara-se a funcionário público para efeitos penais quem exerce cargo, emprego ou função em partido político.
 - c. Crime funcional impróprio é aquele cuja tipificação é alterada conforme tenha ou não o autor a qualidade de funcionário público, mantendo-se a natureza ilícita da conduta.
 - d. Há crime de advocacia administrativa quando o funcionário utiliza o cargo para patrocinar interesse privado perante a administração, inclusive quando o interesse defendido é legítimo.
 - e. A pena é aumentada em um terço se o autor do crime contra a Administração Pública for ocupante de cargo em comissão.

3. (TJ-PR/2012/NC-UFPR/JUIZ) Para efeitos penais, o que se entende por "funcionário público estrangeiro"?
- Aquele que, de forma sempre remunerada, trabalha em empresas que contratam com a Administração Pública brasileira, excluindo-se, portanto, os funcionários de ONGs.
 - Aquele que, de forma ainda que transitória e sem remuneração, exerce cargo, emprego ou função em entidades estatais ou em representações diplomáticas de país estrangeiro.
 - Aquele que trabalha apenas em representações estrangeiras que possuam relações diplomáticas com o Brasil ou em órgãos internacionais, como a ONU, FMI, OMS etc.
 - Aquele que presta serviços apenas para empresas estrangeiras controladas, direta ou indiretamente, pelo poder público do seu país de origem que mantenha escritório permanente em território nacional.
4. (UFPR/2017/NC-UFPR/AUXILIAR EM ADMINISTRAÇÃO) Em relação aos crimes de contrabando e descaminho, assinale a alternativa correta.
- Contrabando e descaminho se referem a um mesmo delito, sendo tratados como sinônimos pela legislação.
 - Há contrabando exclusivamente quando a mercadoria exportada ou importada é proibida.
 - A reinserção, em território nacional, de mercadoria brasileira destinada à exportação configura hipótese de descaminho.
 - Se praticados em transporte aéreo, marítimo ou fluvial, as penas referentes aos crimes de contrabando e descaminho podem ser substituídas por penas restritivas de direitos ou multa.
 - O comércio irregular exercido em residências não pode ser considerado contrabando ou descaminho, porque está ausente a atividade de exportação ou importação.
5. (UFPR/2013/NC-UFPR/AUXILIAR DE ENFERMAGEM) Sobre os crimes contra a administração pública, previstos no Código Penal, identifique as afirmativas a seguir como verdadeiras (V) ou falsas (F):
- Comete peculato o funcionário público que se apropria de dinheiro, valor ou qualquer outro bem móvel, público ou particular, de que tem a posse em razão do cargo, ou o desvia, em proveito próprio ou alheio.
 - Se o funcionário público solicita ou recebe, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida, ou aceita promessa de tal vantagem, comete o crime de corrupção passiva.

- () Abandonar cargo público fora dos casos permitidos em lei é tipificado como crime, nos termos do Código Penal.
- () Desobedecer ordem de superior hierárquico, mesmo que a ordem seja ilegal, é tipificado como crime de excesso de exaço.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta, de cima para baixo.

- a. V – V – V – F.
- b. F – F – V – V.
- c. V – V – F – F.
- d. F – V – V – V.
- e. V – F – F – F.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

1. (TJPR/2012/NC-UFPR/JUIZ) Identifique as afirmativas a seguir como verdadeiras (V) ou falsas (F):

- () O Ministério Público pode, a qualquer tempo, desistir da ação penal, uma vez que é *dominus litis* e dispõe da ação.
- () O Ministério Público não pode desistir da ação penal depois da denúncia ter sido recebida, devendo se considerar, porém, a hipótese de transação penal para os delitos de menor potencial ofensivo.
- () A queixa, na ação penal privada, não poderá ser aditada pelo Ministério Público, por se tratar de manifestação expressa e exclusiva da vontade da parte, inadmitindo-se qualquer interferência externa, salvo as decisões judiciais.
- () Para a propositura da queixa, não basta a outorga de poderes *ad iudicia* por instrumento de mandato, mas também poderes especiais para o ajuizamento, devendo constar do instrumento o nome do querelado e resumo dos fatos, quando possível.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta, de cima para baixo.

- a. F – V – F – V.
- b. V – F – F – F.
- c. F – V – V – F.
- d. V – F – V – V.

2. (TJPR/2012/NC-UFPR/JUIZ) Como é composto o Tribunal do Júri?
- Um (01) Juiz togado que o preside, vinte e cinco (25) jurados que serão sorteados entre os alistados, exigindo-se a presença de pelo menos quinze (15) para a instalação dos trabalhos.
 - Um (01) Juiz togado que o preside, quinze (15) jurados sorteados entre os vinte e cinco (25) alistados, exigindo-se a presença de pelo menos sete (07) para a instalação dos trabalhos.
 - Um (01) Juiz togado que o preside, sete (07) jurados sorteados entre os quinze (15) presentes na abertura dos trabalhos, o réu ou réus, o representante do Ministério Público, ao menos um (01) Advogado de defesa e o Escrivão.
 - Um (01) Juiz togado que o preside, sete (07) jurados sorteados entre os vinte e cinco (alistados), o réu ou réus, o representante do Ministério Público, ao menos um (01) Advogado de defesa.
3. (PCGO/2018/UEG/DELEGADO DE POLÍCIA) O Código de Processo Penal dispõe que, nos casos de busca e apreensão:
- A busca pessoal independe de mandado, no caso de prisão.
 - Caso o morador se recuse a colaborar com a diligência, será permitido o emprego de força contra sua pessoa para o descobrimento do que se procura.
 - Não sendo encontrada a pessoa ou coisa procurada, dispensa-se a lavratura do auto circunstanciado.
 - Quando ausentes os moradores da casa objeto de busca, devem ser intimadas a assistir a diligência duas pessoas idôneas.
 - Na impossibilidade de indicação precisa do local em que será realizada a diligência, admite-se a expedição de mandado de busca e apreensão genérico.
4. (PCGO/2018/UEG/DELEGADO DE POLÍCIA) Segundo o Código de Processo Penal, é cabível a prisão domiciliar, em substituição à prisão preventiva, quando o agente for:
- Magistrado.
 - Ministro de Estado.
 - Pessoa maior de setenta anos.
 - Pessoa portadora de diploma de ensino superior.
 - Homem, caso seja o único responsável pelos cuidados do filho de até doze anos de idade incompletos.

5. (PC-GO/2018/UEG/DELEGADO DE POLÍCIA) Quando o inquérito policial é instaurado a partir de um auto de prisão em flagrante delito, diz-se haver:
- a. *Notitia criminis* inqualificada.
 - b. *Delatio criminis* postulatória.
 - c. *Notitia criminis* de cognição imediata.
 - d. *Notitia criminis* de cognição mediata.
 - e. *Notitia criminis* de cognição coercitiva.

GABARITO

DIREITO PENAL

1. a
2. b
3. b
4. b
5. a

DIREITO PROCESSUAL PENAL

1. a
2. a
3. a
4. e
5. e

GABARITO COMENTADO

DIREITO PENAL

1. (UFPR/2017/NC-UFPR/TRADUTOR E INTÉRPRETE DE LINGUAGEM DE SINAIS) De acordo com o Código Penal e a interpretação dos tribunais, a exigência ou solicitação de quantia de dinheiro para “furar a fila” de atendimento no Sistema Único de Saúde configura o crime de:
- Concussão.
 - Corrupção ativa.
 - Corrupção passiva.
 - Peculato.
 - Extorsão.

Letra a.

Embora a questão padeça de atecnia e omissão quanto ao sujeito ativo do crime, o gabarito oficial apontou como alternativa correta a letra “a”.

Inicialmente, deve-se considerar que o delito foi praticado por um funcionário público. A partir disso, devemos tipificar a conduta.

Bem, no âmbito dos crimes contra a Administração Pública, as ações “exigir” e “solicitar” conduzem a tipificações distintas: concussão e corrupção passiva, respectivamente. Confira os dois delitos em cotejo:

Concussão	Corrupção Passiva
<p>Art. 316. Exigir, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida:</p> <p>Pena – reclusão, de 2 (dois) a 12 (doze) anos, e multa.</p>	<p>Art. 317. Solicitar ou receber, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida, ou aceitar promessa de tal vantagem:</p> <p>Pena – reclusão, de 2 (dois) a 12 (doze) anos, e multa.</p>

O enunciado usou indistintamente os termos “exigência” e “solicitação”, portanto era difícil apontar com precisão o delito praticado. No entanto, a banca apontou como certa a alternativa “a”, considerando ter sido praticado o crime de concussão.

2. (UFPR/2017/NC-UFPR/ADMINISTRADOR) Sobre os crimes contra a Administração Pública e o conceito de funcionário público para fins penais, assinale a alternativa INCORRETA.
- a. Equipara-se a funcionário público para efeitos penais quem exerce cargo, emprego ou função em entidade paraestatal.
 - b. Equipara-se a funcionário público para efeitos penais quem exerce cargo, emprego ou função em partido político.
 - c. Crime funcional impróprio é aquele cuja tipificação é alterada conforme tenha ou não o autor a qualidade de funcionário público, mantendo-se a natureza ilícita da conduta.
 - d. Há crime de advocacia administrativa quando o funcionário utiliza o cargo para patrocinar interesse privado perante a administração, inclusive quando o interesse defendido é legítimo.
 - e. A pena é aumentada em um terço se o autor do crime contra a Administração Pública for ocupante de cargo em comissão.

Letra b.

a. Correta! Quem exerce cargo, emprego ou função pública em entidade paraestatal também é considerado funcionário público para fins penais, nos termos do § 1º do art. 327 do Código Penal:

Art. 327. Considera-se funcionário público, para os efeitos penais, quem, embora transitoriamente ou sem remuneração, exerce cargo, emprego ou função pública.

§ 1º Equipara-se a funcionário público quem exerce cargo, emprego ou função em entidade paraestatal, e quem trabalha para empresa prestadora de serviço contratada ou conveniada para a execução de atividade típica da Administração Pública.

b. INCORRETA! Aquele que exerce cargo, emprego ou função em partido político NÃO é funcionário público para efeito penal.

c. Correta! A definição do crime funcional impróprio está correta. Nesses crimes, exige-se uma qualidade especial do sujeito ativo, mas, se tal qualidade não estiver presente, o crime subsistirá, embora com outra definição/enquadramento.

d. Correta! É exatamente essa a tipificação da advocacia administrativa inserta no art. 321 do Código Penal:

Art. 321. Patrocinar, direta ou indiretamente, interesse privado perante a administração pública, valendo-se da qualidade de funcionário:

Pena – detenção, de um a três meses, ou multa.

Embora a redação do dispositivo não faça menção ao patrocínio de interesse legítimo, a interpretação do seu parágrafo único faz presumir que também a defesa de interesse legítimo está inclusa na tipificação do *caput* do art. 321 do CP:

Art. 321, parágrafo único. Se o interesse é ilegítimo:
Pena – detenção, de três meses a um ano, além da multa.

e. Correta! Essa causa de aumento de pena é prevista no § 2º do art. 327 do CP, que assim dispõe:

Art. 327, § 2º A pena será aumentada da terça parte quando os autores dos crimes previstos neste Capítulo forem ocupantes de cargos em comissão ou de função de direção ou assessoramento de órgão da administração direta, sociedade de economia mista, empresa pública ou fundação instituída pelo poder público.

3. (TJ-PR/2012/NC-UFPR/JUIZ) Para efeitos penais, o que se entende por "funcionário público estrangeiro"?
- Aquele que, de forma sempre remunerada, trabalha em empresas que contratam com a Administração Pública brasileira, excluindo-se, portanto, os funcionários de ONGs.
 - Aquele que, de forma ainda que transitória e sem remuneração, exerce cargo, emprego ou função em entidades estatais ou em representações diplomáticas de país estrangeiro.
 - Aquele que trabalha apenas em representações estrangeiras que possuam relações diplomáticas com o Brasil ou em órgãos internacionais, como a ONU, FMI, OMS etc.
 - Aquele que presta serviços apenas para empresas estrangeiras controladas, direta ou indiretamente, pelo poder público do seu país de origem que mantenha escritório permanente em território nacional.

Letra b.

A definição de funcionário público estrangeiro para fins penais encontra-se no art. 337-D do Código Penal, que assim consigna:

Art. 337-D. Considera-se funcionário público estrangeiro, para os efeitos penais, **quem, ainda que transitoriamente ou sem remuneração, exerce cargo, emprego ou função pública em entidades estatais ou em representações diplomáticas de país estrangeiro.**

Parágrafo único. Equipara-se a funcionário público estrangeiro quem exerce cargo, emprego ou função em empresas controladas, diretamente ou indiretamente, pelo Poder Público de país estrangeiro ou em organizações públicas internacionais.

A única definição que corresponde à redação do dispositivo é a descrita pela alternativa "b"!

4. (UFPR/2017/NC-UFPR/AUXILIAR EM ADMINISTRAÇÃO) Em relação aos crimes de contrabando e descaminho, assinale a alternativa correta.
- Contrabando e descaminho se referem a um mesmo delito, sendo tratados como sinônimos pela legislação.
 - Há contrabando exclusivamente quando a mercadoria exportada ou importada é proibida.
 - A reinserção, em território nacional, de mercadoria brasileira destinada à exportação configura hipótese de descaminho.
 - Se praticados em transporte aéreo, marítimo ou fluvial, as penas referentes aos crimes de contrabando e descaminho podem ser substituídas por penas restritivas de direitos ou multa.
 - O comércio irregular exercido em residências não pode ser considerado contrabando ou descaminho, porque está ausente a atividade de exportação ou importação.

Letra b.

a. Errada! Contrabando e descaminho são figuras típicas distintas. Em suma, o contrabando consiste em importar ou exportar mercadoria proibida (art. 334-A do CP). Já no descaminho, o agente ilude, no todo ou em parte, o pagamento de direito ou imposto devido pela entrada, saída ou consumo de mercadoria permitida (art. 334 do CP).

b. CERTA! O contrabando consiste em importar ou exportar mercadoria proibida. Veja que essa figura exige, necessariamente, mercadoria proibida.

Art. 334-A. Importar ou exportar mercadoria proibida:
Pena – reclusão, de 2 (dois) a 5 (cinco) anos.

c. Errada! Na verdade, tal conduta se amolda à figura do descaminho descrita no inciso III, § 1º, do art. 334-A do Código Penal:

Art. 334-A. Importar ou exportar mercadoria proibida:
Pena – reclusão, de 2 (dois) a 5 (cinco) anos.
§ 1º Incorre na mesma pena quem:
III – reinsere no território nacional mercadoria brasileira destinada à exportação;

d. Errada! Se o crime de contrabando ou descaminho é cometido em transporte aéreo, marítimo ou fluvial, a pena será aplicada em dobro, a teor do § 3º dos arts. 334 e 334-A, que possuam idêntica redação, *in verbis*:

§ 3º A pena aplica-se em dobro se o crime de descaminho é praticado em transporte aéreo, marítimo ou fluvial.

e. Errada! Nos termos dos § 2º dos arts. 334 e 334-A do Código Penal, o comércio irregular e/ou clandestino, ainda que exercido em residências, também é equiparado às atividades comerciais para efeito de contrabando ou descaminho. Além disso, não apenas as atividades de importar ou exportar configuram os delitos referidos. As condutas descritas nos § 1º dos arts. 334 e 334-A também constituem descaminho e contrabando, respectivamente:

Art. 334, § 1º Incorre na mesma pena quem:

I – pratica navegação de cabotagem, fora dos casos permitidos em lei;

II – pratica fato assimilado, em lei especial, a descaminho;

III – vende, expõe à venda, mantém em depósito ou, de qualquer forma, utiliza em proveito próprio ou alheio, no exercício de atividade comercial ou industrial, mercadoria de procedência estrangeira que introduziu clandestinamente no País ou importou fraudulentamente ou que sabe ser produto de introdução clandestina no território nacional ou de importação fraudulenta por parte de outrem;

IV – adquire, recebe ou oculta, em proveito próprio ou alheio, no exercício de atividade comercial ou industrial, mercadoria de procedência estrangeira, desacompanhada de documentação legal ou acompanhada de documentos que sabe serem falsos.

Art. 334-A, § 1º Incorre na mesma pena quem:

I – pratica fato assimilado, em lei especial, a contrabando;

II – importa ou exporta clandestinamente mercadoria que dependa de registro, análise ou autorização de órgão público competente;

III – reinsere no território nacional mercadoria brasileira destinada à exportação;

IV – vende, expõe à venda, mantém em depósito ou, de qualquer forma, utiliza em proveito próprio ou alheio, no exercício de atividade comercial ou industrial, mercadoria proibida pela lei brasileira;

V – adquire, recebe ou oculta, em proveito próprio ou alheio, no exercício de atividade comercial ou industrial, mercadoria proibida pela lei brasileira.

5. (UFPR/2013/NC-UFPR/AUXILIAR DE ENFERMAGEM) Sobre os crimes contra a administração pública, previstos no Código Penal, identifique as afirmativas a seguir como verdadeiras (V) ou falsas (F):

- () Comete peculato o funcionário público que se apropria de dinheiro, valor ou qualquer outro bem móvel, público ou particular, de que tem a posse em razão do cargo, ou o desvia, em proveito próprio ou alheio.
- () Se o funcionário público solicita ou recebe, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida, ou aceita promessa de tal vantagem, comete o crime de corrupção passiva.
- () Abandonar cargo público fora dos casos permitidos em lei é tipificado como crime, nos termos do Código Penal.
- () Desobedecer ordem de superior hierárquico, mesmo que a ordem seja ilegal, é tipificado como crime de excesso de exação.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta, de cima para baixo.

- a. V – V – V – F.
- b. F – F – V – V.
- c. V – V – F – F.
- d. F – V – V – V.
- e. V – F – F – F.

Letra a.

A sequência correta, de cima para baixo, é V – V – V – F!

Afirmativa I: verdadeira! É exatamente essa a tipificação do crime de peculato capitulada no art. 312 do Código Penal:

Art. 312. Apropriar-se o funcionário público de dinheiro, valor ou qualquer outro bem móvel, público ou particular, de que tem a posse em razão do cargo, ou desviá-lo, em proveito próprio ou alheio: Pena – reclusão, de dois a doze anos, e multa.

Afirmativa II: verdadeira! A assertiva descreve corretamente o crime de corrupção passiva, tipificado no art. 317 do CP:

Art. 317. Solicitar ou receber, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida, ou aceitar promessa de tal vantagem:

Afirmativa III: verdadeira! Trata-se do crime de abandono de função, descrito no art. 323 do CP:

Art. 323. Abandonar cargo público, fora dos casos permitidos em lei: Pena – detenção, de quinze dias a um mês, ou multa.

Afirmativa IV: falsa! Na verdade, o crime de excesso de exação acontece no contexto da arrecadação tributária, conforme prevê o §§ 1º e 2º do art. 316 do Código Penal:

Art. 316, § 1º Se o funcionário exige tributo ou contribuição social que sabe ou deveria saber indevido, ou, quando devido, emprega na cobrança meio vexatório ou gravoso, que a lei não autoriza: Pena – reclusão, de 3 (três) a 8 (oito) anos, e multa.

§ 2º Se o funcionário desvia, em proveito próprio ou de outrem, o que recebeu indevidamente para recolher aos cofres públicos:

Pena – reclusão, de dois a doze anos, e multa.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

1. (TJPR/2012/NC-UFPR/JUIZ) Identifique as afirmativas a seguir como verdadeiras (V) ou falsas (F):
- () O Ministério Público pode, a qualquer tempo, desistir da ação penal, uma vez que é o *dominus litis* e dispõe da ação.
 - () O Ministério Público não pode desistir da ação penal depois da denúncia ter sido recebida, devendo se considerar, porém, a hipótese de transação penal para os delitos de menor potencial ofensivo.
 - () A queixa, na ação penal privada, não poderá ser aditada pelo Ministério Público, por se tratar de manifestação expressa e exclusiva da vontade da parte, inadmitindo-se qualquer interferência externa, salvo as decisões judiciais.
 - () Para a propositura da queixa, não basta a outorga de poderes *ad iudicia* por instrumento de mandato, mas também poderes especiais para o ajuizamento, devendo constar do instrumento o nome do querelado e resumo dos fatos, quando possível.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta, de cima para baixo.

- a. F – V – F – V.
- b. V – F – F – F.
- c. F – V – V – F.
- d. V – F – V – V.

Letra a.

A sequência correta, de cima para baixo, é F – V – F – V!

Afirmativa I: falsa! O Ministério Público não pode desistir da ação penal, embora, no curso da ação, possa mudar de orientação e requerer a absolvição do réu. Nesse sentido:

Art. 42. O Ministério Público não poderá desistir da ação penal.

Afirmativa II: verdadeira! A transação penal, embora mitigue a indisponibilidade do Ministério Público quanto ao oferecimento da ação penal, constitui medida legítima, que encontra abrigo no ordenamento jurídico. Trata-se de uma medida despenalizadora que obsta a ação penal e que se aplica aos crimes de menor potencial ofensivo, assim consideradas as contravenções penais e os crimes a que a lei comine pena máxima não superior a 2 (dois) anos.

Afirmativa III: falsa! O art. 45 do Código de Processo Penal expressamente prevê que o Ministério Público poderá aditar a queixa, bem como intervir em todos os termos subsequentes do processo.

Art. 45. A queixa, ainda quando a ação penal for privativa do ofendido, poderá ser aditada pelo Ministério Público, a quem caberá intervir em todos os termos subsequentes do processo.

Afirmativa IV: verdadeira! É exatamente o que exprime o art. 44 do CPP, como se vê:

Art. 44. A queixa poderá ser dada por procurador com poderes especiais, devendo constar do instrumento do mandato o nome do querelante e a menção do fato criminoso, salvo quando tais esclarecimentos dependerem de diligências que devem ser previamente requeridas no juízo criminal.

Veja que, embora a redação do dispositivo utilize o termo “querelante”, na verdade, quis dizer “querelado”. Seria exigência inócua o nome do querelante, porque coincide com o próprio outorgante do mandato.

2. (TJPR/2012/NC-UFPR/JUIZ) Como é composto o Tribunal do Júri?
- Um (01) Juiz togado que o preside, vinte e cinco (25) jurados que serão sorteados entre os alistados, exigindo-se a presença de pelo menos quinze (15) para a instalação dos trabalhos.
 - Um (01) Juiz togado que o preside, quinze (15) jurados sorteados entre os vinte e cinco (25) alistados, exigindo-se a presença de pelo menos sete (07) para a instalação dos trabalhos.
 - Um (01) Juiz togado que o preside, sete (07) jurados sorteados entre os quinze (15) presentes na abertura dos trabalhos, o réu ou réus, o representante do Ministério Público, ao menos um (01) Advogado de defesa e o Escrivão.
 - Um (01) Juiz togado que o preside, sete (07) jurados sorteados entre os vinte e cinco (alistados), o réu ou réus, o representante do Ministério Público, ao menos um (01) Advogado de defesa.

Letra a.

Nos termos do art. 447 do CPP, o Tribunal do Júri é composto por:

- 1 (um) Juiz togado (presidente);
- 25 (vinte e cinco) Jurados que serão sorteados dentre os alistados, mas apenas 7 (sete) deles constituirão o Conselho de Sentença em cada sessão de julgamento.

No entanto, para início dos trabalhos, exige-se a presença de ao menos 15 (quinze) Jurados, consoante dispõe o art. 463 do CPP:

Art. 463. Comparecendo, pelo menos, 15 (quinze) jurados, o juiz presidente declarará instalados os trabalhos, anunciando o processo que será submetido a julgamento.

Portanto, correta a alternativa “a”!

3. (PCGO/2018/UEG/DELEGADO DE POLÍCIA) O Código de Processo Penal dispõe que, nos casos de busca e apreensão:
- A busca pessoal independe de mandado, no caso de prisão.
 - Caso o morador se recuse a colaborar com a diligência, será permitido o emprego de força contra sua pessoa para o descobrimento do que se procura.
 - Não sendo encontrada a pessoa ou coisa procurada, dispensa-se a lavratura do auto circunstanciado.
 - Quando ausentes os moradores da casa objeto de busca, devem ser intimadas a assistir a diligência duas pessoas idôneas.
 - Na impossibilidade de indicação precisa do local em que será realizada a diligência, admite-se a expedição de mandado de busca e apreensão genérico.

Letra a.

a. CERTA! A busca pessoal independerá de mandado em três situações, conforme art. 244 do CPP:

- No caso de prisão;
- Quando houver fundada suspeita de que a pessoa esteja na posse de arma proibida ou de objetos ou papéis que constituam corpo de delito;
- Quando a medida for determinada no curso de busca domiciliar.

b. Errada! No caso de resistência do morador à busca e apreensão, autoriza-se o uso da força contra os objetos da casa, mas não contra a pessoa do morador. Nesse sentido é o § 3º do art. 245 do CPP:

Art. 245, § 3º Recalcitrando o morador, será permitido o emprego de força contra coisas existentes no interior da casa, para o descobrimento do que se procura.

c. Errada! A lavratura do auto circunstanciado é obrigatória sempre que terminada a diligência, a teor do § 7º do art. 245 do CPP:

Art. 245, § 7º Finda a diligência, os executores lavrarão auto circunstanciado, assinando-o com duas testemunhas presenciais, sem prejuízo do disposto no § 4º.

Além disso, estabelece o art. 247 do CPP que:

Art. 247. Não sendo encontrada a pessoa ou coisa procurada, os motivos da diligência serão comunicados a quem tiver sofrido a busca, se o requerer.

d. Errada! Quando ausente o morador, o CPP exige que apenas um vizinho, se houver e estiver presente, seja intimado a assistir à diligência. É o que preceitua o § 4º do art. 245 do CPP:

Art. 245. As buscas domiciliares serão executadas de dia, salvo se o morador consentir que se realizem à noite, e, antes de penetrarem na casa, os executores mostrarão e lerão o mandado ao morador, ou a quem o represente, intimando-o, em seguida, a abrir a porta. [...]

§ 2º Em caso de desobediência, será arrombada a porta e forçada a entrada.

§ 3º Recalcitrando o morador, será permitido o emprego de força contra coisas existentes no interior da casa, para o descobrimento do que se procura.

§ 4º Observar-se-á o disposto nos §§ 2º e 3º, quando ausentes os moradores, devendo, neste caso, ser intimado a assistir à diligência qualquer vizinho, se houver e estiver presente.

e. Errada! Não se admite a expedição de mandado de busca e apreensão genérico; ao revés, ele deve especificar o local onde se realizará a diligência, bem como seu motivo e fins. Em suma, o mandado deve observar os requisitos elencados no art. 243 do CPP, que assim reza:

Art. 243. O mandado de busca deverá:

I – indicar, o mais precisamente possível, a casa em que será realizada a diligência e o nome do respectivo proprietário ou morador; ou, no caso de busca pessoal, o nome da pessoa que terá de sofrê-la ou os sinais que a identifiquem;

II – mencionar o motivo e os fins da diligência;

III – ser subscrito pelo escrivão e assinado pela autoridade que o fizer expedir.

4. (PCGO/2018/UEG/DELEGADO DE POLÍCIA) Segundo o Código de Processo Penal, é cabível a prisão domiciliar, em substituição à prisão preventiva, quando o agente for:
- Magistrado.
 - Ministro de Estado.
 - Pessoa maior de setenta anos.
 - Pessoa portadora de diploma de ensino superior.
 - Homem, caso seja o único responsável pelos cuidados do filho de até doze anos de idade incompletos.

Letra e.

O artigo 318 do CPP traz as hipóteses em que o Juiz pode substituir a prisão preventiva pela domiciliar. Vejamos:

Art. 318. Poderá o juiz substituir a prisão preventiva pela domiciliar quando o agente for:

I – maior de 80 (oitenta) anos;

- II – extremamente debilitado por motivo de doença grave;
 - III – imprescindível aos cuidados especiais de pessoa menor de 6 (seis) anos de idade ou com deficiência;
 - IV – gestante;
 - V – mulher com filho de até 12 (doze) anos de idade incompletos;
 - VI – homem, caso seja o único responsável pelos cuidados do filho de até 12 (doze) anos de idade incompletos.
- Parágrafo único. Para a substituição, o juiz exigirá prova idônea dos requisitos estabelecidos neste artigo.

Dentre as alternativas da questão, a única que corresponde a uma hipótese listada no art. 317 é a alternativa “e”.

5. (PC-GO/2018/UEG/DELEGADO DE POLÍCIA) Quando o inquérito policial é instaurado a partir de um auto de prisão em flagrante delito, diz-se haver:
- a. *Notitia criminis* inqualificada.
 - b. *Delatio criminis* postulatória.
 - c. *Notitia criminis* de cognição imediata.
 - d. *Notitia criminis* de cognição mediata.
 - e. *Notitia criminis* de cognição coercitiva.

Letra e.

a. Errada! *Notitia criminis* inqualificada é a denúncia anônima, também chamada de delação apócrifa. Lembre-se de que a denúncia anônima não pode, por si só, deflagrar o inquérito penal. Antes, a autoridade policial deve realizar diligências para apurar a idoneidade da acusação.

b. Errada! A *delatio criminis* postulatória é a comunicação da ocorrência de infração penal ou de sua autoria feita pela vítima à autoridade competente, solicitando providências como a instauração do inquérito. A representação também é uma espécie de *delatio criminis* postulatória.

c. Errada! *Notitia criminis* de cognição imediata é o conhecimento de uma infração penal por meio das atividades rotineiras (atuação funcional) da autoridade policial.

d. Errada! *Notitia criminis* de cognição mediata ocorre quando alguém do povo, a vítima, o Juiz ou o Ministério Público levam à autoridade policial a notícia da existência de uma infração penal.

e. CERTA! *Notitia criminis* de cognição coercitiva ocorre quando a autoridade policial toma conhecimento do fato delituoso mediante a apresentação do indivíduo preso em flagrante.

Prof. Renato Borelli

20^a RODADA DE QUESTÕES NC-UFRPR

LEGISLAÇÃO PENAL ESPECIAL
E DIREITO CIVIL

 GRAN CURSOS
ONLINE



**Renato Borelli**

Juiz Federal do TRF1. Foi Juiz Federal do TRF5. Exerceu a advocacia privada e pública. Foi servidor público e assessorou Desembargador Federal (TRF1) e Ministro (STJ). Atuou no CARF/Ministério da Fazenda como Conselheiro (antigo Conselho de Contribuintes). É formado em Direito e Economia, com especialização em Direito Público, Direito Tributário e Sociologia Jurídica.

Disciplinas: Legislação Penal Especial e Direito Civil

Cargo: Delegado de Polícia

Banca organizadora: NC-UFPR e Diversas

LEGISLAÇÃO PENAL ESPECIAL

1. (PC-GO/2018/UEG/DELEGADO DE POLÍCIA) Dispõe a Lei n. 11.343/2006, em seu art. 28, que quem adquirir, guardar, tiver em depósito, transportar ou trazer consigo, para consumo pessoal, drogas sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar, será submetido às seguintes penas: I – advertência sobre os efeitos das drogas; II – prestação de serviços à comunidade; III – medida educativa de comparecimento a programa ou curso educativo. Referida lei dispõe ainda que as penas previstas nos incisos II e III do *caput* do referido artigo serão aplicadas pelo prazo máximo de
 - a. quatro meses e, em caso de reincidência, serão aplicadas pelo prazo máximo de oito meses.
 - b. cinco meses e, em caso de reincidência, serão aplicadas pelo prazo máximo de dez meses.
 - c. três meses e, em caso de reincidência, serão aplicadas pelo prazo máximo de seis meses.
 - d. dois meses e, em caso de reincidência, serão aplicadas pelo prazo máximo de quatro meses.
 - e. um mês e, em caso de reincidência, serão aplicadas pelo prazo máximo de dois meses.

2. (PC-GO/2018/UEG/DELEGADO DE POLÍCIA) Sobre as contravenções penais previstas no Decreto-Lei n. 3.688, de 3 de outubro de 1941, verifica-se que:
 - a. Admitem ação penal privada.
 - b. Não há reincidência quando o agente pratica uma contravenção depois de passar em julgado a sentença que o tenha condenado, no Brasil, por motivo de contravenção.
 - c. A tentativa de contravenção é punida na forma prevista pelo Código Penal.
 - d. Segundo a Constituição, as contravenções praticadas em detrimento de bens, serviços ou interesse da União ou de suas entidades autárquicas ou empresas públicas são de competência da Justiça comum Federal.
 - e. A pena de prisão simples não pode ser cumprida em regime fechado, mesmo em caso de regressão de regime.

3. (PC-SP/2018/VUNESP/DELEGADO DE POLÍCIA) É correto afirmar a respeito do crime de disparo de arma de fogo, previsto na Lei n. 10.826/2003 (Estatuto do Desarmamento), que
- é inafiançável, de perigo abstrato e que não admite a suspensão condicional do processo.
 - se trata de crime comum, de perigo abstrato e que não admite a suspensão condicional do processo.
 - se trata de crime próprio, afiançável e que admite a suspensão condicional do processo.
 - não admite a suspensão condicional do processo, é afiançável e trata-se de crime de mão-própria.
 - é inafiançável, de perigo concreto e que admite a suspensão condicional do processo.
4. (PC-MG/2018/FUMARC/DELEGADO DE POLÍCIA SUBSTITUTO) Em relação aos aspectos processuais da Lei de Lavagem de Dinheiro (Lei n. 9.613/1998), pode-se afirmar:
- A alienação de bens objeto de medidas assecuratórias depende da existência de trânsito em julgado de sentença condenatória.
 - A competência para o julgamento do delito de lavagem de dinheiro será da justiça federal.
 - A denúncia deverá ser instruída com indícios suficientes da existência de infração penal antecedente.
 - A persecução penal em juízo depende da comprovação, mediante sentença condenatória, de infrações penais antecedentes.
5. (PC-PI/2018/NUCEPE/DELEGADO DE POLÍCIA CIVIL) Acerca dos crimes hediondos, marque a alternativa CORRETA.
- São considerados hediondos o Infanticídio e o Estupro.
 - A tentativa de homicídio simples ou de homicídio qualificado constituem-se crimes hediondos.
 - É possível a liberdade provisória aos autores de crimes hediondos e equiparados.
 - Dependendo da gravidade do crime, é cabível ao juiz classificar o crime como hediondo.
 - Tratando-se de crime hediondo ou equiparado, o condenado por crime de tortura, em qualquer modalidade, deverá iniciar o cumprimento da pena em regime fechado.

DIREITO CIVIL

1. (TJPR-PR/2019/NC-UFPR/TITULAR DE SERVIÇOS DE NOTAS E DE REGISTROS – REMOÇÃO) Sobre a prescrição e decadência na Lei n. 10.406/2002, identifique como verdadeiras (V) ou falsas (F) as seguintes afirmativas:

- () Violada a pretensão, nasce para o titular o direito, o qual se extingue em prazos determinados pela lei civil.
- () A exceção prescreve no mesmo prazo em que a pretensão.
- () Não se renuncia a prescrição de forma tácita, devendo sempre ser expressa, por se tratar de renúncia de pretensão.
- () A prescrição iniciada contra uma pessoa continua a correr contra o seu sucessor.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta, de cima para baixo.

- a. F – F – V – V.
- b. V – V – V – V.
- c. V – F – V – F.
- d. F – V – F – V.
- e. V – V – F – F.

2. (TJPR-PR/2019/NC-UFPR – TITULAR DE SERVIÇOS DE NOTAS E DE REGISTROS – REMOÇÃO) Sobre os direitos de vizinhança, considere as seguintes afirmativas:

- 1) Quando as águas, artificialmente levadas ao prédio superior, ou aí colhidas, correrem dele para o inferior, poderá o dono deste reclamar que se desviem, ou se lhe indenize o prejuízo que sofrer.
- 2) O proprietário de nascente, ou do solo onde caem águas pluviais, satisfeitas as necessidades de seu consumo, poderá impedir, ou desviar o curso natural das águas remanescentes pelos prédios inferiores.
- 3) O dono ou o possuidor do prédio inferior é obrigado a receber as águas que correm naturalmente do superior, não podendo realizar obras que embarquem o seu fluxo.
- 4) O proprietário ou o possuidor de um prédio tem o direito de fazer cessar as interferências prejudiciais à segurança, ao sossego e à saúde dos que o habitam, provocadas pela utilização de propriedade vizinha.

Assinale a alternativa correta.

- a. Somente a afirmativa 1 é verdadeira.
- b. Somente as afirmativas 2 e 3 são verdadeiras.
- c. Somente as afirmativas 1, 2 e 4 são verdadeiras.

- d. Somente as afirmativas 1, 3 e 4 são verdadeiras.
- e. Somente as afirmativas 2, 3 e 4 são verdadeiras.

3. (TJPR-PR/2019/NC-UFPR/TITULAR DE SERVIÇOS DE NOTAS E DE REGISTROS – PROVIMENTO) São bens imóveis o solo e tudo quanto se lhe incorporar natural ou artificialmente. De outro lado, são móveis os bens suscetíveis de movimento próprio, ou de remoção por força alheia, sem alteração da substância ou da destinação econômico-social. Com relação ao assunto, identifique como verdadeiras (V) ou falsas (F) as seguintes afirmativas:

- () Consideram-se imóveis para os efeitos legais os direitos reais sobre imóveis e as ações que os asseguram.
- () Consideram-se móveis para os efeitos legais o direito à sucessão aberta.
- () Consideram-se imóveis para os efeitos legais os materiais provenientes da demolição de algum prédio.
- () Consideram-se móveis para os efeitos legais os direitos pessoais de caráter patrimonial e respectivas ações.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta, de cima para baixo.

- a. V – V – F – F.
- b. V – F – V – F.
- c. F – V – F – V.
- d. V – F – F – V.
- e. F – V – V – F.

4. (ITAIPU BINACIONAL/2019/NC-UFPR/PROFISSIONAL DE NÍVEL UNIVERSITÁRIO JR – DIREITO) Acerca da prescrição, assinale a alternativa correta.

- a. Prescreve em três anos a pretensão dos hospedeiros ou fornecedores de víveres destinados a consumo no próprio estabelecimento, para o pagamento da hospedagem ou dos alimentos.
- b. Prescreve em três anos a pretensão relativa a aluguéis de prédios urbanos ou rústicos.
- c. Prescreve em quatro anos a pretensão do vencedor para haver do vencido o que dependeu em juízo.
- d. Prescreve em cinco anos a pretensão de restituição dos lucros ou dividendos recebidos de má-fé, correndo o prazo da data em que foi deliberada a distribuição.
- e. A prescrição é contada em dobro entre os cônjuges, na constância da sociedade conjugal.

5. (ITAIPU BINACIONAL/2019/NC-UFPR/PROFISSIONAL DE NÍVEL UNIVERSITÁRIO JR – DIREITO) Acerca da responsabilidade civil, assinale a alternativa correta.
- a. O incapaz responde pelos prejuízos que causar se as pessoas por ele responsáveis não tiverem obrigação de fazê-lo ou não dispuserem de meios suficientes.
 - b. O dono, ou detentor, do animal ressarcirá o dano por este causado, mesmo no caso de se provar culpa da vítima.
 - c. Aquele que habitar prédio somente responde pelo dano proveniente das coisas que dele caírem caso se comprove terem sido pelo habitante lançadas.
 - d. O dono de edifício ou construção não responde pelos danos que resultarem de sua ruína, mesmo se esta provier de falta de reparos, cuja necessidade fosse manifesta.
 - e. O direito de exigir reparação e a obrigação de prestá-la não se transmitem com a herança.

GABARITO

LEGISLAÇÃO PENAL ESPECIAL

1. b
2. e
3. b
4. c
5. c

DIREITO CIVIL

1. d
2. d
3. d
4. b
5. a

GABARITO COMENTADO

LEGISLAÇÃO PENAL ESPECIAL

1. (PC-GO/2018/UEG/DELEGADO DE POLÍCIA) Dispõe a Lei n. 11.343/2006, em seu art. 28, que quem adquirir, guardar, tiver em depósito, transportar ou trazer consigo, para consumo pessoal, drogas sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar, será submetido às seguintes penas: I – advertência sobre os efeitos das drogas; II – prestação de serviços à comunidade; III – medida educativa de comparecimento a programa ou curso educativo. Referida lei dispõe ainda que as penas previstas nos incisos II e III do *caput* do referido artigo serão aplicadas pelo prazo máximo de
- quatro meses e, em caso de reincidência, serão aplicadas pelo prazo máximo de oito meses.
 - cinco meses e, em caso de reincidência, serão aplicadas pelo prazo máximo de dez meses.
 - três meses e, em caso de reincidência, serão aplicadas pelo prazo máximo de seis meses.
 - dois meses e, em caso de reincidência, serão aplicadas pelo prazo máximo de quatro meses.
 - um mês e, em caso de reincidência, serão aplicadas pelo prazo máximo de dois meses.

Letra b.

O artigo 28 da Lei n. 11.343/2006 estabelece que:

Art. 28. Quem adquirir, guardar, tiver em depósito, transportar ou trazer consigo, para consumo pessoal, drogas sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar será submetido às seguintes penas:

I – advertência sobre os efeitos das drogas;

II – prestação de serviços à comunidade;

III – medida educativa de comparecimento a programa ou curso educativo.

Quanto ao prazo de duração das medidas enunciadas nos incisos II e III, os §§3º e 4º do art. 28 preconizam que:

§ 3º As penas previstas nos **incisos II e III** do *caput* deste artigo serão aplicadas pelo **prazo máximo de 5 (cinco) meses**.

§ 4º Em **caso de reincidência**, as penas previstas nos **incisos II e III** do *caput* deste artigo serão aplicadas pelo **prazo máximo de 10 (dez) meses**.

Assim, conforme expressa disposição legal, correta a alternativa “b”!

2. (PC-GO/2018/UEG/DELEGADO DE POLÍCIA) Sobre as contravenções penais previstas no Decreto-Lei n. 3.688, de 3 de outubro de 1941, verifica-se que:
- Admitem ação penal privada.
 - Não há reincidência quando o agente pratica uma contravenção depois de passar em julgado a sentença que o tenha condenado, no Brasil, por motivo de contravenção.
 - A tentativa de contravenção é punida na forma prevista pelo Código Penal.
 - Segundo a Constituição, as contravenções praticadas em detrimento de bens, serviços ou interesse da União ou de suas entidades autárquicas ou empresas públicas são de competência da Justiça comum Federal.
 - A pena de prisão simples não pode ser cumprida em regime fechado, mesmo em caso de regressão de regime.

Letra e.

a. Errada! Nos termos do art. 17 do Decreto-Lei n. 3.688/1941, todas as ações penais destinadas a apurar contravenção penal são públicas incondicionadas.

Art. 17. A ação penal é pública, devendo a autoridade proceder de ofício.

b. Errada! Nesse caso, há reincidência. É o que estabelece o art. 7º do Decreto-Lei n. 3.688/1941:

Art. 7º Verifica-se a reincidência quando o agente pratica uma contravenção depois de passar em julgado a sentença que o tenha condenado, no Brasil ou no estrangeiro, por qualquer crime, ou, no Brasil, por motivo de contravenção.

Veja que a condenação anterior por contravenção só gera reincidência se tiver ocorrido no Brasil. Assim, condenações sofridas no exterior por contravenção penal não devem ser levadas em consideração para efeitos de reincidência.

c. Errada! Ao contrário: a tentativa de contravenção não é punida. Nesse sentido, é o art. 4º do Decreto-Lei n. 3.688/1941:

Art. 4º Não é punível a tentativa de contravenção.

d. Errada! A competência para processar e julgar contravenções penais praticadas em detrimento de bens, serviços e interesses da União, de suas entidades autárquicas ou de empresas públicas é da Justiça Comum.

Ao delinear a competência da Justiça Federal, a Constituição Federal expressamente ressalva as contravenções penais, retirando o seu processamento da alçada daquela Justiça. Veja:

Art. 109 da CF/1988. Aos juízes federais compete processar e julgar:

IV – os crimes políticos e as infrações penais praticadas em detrimento de bens, serviços ou interesse da União ou de suas entidades autárquicas ou empresas públicas, excluídas as contravenções e ressalvada a competência da Justiça Militar e da Justiça Eleitoral;

Corroborando esse entendimento, o Superior Tribunal de Justiça editou a Súmula 38:

Súmula 38: Compete à Justiça Estadual Comum, na vigência da Constituição de 1988, o processo por contravenção penal, ainda que praticada em detrimento de bens, serviços ou interesse da União ou de suas entidades.

e. CERTA! A pena de prisão simples deve ser cumprida em regime semiaberto ou aberto, e não em regime fechado. A prisão simples não admite regime fechado de forma alguma.

Art. 6º A pena de prisão simples deve ser cumprida, sem rigor penitenciário, em estabelecimento especial ou seção especial de prisão comum, em regime semiaberto ou aberto.

3. (PC-SP/2018/VUNESP/DELEGADO DE POLÍCIA) É correto afirmar a respeito do crime de disparo de arma de fogo, previsto na Lei n. 10.826/2003 (Estatuto do Desarmamento), que
- é inafiançável, de perigo abstrato e que não admite a suspensão condicional do processo.
 - se trata de crime comum, de perigo abstrato e que não admite a suspensão condicional do processo.
 - se trata de crime próprio, afiançável e que admite a suspensão condicional do processo.
 - não admite a suspensão condicional do processo, é afiançável e trata-se de crime de mão-própria.
 - é inafiançável, de perigo concreto e que admite a suspensão condicional do processo.

Letra b.

O crime de disparo de arma de fogo, descrito no art. 15 da Lei n. 10.826/2003 é **crime comum**, porque pode ser praticado por qualquer um, dispensando-se uma qualidade especial do agente. Além disso, o parágrafo único do art. 15 da Lei n. 10.826/2003 dispõe que o crime de disparo de arma de fogo é **inafiançável**:

Art. 15. Disparar arma de fogo ou acionar munição em lugar habitado ou em suas adjacências, em via pública ou em direção a ela, desde que essa conduta não tenha como finalidade a prática de outro crime:

Pena – reclusão, de 2 (dois) a 4 (quatro) anos, e multa.

Parágrafo único. O crime previsto neste artigo é inafiançável.

E, por se tratar de crime sujeito à pena de reclusão de 2 (dois) a 4 (quatro) anos, **não admite suspensão condicional do processo**, nos termos do art. 89 da Lei n. 9.099/1995, já que a pena mínima supera um ano.

Quanto a ser um crime de perigo abstrato ou concreto, o STJ definiu que se trata de **crime de perigo abstrato**, como se vê:

O disparo de arma de fogo em local habitado configura o tipo penal descrito no art. 15 da Lei n. 10.826/2003, crime de perigo abstrato que presume o dano à segurança pública e prescinde, para sua caracterização, de comprovação da lesividade ao bem jurídico tutelado. (AgRg no AREsp 684.978/SP, j. 05/12/2017)

Sendo assim, correta a alternativa “b”!

4. (PC-MG/2018/FUMARC/DELEGADO DE POLÍCIA SUBSTITUTO) Em relação aos aspectos processuais da Lei de Lavagem de Dinheiro (Lei n. 9.613/1998), pode-se afirmar:
- A alienação de bens objeto de medidas assecuratórias depende da existência de trânsito em julgado de sentença condenatória.
 - A competência para o julgamento do delito de lavagem de dinheiro será da justiça federal.
 - A denúncia deverá ser instruída com indícios suficientes da existência de infração penal antecedente.
 - A persecução penal em juízo depende da comprovação, mediante sentença condenatória, de infrações penais antecedentes.

Letra c.

a. Errada! A lei autoriza a alienação antecipada dos bens objeto de medida assecuratória, desde que sujeitos à deterioração ou depreciação, ou quando for difícil mantê-los. Nesse sentido, é o § 1º do art. 4º da Lei n. 9.613/1998:

Art. 4º, § 1º Proceder-se-á à alienação antecipada para preservação do valor dos bens sempre que estiverem sujeitos a qualquer grau de deterioração ou depreciação, ou quando houver dificuldade para sua manutenção.

b. Errada! Em regra, a competência para o processo e julgamento dos crimes de lavagem é da Justiça Estadual. Só será da competência da Justiça Federal nos casos descritos nas alíneas do inciso III do art. 2º da Lei n. 9.613/1998:

Art. 2º O processo e julgamento dos crimes previstos nesta Lei:

III – são da competência da Justiça Federal:

- a. quando praticados contra o sistema financeiro e a ordem econômico-financeira, ou em detrimento de bens, serviços ou interesses da União, ou de suas entidades autárquicas ou empresas públicas;
- b. quando a infração penal antecedente for de competência da Justiça Federal.

c. CERTA! É essa a previsão do § 1º do art. 2º da Lei n. 9.613/1998:

Art. 2º, § 1º A denúncia será instruída com indícios suficientes da existência da infração penal antecedente, sendo puníveis os fatos previstos nesta Lei, ainda que desconhecido ou isento de pena o autor, ou extinta a punibilidade da infração penal antecedente.

d. Errada! O processo e julgamento dos crimes de lavagem independem do processo e julgamento das infrações penais antecedentes. Nesse sentido, é o art. 2º, II, da Lei n. 9.613/1998:

Art. 2º O processo e julgamento dos crimes previstos nesta Lei: (...)

II – independem do processo e julgamento das infrações penais antecedentes, ainda que praticados em outro país, cabendo ao juiz competente para os crimes previstos nesta Lei a decisão sobre a unidade de processo e julgamento;

5. (PC-PI/2018/NUCEPE/DELEGADO DE POLÍCIA CIVIL) Acerca dos crimes hediondos, marque a alternativa CORRETA.

- a. São considerados hediondos o Infanticídio e o Estupro.
- b. A tentativa de homicídio simples ou de homicídio qualificado constituem-se crimes hediondos.
- c. É possível a liberdade provisória aos autores de crimes hediondos e equiparados.
- d. Dependendo da gravidade do crime, é cabível ao juiz classificar o crime como hediondo.
- e. Tratando-se de crime hediondo ou equiparado, o condenado por crime de tortura, em qualquer modalidade, deverá iniciar o cumprimento da pena em regime fechado.

Letra c.

a. Errada! Os crimes de estupro (art. 213, *caput* e §§ 1º e 2º, do CP) e de estupro de vulnerável (art. 217-A, *caput* e §§ 1º, 2º, 3º e 4º) são hediondos, a teor do art. 1º, V e VI, da Lei n. 8.072/1990. No entanto, **o infanticídio NÃO é hediondo.**

b.Errada! O homicídio qualificado é hediondo, nos termos do art. 1º, inciso I, da Lei n. 8.072/1990. Contudo, **o homicídio simples NÃO é hediondo, a não ser quando praticado em atividade típica de grupo de extermínio**, circunstância que não foi mencionada pela assertiva.

c.CERTA! A Lei n. 11.464/2007, que derogou o art. 2º, II, da Lei n. 8.072/1990, retirou a vedação à liberdade provisória em razão da prática de crime hediondo. Com efeito, **hoje é possível a concessão de liberdade provisória aos autores de crimes hediondos e equiparados**.

d.Errada! O Juiz **NÃO tem liberdade** para decidir, a seu livre critério, quais crimes são hediondos ou não. O crime hediondo só tem essa qualificação por expressa previsão legal. Só a lei pode indicar taxativamente os crimes classificados como hediondo, e assim o art. 1º da Lei n. 8.072/1990 o faz.

e.Errada! O Plenário do Supremo Tribunal Federal, no dia 27 de junho de 2012, ao julgar o HC n. 111.840/ES, por maioria, declarou incidentalmente a inconstitucionalidade do § 1º, do art. 2º, da Lei n. 8.072/1990, com a redação que lhe foi dada pela Lei n. 11.464/2007, **afastando, dessa forma, a obrigatoriedade do regime inicial fechado para os condenados por crimes hediondos e equiparados, incluído aqui o crime de tortura**.

DIREITO CIVIL

1. (TJPR-PR/2019/NC-UFPR/TITULAR DE SERVIÇOS DE NOTAS E DE REGISTROS – REMOÇÃO) Sobre a prescrição e decadência na Lei n. 10.406/2002, identifique como verdadeiras (V) ou falsas (F) as seguintes afirmativas:

- () Violada a pretensão, nasce para o titular o direito, o qual se extingue em prazos determinados pela lei civil.
- () A exceção prescreve no mesmo prazo em que a pretensão.
- () Não se renuncia a prescrição de forma tácita, devendo sempre ser expressa, por se tratar de renúncia de pretensão.
- () A prescrição iniciada contra uma pessoa continua a correr contra o seu sucessor.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta, de cima para baixo.

- a. F – F – V – V.
- b. V – V – V – V.
- c. V – F – V – F.
- d. F – V – F – V.
- e. V – V – F – F.

Letra d.

A sequência correta, de cima para baixo, é F – V – F – V!

Afirmativa 1: falsa! Na verdade, **é a partir da violação do DIREITO que nasce**, para o titular, a **PRETENSÃO**. É a pretensão que se extingue nos prazos determinados pela lei civil. É esse o teor do art. 189 do CC:

Art. 189. Violado o direito, nasce para o titular a pretensão, a qual se extingue, pela prescrição, nos prazos a que aludem os arts. 205 e 206.

Afirmativa 2: verdadeira! É exatamente esse o teor do art. 190 do CC:

Art. 190. A exceção prescreve no mesmo prazo em que a pretensão.

Afirmativa 3: falsa! É possível a renúncia tácita à prescrição, mas, assim como a renúncia expressa, ela só valerá depois que o prazo prescricional se consumir. Nesse sentido:

Art. 191. A renúncia da prescrição pode ser expressa ou tácita, e só valerá, sendo feita, sem prejuízo de terceiro, depois que a prescrição se consumir; tácita é a renúncia quando se presume de fatos do interessado, incompatíveis com a prescrição.

Afirmativa 4: verdadeira! A assertiva reproduz a literalidade do art. 196 do CC:

Art. 196. A prescrição iniciada contra uma pessoa continua a correr contra o seu sucessor.

2. (TJPR-PR/2019/NC-UFPR – TITULAR DE SERVIÇOS DE NOTAS E DE REGISTROS – REMOÇÃO) Sobre os direitos de vizinhança, considere as seguintes afirmativas:

- 1) Quando as águas, artificialmente levadas ao prédio superior, ou aí colhidas, correrem dele para o inferior, poderá o dono deste reclamar que se desviem, ou se lhe indenize o prejuízo que sofrer.
- 2) O proprietário de nascente, ou do solo onde caem águas pluviais, satisfeitas as necessidades de seu consumo, poderá impedir, ou desviar o curso natural das águas remanescentes pelos prédios inferiores.
- 3) O dono ou o possuidor do prédio inferior é obrigado a receber as águas que correm naturalmente do superior, não podendo realizar obras que embarquem o seu fluxo.
- 4) O proprietário ou o possuidor de um prédio tem o direito de fazer cessar as interferências prejudiciais à segurança, ao sossego e à saúde dos que o habitam, provocadas pela utilização de propriedade vizinha.

Assinale a alternativa correta.

- a. Somente a afirmativa 1 é verdadeira.
- b. Somente as afirmativas 2 e 3 são verdadeiras.
- c. Somente as afirmativas 1, 2 e 4 são verdadeiras.
- d. Somente as afirmativas 1, 3 e 4 são verdadeiras.
- e. Somente as afirmativas 2, 3 e 4 são verdadeiras.

Letra d.

Somente as afirmativas 1, 3 e 4 são verdadeiras!

Afirmativa 1: verdadeira! É esse o teor do art. 1.289 do CC:

Art. 1.289. Quando as águas, artificialmente levadas ao prédio superior, ou aí colhidas, correrem dele para o inferior, poderá o dono deste reclamar que se desviem, ou se lhe indenize o prejuízo que sofrer.

Afirmativa 2: falsa! Na verdade, ele NÃO poderá impedir, conforme dispõe o art. 1.290 do CC:

Art. 1.290. O proprietário de nascente, ou do solo onde caem águas pluviais, satisfeitas as necessidades de seu consumo, não pode impedir, ou desviar o curso natural das águas remanescentes pelos prédios inferiores.

Afirmativa 3: verdadeira! O item reproduz a redação do art. 1.288 do CC, mas há uma ressalva a se fazer: a condição natural e anterior do prédio inferior não pode ser agravada por obras feitas pelo dono ou possuidor do prédio superior.

Art. 1.288. O dono ou o possuidor do prédio inferior é obrigado a receber as águas que correm naturalmente do superior, não podendo realizar obras que embarquem o seu fluxo; porém a condição natural e anterior do prédio inferior não pode ser agravada por obras feitas pelo dono ou possuidor do prédio superior.

Afirmativa 4: verdadeira! Nesse sentido, é o art. 1.277 do CC:

Art. 1.277. O proprietário ou o possuidor de um prédio tem o direito de fazer cessar as interferências prejudiciais à segurança, ao sossego e à saúde dos que o habitam, provocadas pela utilização de propriedade vizinha.

3. (TJPR-PR/2019/NC-UFPR/TITULAR DE SERVIÇOS DE NOTAS E DE REGISTROS – PROVIMENTO) São bens imóveis o solo e tudo quanto se lhe incorporar natural ou artificialmente. De outro lado, são móveis os bens suscetíveis de movimento próprio, ou de remoção por força alheia, sem alteração da substância ou da destinação econômico-social. Com relação ao assunto, identifique como verdadeiras (V) ou falsas (F) as seguintes afirmativas:

- () Consideram-se imóveis para os efeitos legais os direitos reais sobre imóveis e as ações que os asseguram.
- () Consideram-se móveis para os efeitos legais o direito à sucessão aberta.
- () Consideram-se imóveis para os efeitos legais os materiais provenientes da demolição de algum prédio.
- () Consideram-se móveis para os efeitos legais os direitos pessoais de caráter patrimonial e respectivas ações.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta, de cima para baixo.

- a. V – V – F – F.
- b. V – F – V – F.
- c. F – V – F – V.
- d. V – F – F – V.
- e. F – V – V – F.

Letra d.

A sequência correta, de cima para baixo, é V – F – F – V!

Afirmativa 1: verdadeira! É o que estabelece o art. 80, inciso I, do CC:

Art. 80. Consideram-se imóveis para os efeitos legais:
I – os direitos reais sobre imóveis e as ações que os asseguram;

Afirmativa 2: falsa! O direito à sucessão aberta é considerado bem IMÓVEL, a teor do art. 80, inciso II, do CC:

Art. 80. Consideram-se imóveis para os efeitos legais: (...)
II – o direito à sucessão aberta.

Afirmativa 3: falsa! Os materiais resultantes da destruição de bem imóvel voltam a ser considerados bens MÓVEIS, conforme reza o art. 84 do CC:

Art. 84. Os materiais destinados a alguma construção, enquanto não forem empregados, conservam sua qualidade de móveis; readquirem essa qualidade os provenientes da demolição de algum prédio.

Afirmativa 4: verdadeira! É o que assegura o art. 83, inciso III, do CC:

Art. 83. Consideram-se móveis para os efeitos legais: (...)
III – os direitos pessoais de caráter patrimonial e respectivas ações.

- 4.** (ITAIPU BINACIONAL/2019/NC-UFPR/PROFISSIONAL DE NÍVEL UNIVERSITÁRIO JR – DIREITO) Acerca da prescrição, assinale a alternativa correta.
- Prescreve em três anos a pretensão dos hospedeiros ou fornecedores de víveres destinados a consumo no próprio estabelecimento, para o pagamento da hospedagem ou dos alimentos.
 - Prescreve em três anos a pretensão relativa a aluguéis de prédios urbanos ou rústicos.
 - Prescreve em quatro anos a pretensão do vencedor para haver do vencido o que dependeu em juízo.
 - Prescreve em cinco anos a pretensão de restituição dos lucros ou dividendos recebidos de má-fé, correndo o prazo da data em que foi deliberada a distribuição.
 - A prescrição é contada em dobro entre os cônjuges, na constância da sociedade conjugal.

Letra b.

a. Errada! A prescrição, nesse caso, é de **1 (um) ano**, conforme art. 206, § 1º, I, do CC:

Art. 206. Prescreve: (...)
§ 1º Em um ano:
I – a pretensão dos hospedeiros ou fornecedores de víveres destinados a consumo no próprio estabelecimento, para o pagamento da hospedagem ou dos alimentos;

b. CERTA! É o que estabelece o art. 206, § 3º, I, do CC:

Art. 206. Prescreve: (...)
§ 3º Em três anos:
I – a pretensão relativa a aluguéis de prédios urbanos ou rústicos;

c. Errada! O prazo prescricional é de **5 (cinco) anos**, nos termos do art. 206, § 5º, III, do CC:

Art. 206. Prescreve: (...)

§ 5º Em cinco anos: (...)

III – a pretensão do vencedor para haver do vencido o que despendeu em juízo.

d.errada! A prescrição é de **3 (três anos)**, a teor do art. 206, § 3º, VI, do CC:

Art. 206. Prescreve: (...)

§ 3º Em três anos: (...)

VI – a pretensão de restituição dos lucros ou dividendos recebidos de má-fé, correndo o prazo da data em que foi deliberada a distribuição;

e.Errada! Na realidade, **não corre a prescrição** entre os cônjuges durante a sociedade conjugal. É o que diz o art. 197 do CC:

Art. 197. Não corre a prescrição:

I – entre os cônjuges, na constância da sociedade conjugal;

5. (ITAIPU BINACIONAL/2019/NC-UFPR/PROFISSIONAL DE NÍVEL UNIVERSITÁRIO JR – DIREITO) Acerca da responsabilidade civil, assinale a alternativa correta.

- a. O incapaz responde pelos prejuízos que causar se as pessoas por ele responsáveis não tiverem obrigação de fazê-lo ou não dispuserem de meios suficientes.
- b. O dono, ou detentor, do animal ressarcirá o dano por este causado, mesmo no caso de se provar culpa da vítima.
- c. Aquele que habitar prédio somente responde pelo dano proveniente das coisas que dele caírem caso se comprove terem sido pelo habitante lançadas.
- d. O dono de edifício ou construção não responde pelos danos que resultarem de sua ruína, mesmo se esta provier de falta de reparos, cuja necessidade fosse manifesta.
- e. O direito de exigir reparação e a obrigação de prestá-la não se transmitem com a herança.

Letra a.

a.CERTA! A responsabilidade do incapaz é subsidiária, nos termos do art. 928 do CC:

Art. 928. O incapaz responde pelos prejuízos que causar, se as pessoas por ele responsáveis não tiverem obrigação de fazê-lo ou não dispuserem de meios suficientes.

b.Errada! A culpa da vítima, assim como a força maior, **exclui** a responsabilidade do dono ou detentor do animal. É o que estabelece o art. 936 do CC:

Art. 936. O dono, ou detentor, do animal ressarcirá o dano por este causado, **se não provar culpa da vítima ou força maior.**

c. Errada! Nesse caso, a responsabilidade do habitante do prédio é objetiva. Provado o fato e o dano deste resultante, a obrigação indenizatória surge como normal consequência. Assim, é responsável pelo dano proveniente de coisas caídas ou lançadas em lugar indevido quem habitar o prédio, **independentemente de ter sido esse habitante o autor material do fato.**

d. Errada! Na verdade, o art. 937 do Código Civil fixa exatamente o contrário do que foi dito. Veja:

Art. 937. O dono de edifício ou construção responde pelos danos que resultarem de sua ruína, se esta provier de falta de reparos, cuja necessidade fosse manifesta.

e. Errada! Pelo contrário: o direito de exigir reparação e a obrigação de prestá-la **transmitem-se** com a herança (art. 943 do CC).

Art. 943. O direito de exigir reparação e a obrigação de prestá-la **transmitem-se** com a herança.

ESTUDE COM A MAIOR ASSINATURA PARA CONCURSOS!

AGORA COM PLANOS COMPARTILHADOS



DESCONTO EXCLUSIVO

EU QUERO MEU DESCONTO!



Confira abaixo os **10 benefícios** de ser nosso aluno ilimitado:

- 01** Acesso a mais de 16.300 cursos online.
- 02** Acelerador de vídeos em todas as videoaulas.
- 03** Acesso ilimitado a mais de 13.000 aulas autossuficientes em formato PDF.
- 04** Fórum de dúvidas.
- 05** Cronograma de estudos para organizar seu conteúdo.

- 06** Aplicativos para celular e computador para acessar as aulas e PDFs offline.
- 07** Plataforma com mais de 1.000.000 questões.
- 08** Monitor de desempenho com os indicadores da sua preparação.
- 09** Mentorias diárias ao vivo com direcionamento de estudos.
- 10** Reprise de todos os eventos ao vivo.

GRAN CURSOS
ONLINE

 @grancursosonline  gran_online
 grancursosonline  grancurstv



ACESSE NOSSA CENTRAL
DE VENDAS